

Geografia em movimento

A TERRA GIRA LIVRE



associação dos
geógrafos brasileiros

Terra Livre

Geografia em Movimento

associação dos
geógrafos brasileiros



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

Presidente

Jorge Luís Borges Ferreira (AGB – Rio de Janeiro/RJ)

Vice Presidente

Marísia Margarida Santiago Buitoni (AGB – São Paulo/SP)

Primeira Secretária

Renata de Souza Cometti (AGB - Vitória/ES)

Segundo Secretário

Igor Jardim de Oliveira Pereira (AGB – Niterói/RJ)

Primeiro Tesoureiro

Alexandre Bergamin Vieira (AGB – Presidente Prudente/SP)

Segundo Tesoureiro

Alex Marciel da Silva (AGB – Uberlândia/MG)

Coordenadora de Publicações

Maria Geralda de Almeida (AGB – Goiânia/GO)

Auxiliar da coordenadora de publicações

Renata Medeiros de Araújo Rodrigues (AGB – São Paulo)

Representação junto ao Sistema CONFEA/CREA

TITULAR: José Eleno da Silva (AGB – Recife/PE)

SUPLENTE: Rodrigo Martins dos Santos (AGB – São Paulo/SP)

Representação junto ao Conselho das Cidades

Jan Bitoun (AGB – Recife/PE)

Mestre de Edição do Sítio da AGB

Hindenburgo Francisco Pires (AGB – Rio de Janeiro/RJ)

Correio eletrônico: agbnacional@yahoo.com.br

Na Internet: <http://www.cibergeo.org/agbnacional>

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

- Bernardo Mançano Fernandes - UNESP
- Daniel Hiernaux-Nicolas - Universidad Autónoma Metropolitana (México)
- Dirce Maria Suertegaray - UFRS
- Eliseu Savério Sposito - UNESP
- Heinz Dieter Heidemann - USP
- Jacquelyn Chase - California State University, Chico (EUA)
- José Borzacchiello da Silva - UFC
- Lana de Souza Cavalcanti - UFG
- Maria Augusta Mundim Vargas - UFS
- Maria Geralda de Almeida - UFG
- Michel Chossudovsky - University of Ottawa (Canadá)
- Paul Claval - Université de Paris, Sorbonne (França)
- Rita de Cássia Ariza da Cruz - USP
- Roberto Lobato Corrêa - UFRJ Roberto Rosa - UFU
- Rogério Haesbaert - UFF
- Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. - UFPA
- Selma Simões de Castro - UFG
- Silvio Simione da Silva - UFAC
- Sônia Regina Romancini - UFMT

Colaboradores

Alexandra Maria de Oliveira - UFG / Antonio C. Pinheiro - UFG / Carlos Eduardo S. Maia - UFG
Célia Lustosa da Costa - UFC / Horieste Gomes - ITS/UCG / Ivanilton J. Oliveira - UFG
João B. de Deus - UFG / Jörn Seemann - URCA / Manoel Calaça - UFG
Marcelo R. Mendonça - CAC/UFG / Valter Casseti - UFG

Editor responsável e editoração: Maria Geralda de Almeida
Co-editores: João Alves de Castro / Tadeu Alencar Arrais

Estagiários: Alexsander Batista e Silva / Luiza Helena Barreira Machado
Revisor de espanhol: Yilmer Rosales Davila
Revisor de inglês: Jörn Seemann
Arte da capa: André Barcellos Carlos Souza

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica e Editora Vicira

Endereço para Correspondência:
Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)
Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edifício Geografia e História – Cidade Universitária
CEP: 05508-900 – São Paulo / SP – Brasil – Tel. (0xx11) 3091-3758
ou Caixa Postal 64.525 – 05402-970 - São Paulo / SP
e-mail: terralivre_agb@yahoo.com.br

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1. n. 1, São Paulo, 1986. São Paulo, 1986 - v. ilst. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 1987 - n. 2 1988 - n. 3, n. 4, n. 5 1989 - n. 6 1990 - n. 7 10. Geografia - Periódicos 10. AGB. Diretoria Nacional	1992/93 - 11/12 (editada em 1996) 1994/95/96 - interrompida 1997 - n. 13 1998 - interrompida 1999 - n. 14 2000 - n. 15 2001 - n. 16, n. 17 2002 - Ano 18, v. 1, n. 18; v. 2, n. 19 2003 - Ano 19, v. 1, n. 20; v. 2, n. 21 2004 - Ano 20, v. 1, n. 22; v. 2, n. 23 2005 - Ano 21, v. 1, n. 24 2005 - Ano 21, v. 2, n. 25
1991 - n. 8, n. 9 1992 - N. 10 Revista Indexada em Geodados ww.geodados.uem.br ISSN 0102-8030	CDU - 91(05)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange

Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

Artigos

– Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais <i>Denise Elias</i> <i>Renato Pequeno</i>	13-33
– Espaço público, cultura e participação popular na cidade contemporânea <i>Angelo Serpa</i>	35-48
– La formación simbólica del profesorado en geografía <i>Clemente Herrero Fabregat</i>	49-65
– Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência <i>Eduardo Marandola Jr.</i>	67-79
– Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo <i>Márcia Yukari Mizusaki</i>	81-93
– A geografia da alimentação em frente pioneira (Londrina - Paraná) <i>Márcia S. de Carvalho</i>	95-110
– Josué de Castro – entre o ativismo e a ciência, a introdução da geografia da fome na história do pensamento geográfico no Brasil <i>Antônio Alfredo Teles de Carvalho</i>	111-120
– Água, cobrança e commodity: a geografia dos recursos hídricos no Brasil <i>Antônio A. R. Ioris</i>	121-137
– Contribuição ao debate sobre a transposição do Rio São Francisco e as prováveis consequências em relação a desertificação nos Cariris Velhos (PB) <i>Bartolomeu Israel de Souza</i> <i>Dirce Maria Antunes Suertegaray</i>	139-155

Resenhas

- Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural
João Alves de Castro 159-162
- Colapso: como sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso
Jacquelyn Chase..... 163-166

Normas

- Normas para publicação 169-176
- Compêndio dos números anteriores 177-190

Sumario / Summary

Editorial / Foreword.....9

Artículos / Articles

- Espaço urbano em el Brasil agrícola moderno y desigualdades socioespaciales
- Urban space and social spatial inequalities in the modern agrarian Brazil
- Denise Elias*
- Renato Pequeno* 13-33

- Espace public, culture et engagement populaire dans la ville contemporaine
- Public space, culture and popular participation in the contemporary city
- Angelo Serpa* 35-48

- A formação simbólica de profesores de geografia
- Symbolic formation in professors of geography
- Clemente Herrero Fabregat*..... 49-65

- Arqueología fenomenológica: en busca de la experiencia
- Phenomenological archeology: in search of experience
- Eduardo Marandola Jr.*..... 67-79

- Mato Grosso do Sul: impases y perspectivas en el campo
- Mato Grosso do Sul: impasses and perspectives in the field
- Márcia Yukari Mizusaki*..... 81-93

- La geografía de la alimentación en frente pionero (Londrina - Paraná)
- The geography of feeding in front pioneering (Londrina - Paraná)
- Márcia S. de Carvalho*..... 95-110

- Josué de Castro – entre el activismo y la ciencia, la introducción del hambre en la historia del pensamiento geográfico en Brasil
- Josué de Castro – between the activism and the science, the introduction to the geography of hunger in the history of geographic thinking in Brazil
- Antônio Alfredo Teles de Carvalho* 111-120

- Agua y cobros: la geografía del agua en Brasil
- Water, charges and commodity: the geography of water in Brazil
Antônio A. R. Ioris 121-137
- Contribución al debate sobre la transposición del río São Francisco y las probables consecuencias en relación a desertificación en los Cariris Viejos (PB)
- Contribution of the debate about the São Francisco river's transposition water's and the probable consequences of the desertification process on the Olds Cariris (PB)
Bartolomeu Israel de Souza
Dirce Maria Antunes Suertegaray..... 139-155

Reseñas / Reviews

- Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural
João Alves de Castro..... 159-162
- Colapso: como sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso
Jacquelyn Chase..... 163-166

Normas / Submission

- Normas para publicación / Submission guidelines 169-176

Editorial

Mostrar a *Geografia em movimento* é uma das principais funções da Terra Livre. Movimento que ora caminha pelos meandros do São Francisco, ora deságua na geografia da fome de Josué de Castro. Nessa edição os temas em movimento comportam, mais uma vez a diversidade da ciência, de reflexões e pesquisas de intelectuais brasileiros e estrangeiros, abordando temáticas que caminham desde a formação simbólica de professores, os movimentos sociais no campo até a Geografia dos alimentos.

Geografia em movimento revela a variedade de temas e a criatividade presentes na geografia. O Conselho Editorial como uma antiga gravadora de autores livres e idéias alternativas teve o papel de selecionar um rico material (compacto) com diferentes sons, ritmos e tempos que merecem ser apreciados pelos seus aficionados. A melodia que perpassou na construção desse material teve por base a reunião de idéias que retratam uma geografia preocupada com o olhar crítico e o discurso comprometido. Assim, a responsabilidade da Terra Livre se refaz na voz de seus representantes maiores – os geógrafos.

Enfim, o material está pronto para ser ouvido, apreciado, criticado e comemorado no que ele tem de bom. É preciso, com a sua leitura, colocá-lo para rodar, dar impulso ao seu movimento que já está regado pelo diálogo, a denúncia, as descobertas, a investigação científica, o respeito e a compromisso social. Para isso, todos estão convidados a participar e a apreciar o que presentemente esta em movimento. O Conselho editorial apenas arrumou o material para a festa. Afinal, como já escreveu o poeta: “quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

Conselho Editorial

Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais*

Urban space and social spatial inequalities in the modern agrarian Brazil

Espacio urbano en el Brasil agrícola moderno y desigualdades socioespaciales

Denise Elias

Universidade Estadual do Ceará (UFCE)
Depto. de Geociências
Rua Vicente Leite, 2121, Apto. 301
Aldeota - Fortaleza, CE - CEP: 60.170-151
deniseelias@uol.com.br

Renato Pequeno

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Depto. de Arquitetura e Urbanismo
Rua Vicente Leite, 2121, Apto. 301
Aldeota - Fortaleza, CE - CEP: 60.170-151
luisrenatopequeno@uol.com.br

Resumo: No Brasil, a territorialização do capital e a oligopolização do espaço agrário têm promovido profundos impactos socioespaciais, tanto no campo como nas cidades. Isto explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado da difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizados, que têm poder de impor especializações produtivas ao território. Neste artigo, defende-se a tese de que é possível identificar no Brasil agrícola moderno vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, formando-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores associados à modernização da agricultura, sendo que nestas cidades se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Para tanto, são apresentados alguns pressupostos que explicariam este tipo de cidade, que denominamos de cidade do agronegócio. Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio se dá de forma socialmente e espacialmente excludentes, promovendo o acirramento das desigualdades, buscamos mostrar algumas das formas destas se reproduzirem nas cidades do agronegócio. A moradia é a principal variável de análise destas desigualdades.

Palavras-chave: agricultura científica; agronegócio; reestruturação urbana; cidade do agronegócio; desigualdades socioespaciais

Resumen: En Brasil, la territorialización del capital y la oligopolización del espacio agrario han promovido profundos impactos socioespaciales tanto en el campo como en las ciudades. Esto explica en parte la reorganización del territorio y la organización de un nuevo sistema urbano, mucho más complejo, resultado de la difusión de la agricultura científica y del agro-negocio globalizado, que son capaces de imponer especializaciones productivas al territorio. En este artículo, se defiende la tesis que es posible identificar en el Brasil agrícola moderno varias ciudades cuya urbanización ocurrió directamente con la consecución y la expansión del agro-negocio, formando ciudades que tienen su función principal relacionada claramente a las demandas productivas de los sectores asociados a la modernización de la agricultura. En estas ciudades se realiza la materialización de las condiciones generales de la reproducción del capital del agro-negocio. Por tanto, son presentadas algunas estimativas que explicarían este tipo de ciudad, a la cual llamamos de ciudad del agro-negocio. De la misma manera, considerando que la difusión del agronegócio ocurre de forma social y espacialmente excluyentes, inclinando las desigualdades, buscamos demostrar algunas de las formas que estas se reproducen en las ciudades del agro-negocio. La vivienda es la variable principal del análisis de estas desigualdades.

Palabras-clave: agricultura científica; agro-negocio; reestructuración urbana; ciudad del agro-negocio; desigualdades socioespaciales.

Abstract: In Brazil, deep socio-spatial impacts have been promoted by the territorialization of capital and the oligopolies at the agrarian space, in the countryside and in the cities. This explains partially the process of restructuring of the territory as well as the organization of a new urban system, which is much more complex, being the result of the spreading of the scientific agriculture and the global agribusiness, which are empowered to impose productive specializations to the territory. In this article, it is defended the thesis of the possibility of identifying in the modern agrarian Brazil, some municipalities which urbanization is directly related to the attainment and the spread of the agribusiness, generating cities, which main function is clearly associated to the productive demands of the sectors partners of the modernization of agriculture, being also important to mention that at those cities the materialization of the general conditions of reproducing the capital of the agribusiness has been realized. Therefore, some presuppositions are presented in order to explain this kind of city, which we denominate by the city of the agribusiness. Considering that the spreading of the agribusiness promotes social and spatial exclusion, as well as the incitement of the disparities, we intend to show some aspects of how the cities of agribusiness have been reproduced mainly using the housing as the main variable for this analysis.

Keywords: scientific agriculture; agribusiness; urban restructuring; city of agribusiness; social and spatial disparities.

* O presente artigo é fruto de estudos desenvolvidos pelos autores durante consecução do projeto integrado de pesquisa intitulado Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe (CE), que conta com o apoio do CNPq.

Introdução

A aceleração da urbanização e o crescimento numérico e territorial das cidades estão entre os mais contundentes impactos do processo de globalização econômica. No Brasil, sob a égide da revolução tecnológica, ocorre um intenso processo de urbanização, transformando seu espaço geográfico, cuja organização, dinâmica e paisagem contrastam com as existentes antes do atual sistema temporal, que seguindo a denominação de Santos (1985, 1988, 1996), classificamos de período técnico-científico-informacional.

A expansão dos modernos *sistemas de objetos* (SANTOS, 1994, 1996), especialmente associados aos transportes, às comunicações, à eletrificação, ao saneamento equipou o território nacional para a modernização agrícola e industrial, assim como para a intensificação das trocas comerciais, possibilitando a integração territorial do país, interligando áreas até então desconectadas. O resultado foi uma significativa dispersão espacial da produção e do consumo, com um conseqüente processo de especialização da produção, estreitando as relações entre as diferentes regiões do país, multiplicando a quantidade de fixos e fluxos, de matéria e de informação, por todo o território nacional.

Tudo isso fez da urbanização brasileira contemporânea um fenômeno complexo e diferenciado, dado a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir. Quanto maior e mais extensa se torna sua divisão do trabalho, mais intenso e complexo seu processo de urbanização. Paralelamente, ocorre um grande crescimento populacional, culminando numa nova divisão territorial e social do trabalho e, assim, numa nova repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens no território do país.

No período de cinquenta anos, ocorre uma verdadeira inversão da distribuição da população no Brasil. Utilizando dados do IBGE para o período no qual se processa uma verdadeira inversão da urbanização brasileira, teríamos que em 1940, somente 31% da população viviam em áreas urbanas, índice que atingiu os 77%, em 1991. Entre 1940 e 1980, o crescimento da população brasileira é extraordinário, em especial nas cidades. Enquanto a população total aumentou cerca de 200% (77,7 milhões de habitantes), a população urbana cresceu mais de 525% (67,6 milhões de habitantes), ou seja, enquanto a população total triplicou num período de quarenta anos, a população urbana cresceu praticamente 6,5 vezes. Por sua vez, o número de municípios aumentou 153% no mesmo período, variando de 1.574 em 1940 para 3.987 em 1980. Este número cresceria ainda mais após a promulgação da Constituição Federal de 1988, atingindo atualmente a mais de cinco mil municípios.

Na América Latina de maneira particular, o Brasil se destaca como um dos países no qual mais rapidamente se difundiram inovações associadas à revolução tecnológica. Com a globalização, reestruturaram-se a produção e o território preexistentes, desorganizando as estruturas, as funções e as formas antigas. Cada vez que o território é reelaborado para atender à produção globalizada, superpõem-se novos fixos artificiais, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos e de suas *rugosidades*.

Há cerca de quatro décadas ocorre uma generalização da urbanização da sociedade e do território. Com a expansão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1985,

1988, 1993, 1994, 1996, 2000) construíram-se os sistemas técnicos necessários à realização da produção e das trocas globalizadas. A organização funcional e estrutural dos *fixos* em redes propiciaram a construção e reconstrução de uma configuração territorial capaz de suportar a intensidade, diversidade e complexidade da fluidez (de matéria e informação) inerentes à produção e consumos modernos.

A construção de modernos sistemas de objetos associados aos transportes e às comunicações e a diminuição relativa de seus preços propiciaram um aumento da fluidez do território. Como consequência, ocorreram, concomitantemente, a dispersão espacial da produção e inúmeras especializações produtivas pelo território nacional, disseminando-se diferentes arranjos produtivos locais.

O dinamismo da produção do território brasileiro das últimas décadas pode ser revelado pela reestruturação produtiva da agropecuária e da indústria; pela expansão do comércio e dos serviços; pelas novas localizações da indústria, em parte propiciadas pela luta dos lugares pelos investimentos produtivos; pela expansão das indústrias de base tecnológica; pelo aumento da quantidade e qualidade do trabalho intelectual; pela expansão de novas formas de consumo; pelos intensos movimentos migratórios, entre outros.

A inserção do país na ordem econômica globalizada refletiu-se, dessa forma, muito fortemente na organização de seu território e na sua dinâmica demográfica, caracterizado por um acelerado processo de urbanização e crescimento populacional. O resultado é uma nova divisão territorial e social do trabalho. Assim, o que temos hoje é uma nova distribuição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens pelo país.

Uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiros atuais é o estudo da reestruturação produtiva da agropecuária, que se processa nas últimas décadas. Desde então, organiza-se e difunde-se um novo modelo econômico de produção agropecuária, que aqui denominamos de *agricultura científica* (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003ab). Muitos novos espaços agrícolas são disponibilizados à produção agrícola moderna nas últimas décadas. Nesse contexto, também o semi-árido e os cerrados nordestinos, que, de certa forma, compunham o *exército de lugares de reserva* tornaram-se atrativos e foram ou estão sendo incorporados à produção moderna.

Diante disto, a Região Nordeste apresenta, hoje, a dicotomia entre uma agricultura tradicional e uma agricultura científica, apresentando-se esta última em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros *pontos luminosos* (SANTOS, 2000) em pleno semi-árido, especialmente nos seus vales úmidos (São Francisco, Açu, Jaguaribe), associados à fruticultura, da mesma forma que nos cerrados (sul do Maranhão, do Piauí e oeste da Bahia), associados à expansão da produção de soja. Estes espaços são incorporados diferentemente na nova divisão interna e internacional do trabalho agrícola globalizado, expandindo-se formas intensivas de produção.

Dentre as características da *agricultura científica* está sua forte integração à economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo, em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços, construindo-se uma unidade dialética. As cidades próximas às áreas de realização da *agricultura científica* tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de re-

curso financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais, denotando o que Milton Santos (1988b, 1993, 1994, 1996, 2000) chamou de *cidade do campo*. Esta deve ser vista como a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais associam-se às crescentes demandas de novos produtos e serviços especializados, o que promove o crescimento do tamanho e do número das cidades no Brasil agrícola moderno, onde se processa a reestruturação produtiva da agropecuária.

Assim sendo, quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização. Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais globalizados os seus *circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação* (SANTOS, 1986, 1988; ELIAS, 2003ab), maiores e mais complexas se tornam as relações campo-cidade, resultando numa significativa remodelação do território e na organização de um novo sistema urbano, com a multiplicação de pequenas e médias cidades que compõem pontos importantes para a realização da *agricultura científica* e do agronegócio globalizados.

Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio se dá de forma socialmente e espacialmente excludentes, a difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizados promovem o acirramento das desigualdades socioespaciais também nas cidades do agronegócio.

O presente artigo tem, assim, o objetivo de discutir esta categoria de cidade, que aqui denominamos de *cidade do agronegócio*, assim como as desigualdades socioespaciais que nela se reproduzem. Como objetos de análise, foram escolhidas algumas das cidades do agronegócio do Nordeste, especialmente Limoeiro do Norte (CE), Petrolina (PE), Balsas (MA) e Barreiras (BA), sendo que as duas primeiras associam-se ao agronegócio da fruticultura e as duas últimas ao agronegócio dos grãos em especial da soja.

Vale destacar que cada uma destas cidades polariza uma respectiva região, assumindo posição de destaque em redes de cidades já consolidadas, reunindo tanto aquelas associadas ao agronegócio, como outras que ainda permanecem em padrões tradicionais de produção, configurando-se intensas disparidades intra-regionais. A moradia é a variável principal escolhida para análise, apresentando um conjunto de processos adjacentes e evidenciando as especificidades que as distinguem de outras realidades urbanas.

São apresentados alguns elementos metodológicos utilizados, visando contribuir com a identificação das interfaces axiais presentes nas cidades supracitadas com a formulação de uma síntese que possa nortear as similaridades entre as realidades percebidas nos diferentes municípios analisados. São discutidos, também, os principais processos até aqui constatados, objetivando-se sistematizar o conjunto de pressões que levam à ocorrência dos mesmos, assim como os impactos derivados e as possíveis respostas até aqui propostas pelos diferentes atores. São trabalhados, ainda, alguns elementos relacionados à questão do déficit habitacional e da condição inadequada de moradia nestes municípios.

Metropolização e involução metropolitana

No Brasil, o intenso processo de urbanização das últimas décadas contrasta com o país do período pré técnico-científico-informacional, essencialmente agrário. O fenômeno da metropolização se implanta a partir dos anos 1950 e, há muito, suplanta a classificação inicial que admitia a classificação de nove Regiões Metropolitanas.

Num primeiro momento da aceleração urbana brasileira, ocorre uma crescente concentração das atividades econômicas e da população em umas poucas cidades, que crescem de maneira caótica. As novas formas de produção e consumo, associados aos novos padrões econômicos e culturais não poderiam se instalar em outro meio que não o dessas grandes cidades, as quais se tornam metrópoles como resultado da aceleração do processo de modernização e urbanização que lhes atribui um papel de macro organização da economia e do território. A produção das metrópoles dá-se em todo o mundo e não apenas no Brasil, compondo um dos principais símbolos da urbanização contemporânea.

Entre 1950 e 1980, ocorreu uma crescente concentração das atividades econômicas e da sua população em umas poucas cidades. Uma parte bastante substancial do incremento demográfico do país ocorreu justamente nas áreas metropolitanas, para as quais se dirigiram grandes levas de migrantes, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, uma vez que, em razão das economias de aglomeração, as metrópoles tiveram reforçado o seu papel de principais focos da atividade econômica do país.

Considerando a tendência predominante no capitalismo de algumas áreas acumularem a maior parte dos recursos técnicos e econômicos, a base atual da organização da produção brasileira, resultado da herança histórica e da velocidade de difusão das inovações, revela-nos que a reestruturação produtiva se processou de forma mais intensa nas Regiões Sudeste e Sul. Nestas, a difusão de inovações foi mais veloz e complexa, com uma contínua renovação das forças produtivas e do território, que responderam com grande rapidez às necessidades colocadas pelos agentes econômicos.

Esta seria a *Região Concentrada* do Brasil (SANTOS, 1986, 1993), na qual, desde o primeiro momento da mecanização do território, ocorreria uma adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital hegemônico, reconstituindo-se à imagem do presente, transformando-se na área com maior expressão dos fixos artificiais e dos fluxos de todas as naturezas. Esta seria a área do país onde o meio técnico-científico-informacional se dá de forma contígua.

Mas, mesmo na *Região Concentrada* há acumulação dos recursos em certas áreas, sendo que o Estado de São Paulo se destaca como o seu núcleo principal, onde as inovações mais se difundiram. Foi neste Estado que mais se aprofundou a divisão social e territorial do trabalho; que a indústria mais cresceu e se diversificou; que a reestruturação produtiva da agropecuária se processou de maneira mais complexa; que as trocas de todos os tipos mais se intensificaram; que a produção não material mais se dispersou por todo o seu território e, dessa forma, foi neste Estado onde mais o meio técnico-científico-informacional se expandiu e que a urbanização se apresenta de forma mais complexa.

São Paulo se transformou na principal metrópole do país, sua cidade mundial. Nas últimas quatro décadas, transformou-se no centro da informação do Brasil. Isto se deve não somente à importância de seu parque industrial, mas, principalmente, pelo fato de ser capaz de produzir, coletar e classificar a informação, própria e dos outros, e distribuí-la de acordo com seus interesses. Dessa forma, São Paulo – cidade e região – constituem o núcleo da produção moderna do Brasil, visto sua maior integração ao sistema de relações mundiais.

Porém, desde a década de 1980, segundo Milton Santos (1993), em seu livro *A Urbanização Brasileira*, processa-se uma verdadeira *revolução urbana* no Brasil. Desde então, a urbanização deixa de ser apenas litorânea e se interioriza, com uma forte tendência à ocupação periférica do território, generalizando-se o processo de urbanização tanto da sociedade quanto do território, desencadeando um incomensurável número de transformações nas áreas mais longínquas do país. Concomitantemente aos processos de urbanização e metropolização, com a construção de grandes cidades, desenvolveram-se também cidades intermediárias e pequenas, tornando muito mais complexa a rede urbana brasileira, uma vez que aumentaram tanto os fatores de concentração, quanto os de dispersão.

Dessa forma, uma das novas características da urbanização brasileira é que, desde a década de 1970 de forma intensiva, dois fenômenos ocorrem com força e paralelamente: o fortalecimento tanto da metropolização quanto do crescimento das cidades locais e intermediárias, sustentados pela expansão do meio técnico-científico-informacional e pela nova divisão interna do trabalho. O meio técnico-científico-informacional possibilitou um aumento da fluidez do território e propiciou, assim, a dispersão espacial da produção e, conseqüentemente especializações e complementariedades regionais, intensificando as trocas de toda natureza. A divisão do trabalho resultante, mais intensa e extensa, acabou por consagrar a tendência à ocupação periférica do território nacional. Com a desconcentração industrial e sua inter-relação com as atividades agrícolas, assim como com a expansão da terciarização, que passaram a se realizar com altos níveis de capital, tecnologia e informação, a urbanização deixou de ser apenas litorânea e se interiorizou, compondo uma realidade presente nos mais diversos pontos do território brasileiro, formando um verdadeiro *exército de lugares de reserva*. A este fenômeno Milton Santos (1988c, 1990b, 1993, 1994) classifica de *involução metropolitana*, que seria o resultado da difusão do meio técnico-científico-informacional, que passaria a se dar como manchas e pontos em todas as partes do país.

Diante disso, durante o processo de aceleração da difusão de inovações, as migrações passam a ocupar não apenas as regiões metropolitanas, mas também as cidades intermediárias, especialmente nas áreas que mais rapidamente reorganizaram a produção e o território.

As adições de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, mudando a composição técnica e orgânica da terra (SANTOS, 1994), fizeram se difundir também no espaço agrário o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte, a interiorização da urbanização, pois além do fenômeno da *fábrica moderna dispersa*, dá-se também o fenômeno da *fazenda moderna dispersa* (SANTOS, 1993). Processa-se, assim, um crescimento de áreas urbanizadas também no campo, notadamente nas áreas que se modernizam, uma vez que, entre outras coisas, a gestão da agropecuária moderna necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos.

Embora as grandes cidades se constituam no âmago da dinâmica econômica globalizada, outros agentes passam a se apresentar com força para receber e emitir fluxos de várias naturezas e intensidades, o que resulta na criação de uma gama de novas relações sobre o território. Hoje se conhece uma série de atividades, incluindo agropecuárias e agroindustriais, que criam relações que escapam ao seu entorno imediato e buscam nexos distantes, desenhando uma verdadeira teia de *circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1986; ELIAS, 2003ab) globalizados, sendo que vários nos destes circuitos e círculos encontram-se no Brasil agrícola.

O Brasil chega, assim, ao século XXI com uma generalização do fenômeno da urbanização da sociedade e do território. A consequência é a geração de um território altamente diferenciado e muito mais complexo na sua definição, do que o foi no período pré-técnico-científico-informacional, o que torna praticamente inviável a continuidade da separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, assim como a falência dos esquemas clássicos de análise da rede urbana, da definição das regiões metropolitanas e da divisão regional do país, mostrando-se a necessidade de uma revisão de uma série de critérios, em parte até hoje muito utilizados, que dê conta da compreensão da complexidade da realidade atual.

Se São Paulo é o Estado brasileiro que mais desenvolveu a metropolização, é também onde mais tem se dado o processo de *involução metropolitana*. Sua rapidez em se organizar face às exigências do *período técnico-científico-informacional* fez com que, a cada sopro de modernização, abandonasse o passado e se reconstruísse à imagem do presente, transformando-se na principal área de acumulação do país. Desde o primeiro momento da mecanização do território, tem promovido uma adaptação progressiva totalmente inerente aos interesses dos capitais hegemônicos. Basta ver os vários eixos de crescimento econômico que se espraiam pelo interior de seu território.

Diante do supracitado, concordamos com Santos (1993) de que é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre urbano e rural. Para este autor, uma divisão entre o *Brasil urbano com áreas agrícolas* e um *Brasil agrícola com áreas urbanas* refletiria melhor a realidade contemporânea do país.

É possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução da *agricultura científica* globalizada. A modernização e a expansão destas atividades promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos importantes se devem às inter-relações cada vez maiores entre o campo e a cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada.

A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira está entre os processos que promovem o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, contribuindo para uma total remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano. As novas relações campo-cidade, impostas pela *agricultura científica* globalizada, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades intermediárias e locais, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos, cujos elementos estruturantes podem ser encontrados na expansão das novas relações de trabalho agropecuário, promovendo o êxodo rural (migração ascendente) e a *migração descendente* (SANTOS, 1993)

de profissionais especializados no agronegócio; na difusão do *consumo produtivo* agrícola (SANTOS, 1988; ELIAS, 2003b), dinamizando o terciário e, conseqüentemente, a economia urbana, mostrando que é na cidade que se realiza a regulação, a gestão, a normatização das transformações que ocorrem no campo moderno.

A racionalização do espaço agrário, a consecução da *agricultura científica* globalizada, que se dá com a formação de redes de produção agropecuária globalizadas que associam: empresas agropecuárias; fornecedores de insumos químicos e implementos mecânicos; laboratórios de pesquisa biotecnológica; prestadores de serviços; agroindústrias; empresas de distribuição comercial; empresas de pesquisa agropecuária; empresas de marketing; cadeias de supermercados; empresas de *fast food* etc, resultaram na intensificação da divisão do trabalho, das trocas intersetoriais, da especialização da produção e em diferentes arranjos territoriais produtivos no campo e nas cidades que lhe são próximas, mostrando o aprofundamento da territorialização do capital no campo e da monopolização do espaço agrário.

O impacto de todas essas transformações na dinâmica populacional e na estrutura demográfica vem sendo intenso. Concomitantemente a uma reestruturação produtiva agropecuária e agroindustrial, ocorre uma revolução demográfica e urbana, marcada por grande crescimento populacional. Uma das características do processo de modernização das atividades agropecuárias no Brasil é o desenvolvimento de uma gama muito extensa de novas relações campo-cidade, dada a crescente integração da agropecuária ao circuito da economia urbana. Isto se dá, principalmente, porque a *agricultura científica* e o *agronegócio* têm o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. Dessa forma, quanto mais se difunde a *agricultura científica* e o *agronegócio* globalizados, mais urbana se torna a sua regulação.

Novas relações campo-cidade e a emergência da cidade do agronegócio

Uma das conseqüências da reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil é o processo de urbanização e crescimento urbano, promovidos, entre outros, pelas novas relações campo-cidade, desencadeadas pelas necessidades do *consumo produtivo agrícola*, que cresce mais rapidamente do que o consumo consumptivo. Segundo Santos, na medida em que é a cidade que passa a fornecer a grande maioria dos produtos, serviços e mão-de-obra necessários à produção agropecuária e agroindustrial modernas, algumas cidades locais e mesmo intermediárias deixam de ser a cidade no campo e se transformam na *cidade do campo*. Consideramos que podemos adaptar a denominação dada por Milton Santos de *cidade do campo* para *cidade do agronegócio* para classificar algumas das cidades, locais e intermediárias, do Brasil agrícola com áreas urbanas.

No período técnico-científico-informacional, as *cidades do agronegócio* se multiplicam no país e passam a desempenhar novas funções, transformando-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pela *agricultura científica* globalizada, resultando em muitas novas territorialidades. Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital (CARLOS, 2004), a *cidade do agronegócio* é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções.

Nas áreas de expansão do agronegócio e da *agricultura científica* globalizados, é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios. É possível mesmo observar uma rede de *idades do agronegócio*, considerando as diferentes demandas dos diversos ramos do agronegócio. Isto pode ser observado especialmente na *Região Concentrada*, sendo os grandes destaques as cidades médias, que já estariam em estágio mais avançado de urbanização da sociedade e do território.

Uma mesma região agrícola moderna pode possuir cidades do agronegócio com vários níveis de tamanho, de acordo com o dinamismo da agropecuária que se desenvolve no seu entorno, como é o caso da Região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, que se transformou, desde a década de 1970, na principal região dos sistemas agroindustriais sucroalcooleiros e de suco concentrado de laranja. Temos defendido (ELIAS, 1996, 2003b) que esta região é o exemplo maior do *Brasil agrícola moderno*, dado o nível e a complexidade das transformações socioespaciais pelas quais passou nos últimos quarenta anos. Acreditamos que nesta região a divisão do trabalho agropecuário e agroindustrial encontra-se tão exacerbada que poderíamos falar de uma rede de cidades do campo, polarizadas por Ribeirão Preto. Citaríamos Sertãozinho (a cidade da cana), Matão e Bebedouro (cidades da laranja), entre outras.

Diferentemente do consumo consumptivo, que cria demandas heterogêneas segundo os estratos de renda, o *consumo produtivo agrícola* gera demandas heterogêneas segundo as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial), assim como durante as diferentes etapas do processo produtivo, diferenciando os equipamentos mercantis. Dessa forma, para compreender a economia urbana das *idades do agronegócio*, é importante observar as funções que cada uma exerce durante as diferentes etapas do processo produtivo, como por exemplo, na safra e na entre safra.

Vale destacar, ainda, que quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação das redes de produção agropecuária, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais produtivos e os seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade.

As *idades do agronegócio* no Brasil têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP) são exemplos de *idades do agronegócio*.

Poderíamos citar alguns exemplos inerentes à recente ocupação de lugares de reserva na Região Nordeste, sejam associados à expansão da fruticultura nos vales úmidos, como Petrolina (PE) e, mais recentemente, Limoeiro do Norte (CE), ou à expansão da soja nos cerrados, que se dá em uníssono com a implantação das multinacionais Cargill e Bunge, desestruturando a formação socioespacial anterior, trazendo novas dinâmicas territoriais, políticas e socioculturais, ao entorno, como ocorre em Balsas (MA), Uruçuí e Bom Jesus (PI), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA).

Este último já é resultado de desmembramento ocorrido no ano de 2000 do município de Barreiras, principal centro urbano dos cerrados nordestinos, o primeiro a despontar

como tendo sua economia atrelada ao agronegócio da soja neste bioma, como já apontava Santos Filho (1988), na década de 1980. Acreditamos que Luís Eduardo Magalhães seja resultado da luta política desencadeada pelos migrantes descendentes (especialmente gaúchos), que se associam ao sistema agroindustrial da soja e buscam consolidar o próprio território, independente de forças conservadoras locais. Poderíamos dizer que este é um dos últimos municípios criados como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerente à expansão da agricultura científica globalizada, cuja economia se sustenta no agronegócio.

Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio

A difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizados, seja de frutas tropicais ou de soja, no Nordeste brasileiro vem promovendo metamorfoses de inúmeras naturezas, notadamente com a expansão do capitalismo no campo. Dentre os impactos negativos deste processo, destacaríamos: a crescente desarticulação da agricultura de subsistência e aumento da participação de empresas agropecuárias no total da produção agropecuária regional; a expansão da monocultura e, conseqüentemente, diminuição da biodiversidade, aumentando o processo de erosão genética; a mudança dos *sistemas técnicos agrícolas*, com difusão de um pacote tecnológico dominado por uma produção oligopolizada, muitas vezes impróprio para as condições do semi-árido e do cerrado, destruindo saberes e fazeres historicamente construídos; o aumento da concentração fundiária, com a expropriação de agricultores que não detém a propriedade da terra; o acirramento do mercado de terras, do acesso privado à terra, que tem seu preço aumentado, contrariando ainda mais as aspirações pela Reforma Agrária; o acirramento da privatização dos recursos hídricos, com as novas formas de normatização de seu uso; a formação de um mercado de trabalho agropecuário formal, com a expansão do trabalho assalariado, braçal e especializado; a fragmentação do espaço agrário, diferenciando cada vez mais os espaços da produção, compondo vários circuitos espaciais da produção agrária; o incremento da economia urbana e das cidades locais e intermediárias; o crescimento desordenado de algumas cidades, aumentando as periferias urbanas e as carências de infra-estrutura.

São visíveis as novas territorialidades na região, no campo e nas cidades, pontos de transformação da natureza, de criação de novas *horizontalidades e verticalidades* e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo. Mas, a reestruturação produtiva da agropecuária se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas disparidades. Dessa forma, o que está se processando é uma produção regulada pelo mercado associado aos novos padrões de consumo alimentar de frutas frescas e de derivados de soja comandado por grandes grupos hegemônicos do sistema alimentar, com o acirramento da divisão social e territorial do trabalho, resultando na refuncionalização dos seus espaços agrários e urbanos, difundindo-se especializações produtivas, mas que se mostram incapazes de se associarem a consecução de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Tudo isto vem se refletindo nas *idades do agronegócio*, que passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores. Destacariamos: ausência ou insuficiência de infra-estrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infra-estrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros.

Na busca pela compreensão do processo de urbanização e das transformações intra-urbanas vigentes nos *pontos luminosos* de crescimento econômico associadas à agricultura científica e ao agronegócio nas fronteiras agrícolas da fruticultura e da soja no Nordeste, foram identificados vários processos que se repetem, apesar da diversidade da realidade econômica, sócio-ambiental e cultural presente no semi-árido e nos cerrados nordestinos. Estes processos se encontram diretamente relacionados ao intenso e rápido crescimento demográfico pelo qual têm passado as sedes dos municípios-pólo, assim como uma redistribuição espacial da população nas respectivas regiões, acelerando-se uma migração intra-regional. Além disso, vale mencionar o maior fluxo migratório proveniente das regiões vizinhas e de outros Estados, deflagrando-se, assim, um crescimento urbano desordenado, visível na forma como as cidades se expandem ao longo de seu sistema viário regional ou mesmo seguindo as vias intra-municipais de acesso às sedes distritais e localidades rurais. Disto passa a ocorrer uma série de problemas atrelados à circulação e à mobilidade urbana e regional, atingindo tanto as áreas centrais das cidades, como as periferias, os espaços de transição e as localidades rurais mais longínquas. Fato é que a acessibilidade desigual aos equipamentos sociais e às redes de infra-estrutura entre as populações das áreas urbana e rural, assim como a centralização das instituições públicas e dos serviços nos municípios pólos já vem contribuindo para a aceleração desse fenômeno da urbanização, tornando-se ainda mais evidentes nas áreas onde a reestruturação produtiva da agropecuária concentra a propriedade da terra e diferencia as partes que compõem a região, seja nas relações de trabalho, seja na alocação de investimentos.

Deste crescimento urbano predominantemente excludente, emergem diversas questões associadas à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios trazidos pela urbanização, assim como aos conflitos e incompatibilidades de uso e ocupação do território levando ao surgimento de marcas de degradação ambiental comprometedoras das condições de habitabilidade nas diferentes escalas. A implantação de agroindústrias dissociada de estudos de adequação do uso do solo, a presença de estabelecimentos comerciais atacadistas que remanescem nos centros, os usos institucionais considerados impactantes sobre o meio urbano (como matadouros, aterros sanitários, cemitérios) são alguns dos processos que têm colaborado de forma negativa com a deterioração da paisagem nas cidades do agronegócio consideradas para análise.

Todavia, é na construção dos espaços residenciais, sejam eles formais ou informais, legais ou ilegais, promovidos pelo poder público ou pelo setor privado, tecnicamente assistidos ou auto-construídos, que se perceberá a forma mais predatória com que a expansão da urbanização tem se dado, tanto nas áreas centrais como nas áreas intermediárias, peri-urbanas ou mesmo em zonas de transição urbano-rural.

Compreendendo o espaço como síntese da interação entre os processos naturais e as relações sociais de produção e adotando-se as formas como a moradia se configura na paisagem como referência, os diferentes fenômenos foram agrupados segundo as seguintes questões: *favelização; mercado imobiliário; produção de habitação de interesse social pelo Estado; inserção de novos atores sociais; déficit habitacional e condições inadequadas de moradia.*

No que concerne à *favelização*, considerando a favela como intervenção informal e forma mais precária de moradia, onde a população não detém a propriedade da terra, teríamos, principalmente: a situação de irregularidade fundiária em desacordo com as normas urbanísticas; uma intensificação da favelização nos espaços de propriedade do poder público e nas áreas de proteção ambiental; o aumento das áreas em situação de risco; a precariedade das condições de moradia, refletindo na qualidade de vida da população; o surgimento de formas precárias de moradia com características urbanas agrupadas em áreas rurais próximas às áreas produtivas acompanhado de crescimento populacional.

Outrora concentrada nas áreas metropolitanas, as áreas de ocupação passam a se incorporar à paisagem urbana de um número cada vez maior de cidades, independente do seu contingente populacional. Considerando a expansão da agricultura científica nas regiões polarizadas pelas cidades do agronegócio, os impactos da concentração da posse da terra e da mecanização da agricultura em áreas onde predominava a agricultura familiar podem ser percebidos com o surgimento de novas formas de moradia na cidade.

Utilizando a nomenclatura de Otomar de Carvalho (2003), a presença de favelas por ele denominadas como "pontas de rua", pode ser minimamente quantificada a partir do número de entradas da cidade, tanto de caráter regional como local, visto que em cada uma delas tende a ser encontrada uma área de ocupação abrigando famílias provenientes do campo, reunindo habitações improvisadas, feitas em materiais rústicos, muitas vezes num só cômodo, quase sempre sem banheiro.

Independente de padrões urbanísticos normativos e mesmo daqueles tradicionais historicamente construídos, as cidades passam a ter sua periferia constituída por micro-espacos desordenados na sua implantação, dificultando a implantação das redes de infra-estrutura, bem como a sua acessibilidade, além de impedir as boas condições de mobilidade da população moradora (PASTERNAK, 1997).

Dentre os efeitos da favelização, podem ser mencionados o comprometimento das condições ambientais dos espaços livres periféricos e das margens de rios e lagoas, alvos preferenciais das novas ocupações, nos quais se reproduzem as velhas formas de implantação de assentamentos, dando as costas para os recursos hídricos. Em casos extremos, já se comprova a presença de áreas de risco, dado que parte das cidades do agronegócio nordestinas consideradas para análise, se insere em contextos de semi-aridez, decorrendo em inundações recorrentes nas áreas alagáveis irregularmente ocupadas, assim como no solapamento das margens de rios em situação de enchente, merecendo, assim, maiores cuidados no controle de futuras ocupações e na formulação de políticas de remoção e reassentamento em áreas ambientalmente estáveis.

A condição socioeconômica de extrema carência associada à situação fundiária precária da grande maioria das famílias também contribui para o estabelecimento de vínculos

de dependência com os novos senhores da terra, predominando a cessão de uso informal para fins de moradia.

Nas cidades do agronegócio mais recentemente constituídas, na sua mudança de função, o processo de favelização mostra-se ainda mais acentuado, nas quais a condição construtiva das moradias colabora para que estes espaços retratem ainda mais a situação de pobreza, desigualdade e exclusão como impactos característicos das novas relações de produção trazidas pela intensificação do capitalismo no campo, introduzindo formas mais intensivas de produção agropecuária.

Verdadeiros guetos de miseráveis, as favelas já podem também ser encontradas no próprio campo, alocadas nas pequenas localidades rurais que margeiam as áreas de produção, como no município de Limoeiro do Norte. Centenas de moradias precárias podem ser vistas em pelo menos quatro aglomerados próximos das áreas da produção intensiva da fruticultura irrigada na Chapada do Apodi. Localidades denominadas Km 60, Sucupira, Cabeça Preta, Km 69, dentre outras, reúnem famílias que têm na oportunidade de oferta do trabalho informal sazonal sua grande motivação. Processo similar foi constatado no interior dos projetos de irrigação em Petrolina, onde alguns núcleos habitacionais passaram a se formar abrigando novas famílias constituídas no próprio perímetro e mesmo alguns dos antigos irrigantes que se desfizeram de seus lotes, permanecendo porém, como assalariados.

A situação de precariedade, recentemente identificada, remonta aos padrões e aspectos da favelização nas grandes cidades durante a década de 1970 e 1980, quando as famílias não investiam na melhoria da habitação até mesmo por conta da instabilidade da não propriedade da terra, predominando as moradias feitas em taipa, desprovidas de infra-estrutura. Todavia, a chegada de um número cada vez maior de migrantes provenientes de municípios e estados vizinhos, tende a consolidar a ocupação, antevendo-se futuros conflitos fundiários.

No caso do *mercado imobiliário*, no que se refere à produção da moradia com a atuação do setor imobiliário local, ainda que incipiente, são apontados dentre outros fenômenos: a dinamização do mercado imobiliário, a partir da implantação de loteamentos para famílias de renda média e demanda e disponibilização de imóveis para aluguel; a verticalização nas áreas centrais atendendo a demandas específicas, associada à super-utilização do lote urbano e à segregação sócio-espacial; a presença de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; a implantação de loteamentos irregulares e clandestinos sem infra-estrutura e sem nenhum critério urbanístico.

É notório perceber a formação de um mercado imobiliário no âmbito do espaço intra-urbano da cidade do agronegócio como reflexo da intensificação das demandas da agricultura moderna. Outrora pautada em procedimentos informais de locação para fins residenciais, a presença de imobiliárias já denota a diversificação do perfil de moradores, representando a chegada de profissionais demandados pelas novas funções assumidas pelas cidades, como a de fornecer os insumos modernos, a mão-de-obra especializada, os implementos agrícolas, dentre outras.

Em Limoeiro do Norte, desde o início de 2005, passa a funcionar uma imobiliária cuja especialidade é a realização de contratos de locação. Vale lembrar que a mesma imobiliária já funcionava noutro município da região tendo, no entanto, como principal produto a venda

de lotes em parcelamentos periféricos atendendo a demanda local. Situação semelhante foi observada em outros municípios, como Balsas no Maranhão, Barreiras na Bahia e mesmo em outros de pequeno porte, como Uruçuí no sul do Piauí, sempre atendendo à demanda de novos trabalhadores especializados, que passam a aquecer o mercado imobiliário.

O mesmo pode ser dito a partir do crescimento da construção civil, percebido através do surgimento de uma verticalização, ainda de forma incipiente, abrigando moradores temporários como os representantes comerciais, os prestadores de serviços e mesmo os estudantes de cursos de nível superior, que também passam a simbolizar a modernização e a polarização destas cidades em relação às regiões circunvizinhas. Disto resulta um conjunto de edificações sob a forma de flats que mais parecem antigos "kitnets", especialmente localizados nas áreas centrais, em pisos superiores aos estabelecimentos comerciais, geralmente de propriedade do mesmo empreendedor.

Situações extremas já foram percebidas, com o surgimento de edifícios verticais de alto padrão, apesar da disponibilidade de terra urbana, especialmente nas cidades mais consolidadas, como Barreiras e Petrolina, e mesmo em Luís Eduardo Magalhães. O mesmo pode ser dito da implantação de pequenos condomínios fechados e loteamentos afastados da cidade, trazendo para estas cidades, padrões residenciais metropolitanos, que levam a exacerbação da dicotomia entre as áreas de segregação voluntária daqueles com maior poder aquisitivo e as áreas de exclusão social de outros desprovidos dos benefícios trazidos com a modernização da agricultura e seus rebatimentos na cidade do agronegócio. Desta maneira, percebe-se a reprodução de estratégias de apropriação dos investimentos públicos pelas classes dominantes, segregando-se em áreas de maior valor imobiliário por conta das infra-estruturas e dos serviços disponíveis (VILLAÇA, 1999).

O processo de verticalização, ao longo das margens do rio São Francisco em Petrolina no trecho já urbanizado próximo ao centro, pode ser mencionado como um claro exemplo de apropriação dos investimentos em infra-estrutura, fazendo inclusive elevar o preço da terra e consolidando o processo de substituição de antigas residências por edifícios multi-familiares. Mesmo nas partes mais distantes do centro, porém ainda margeando o rio São Francisco, observa-se a implantação de condomínios fechados os quais se apropriam das boas condições de mobilidade, das vantagens paisagísticas. Em Barreiras, a segregação socioespacial também se dá nos bairros próximos ao centro, áreas melhor providas de infra-estrutura, emergindo uma verticalização que apesar de pontual denota a alta concentração de riqueza gerada pelo agronegócio.

Como impacto deste processo, tem-se a manutenção de vazios urbanos em áreas dotadas de infra-estrutura, para futuros empreendimentos imobiliários, sendo quase sempre superdimensionado o poder de compra das classes melhor favorecidas locais, contribuindo, por sua vez, para o encarecimento da implantação de redes de infra-estrutura para as periferias, cada vez mais distantes.

Vale ressaltar que em municípios cujas atividades produtivas permitem uma maior empregabilidade da população local, como nas cidades que possuem agroindústrias, o mercado imobiliário formal também já se faz presente, promovendo, muitas vezes, loteamentos irregulares, desconectados de diretrizes urbanísticas. Com isso, a população inserida no mercado formal de trabalho passa a buscar a aquisição do lote urbano como forma de investimento.

No caso do município de Balsas, onde a taxa de urbanização já ultrapassa 84%, observa-se a proliferação de loteamentos, os quais ainda que justapostos, contribuem com o crescimento desordenado da cidade. Assim, passa a ocorrer uma setorização das famílias de melhor poder aquisitivo ao sudeste da área central, onde condomínios fechados com sua própria infra-estrutura já podem ser encontrados. Mesmo na pequena Uruçui já se observa um loteamento a 15 km da sede municipal, nas proximidades da unidade esmagadora de soja da Bunge, indicando uma nova frente de urbanização isolada e diferenciada da precária situação existente na cidade. Em Barreiras, e especialmente em Luís Eduardo Magalhães, verifica-se a clara distinção entre os alvos do mercado imobiliário, sendo o eixo de ligação entre as duas cidades o lócus preferido para loteamentos de melhor padrão, ao contrário das saídas para o Piauí (Barreiras) e para Brasília (Luís Eduardo Magalhães), onde as famílias de menor poder aquisitivo têm se assentado ainda desprovidas de infra-estrutura.

Para que esse novo perfil de demanda possa ser incorporado, segundo a lógica de acumulação que domina o mercado imobiliário formal, faz-se necessário a sua precarização, transferindo-se para o poder público e para a municipalidade como um todo os custos da urbanização. Disto loteamentos irregulares quanto ao que determina a lei passam a ser produzidos, desconsiderando-se também a doação de áreas para equipamentos sociais, espaços livres e preservação ambiental (CAMPOS, 1992).

No que concerne à *produção de habitação de interesse social*, diríamos que na intervenção do poder público nas diferentes esferas de governo em ações voltadas para a produção da moradia, pode-se detectar alguns processos, dentre os quais: construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, desprovidas de infra-estrutura e sem qualquer interligação à malha urbana existente, induzindo à expansão urbana; acessibilidade desigual às redes de serviço e infra-estrutura urbanas e aos equipamentos sociais, associada à pobreza urbana; fragmentação das ações habitacionais promovidas pelo poder público, tanto no que se refere à sua materialização como objeto do espaço urbano quanto no aspecto político, relacionado aos planos e programas implementados; fragilidade dos instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano, incapazes de amenizar os problemas decorrentes da urbanização, tanto no que se refere à habitação, quanto aos problemas relacionados à organização do território.

Observando a realidade da produção da moradia de interesse social, verifica-se que as intervenções realizadas decorrem de programas conduzidos pelo Governo Federal, seja através do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), seja da Caixa Econômica Federal, ou pelos Governos Estaduais através de suas Companhias de Habitação – COHABs ou órgãos equivalentes. Nestas ações, pode ser apontada como regra a localização periférica dos conjuntos habitacionais produzidos, contribuindo para um crescimento urbano ainda mais desordenado, remanescendo diversos espaços vazios nos interstícios entre as franjas peri-urbanas e as áreas centrais (MARICATTO, 2001).

Grandes vazios urbanos ainda remanesçam entre a periferia de Limoeiro do Norte e a área central, tendo as franjas peri-urbanas sido formadas a partir de projetos habitacionais de interesse social promovidos pelo poder público nas últimas três décadas. Em Barreiras, oeste da Bahia, observa-se um recente projeto habitacional implantado pela prefeitura na saída para o Piauí, no qual vem sendo assentadas as famílias provenientes das favelas situadas nas

demais entradas da cidade. Todavia, remanescem grandes áreas vazias próximas ao centro, inclusive dotadas de infra-estrutura urbana, contribuindo sobremaneira para a especulação imobiliária. Situação peculiar pode ser constatada em Petrolina, onde os conjuntos habitacionais periféricos induziram à ocupação das áreas vizinhas, não havendo mais condições de expansão em alguns trechos onde os limites do perímetro urbano já foram definitivamente atingidos, contrapondo-se assentamentos urbanos e áreas de produção da fruticultura.

Via de regra, estes conjuntos contam com redes de infra-estrutura, deixando claramente a situação de acessibilidade desigual aos serviços urbanos como característica também nas cidades do agronegócio. Além disso, outros assentamentos periféricos justapostos os quais já não dispõem dos mesmos benefícios passam a utilizar da infraestrutura de forma clandestina, o que leva à sua supersaturação e degradação.

Na ausência de instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano e, principalmente, na carência de políticas habitacionais de interesse social delineadas segundo as necessidades e possibilidades locais, tem-se um cenário não tão positivo no ambiente urbano destas cidades. Recomenda-se assim para a reversão deste quadro, a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento institucional, visto que a realidade da questão habitacional já demanda políticas, programas, projetos e, especialmente, técnicos nas instituições locais que sejam capazes de implementá-los.

Considerando a *inserção de novos atores sociais* e a abertura à participação nos processos associados à questão da moradia, já se fazem notar nas cidades do agronegócio, alguns fenômenos que demonstram a abertura de novos canais de interlocução para a sociedade civil ainda incipientemente organizada. Especialmente apoiadas pela igreja, algumas ações de pequeno porte já começam a se disseminar nestas cidades, constituindo-se em projetos demonstrativos que se configuram como referência para os demais.

Associados a esta temática podemos apontar, dentre outros processos: ações de combate ao problema da moradia desvinculadas do poder público, assumidas por organismos do terceiro setor; condições de organização dos movimentos sociais urbanos ainda incipientes e falta de integração com as questões da reforma urbana. No caso de Limoeiro do Norte, chama atenção a atuação do movimento social urbano organizado em torno da questão da moradia, o qual foi capaz de realizar um cadastro de famílias inseridas na situação de déficit habitacional abrangendo tanto a cidade como o campo, o qual confirmou tanto as constatações empiricamente obtidas no trabalho de campo, como as informações obtidas com as bases estatísticas fornecidas pelo IBGE e pela Fundação João Pinheiro. Vale ainda mencionar a presença de escritório da ONG Habitat para a Humanidade, associada à igreja, cuja ação tem promovido a realização de parcerias entre o poder local e o movimento social, viabilizando a produção de moradias em regime de mutirão, as quais por conta de sua qualidade construtiva servem de referência para os demais projetos habitacionais realizados no município. Evidências da atuação da igreja, junto a outras instituições voltadas para o desenvolvimento local sustentável foram também observadas nas outras cidades do agronegócio ficando, porém, ao nível das ações de exigibilidade de direitos.

Quanto ao *déficit habitacional e as condições inadequadas de moradia*, a expressão quantitativa desses processos pode ser aferida através de estudos recentes feitos pela Fundação

João Pinheiro no que se refere ao dimensionamento do déficit habitacional e às condições inadequadas de moradia. Deste estudo, podem ser apontadas como principais características do déficit habitacional associadas às cidades do agronegócio, as quais são também verificadas quando se analisa as áreas metropolitanas, onde o crescimento econômico se mostra igualmente concentrado e desigual: representatividade do déficit habitacional em relação ao total de domicílios; altos percentuais de domicílios vagos apesar da demanda; predominância da situação de co-habitação como principal causa do déficit habitacional; complementação quase que integral do déficit quando somados: co-habitação e domicílios feitos com materiais rústicos; grande maioria do déficit na faixa de renda inferior a três salários mínimos.

Considerando as cidades do agronegócio tomadas como referência nesse estudo, observa-se que suas taxas de urbanização mostram-se em progressivo crescimento, atingindo valores similares às regiões metropolitanas, como: Barreiras (89,4%); Balsas (84,7%) e Petrolina (77,8%). Outros municípios, como Limoeiro do Norte (58,8%), ainda que com processos recentes de modernização da agricultura, já chegam a mais da metade da população vivendo na zona urbana.

Vale também considerar que, a diferença entre o déficit habitacional e o número de domicílios vagos mostra-se bastante reduzida, especialmente nos municípios de porte médio, com funções de centros regionais. Nestes casos, tem-se, num extremo, aqueles com maior aporte de capital passando a investir na construção de casas para locação, enquanto que noutro, percebe-se a expansão da pobreza diretamente associada à relação campo-cidade, onde convergem para a cidade famílias que passam a morar em moradias feitas de materiais rústicos, ou na condição de convivente com outra unidade doméstica.

No caso de Barreiras tem-se um déficit de 6.500 domicílios (20,5 % do total), enquanto que mais de 5.400 residências (17 % do total) encontram-se desocupadas. A situação é similar para o caso de Limoeiro do Norte, onde menos de mil novas casas resolveriam um déficit habitacional de quase três mil residências. Vale aqui ressaltar que esse contingente de domicílios vagos tem na incapacidade da população local de pagar pelo aluguel um dos principais motivos para a sua desocupação.

A co-habitação como indicador do déficit habitacional em Petrolina chega a atingir mais de 90 % do total do déficit, ao contrário de Limoeiro do Norte e Balsas, onde o percentual de domicílios rústicos chega a atingir em torno de 30 %. Acredita-se que no caso de Petrolina, uma cidade do agronegócio de porte médio, por conta da própria diversidade de funções, além dos investimentos governamentais nos projetos de irrigação, verifica-se uma melhoria gradativa das condições de moradia, substituindo-se os materiais precários por outros que garantam uma condição de vida melhorada.

Ainda que não se possa afirmar de forma categórica, levanta-se a hipótese de que a fruticultura, ao demandar um número maior de empregos (2 a 5 empregos/hectare) em comparação à cultura da soja, (um emprego/100 hectares), promova melhores condições de moradia em cidades como Petrolina do que em cidades que polarizam regiões de produção da soja, como Balsas, onde denota-se altíssimos índices de miséria. No caso de Limoeiro do Norte, onde o processo de implantação do agronegócio ainda é recente, verifica-se a tendência de redução do índice de domicílios feitos de materiais rústicos, tamanha é a transformação

nas suas periferias, assim como pela progressiva diminuição do número de famílias vivendo na zona rural, onde o número de moradias feitas em taipa costuma ser representativo.

No que se refere à condição inadequada de moradia, percebe-se uma clara relação entre a localização da pobreza e a precariedade das condições de habitação. As condições sanitárias inadequadas nas cidades do agronegócio do Nordeste demonstram que o desenvolvimento concentrado da forma como se realiza, reproduz cada vez mais, a lógica da desigualdade, homogeneizando paisagens periféricas, associando a moradia da pobreza à falta de recursos para a construção de instalações sanitárias da parte dos moradores, e à inoperância e incapacidade dos municípios em implantar redes de infra-estrutura. Nisto, a situação de Balsas é exemplar dado que 50% dos domicílios encontram-se sem banheiro onde a taxa de urbanização superior a 84 % do total.

A inadequação fundiária também já é visível nestes municípios, denunciando o processo de favelização já vigente, especialmente visível na condição daqueles que são proprietários da moradia, sem ter a propriedade do terreno. No caso de Limoeiro do Norte, pelo menos 5 % dos domicílios se mostram em condições fundiárias irregulares.

Por fim, a carência de infra-estrutura se apresenta de forma diferenciada para os municípios analisados. Nas cidades associadas ao agronegócio da soja, a carência de infra-estrutura é maior, chegando em ambos os casos, a ser superior à metade da população: Barreiras (54,4%) e Balsas (64,4%). Em contrapartida, nas cidades do agronegócio da fruticultura, os números mostram-se mais favoráveis: Limoeiro (32,3%) e Petrolina (14,5%). Mais uma vez, é possível apontar a tendência de que as culturas que gerem um maior número de empregos levem a melhores condições de moradia.

Considerações finais

É importante frisar que a reestruturação da agropecuária não homogeneizou a produção ou os espaços agrícolas, nem tão pouco os espaços urbanos que crescem com este processo. O que ocorre em contraposição ao processo de globalização da produção e do consumo agropecuário é um intenso processo de fragmentação da produção e do espaço agrícola. Assim sendo, como recurso de método para compreensão da urbanização brasileira, do espaço agrário e das cidades do agronegócio, temos que considerar esta fragmentação, que torna cada vez mais diferenciados os espaços agrícolas e as cidades do agronegócio.

Ditamos que, hoje, existem vários circuitos da economia agrária, extremamente hierarquizados tendo numa ponta, os produzidos pela expansão do agronegócio globalizado associado ao circuito superior da economia urbana, enquanto que na outra extremidade, teríamos os espaços agrícolas, nos quais ainda predomina a agricultura de sequeiro, a pecuária extensiva, o extrativismo, onde a natureza continua tendo peso importante para a vida de milhares de comunidades, nas quais os ciclos naturais e o tempo lento ainda são hegemônicos.

É justamente dentre os tentáculos do circuito superior da economia agrária brasileira que encontramos as cidades do agronegócio, nas quais é possível articular a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mer-

cado, participando dos circuitos espaciais globalizados de produção agropecuária, nas quais as verticalidades têm predomínio sobre as horizontalidades.

Considerando a divisão do território brasileiro proposta por Santos em meados da década de 1980, que sofreu algumas derivações na década seguinte, acreditamos que a Região Concentrada (SANTOS, 1986b) e a Região Centro-Oeste foram aquelas nas quais ocorreu uma maior adaptação aos interesses do capital monopolista presente na agropecuária, construindo-se de acordo com as demandas da agricultura do presente período histórico.

Nestas regiões, as cidades do agronegócio mostram-se mais avançadas enquanto forma e função, muito embora apareçam de maneira incipiente nas demais partes do território nacional. Nestas regiões, a cidade e o campo encontram-se mais mecanizados para a produção agropecuária globalizada, o que se dá em uníssono com o circuito superior da economia urbana, onde as relações campo-cidade mais se metamorfoseiam, onde podemos mais claramente identificar cidades, locais e intermediárias, associadas à reestruturação produtiva da agropecuária, erigindo novas formas e funções, geridas pelo processo de globalização da agropecuária. Para compreendê-las, necessitamos elencar uma série de novos fenômenos que passam a ser recorrentes nestas cidades.

Diante dos processos identificados e dos elementos analisados associados à problemática do déficit habitacional e da inadequação das condições de moradia nas cidades do agronegócio, podemos afirmar a necessidade de adoção de medidas voltadas para o enfrentamento do problema da moradia. Outrora associada à realidade urbana de grandes cidades, a favelização tanto já se faz presente, como também já se torna mensurável, estando diretamente associada aos fluxos migratórios para as cidades do agronegócio. Da mesma forma, estas cidades passam a ser alvo de empreendimentos imobiliários em decorrência da riqueza gerada pela reestruturação das atividades produtivas da agropecuária, tornando a construção civil um potencial investimento.

O poder local por sua vez, dependente de recursos provenientes de governos federal e estadual, permanece com ações pontuais, desconectadas de uma política habitacional de interesse social, inexistente nas diferentes escalas. Observa-se também que por conta da magnitude do problema, já emergem ações da sociedade civil e de organizações não governamentais no sentido de apresentar projetos demonstrativos como alternativas capazes de impactar as políticas públicas.

Num estudo mais aprofundado sobre os dados disponibilizados sobre o déficit e a inadequação habitacional, foi possível constatar a contradição entre o déficit habitacional e a existência de domicílios vagos quase que semelhantes em termos quantitativos. Todavia, ao considerarmos os dados da inadequação da moradia, percebe-se que na falta de uma política habitacional de interesse social, seja na escala nacional – na formulação de programas, viabilização e destinação de recursos, seja na escala estadual ou local – na promoção de sua implementação e execução de forma planejada – os problemas aqui apontados tendem a crescer, comprometendo cada vez mais as condições de habitabilidade urbana.

Os problemas associados à irregularidade fundiária, à concentração de posse da terra urbana e à forma desigual como as redes de infra-estrutura são implementadas, além do descompasso entre produção da moradia no que se refere à oferta e à demanda, nos leva a crer

que a questão habitacional não será resolvida tão somente através de políticas habitacionais setoriais, mas sim de maneira integrada às políticas territoriais de desenvolvimento urbano. Assim, considerando que o problema da moradia se apresenta interligado aos conflitos de uso e ocupação do solo, articulado às necessidades de transporte e mobilidade e atrelado às demandas por redes de infra-estrutura e equipamentos sociais, acredita-se na necessidade da retomada do planejamento urbano como estratégia para amenizar a situação existente.

Tendo em vista os instrumentos legais disponibilizados pelo Estatuto da Cidade e a valorização dada pelo mesmo ao Plano Diretor como instrumento de política urbana, inclusive ampliando a sua abrangência para todo o município, não somente para a área urbana, levanta-se a hipótese a cidade do agronegócio seja o ambiente propício para a formulação de novas proposições buscando na cidade as soluções para as questões do campo e no meio rural, as respostas para os problemas urbanos.

Referências

- CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CAMPOS, C. M. *Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos*. SP: Nobel, 1992.
- CARVALHO, O. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *Regiões e Cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: UNESP, ANPUR, 2003.
- ELIAS, Denise (Org.). *O Novo Espaço da Produção Globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)*. Fortaleza: Funece, 2002. 366p.
- ELIAS, Denise. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de (Org.). *O Território Brasileiro*. Campinas, SP: Territorial, 2003a.
- ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura*. São Paulo: EDUSP, 2003b.
- FERNANDES, A.; SANTOS FILHO, M. A. Modernização do campo nos cerrados baianos. In: *Espaço e Debates*, ano VIII, 1988, n. 25 (63:75).
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- PASTERNAK, Suzana. *Favelas e Cortiços no Brasil: 20 anos de Pesquisas e Políticas*. São Paulo: LAP, 1997.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Os circuitos espaciais da produção*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (Orgs.). *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986a.
- _____. A região concentrada e os circuitos produtivos. Relatório de pesquisa, *O centro nacional: Crise mundial e redefinição da região polarizada*. São Paulo: Depto de Geografia USP, 1986b (datilografado).
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Involução Metropolitana e Economia Segmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Depto de Geografia USP, 1990 (datilografado).
- _____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VILAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

Espaço público, cultura e participação popular na cidade contemporânea

Espace public, culture et engagement populaire dans la ville contemporaine

Public space, culture and popular participation in the contemporary City

Angelo Serpa

Professor adjunto doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, com Pós-doutorado em Geografia Cultural pela Universidade de Paris IV (Sorbonne), pesquisador do CNPq, Av. Princesa Leopoldina, 359, Apto. 602, Ed. Vale da Princesa, Graça - Salvador, BA - CEP: 40.150-080
angserpa@ufba.br

Resumo: O texto discute o papel do espaço público na cidade contemporânea como espaço de ação política e arena para manifestação de diferentes ideias de "cultura" no contexto urbano. A cultura é vista aqui como um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que assegura. Busca-se uma ideia de "cultura" que abarque as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, a partir de relatos de moradores dos bairros populares de Salvador visando ao aprofundamento da discussão sobre a participação popular na formulação e gestão de políticas culturais num momento de consolidação de atividade turística na cidade. Na segunda parte do trabalho, tomando-se a formulação do conceito de "entre-lugar" como ponto de partida, analisa-se o exemplo das rádios comunitárias nos bairros populares de capital baiana, atentando-se para a força das táticas enraizadas no lugar a que podem subvertir a lógica da produção de hegemonias culturais nas cidades contemporâneas. Por fim, sugere-se uma análise fenomenológica e praxeológica das trajetórias culturais dos grupos que produzem e reproduzem ideias de cultura alternativas à cultura dominante, a fim de apreender a composição dos lugares onde estes grupos atuam, bem como a inovação que modifica estes lugares ao atravessá-los, por sua abrangência de atuação.

Palavras-chave: Espaço Público, Cultura Popular, Participação Popular, Entre-Lugar, Rádios Comunitárias.

Résumé: L'article aborde le rôle de l'espace public dans la ville contemporaine comme lieu de l'action politique ainsi que de la manifestation des différentes idées de culture dans le contexte urbain. La culture est vue ici comme une raison de conflits d'intérêts dans les sociétés contemporaines, des conflits pour régler sa définition, pour la contrôler et surtout pour participer aux bénéfices qu'elle assure. On cherche une idée de «culture» qui embrasse les représentations et les pratiques sociales des habitants des quartiers populaires à Salvador, en suivant le but d'approfondir la discussion autour de l'engagement des couches populaires à la formulation et la gestion des politiques culturelles à un moment de consolidation d'activités liées au tourisme dans la capitale baianaise. Dans la deuxième partie du texte, à partir de la définition du concept d'«entre-lieu», on analyse l'exemple de l'ensemble des installations, services et programmes de la radio dite «communautaire» dans les quartiers populaires à Salvador, pour ensuite discuter la force des actions attachées aux lieux face aux stratégies de production d'hégémonies culturelles dans les villes contemporaines. Finalement, on propose une analyse basée sur la phénoménologie, sur la praxis et les trajectoires culturelles des groupes qui produisent des idées alternatives aux idées dominantes de culture, pour appréhender la structure des lieux, où ces groupes agissent, ainsi que les résultats de leur action.

Mots-clés: espace public, culture populaire, engagement populaire, «entre-lieu», radio communautaire.

Abstract: The text is about the part the public space plays in the contemporary city as the space of politic actions and to show different ideas of "culture" in urban context. The culture here, as occasion of contemporary societies interests conflict, one conflict for its definition, its control and for the assured benefits. It is to look for one "culture" idea that embrace the social representations and practices of common citizen in contemporary cities, from Salvador's popular quarters residents reports, in order to make a profound study of the popular participation in formulation and management of cultural policies when happens the consolidation of touristy activities in the city. The second part of the text uses the formulation of the "inter-place" concept to analyzes the example of communitarian radios in popular quarters of Bahia's capital, with attention in the power of their established tactics that can subvert the logic of hegemonic cultural production in contemporary cities. Finally the suggestion for a phenomenological and praxeological analyze of the cultural ways of the groups that produce and reproduce alternative cultural ideas against the dominate ones, in order to understand the places where these groups act as well as the innovation that changes these places because of their actuation.

Keywords: Public Space, Popular Culture, Popular Participation, Inter-Place, Communitarian Radios.

Espaço público e ação política

Para Hannah Arendt, dois fenômenos estão relacionados com o termo "público": aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível; ou significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Arendt ressalta a dificuldade que experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida (ARENDR, 2000).

Segundo a autora, a ascendência da esfera social, que não é nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado Nacional. A "economia nacional" ou a "economia social" vão paulatinamente substituindo a "ação política" nesse processo, indicando o surgimento de uma espécie de "administração doméstica coletiva". Pensando nesses termos, o comportamento substitui a ação como principal forma de relação humana e o que tradicionalmente chamamos de Estado e de Governo cede lugar à mera administração pública.

Somente quando a riqueza transformou-se em capital, cuja função única era gerar mais capital, é que a propriedade privada perdeu seu caráter mundano e passou a situar-se na própria pessoa. A principal característica da moderna teoria política e econômica, conforme Arendt, tem sido a ênfase que coloca nas atividades dos donos de propriedades e em sua necessidade de "proteção governamental" para fins de acúmulo de riqueza (ARENDR, op. cit.).

A idéia de opinião pública remonta aos séculos XVII e XVIII com Hobbes, Locke e Rousseau. Na França, com Rousseau e os Enciclopedistas era a opinião do povo sustentada pela tradição e pelo bom senso; ou ainda a opinião, que através da discussão crítica na esfera pública é purificada numa "opinião verdadeira". Nela se dissolve e se supera a antítese entre opinião e crítica (apud HABERMAS, 1984).

De acordo com Rousseau, a vontade geral seria antes um consenso dos corações que dos argumentos. No contrato social preconizado por ele, cada um deveria submeter à comunidade a sua pessoa, os seus bens e todos os seus direitos para, através da mediação da vontade comum, participar nos direitos e deveres de todos. A Democracia de Rousseau baseia-se na idéia do plebiscito permanente, a opinião pública resultando dos cidadãos reunidos para aclamação e não da argumentação pública de um "público esclarecido" (apud HABERMAS, op. cit.).

Enquanto os Fisiocratas defendiam um absolutismo complementado por uma esfera pública criticamente atuante, Rousseau quer democracia sem discussão pública. Aqui, a opinião pública equivale ao "mudo espírito do povo". Como os Enciclopedistas, Kant inicialmente concebe o uso público da razão como coisa de eruditos, que deveriam induzir o povo a se servir de sua própria razão. Esta era a base para a soberania popular em Kant, para o qual as ações políticas são ações morais, a "legalidade" vista como decorrência da "moralidade". De acordo com isso, a soberania das leis é conseguida através de uma esfera pública cuja capacidade funcional é imposta, sobretudo, com a base natural do estado de direito (apud HABERMAS, op. cit.).

Tocqueville entendia que a opinião pública determinada pelas paixões das massas necessitaria ser "purificada" através dos "competentes pontos de vista" de cidadãos materialmente independentes, reivindicando a criação de poderes intermediários para incorporar efetivamente a opinião pública na divisão e na limitação dos poderes governamentais. Para Mill, questões políticas não deveriam ser decididas através de um apelo direto ou indireto à visão ou vontade de uma "multidão inculta", mas só através dos pontos de vista formados depois de considerações pertinentes por um número relativamente pequeno de pessoas, reivindicando uma esfera pública sem classes, representativa e sem hierarquia (apud HABERMAS, op. cit.).

No campo ideológico oposto, a opinião pública é denunciada por Marx como falsa consciência: Ela esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês. Desse modo, a esfera pública contradiz seu próprio princípio de "acessibilidade universal". O poder político no sentido autêntico é o poder organizado de uma classe para opressão de outra. Para Marx, o princípio da autonomia não poderia se basear na propriedade nem na esfera privada, mas deveria buscar sua fundamentação na própria esfera pública (apud HABERMAS, op. cit.).

O que é cultura?

Segundo Arendt, Cultura e Política são fenômenos da esfera pública, pois ambos baseiam-se na capacidade de julgamento e de decisão. Cultura indica que arte e política, não obstante seus conflitos e tensões se inter-relacionam e até são dependentes. Em juízos estéticos, tanto quanto em juízos políticos, toma-se uma decisão. A atividade do gosto decide como o mundo deverá parecer, independentemente de sua utilidade e dos interesses que tenhamos nele. Visto assim, o gosto é a capacidade política que humaniza o belo e cria uma "cultura" (ARENDR, 2002a).

Cultura (palavra e conceito) é de origem romana, significava originalmente agricultura, rida em alta conta na Roma antiga em oposição às artes plásticas e ao fabrico. Também exprimia a reverência romana para com o testemunho do passado (preservação do legado grego e continuidade da tradição). Mesmo no presente, cultura ainda é pensada nos termos de tornar a natureza um lugar habitável para as pessoas e de cuidar dos monumentos do passado. Mas isso não esgota os significados da palavra, do conceito de cultura (ARENDR, op. cit.).

Buscar uma idéia de "cultura" que abarque as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, evidenciando as características e as possíveis peculiaridades das manifestações culturais populares, parece, a princípio, tarefa ingrata e complexa, particularmente em Salvador, num momento de transformações evidentes da paisagem da cidade para o consumo turístico.

Qual o impacto dessas estratégias econômicas no acontecer das manifestações culturais nos bairros populares de Salvador?

O que se entende, afinal, por "cultura" nas áreas de urbanização popular das cidades contemporâneas?

Para os moradores dos bairros populares de Salvador¹, cultura significa arte, música, o aprendizado cada vez mais amplo, para ser passado às próximas gerações, tudo que vem do passado, construído ao longo do tempo e das gerações, o acervo de conhecimentos de uma comunidade, tudo aquilo que marca um lugar, as raízes étnicas e as festividades:

"Cultura é o acervo de conhecimentos de um povo, de uma comunidade. É o legado do passado que vai garantir o futuro, um acervo de conhecimentos e costumes." (José Salvador da Paz Barros, 60 anos, morador de São Tomé de Paripe)

"Cultura é aprimoramento intelectual, é crescimento intelectual. Um aprendizado!" (Rosilene Alves dos Santos, 37 anos, moradora da Boca do Rio)

"Cultura no primeiro plano é desenvolvimento da leitura, porque tem que lutar pelo saber, pela escola, pra daí surgir a cultura." (Hilda de Jesus Santos – Mãe Hilda, 81 anos, moradora do Curuzu)

"Cultura é arte, é música." (Geane da Silva Cordeiro, 25 anos, moradora de São Tomé de Paripe)

Muitos associam cultura à dança, ao artesanato, à conscientização, à tradição:

"Cultura são manifestações que vêm do povo. A maioria dessas manifestações culturais sempre emana do povo mais humilde." (Antônio Carlos dos Santos Vovò, 51 anos, morador do Curuzu)

"Nós temos a musicalidade dos Alagados, nós temos alguns grupos de percussão e temos também trabalhos de coreografia." (João Carlos de São Pedro, 33 anos, morador da Ribeira)

"A nossa cultura... hoje a comunidade mantém essa cultura, principalmente a capoeira." (Severina Corrcia Dias de Melo, 53 anos, moradora de Paripe)

"Cultura são os laços de identidade de um povo." (Jailson Silva dos Santos, 27 anos, morador da Boca do Rio).

"A cultura do artesanato. Ainda hoje existem mulheres rendeiras... Essas mulheres apareceram no bairro em função da fábrica têxtil, já tem mais de um século e foi passando de mãe para filha até hoje. Elas têm essa necessidade de passar essa cultura que é arte." (Joseane Santos da Cruz, 29 anos, moradora de Plataforma)

¹ Relatos obtidos a partir das pesquisas do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação do Departamento e Mestrado de Geografia da Universidade Federal da Bahia, num universo de oito bairros populares em Salvador. Sobre a aplicação do conceito de redes sociais para amostragem dos entrevistados ver Serpa, 2005.

Cultura e participação popular

A cultura é um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que assegura.

"Cultura, cultura é tudo!" (Renivaldo Santana Sena, 38 anos, morador do Curuzu).

Cultura é tudo e nada ao mesmo tempo, devemos negar seu caráter ontológico com a força de um não verdadeiro: Cultura não existe! (MITCHELL, 1996). Visto assim, o que existe é uma idéia de cultura apropriada e disseminada para o bem e para o mal, se é que podemos falar de um modo tão maniqueísta sobre a idéia de cultura. Cultura é linguagem que se traduz em códigos, mas precisamos, sobretudo, entender como surge a idéia de cultura, o porquê de sua força, relacionando-a com as estratégias dos agentes que produzem a cidade, via meios de comunicação, incluindo o teatro, o rádio, o cinema e a televisão.

Isto sugere uma possível agenda para a geografia cultural. Compreender como grupos poderosos historicamente operacionalizaram a noção de cultura, examinando, por exemplo, como referências à cultura e às diferenças culturais (e sua valorização como atributos de um povo) ajudam à colonização, à "guerra" étnica, à produção de uma "subclasse", (isso) nos permitirá a começar verdadeiramente a ver as "geografias da cultura" (...) como processos sociais reais, práticas de representações sociais. (MITCHELL, op. cit., p. 47)

O ponto de partida para qualquer análise em Geografia Cultural deve ser, portanto, o de compreender como a *"idéia de cultura funciona em meio e através de relações sociais de produção e reprodução"* (MITCHELL, op. cit., p. 46). Com as leis do mercado penetrando na substância das manifestações culturais e tornando-se iminentes a elas como leis estruturais, tudo – difusão, escolha, apresentação e criação – se orienta, nos setores amplos da cultura, de acordo com estratégias de venda do mercado. A Bahia e sua capital transformam-se em produtos turístico-publicitários, com a distribuição desigual e segregadora de equipamentos culturais no tecido urbano-regional. Assistimos à emergência de "novas" tradições reinventadas a cada dia para um consumo turístico cada vez mais segmentado e diferenciado.

É uma lógica homogeneizante, que exprime uma posição "de força", afirmando a universalidade dos valores culturais das classes médias urbanas, se apropriando de tudo que parece digno de ser extirpado das classes populares, num processo de "vampirismo cultural". Vista neste contexto, a atividade turística faz com que as populações locais reinventem seu cotidiano e, nesta reinvenção, a lógica da atividade turística se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da cidade e de seus bairros, impactados por novos valores, novos símbolos, novas referências e expectativas. São valores hegemônicos, já que são impostos por grupos sociais específicos com suas concepções próprias de "cultura".

Como falar de participação popular na formulação de políticas culturais num contexto tão adverso?

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer a existência de culturas dominantes e subdominantes ou "alternativas", não apenas no sentido político, como também em termos de sexo, idade e etnicidade, já que o poder é expresso e mantido através da reprodução da cultura (COSGROVE, 1998). Nos bairros populares da cidade, muitas vezes à margem de qualquer subsídio ou lei de apoio à cultura, manifestações populares "alternativas" vão surgindo ou "teimosamente" persistindo.

São manifestações "esquecidas" pela mídia e pelo *marketing* turístico, como a capoeira, as rendeiras, a costura artesanal, as festas de pescadores, os grupos de teatro popular, as festas promovidas pelas associações de moradores, os autos de natal, os corais, os carnavais de bairro, o maculelê, os blocos e as danças afro. Na maioria das vezes, é no espaço das associações de moradores, das paróquias e dos terreiros de candomblé, que essas manifestações encontram algum espaço de expressão. Ao mesmo tempo, muitas delas vão desaparecendo, permanecendo vivas apenas na memória de alguns moradores (SERPA, A., 2004).

Falar de participação popular na construção de políticas culturais para a cidade significa, sobretudo, dar voz e visibilidade para os diferentes agentes e grupos que produzem "cultura", reconhecendo sua diversidade e suas diferenças. É preciso desconstruir a hierarquia das diferenças, que transforma o que é diverso em desigual. A cultura popular não é melhor nem pior que a cultura "erudita", dos teatros, dos museus, das galerias de arte e das casas de espetáculo da cidade.

Esta relação de hierarquia deve ser desconstruída paulatinamente no dia-a-dia da produção cultural urbana. Com hierarquia não há a possibilidade de construção de um diálogo profícuo entre os diferentes agentes e grupos que produzem cultura. Esse diálogo deve estar, aliás, na base de processos identitários, que subsidiem novas e renovadas relações entre estes agentes e grupos, podendo originar, inclusive, conselhos e estruturas de gestão inovadores para a produção cultural da cidade.

Desconstruindo a hierarquia das diferenças: a noção de "entre-lugar"

A chave para a participação é, portanto, o diálogo. E o diálogo pressupõe a desconstrução da hierarquia das diferenças.

É necessária a construção de entre-lugares como arenas para expressão dos conflitos e contradições inerentes à diversidade de culturas nas cidades contemporâneas. Entre-lugares como reflexo e condicionante de territórios planetarizados, mas plenos de "lugar". Entre-lugares como territórios resultantes da *"apropriação do espaço sincronizado pelas múltiplas culturas e grupos humanos"* (SERPA, F., 2004, p. 157).

Deve-se falar na construção de processos identitários que não procedam à reificação da cultura popular nem da cultura dominante, para a construção de algo realmente novo:

A identidade como fundante gera a desigualdade, possibilitando um processo político que se caracteriza pela luta por uma hegemonia universal (...) A diferença como fundante gera, em potência, a igualdade, possibilitando um processo político que se caracteriza por hegemonias localizadas, múltiplas e instáveis, o que gera a necessidade

de conviver com múltiplas subjetividades e vivenciar múltiplos contextos, pois originalmente somos iguais na diferença em potência (...) Identidade e diferença não estão no mesmo universo; se a identidade é fundante, em potência, a diferença é um dado da realidade, constituída como precipitação dos acontecimentos. Se, no entanto, a diferença é fundante, em potência, a realidade é constituída por processos identitários decorrentes da precipitação dos acontecimentos. (SERPA, E., op. cit., p. 166-167)

Se não há hierarquia, deve haver também implícita a idéia de que, na construção de novas estruturas de gestão das múltiplas e diversas "culturas" (e "idéias de culturas") urbanas, todos têm algo a dizer, a fazer, a contribuir. Com certeza isso pode (e deve) ter rebatimento na gestão dos equipamentos culturais das cidades, abrindo seus espaços para esses agentes e grupos da cultura popular, que, em geral, não têm lugar para expressar e desenvolver suas manifestações.

Teatros, galerias de arte, museus, bibliotecas e salas de espetáculo devem servir, portanto, como estruturas necessárias para a consolidação de processos de gestão e produção culturais mais democráticos e livres, sem hierarquias nem desigualdades. Afinal, o sentido político essencial da construção desses novos processos – que não hierarquizem as diferenças – é a liberdade!²

Segundo Certeau (2003), sem que situações socioculturais possam ser articuladas em termos de forças que se defrontam, não pode haver "política cultural":

Trata-se de saber se os membros de uma sociedade, atualmente afogados no anonimato de discursos que não são mais os seus e submetidos a monopólios cujo controle lhes foge, encontrarão, com o poder de se situar em algum lugar em um jogo de forças confessas, a capacidade de se exprimir. (CERTEAU, op. cit., p. 218)

Modos de Comunicação: Entre estratégias hegemônicas e táticas de subversão

Para Gramsci (apud BURKE, 2002), as classes dominantes não governam pela força, mas pelas estratégias (nem sempre sutis) da persuasão, às vezes indirecta, fazendo com que as classes subordinadas aprendam a enxergar a sociedade pelo prisma dos governantes. Nesse contexto, o autor questiona-se ainda sobre a forma de análise e operacionalização do conceito de hegemonia, de que maneira deve-se abordar tais processos, como estratégias conscientes das classes dominantes ou como uma racionalidade latente às suas ações?

Como vamos analisar a conquista bem-sucedida dessa hegemonia? Ela pode ser estabelecida sem o conluio ou convivência de pelo menos alguns dos dominados? Pode-se resistir a ela com sucesso? A classe dominante simplesmente impõe seus valores às classes subordinadas ou há algum tipo de acordo? (BURKE, op. cit., p. 122)

² "Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: O sentido da política é a liberdade". (ARENDDT, 2002b, p. 38)

O entendimento das estratégias de persuasão³ das classes dominantes passa obrigatoriamente pela discussão dos modos e dos meios de comunicação. Se entre 1500 e 1900, a evolução do universo da comunicação parecia algo estável e simples, com o progresso das técnicas de impressão, o sucesso da imprensa escrita e a generalização da obrigatoriedade escolar para as crianças, tornando o papel da comunicação escrita cada vez mais importante, com a evolução das técnicas e dos meios de comunicação e o advento do gramofone, do rádio, da fotografia, do cinema e da televisão, ganham novamente força as imagens e a palavra falada (CLAVAL, 2003).

A existência de redes de comunicação planetária e a simultaneidade das trocas fazem desaparecer as antigas estruturas e hierarquias que, no passado, pareciam naturais:

A esfera do visual e da oralidade tornou-se algo tão universal quanto aquela da escrita. As duas operam sob a lógica da instantaneidade. Como, nessas condições, colocar em oposição o interior e o exterior? Como imaginar que o local possa se proteger das influências externas, se, com a globalização, os movimentos migratórios e a mobilidade universal das mídias, ele agora é capaz de refletir também aquilo que se passa do outro lado do planeta? Como distinguir, dentro do imenso espaço universalista das culturas, as esferas da ordem próxima, frente às quais estamos mais implicados em termos de direitos e deveres?⁴ (CLAVAL, op. cit., p. 28)

Claval vai além e questiona por que reservar às formas intelectuais mais sofisticadas e de acessibilidade restrita uma proeminência que as sobrepõe às culturas autenticamente populares: *"Por que restringir estas últimas às esferas estreitas de vizinhança? Por que não disseminá-las na escala do planeta?"* (CLAVAL, op. cit., p. 29). Aliás, é isso precisamente que distingue as culturas de massa do período contemporâneo das culturas populares dos períodos precedentes e que lhes cederam lugar. As primeiras não hesitam em levar a cabo uma estratégia de popularização, enfatizando os instintos humanos profundos – sexo, vida e morte – para atingir largas audiências, como demonstram os programas de televisão, a música e o cinema. As segundas baseavam-se também em instintos e sentimentos, mas veiculavam princípios éticos e morais enraizados nos lugares e mundos vividos (CLAVAL, op. cit.).

Para Habermas (op. cit.), a "cultura" que é difundida pelos meios de comunicação é uma "cultura de integração", integrando informação e raciocínio através de estruturas suficientemente elásticas para assimilar também elementos de propaganda, como espécies de super-slogans: *"A esfera pública assume funções de propaganda. Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada"* (HABERMAS, op. cit., p. 208).

Considerando-se que as estratégias de concepção (e localização) dos meios hegemônicos de comunicação se dão em pequena escala, em espaços grandes e abstratos, sendo "externas" aos lugares, as táticas de apropriação destes objetos são, sobretudo, "localizadas" e próprias

³ Arendt distingue a "arte da persuasão" como a "arte do falar político", em contraponto a "arte da dialética" como a "arte do falar filosófico": *"A principal distinção entre persuasão e dialética é que a primeira dirige-se sempre a uma multidão, ao passo que a dialética só é possível em um diálogo entre dois"* (ARENDEY, 2002c, p. 96).

⁴ Tradução do autor.

⁵ Tradução do autor.

da grande escala, dos espaços concretos e cotidianos (LACOSTE, 1993). São as táticas que transformam e subvertem as estratégias hegemônicas de representação.

Rádios comunitárias nos bairros populares de Salvador

Práticas de apropriação dos meios de comunicação pelas classes populares, como as iniciativas que se disseminam nas periferias metropolitanas, através das rádios comunitárias, subvertem – taticamente – a hegemonia cultural veiculada pelos meios tradicionais de radio-difusão e criam entre-lugares para o restabelecimento da ludicidade como valor transversal. Entre-lugares que não são nem lugares, nem não-lugares, mas espaços de diálogo e subversão e, sobretudo, de comunicação.

Segundo Downing (2002), a cultura popular é, sem dúvida, uma matriz genérica do que ele denomina de “mídia radical alternativa”, que se entrelaça e dialoga também com a cultura de massa comercializada e com as “culturas de oposição”. Para o autor, a matriz da mídia radical alternativa é

relativamente independente da pauta dos poderes constituídos e, às vezes, se opõe a um ou mais elementos dessa pauta. Ao mesmo tempo, o termo serve para nos fazer lembrar que toda essa mídia é parte da cultura popular e da malha social como um todo e não se encontra isolada, de modo ordeiro, em um território político reservado e radical. (DOWNING, op. cit., p. 39)

A maioria das rádios comunitárias ou alternativas operam em Salvador através do sistema de linha modulada, LM, e cobrem aproximadamente 100 bairros populares. Como, para funcionar, usam caixas de som e não transmitem ondas sonoras, os trâmites burocráticos são mais simples: As emissoras precisam basicamente de uma autorização da SUCOM – Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo, órgão municipal que autoriza e fiscaliza as construções e reformas de casas e edifícios, bem como intervenções nas vias públicas. Do universo de 67 rádios comunitárias, 76% são rádios LM, num total de 51 com atuação na capital baiana (há outras 25 atuando no interior do Estado).

Entre as rádios autodenominadas de “comunitárias”, 16 são rádios FM, cadastradas junto à Associação de Mídias Alternativas e Radiodifusão Comunitária da Bahia (ARCOBA). No caso das FMs o órgão fiscalizador é a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, que controla a transmissão das ondas sonoras. Quem está autorizado a transmitir em frequência FM tem que obedecer ao limite de 26 quilowatts. No universo das FMs há casos de rádios itinerantes, sem autorização para funcionar, mudando de lugar em geral a cada três meses, para evitar uma possível autuação baseada na aplicação da Lei Federal nº 9.612, que regulamenta a transmissão dessas rádios.

Embora órgãos como o Ministério da Saúde e instituições como o Sesc/Senac usem com frequência os serviços das LMs para difusão de informações educativas, não há legislação específica que regulamente a atuação dessas rádios. A presidente da ARCOBA, Ivone Alves, é taxativa: “Legalmente elas não existem! E, por este motivo, e pela desinformação da SUCOM, elas

são perseguidas e, às vezes, até fechadas" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10). A SUCOM se defende afirmando que as multas aplicadas em rádios alternativas decorrem da ultrapassagem do volume permitido (70 decibéis de 7 às 22 horas; 60 decibéis de 22 às 7 horas) e que há muito tempo uma rádio não é fechada, depois da entrada em vigor da Lei das FMs.

Por lei, uma rádio comunitária é aquela que tem como objetivo primeiro prestar serviços aos bairros, sem fins lucrativos. Esta é, aliás, sua principal dificuldade: impedidas de atuarem com fins comerciais e em geral sem apoio institucional, sobrevivem pela paixão de seus donos ou em troca de favores políticos. Os locutores das rádios comunitárias são moradores dos bairros e ganham muito pouco em comparação com o que se paga no mercado profissional. Não há departamento de *marketing* e quem trabalha numa dessas emissoras é um "faz-tudo".

Além da programação musical, as rádios alternativas oferecem ao público serviços como a procura por pessoas desaparecidas e por documentos e objetos perdidos ou a divulgação dos preços promocionais do comércio de vizinhança. "Só trabalho com isso. Não existe patrocínio, só alguns anúncios de casas comerciais do bairro, mas não paga as contas. Eu acho que o governo deveria incentivar, de alguma forma, pois prestamos serviços à comunidade", diz Martim Souza, 38 anos, dono da Rádio NC no Nordeste de Amaralina (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10).

Instaladas normalmente em condições bastante precárias, em "cubículos" dentro da casa dos próprios locutores, as rádios comunitárias mandam mensagens de interesse público para os ouvintes, veiculam avisos de festas, relatos amorosos e muito pagode. "É do que o povão gosta!", acredita o locutor da Rádio Comunitária da Boca do Rio, Marcos Vinícius Oliveira, 26 anos, à frente do programa diário "Boa Tarde, Comunidade", sempre às 14 horas (SSA-JORNAL DA CIDADE, julho de 2005, p. 6). Já Idiano de Jesus, cantor e compositor, proprietário da Rádio Tropical Fênix, com trinta caixas de som espalhadas pelos bairros da Baixa dos Sapateiros, Sete Portas, Baixa de Quintas e Barbalho, não gosta de subestimar o gosto musical dos ouvintes: "A gente toca pagode também, porque é o gosto de muita gente. Mas tem muito feirante da Sete Portas e barraqueiros que gostam e pedem para tocar outro tipo de música. Quem acha o contrário está enganado!" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10).

Alguns acreditam também que as rádios comunitárias podem ajudar a "levantar a auto-estima das comunidades, com músicas, dicas de cidadania e piadas", como Marivaldo Oliveira, 19 anos e Magno Santos, 17 anos, estudantes da oitava série na Escola Municipal Amai Pro, em Campinas de Pirajá. A escola sedia a rádio LM de mesmo nome, com dez caixas de som instaladas nas ruas do bairro. Os estudantes são os locutores dos programas e veiculam notícias sobre meio ambiente, saúde e identidade étnica. Já a rádio Tropical Fênix veicula programas educativos do Sesc/Senac e dos governos estadual e municipal e, por essa razão, Idiano de Jesus acha que deveria haver algum tipo de contrapartida institucional por parte dos órgãos públicos: "A gente presta serviço aos governos, pois eles sabem da importância e o alcance das rádios, pois nós chegamos diretamente ao povo". Nessa direção, Martim Souza afirma que gosta muito "de levar a notícia para nosso povo que precisa muito disso" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 10).

A atuação das rádios comunitárias nos bairros populares de Salvador demonstra a força das táticas enraizadas no lugar que subvertem a lógica da produção de hegemonias culturais. Interessante notar que em tempos de novas e diversificadas mídias na escala planetária, produto e condição das estratégias de grandes grupos econômicos, uma mídia "falada" e sem a força da visualidade, como o rádio, vai se afirmando como tática de apropriação dos meios de comunicação pelas classes populares. Ao seu modo, a população de baixa renda vai produzindo programas, notícias, serviços, arte e música para o "lugar", dialogando com os "não-lugares" dos meios hegemônicos de comunicação, criando em última instância um entre-lugar de diálogo e subversão.

No Bairro da Paz, em Salvador, que concentra população de baixa renda em um dos endereços mais caros da cidade, a Avenida Paralela, a Rádio Comunitária Avançar, uma LM, transmite músicas, noticiário e mensagens que auxiliam na formação de opinião através de 50 autofalantes distribuídos pelas ruas do bairro. Rafael Reis Lima, de 67 anos, um referencial nas lutas pela criação do bairro e locutor da rádio, acha que o espaço das rádios comunitárias pode ajudar na desconstrução dos preconceitos e da estigmatização das classes populares: "o grande patrimônio desse povo é a coragem de lutar". Animado com as conquistas avisa: "Vamos partir para AM e FM!" (JORNAL A TARDE, 24/7/2005, p. 14).

No entanto, para existir legalmente, essas iniciativas têm ainda pela frente um longo caminho a percorrer. Ivone Alves, presidente da ARCOBA, lembra que apresentou um anteprojeto de lei à Câmara de Vereadores, para regulamentação das rádios LM, mas a iniciativa não teve resultados. A presidente da Associação se pronunciou na Tribuna Popular da Câmara Municipal no dia 13 de junho de 2005. Na hora que Ivone começou a falar, "a maioria dos vereadores mudou de estação. Quem não deixou o plenário, estava falando no celular, conversando com colegas ou fazendo qualquer outra coisa que não fosse prestar atenção à presidente da ARCOBA" (SSA-JORNAL DA CIDADE, julho de 2005, p. 7).

À guisa de conclusão

Em tempos de desmaterialização da esfera pública, de virtualização do espaço público enquanto esfera do agir comunicacional e da ação política, iniciativas como as rádios comunitárias nas periferias metropolitanas apontam para a possibilidade de construção de entre-lugares para o encontro de diferentes, subvertendo as práticas das culturas dominantes e a produção de hegemonias universais. A ampliação da esfera pública burguesa revela-se, com a evolução dos meios de comunicação, como um princípio de hierarquização de culturas diferentes, transformadas paulatinamente em culturas desiguais.

As rádios comunitárias subvertem o princípio hierárquico da desigualdade porque funcionam como táticas que desmascaram a estratégia iluminista de legitimação do princípio de acessibilidade universal ao uso público da razão. A relação entre cultura e poder se evidencia, portanto, na análise dialética das táticas dos agentes que produzem culturas subdominantes ou alternativas frente às estratégias hegemônicas de produção cultural das classes dominantes e eruditas.

Concorda-se com Habermas (op. cit.), para quem o ideal de uma opinião pública esclarecida requer vigilância constante contra os riscos latentes de distorção através das mídias, do sistema político e da produção do conhecimento científico, subordinados aos interesses do mercado. Como construir a articulação de consensos a partir do livre entrechoque de argumentos e opiniões? Como articular consensos a partir do embate de diferentes idéias de cultura, sem hierarquizá-las nem torná-las desiguais?

A constituição de entre-lugares para o embate das diferentes idéias de cultura, como a criação do Fórum Permanente de Culturas Populares, em 2002, pode gerar futuras estruturas institucionais de gestão e formulação de políticas culturais na escala nacional. Essas políticas devem seguir sobretudo o princípio da inclusão sem hierarquização. Segundo Américo Córdula, coordenador do Fórum, o organismo foi criado logo após a aprovação da Lei de Fomento ao Teatro, por um grupo de artistas, produtores, índios, pesquisadores, antropólogos e sociólogos:

Nossa intenção era estudar e elaborar políticas públicas para as culturas populares. Formamos vários grupos de trabalho para discutir educação, políticas públicas e privadas, leis municipais, estaduais e federais. Dos encontros participaram repentistas, sambistas, capoeiristas, índios e artistas populares. Conseguimos estabelecer assim uma rede pela internet que logo atingiu o Brasil inteiro e outros grupos e fóruns. Nesse processo, percebemos que havia poucas leis e políticas voltadas para as culturas nacionais. (DISCUTINDO ARTE, n. 2, p. 37-41, 2005)

A autonomia dos diferentes agentes e grupos na formulação e gestão de políticas culturais na cidade contemporânea deve nortear, como princípio básico, a condução destes múltiplos e diferenciados processos identitários, a partir de diferentes e diversas idéias de cultura. Pensa-se aqui a autonomia na direção apontada pelo filósofo Cornelius Castoriadis: participação igualitária no processo de tomada de decisões como condição *sine qua non* para sua execução (CASTORIADIS, 1983).

O caso das rádios comunitárias ou alternativas e sua apropriação pelas classes populares mostram que as dificuldades financeiras e sua existência "não-oficial" são, na verdade, seu maior trunfo. Isso porque, por não se encaixarem na lógica de produção e consumo dos bens culturais de massa, acabam apontando para caminhos novos e ainda não percorridos pela cultura oficial, produtora de hegemonias e desigualdades.

A evolução de uma experiência pedagógica, de uma república de jovens, de uma equipe teatral ou de uma comunidade com autogestão encontra resistência, torna aparente os limites qualitativos da sua duração ou da sua extensão espacial, etc.: ela revela os 'lugares' ao atingi-los. Somente uma ação dá a conhecer aquilo que estava oculto na opacidade da vida social. (CERTEAU, op. cit., p. 251)

Para analisar tais experiências é oportuno considerar a sugestão de Certeau (op. cit.), de proceder a uma análise fenomenológica e praxeológica das trajetórias culturais dos grupos que produzem e reproduzem idéias de cultura alternativas à cultura dominante, apreendendo a composição dos lugares onde estes grupos atuam, bem como a inovação que modifica estes lugares ao atravessá-los, por sua abrangência de atuação.

Trata-se também de perceber que a cultura popular é mais abrangente que as "culturas de oposição", mas que estas últimas podem contribuir para enriquecer o universo da primeira, assim como o da produção cultural "de massa" (DOWNING, op. cit.). Saber quem faz uso dessas formas de expressão cultural de oposição e de que maneira elas são utilizadas deve se constituir, portanto, no cerne das pesquisas em Geografia Cultural, nesse campo de inter-relação entre os lugares e os modos de comunicação "alternativos".

Referências

- A Arte do Povo merece atenção. *Discutindo Arte*, n. 2, p. 37-41, 2005.
- A Rádio da caixinha. *SSA-Jornal da Cidade*, p. 6-7, julho de 2005.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 5. ed. Coleção Debates/Política. São Paulo: Perspectiva, 2002a.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.
- ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002c.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- CLAVAL, Paul. "Modes de Communication, Spatialités et Temporalités". In: Rio de Janeiro Conference: Historical Dimensions of the Relationship Between Space and Culture, 1., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: International Geographical Union – Commission on the Cultural Approach in Geography, 2003, CD-ROM.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens Humanas. In: Córrea, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- DOWNING, John D. H. *Mídia Radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: Para uma reconceitualização da idéia de cultura em Geografia. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, N. 8, p. 31-51, agosto/dezembro, 1999.
- RÁDIOS educam e divertem. *Jornal A Tarde, Local*, p. 10, 24/7/2005.

SERPA, Angelo. Mergulhando num Mar de Relações: Redes Sociais como Agentes de Transformação em Bairros Populares. *Geografia*, Rio Claro, SP, v. 30, n. 2, p. 211-222, maio/agosto. 2005.

SERPA, Angelo. Experiência e Vivência, Percepção e Cultura: Uma Abordagem Dialética das Manifestações Culturais em Bairros Populares de Salvador. *Rê e ga - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, PR, v. 8, n. 8, p. 19-32. 2004.

SERPA, Felipe. *Rascunho Digital. Diálogos com Felipe Serpa*. Salvador: EDUFBA, 2004.

UM bairro em busca da paz. *Jornal A Tarde*, Polícia, p. 14, 24/7/2005.

La formación simbólica del profesorado en geografía

A formação simbólica de professores de geografia

La formation symbolique du professorat en géographie

Clemente Herrero Fabregat

Facultad de Formación del Profesorado y Educación,
Universidad Autónoma de Madrid
Paseo de las Acacias, nº 12, 1º-C. 28005 Madrid, España
clemente.herrero@uam.es

Resumo: Na formação do professorado têm prevalecido os enfoques académicos, práticos, tecnológico e social-reconstrucionistas, baseados em uma racionalidade conceitual. O enfoque simbólico preocupa-se com a formação de professores não apenas numa perspectiva conceitual e lógica, mas também, da própria pessoa a partir de suas características psicológicas. Este enfoque parte do símbolo para chegar ao mito e ao rito em educação. Trata-se de uma formação na qual o professor deve compreender os aspectos significativos da vida cotidiana do homem, suas emoções, tensões e pulsões. Na área de ciências sociais, abrange os grandes espaços simbólicos, suas significações, características e evolução.

Palavras-chave: Mundo da vida. Símbolo, mito e rito em educação. Espaços simbólicos na cidade.

Resumen: En la formación del profesorado han prevalecido los enfoques académicos, prácticos, tecnológico y social-reconstruccionistas, basados en una racionalidad conceptual. El enfoque simbólico se preocupa por formar profesores no sólo desde una perspectiva conceptual y lógica sino desde la propia persona, a partir de sus características psicológicas. Este enfoque parte del símbolo para llegar al mito y rito en educación. Se trata de una formación en la que el profesor debe comprender los aspectos significativos de la vida cotidiana del hombre, sus emociones, tensiones y pulsiones. En el área de ciencias sociales deben comprenderse los grandes espacios simbólicos, sus significaciones, características y evolución.

Palabras-clave: El mundo de la vida. Símbolo, mito y rito en educación. Espacios simbólicos en la ciudad.

Résumé: Dans la formation du professorat ont régné les analyses académiques, pratiques, technologique et social-reconstructionniste, basés dans une rationalité conceptuelle. L'analyse symbolique est préoccupée pour former des professeurs non seulement dans une perspective conceptuelle et logique mais depuis la personne elle-même, à partir de ses caractéristiques psychologiques. Cette analyse part du symbole pour arriver au mythe et au rite en éducation. Il s'agit d'une formation dans laquelle le professeur doit comprendre les aspects significatifs de la vie quotidienne de l'homme, ses émotions, tensions et pulsions. Dans le secteur de sciences sociales on doit comprendre les grands espaces symboliques, leurs significations, caractéristiques et évolution.

Mots-clés: Le monde de la vie. Symbole, mythe et rite en éducation. Espaces symboliques dans la ville.

Introducción

La formación del profesorado en general, y más específicamente en geografía, ha de responder a unas cuestiones básicas:

- 1) ¿Qué contenidos hay que transmitir?
- 2) ¿Cómo se han de transmitir esos contenidos a unos alumnos de una edad y ambiente determinado?
- 3) ¿Para qué se forma a un profesor?

La primera pregunta hace referencia a los aspectos científicos. La segunda a la forma de transmitir esos contenidos, aspectos didácticos. La tercera pregunta encierra un alto contenido educativo y social. El profesor se forma para posteriormente hacer de sus alumnos ciudadanos críticos con su medio social además de personas que desarrollen armónicamente sus sentimientos, vivencias y emociones, aspecto que la mayor parte de las veces es olvidado en el proceso de formación de los profesores. A estas cuestiones responden las diferentes orientaciones para la formación del profesorado: académica, tecnológica, práctica, y social-reconstruccionista. Dichos enfoques parten del supuesto de que el fenómeno educativo posee una sola dimensión de carácter conceptual, pero si se parte de que el hecho educativo no solamente es concepto y lógica sino que se desarrolla sobre la persona y su mundo vivido se encontrarán otras dimensiones. Como indica Melich (1998) para alcanzar las otras caras del fenómeno educativo es necesario salirse del *Logos* y llegar al *Mitos*. El *Logos* es insuficiente para comprender al hombre integralmente; en el hombre hay un aspecto claro, el conceptual, que hay que conjugar con otros que la ciencia positiva no puede comprender, cual son sus pulsiones, tendencias ocultas, vivencias, emociones; hay que conocer, por tanto, su mundo vivido. Una de las falacias de las ciencias contemporáneas de la educación radica en la ilusión de pensar que la pedagogía es suficientemente poderosa para dar razón del fenómeno educativo.

La persona: punto de partida en la formación del profesorado

Un enfoque más globalizador de la formación del profesorado es el simbólico, que puede entenderse partiendo de la clasificación de las ciencias, que según Windelband se dividen en *nomotéticas* o de la naturaleza, que reconocen como único modelo científico (tanto a nivel de teoría como a nivel de método) el de las ciencias naturales; y las ciencias históricas o *idiográficas* en las que "la sociedad será comprendida en adelante desde la naturaleza humana, de la que ha surgido, la vida psíquica del individuo y los resortes de la conducta práctica." (DILTHEY, 1966, p. 548). Dentro de las ciencias idiográficas hay que situar la orientación humanista y simbólica en la formación del profesorado. Es fundamental comprender a la persona, con sus condicionantes y posibilidades, en función de las que hay que desarrollar estrategias peculiares de aproximación y percepción del fenómeno educativo. Por eso, si las orientaciones tradicionales en la formación del profesorado se basaban en la psicología

conductista o cognitiva, este enfoque presenta influencias de la psicología perceptual, del humanismo y la fenomenología. El punto central de este movimiento es la persona con todos sus condicionantes y posibilidades.

Enseñar no es sólo una técnica. Es en parte una revelación de sí mismo y de los otros, una complicada exploración del intelecto. El recurso más importante del profesor es el mismo. El comportamiento de una persona está en función de cómo se percibe a sí mismo, cómo entiende la situación en que está inmerso. De esta forma, la formación del profesorado deja de ser un proceso de enseñar a los futuros profesores cómo enseñar, dado que lo más importante va a ser el autodescubrimiento personal, el tomar conciencia de sí mismo. Un buen profesor facilita unas condiciones que conducen al aprendizaje y para conseguirlo debe conocer a sus estudiantes como personas. El descubrimiento del aspecto personal de la enseñanza juega un papel importante dentro de esta orientación, dado que no se trata de enseñar el método más eficaz a todos los profesores en formación, sino el método más eficaz en función de sus características personales. En este sentido lo que interesa es la persona en sus múltiples facetas, intelectual, psicomotora, emocional. Se trata de descubrirse a sí mismo.

Estos supuestos conceptuales se concretan en un currículo formativo en el que los conocimientos teóricos están conectados necesariamente con la práctica. De esta forma, la práctica está integrada y no se reserva para el final del período de formación. Este tipo de formación procura dar al futuro docente flexibilidad de acción, plasticidad mental, capacidad para hacer frente con éxito a las situaciones que habrá de encontrar en el ejercicio de su profesión. Se tratará ante todo de enseñarle a cooperar, a innovar, a comunicarse bien, a cambiar, a realizar una autocrítica, a evolucionar. Es este un nuevo modelo de profesor, en cuya formación juega un papel importante las características personales y de personalidad de los candidatos a profesor, así como las relaciones interpersonales que se establezcan entre los profesores en formación y los formadores de los profesores.

Desde esta perspectiva se considera que ayudando a los sujetos a desarrollar relaciones productivas con su medio y a considerarse personas capaces, se producirán relaciones interpersonales más ricas y una mayor capacidad de procesar información. Joyce y Weil (1985) afirman que los diseñadores de modelos personales han resuelto de distintas formas la paradoja planteada entre el desarrollo autónomo de la persona y la imposición de los puntos de vista del profesor. Las soluciones que dan son las siguientes:

- 1) Subrayar el componente educativo del medio docente. Se trata de modelos que tienden a crear ambientes que llevan al alumno, sin forzarle, a ejecutar un conjunto definido de actividades.
- 2) Plantear un modelo con dos objetivos. El primero consiste en adaptar la enseñanza a las características del individuo para potenciar su flexibilidad personal y su capacidad de relacionarse productivamente con los demás. El segundo consiste en adecuar el medio a la personalidad del alumno, haciendo que se sienta cómodo en la realización de su tarea.
- 3) Insistir en la creatividad personal como objetivo deseable.
- 4) Configurar ambientes capaces de incrementar la capacidad de autodesarrollo.

No obstante, a pesar de sus características específicas, todos los modelos personales enfocan la construcción de la propia realidad individual. Lo importante es la existencia y la experiencia única, por lo que los cambios de actividad a largo plazo cuentan en este grupo de modelos más que los resultados didácticos a corto plazo, puesto que se dirigen a fomentar el desarrollo de la personalidad globalmente considerada. Es por esta razón que hay que partir de la persona y de su mundo de la vida, que está lleno de significaciones que se enlazan con el mundo de los símbolos (MURILLO, 1999, p. 139).

El mundo de la vida, base de la orientación simbólica

La base de la formación simbólica del profesorado hay que encontrarla en el mundo de la vida, que es el horizonte de las certezas espontáneas, el mundo intuitivo, no problemático, el mundo en el que se vive y no en el que se piensa; es, en definitiva, el mundo prerreflexivo. En este sentido el mundo de la vida es el mundo del individuo, tal y como él mismo, en interacción con los demás, lo siente; no es, sin embargo, un mundo privado o particular, sino todo lo contrario, es intersubjetivo, público, común, es un mundo simbólico, mítico y ritual. El símbolo, el mito y el rito son los tres elementos portadores de significado; sin ellos la educación va a la deriva y con su naufragio llega también el fin de instituciones sociales de carácter marcadamente educativo: la familia y la escuela. Olvidar el mundo de la vida es olvidar el sustrato que orienta y da sentido a todo lo que hacemos ordinariamente de modo inmediato, sin detenernos a pensar las razones de nuestros actos. De ahí que Husserl viera en "el olvido del mundo de la vida el motivo esencial de la crisis de las ciencias europeas. Estudiar el mundo de la vida resulta necesario para comprendernos a nosotros mismos" (HUSSERL, 1991, p. 154).

El concepto mundo de la vida está influido por dos corrientes filosóficas: la fenomenología y el existencialismo. La aportación fenomenológica a las ciencias sociales es el concepto de *lebenswelt* o mundo vivido por la persona. La fenomenología, en este sentido, puede considerarse como una egología pura en la que el yo ocupa el lugar central de su filosofía, la pureza del yo equivale a existencia humana con lo que se refuerza la idea de *lebenswelt*. El existencialismo afirma que el hombre es un ser arrojado al mundo, que se hace así mismo, por lo que estar en el mundo es algo plenamente activo. El hombre está entre las cosas, según la descripción de Heidegger, andando entre ellas, de un modo práctico e interesado, las cuida y se preocupa de ellas. Entonces las cosas se convierten en "útiles" que "están a la mano". De este modo, el hombre crea lo único que constituye su "verdadero mundo", un conjunto de relaciones de los útiles entre sí y respecto al hombre. Se constituye así el espacio humano del mundo: direcciones, cercanías, caminos, parajes de los diversos útiles que están a la mano, y que, por tanto, han dejado de ser simples cosas "ante los ojos".

En el mundo de la vida se da una relación cara a cara entre los actores sociales y educativos (SCHÜTZ, 1993), relación muy importante en la educación: el gesto, la mirada, en definitiva, la actuación del profesor en un escenario, que es el aula, pueden transmitir con mayor intensidad un contenido determinado. Es, por tanto, la clave para entender el núcleo de las interacciones sociales y educativas, convirtiéndose la educación en una acción simbólica.

A partir de la relación cara a cara surge el universo simbólico, un conjunto de esquemas de significado social que se refieren, por un lado, al mundo de la vida cotidiana y por otro a un mundo que se experimenta como trascendente. Estos esquemas se transmiten a través de la educación. La educación como acción social encuentra aquí su razón de ser ya que ayuda a la interiorización del universo simbólico mediante la socialización primaria y secundaria.

La socialización es la interiorización de una visión del mundo, de unos esquemas de significado y, en definitiva, de un universo simbólico. Se dan dos fases, la primaria y la secundaria. En la socialización primaria el niño se incorpora a las reglas sociales, el marco de esta socialización es la familia. La socialización primaria no se reduce nunca a un mero aprendizaje cognitivo; son muy importantes las connotaciones afectivas y emocionales, sin éstas el proceso de aprendizaje sería incompleto. Tomando como base la socialización primaria, tiene lugar la socialización secundaria en la que el individuo se introduce en nuevos mundos. En la socialización secundaria se adquieren el lenguaje, las formas de vida de los diferentes modos de ser sociales y los distintos roles o comportamientos. El paso del hogar con una fuerte protección paterna o materna al jardín de infancia o al colegio, la transición del rol de hijo al de alumno, es uno de los primeros cambios que sufre el niño o el joven en el proceso de socialización secundaria. Si la familia es la institución propia de la socialización primaria, la escuela lo es de la secundaria. En este sentido, el aspecto emotivo o afectivo, fundamental en la primera no lo es en la segunda. En muchas sociedades este paso de la socialización primaria a la secundaria viene marcado por los ritos de paso.

En el contexto del mundo de la vida, del que surge el universo simbólico, el objetivo del educador es comprender el hecho educativo no desde una perspectiva positivista sino a través del contacto directo con los hechos mismos mediante la observación participante, que se basa en comprender en las experiencias de los otros en un grupo o institución. Al participar se actúa sobre el medio y al mismo tiempo se recibe la acción del medio. Pero debemos tratar de combinar la profunda implicación personal con un cierto distanciamiento. Sin esto último se corre el riesgo de volverse nativo, es decir, de identificarse hasta tal punto con los miembros que la defensa de sus valores prevalezca por encima de su estudio real. Lo que nos preserva de este peligro es el tomar cuidadosas notas de campo, y una actitud reflexiva capaz de alertarnos acerca de nuestros propios cambios de opinión o puntos de vista. La extensión del compromiso, las reacciones y los cambios del observador se convierten en parte de la explicación (WOODS, 1989, p. 50). Esta observación de la actividad docente exige una cierta limpieza de los propios procesos de pensamiento, junto con la necesidad de convertir al grupo o escuela en algo antropológicamente extraño, para abierto a las opiniones de los demás.

Símbolo, mito y rito en educación

El ser humano desde la infancia está inmerso en tramas de significación ya que la existencia humana está llena de símbolos, la vida social es básicamente un vasto proceso de interacciones simbólicas. Los símbolos constituyen un lenguaje universal tan amplio como el pensamiento y tan viejo como el mundo. Se trata de "un lenguaje que se comprende con la

intuición, se aviva con la memoria y se expresa sin necesidad de palabras, pues el símbolo es algo vivo que fluye constantemente y se adapta a la imaginación y las sensaciones de cualquier persona. Sus raíces están arraigadas en los sentimientos, trepan de lo inexplicable y misterioso, se adentran en las profanidades del inconsciente y llegan a tejer una inmensa red cuya sabiduría da vida a un mundo de analogías, donde a partir de una verdad, se pueden descubrir y comprender otras muchas" (PALMER, 1998, p. 9). El símbolo puede considerarse como una imagen, figura o divisa con que materialmente o de palabra se representa un concepto moral, intelectual o social por alguna semejanza o correspondencia que el entendimiento percibe entre este concepto y aquella imagen. Lo significativo del símbolo es su función, es algo que no hace referencia a sí mismo sino que remite a otra cosa, de ahí que comprender el símbolo implique siempre percibir dos elementos: el símbolo, y aquello que el símbolo significa.

La persona se encuentra rodeada de un mundo de símbolos: templos; monumentos políticos y artísticos; edificios escolares, comerciales, con fines lúdicos. Los templos fueron los primeros espacios simbólicos. Actualmente las nuevas catedrales son los grandes almacenes, incluso las pequeñas ciudades consideran que tener un *center shopping* es un símbolo de prestigio. Otros símbolos rodean al individuo, materiales o institucionales, las banderas, la familia, la escuela con sus elementos más determinantes: la pizarra, la tarima del profesor, el patio del recreo, etc.

Uno de los objetivos más importantes de la educación es que el niño interiorice el mundo simbólico mediante el proceso de socialización. Negar lo simbólico en la acción educativa supondría privarle de un elemento esencial ya que el hombre es un ser en busca de sentido por lo que depende de los símbolos, necesita de fuentes simbólicas para orientarse en el mundo cotidiano. Los símbolos están tan estrechamente ligados a lo humano que hace imposible que el hombre viva lejos de ellos; constituyen los "landmarks" que orientan al ser humano en su cotidiano vivir. Sin símbolos el hombre va a la deriva. El hombre necesita de símbolos políticos, económicos, sociales o culturales.

Desde una perspectiva educativa hay que distinguir dos aspectos:

- La "didáctica de lo simbólico", esto es, hay que facilitar a los educandos el acceso al universo simbólico de su mundo de la vida, de su entorno existencial.
- Pero, sobre todo, hay que descubrir cómo la misma acción educativa es una acción simbólica, cómo el símbolo construye la educación, la vida cotidiana. Los pedagogos no han tenido en cuenta que en la organización de la institución escolar, por ejemplo, se están utilizando distintas concepciones simbólicas y que sin éstas no es posible organizar el tiempo de la escuela: exámenes, el horario de clases, recreo, actividades extracurriculares, etc. La cientificidad que se intenta dar a las ciencias de la educación aboca a éstas a una visión unidimensional de la misma en la que los sentimientos y significados quedan excluidos.

El segundo elemento en la acción educativa simbólica es el *mito* que, constituido por un conjunto dinámico de símbolos, se refiere siempre a una creación, es decir, explica cómo algo ha venido a la existencia el cosmos, una isla, una especie animal o vegetal, un comportamiento y, sobre todo, una institución. Las dos instituciones básicas en el proceso educativo, la familia

y la escuela poseen un fundamento mítico, ya que se construyen en función de un imaginario simbólico y de un relato fundador metahistórico, el mito, sin el que no es posible comprender su dinámica y su función. Los mitos del "Paraíso terrenal" o el de "Prometeo" pueden considerarse como el fundamento "mítico" de la familia y de la sabiduría del hombre.

Los mitos se realizan a través de *ritos*, tercer elemento a estudiar, son una repetición de la narración mítica. El rito es una necesidad vital, no hay sociedad sin ritos porque el rito organiza la vida en común, domina la vida cotidiana, marca el tiempo y delimita el espacio de la existencia personal y colectiva. Todo rito debe poseer unos elementos constantes imprescindibles para funcionar. La educación está rodeada de estos elementos rituales que pueden resumirse, según Mèlich (1998), en cinco. Un espacio escénico constituido por el aula con sus objetos propios: los pupitres, la pizarra, la mesa del profesor. Una estructura temporal con el currículum, la programación, los cursos, los seminarios. Unos protagonistas, maestros, alumnos y padres. Una organización simbólica con los exámenes, horarios de clase, tareas extraescolares. Y, por último, una eficacia simbólica plasmada en la función del maestro

El mundo simbólico-educativo sufre cambios, transformaciones por el impacto de hechos económicos, políticos y sociales. A principios del XX se basaba, en el mundo occidental, en la autoridad de padres y profesores. Con la postmodernidad se ha debilitado la eficacia simbólica de padres y educadores aunque para algunos la escuela es una isla en la que todavía persisten elementos socialmente inatacables, elementos sagrados. La familia, en cambio, no ha resistido tan bien la crisis de la misma.



Figura 1: La autoridad del profesor en la escuela tradicional es cuestionada actualmente.

El espacio geográfico como plataforma simbólica

La formación del profesorado desde un enfoque simbólico abre nuevas perspectivas en el proceso educativo y es en la geografía donde mejor puede aplicarse esta tendencia. El espacio geográfico desde la óptica simbólica debe ser considerado como algo vivido, destacándose los aspectos humanos, los significados y los valores del mismo. Por ello, hay que conocer los mecanismos afectivos y las relaciones visuales y emocionales que ligan al hombre con diferentes espacios. Serán, por tanto, los factores psicosociológicos los que contribuyen, incluso más que los topográficos, a "entender o no el espacio de vida y acompañándose de sensaciones perceptivas y afectivas que llevan indefectiblemente a un sentimiento de apropiación íntima" (METTON, 1974, p. 228).

Aplicando esta tendencia a geografía, el profesor debe manejar en su clase nuevas fuentes de información: novela, poesía, fotografía, cine, entrevistas fenomenológicas, que constituyen

nuevos materiales alejados de los clásicos para la comprensión de los espacios vividos y significativos. Estos materiales ayudaran a comprender la naturaleza y la gama de la experiencia y el pensamiento humano, la calidad e intensidad de una emoción, los valores y actitudes, la naturaleza y poder del símbolo y el carácter de los acontecimientos. Un geógrafo probablemente podría aprovechar la lectura de biografías, historias, poemas y novelas, considerándolas documentos humanos, pero con frecuencia son demasiado densas y específicas como para sugerir posibles líneas de investigación. Con la introducción en el aula de estos instrumentos la geografía alcanza un alto nivel de interdisciplinarietà, fundamental para comprender al hombre.

Este artículo se refiere básicamente al espacio urbano en su doble aspectos: el soporte físico de la actividad humana y la propia vida cotidiana. El marco físico, objeto del análisis geográfico tradicional, hace referencia a los edificios, paseos, monumentos, jardines, en los que se desarrolla la actividad cotidiana del hombre como ir a la compra, al trabajo, a fiestas, paseos, verbenas. Esta vida cotidiana en la ciudad es lo que debe interesar al profesor, introduciendo al alumno en el mundo subjetivo creado por las personas. La ciudad es algo vivido en el que nos desarrollamos como seres humanos que sentimos y sufrimos. Interesan las vivencias del hombre; hay que centrarse en los aspectos psicológicos y sociales y en fijar lo que de personalidad y caracteres propios tiene el lugar. No interesan los espacios en abstracto sino los lugares vividos y sentidos.

Evidentemente el soporte físico, en este caso las viviendas, afecta a la vida cotidiana y al mundo vivido de la persona. Bloomer y Moore en un sugestivo libro titulado *Cuerpo, memoria y arquitectura* (1983) afirman que es necesario entender la manera en que los individuos y las comunidades se ven afectadas por los edificios, en qué modo estos proporcionan a las personas sentimientos de gozo, identidad y lugar.

Rara vez se ha atendido a la capacidad perceptiva y emocional específica del ser humano, incluso en el caso de los historiadores más interesados en las influencias de la cultura en general sobre las formas construidas y ambientales. Los temas relacionados con el gozo y la belleza casi siempre se han visto como cuestiones anticuadas y arbitrarias a la luz cegadora de las invocaciones al progreso técnico en el diseño y en la producción de edificios. (BLOOMER, 1983, p. 9)



Figura 2: Vista de Praga. Ciudad con construcciones variadas de gran belleza que hacen de la ciudad un lugar habitable (C. Herrero).

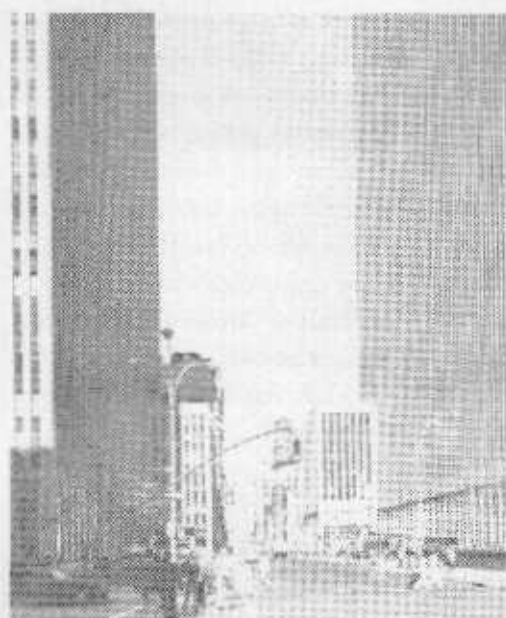


Figura 3: Ciudad de EE.UU. Compárese con la anterior vista de Praga y se observará como la homogeneidad de los edificios hace de esta ciudad un "desierto" humano (BLOOMER y MOORE, 1983).

La ciudad encierra una serie de significados para diversos grupos sociales si bien generalmente el simbolismo del espacio ha estado considerado únicamente de dos maneras, la primera, analizando los edificios de carácter especial (iglesias, monasterios, castillos, etc.), la segunda analizando el simbolismo de pueblos primitivos, a menudo dentro de estudios de carácter histórico o antropológico. Rapoport (1974) indica que es necesario considerar el estudio del simbolismo espacial dentro de las ciudades, pero ello es una tarea difícil dado que las ciudades de nuestra sociedad tienen cada vez menos símbolos compartidos. A pesar de ello, el análisis del simbolismo espacial, lejos de quedar obsoleto, resulta fundamental para entender la relación entre la ciudad y sus habitantes.

Hay un proceso de simbolización del espacio urbano por el cual ciertos lugares adquieren un determinado significado. En líneas generales, en el proceso de dar significados a un lugar intervienen dos elementos:

- 1) Las posibilidades técnicas y materiales que dependen directamente de las estructuras y sistemas económico-sociales que rigen, además, la construcción de la ciudad.
- 2) La organización de índole psicológica y cultural de los diferentes grupos sociales que dan significado a un paraje urbano.

La capacidad de simbolizar es uno de los comportamientos humanos creadores de cultura. Cuando alguien, en el ámbito personal, vive una experiencia intensa, cargada de emoción e identifica esa vivencia en algún elemento del espacio físico que le rodea. Ese elemento físico se asocia con la experiencia y se convierte en símbolo para la persona en cuestión. Cuando este acto de simbolizar se realiza colectivamente, se está creando cultura. Una cultura es un conjunto de significados simbólicos compartidos, comunes. Para que puedan hacerlo hay que darles monumentos y para que quieran hay que darles eventos. (AYLIÓN, 1993, p. 146)

Por ejemplo, la Puerta del Sol de Madrid es el centro significativo de la ciudad. Se encuentra en el casco antiguo, equivale en Brasil a la plaza del mercado de Porto Alegre, ya que ambas son centros de sociabilidad, ligadas a unas significaciones que han evolucionado. La plaza madrileña para la generación de la II República española tuvo gran significado debido a que ésta se proclamó desde el balcón del antiguo Ministerio de la Gobernación. Para la generación siguiente, y más específicamente para los opositores al régimen franquista tuvo un significado diferente por alojarse en ese edificio la Dirección General de Seguridad y en sus sótanos fueron torturados los opositores. Actualmente, desde la instauración de la democracia en España, su significado es distinto: centro de la ciudad con la sede de la Comunidad Autónoma, el kilómetro cero, oso y madroño (símbolos de la ciudad) y reloj del antiguo Ministerio de la Gobernación que marca la entrada del nuevo año.



Figura 4: Antigua Casa de Correos en la Puerta del Sol de Madrid (C. Herrero).

Estos espacios simbólicos representan muchas veces un referente social. De igual forma que todo movimiento social necesita algún líder visible que aglutine y represente la manera de pensar y sentir del grupo, frecuentemente estos fenómenos suelen presentar algún tipo de referente espacial, algún espacio que, convertido en símbolo, recoge los sucesos, valores y significados que caracterizan a un movimiento social. La Bastilla, la Plaza Roja o, más recientemente, la Plaza de Tianannmen son algunos ejemplos de cómo determinados lugares se cargan simbólicamente del significado que caracteriza a un movimiento social. Puede considerarse como simbólico un espacio determinado sobre el cual un individuo o grupo ha depositado una determinada carga de significaciones, emociones o afectos, como consecuencia de su bagaje cultural-ideológico y de su pasado ambiental.

Características de los espacios simbólicos urbanos

Cuando los diferentes grupos sociales han simbolizado un espacio, éste, en líneas generales, tiene las siguientes características:

- 1) El espacio simbólico debe tener definidos con gran claridad los significados que le dan los grupos sociales. Un espacio será simbólicamente más potente cuanto más claramente estén definidos estos significados, emociones o afectos; debe tener un determinado número de significados compartidos y comunes que surgen entre los sujetos que se relacionan con un espacio o un elemento de ese espacio. Un espacio simbólico urbano ha de procurar a los sujetos una imagen ambiental nítida, específica y bien estructurada, a la vez que ha de detentar un significado simbólico con un contenido relevante para los grupos de la comunidad urbana implicada. Todas estas imágenes con valor simbólico forman parte del inconsciente colectivo. Grandes espacios simbólicos con un único significado suelen ser los centros religiosos o políticos como la Plaza de San Pedro en Roma, La Meca en Arabia, el santuario de Montserrat en Cataluña o Guernica en el País Vasco.
- 2) Estos espacios deben ser imaginables, es decir, han de contar con unas características físicas y estructurales tales que tengan la capacidad de proporcionar a los sujetos una imagen mental vigorosa, vivida y poderosamente estructurada, es decir, han de tener "imaginabilidad". Imaginable es la Plaza de San Pedro, La Meca, el monasterio de Montserrat, el árbol de Guernica o la Torre Eiffel de París que ha quedado como símbolo de la ciudad.
- 3) Deben realizarse en estos espacios una serie de prácticas sociales consideradas características del grupo que le ha dado significado. A través de la evolución de las prácticas sociales asociadas a un espacio, éste se convierte en significativo para la comunidad implicada. Al mismo tiempo, los significados atribuidos al espacio determinan y modulan las prácticas sociales que se desarrollan en él o en su entorno. En este caso, las posibles distorsiones provocadas por las discrepancias entre el significado simbólico de un determinado espacio y las prácticas sociales características del grupo o comunidad implicadas en él pueden afectar al valor simbólico de este espacio.

Para Castells (1972), las prácticas sociales se encuentran directamente relacionadas con los supuestos ideológicos de una sociedad. En este sentido, un espacio simbólico urbano puede fundamentar su significado en base a la dimensión ideológica de una identidad social urbana. Los valores ideológicos o políticos que caracterizan a un determinado grupo pueden verse plasmados en determinados espacios, este es el caso de San Pedro, La Meca, Montserrat, el árbol de Guernica o la Puerta del Sol madrileña.

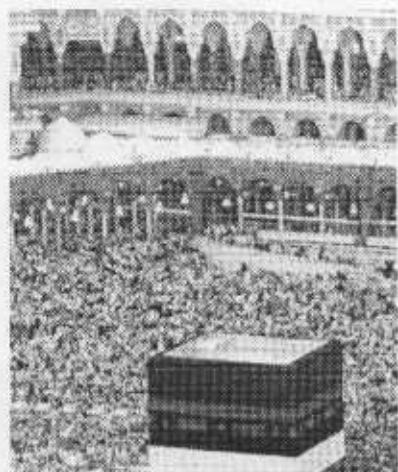


Figura 5: La Meca, espacio simbólico de la religión musulmana con prácticas sociales continuas (Red).

Definidos los espacios simbólicos, hay que tener en cuenta los factores que los pueden potenciar y que determinan situaciones preferentes. Por ejemplo, la extensión, dimensión, riqueza ornamental, la situación de un lugar en un trayecto clave, una elevación del terreno, el orden que se posee dentro de una jerarquía de símbolos, esto es, la posición con respecto al elemento con mayor intensidad significativa dentro de una red de signos icónicos conectados, hacen que un elemento destaque sobre el resto y proyecte sus valores con ventajas añadidas o que no lo hagan.

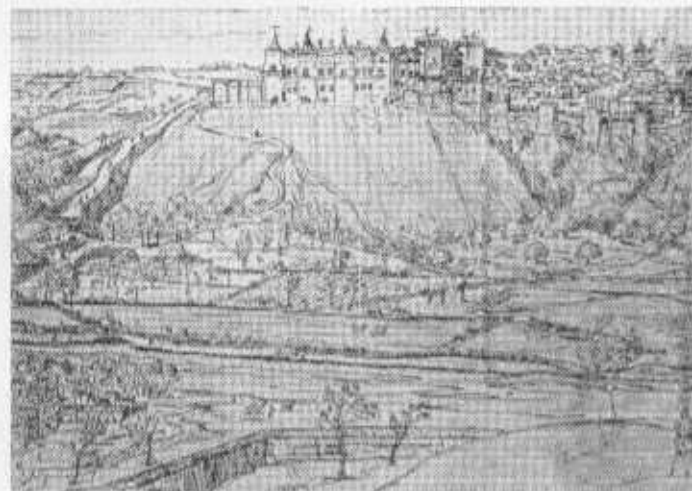


Figura 6: El emplazamiento del antiguo Alcázar de Madrid sobre una colina lo destacaba sobre el resto de la ciudad (Wingardie).

Los espacios simbólicos urbanos tiene como función consolidar la identidad urbana; establecer relaciones empáticas con los ciudadanos, lo que da lugar a un sentido de pertenencia; ayudar a estructurar cognitivamente el entorno. Entre estas funciones las que tienen un carácter más educativo son las que hacen referencia a la estructuración cognitiva del entorno. El niño en los primeros años de la vida interioriza una serie de escenarios cotidianos primordiales

(casa, escuela, barrio), y va evolucionando con la ampliación de las actividades del individuo en otros escenarios cotidianos (hogar, familia, lugar de trabajo, lugares de ocio, etc.). Estos escenarios si son significativos para el alumno ayudan a una mejor estructuración cognitiva del entorno ya que desde los primeros momentos el individuo va incorporando estos espacios en su propia manera de verse él mismo, y trata de buscar elementos de familiaridad en los nuevos escenarios. Esto lo realiza básicamente para mantener un sentimiento de seguridad y control de su entorno que en el fondo se traduce en un sentimiento de seguridad y control personal. Sucesivamente el niño va elaborando cogniciones, que hacen alusión a la suma de subconjuntos de sensación, percepción, recuerdo, razonamiento, solución de un problema, juicio y evaluación. Incluye procesos varios por los cuales la información visual, lingüística, semántica y comportamental es seleccionada, codificada, reducida, elaborada, almacenada, retransmitida y utilizada. En el núcleo de estas cogniciones ambientales se encuentra el pasado ambiental de la persona; un pasado constituido por lugares, espacios y sus propiedades, que han servido instrumentalmente para la satisfacción de las necesidades de la persona tanto biológicas como psicológicas, sociales y culturales. El resultado es una compleja estructura cognitiva que da soporte a los vínculos emocionales y a los sentimientos de pertenencia experimentamos en lugares en los que nos desarrollamos como individuo.

Como cualquier estructura cognitiva, la identidad de lugar está configurada por un complejo de "clusters" o agrupaciones de cogniciones sobre los lugares físicos, interrelacionados entre sí. El cluster de componentes de un escenario está relacionado con el de otros escenarios. El individuo a partir de sus experiencias directas con los escenarios físicos concretos va elaborando y remodelando las estructuras cognitivas y afectivas que definen su propia identidad de lugar.

Evolución de los espacios simbólicos urbanos

La evolución histórica del espacio simbólico esta asociada muchas veces a la evolución de los grupos sociales que le han dado significado. Un lugar puede tener una evolución, debida a la aparición de un hecho espacial nuevo que hace que varíe, en mayor o menor grado, la "personalidad" que poseía hasta ese instante; puede trastocar las relaciones de la red jerárquica y convertir una situación residual en prioritaria, o lo que es lo mismo, es capaz de hacer que ciertas zonas del espacio urbano manifiesten su capacidad potencial. Por ejemplo, un lugar preeminente consigue facilitar una fuerza suplementaria a la significación de un elemento físico y suele coincidir que el elemento dentro del paisaje más destacado por su carga simbólica sea el que ocupa el punto dominante, porque el que lo ocupa tiene mayores posibilidades de impregnar con sus valores ese espacio.

El nuevo hecho espacial será el resultado de la imbricación en el paisaje del grupo que realiza la modificación y de las características socioeconómicas de la zona, que facilitarán o dificultarán un tipo u otro de intervención, conectada con la coyuntura y estructura económica del momento.

La introducción del nuevo hecho espacial puede dar lugar a dos situaciones:

1ª. Si las características significativas del nuevo hecho espacial entran en consonancia con las existentes, el carácter queda reforzado. La transformación de los significados puede verse matizada por su sustrato significativo. Esto nos permite establecer un neoposibilismo simbólico (BUERO, 1992) ya que el contenido de las significaciones de los componentes que explican el carácter del lugar se interpretan en función de todo lo anterior. El paisaje, por



tanto, está ofreciendo unas posibilidades significativas específicas que pueden actuar como un sustrato de las nuevas significaciones. Este es el caso de la Gran Vía de Madrid, que cortó todo el caserío anterior para unir los dos grandes ensanches de la ciudad. En el primer tramo siguió la calle de San Miguel, ésta estaba ocupada por palacios de la aristocracia, significado que actuó sobre las nuevas construcciones cuando se transformó en una vía modernista en la que se instalaron nuevo palacios de la burguesía. La actual ornamentación tan sobrecargada quiere imitar a las antiguas construcciones palaciegas que estaban situadas en dicha calle.

Figura 7: Detalle del Edificio de Seguros "La Estrella". Los antiguos palacios son sustituidos por construcciones burguesas que quieren emular a la aristocracia que anteriormente ocupó este espacio de la ciudad (C. Herrero).

En cambio, en Sao Paulo la avenida de los Paulistas barrió por completo los significados anteriores, aunque la calle permanece las nuevas construcciones le dan un carácter "terciario" a la nueva vía.

2ª. De no ser así el nuevo medio espacial puede perder intensidad, incorporar facetas distintas o mudar su sentido general; las significaciones desaparecen completamente.

Por ello, es importante comprender lo que explica la aparición de los hechos espaciales y, sobre todo, cuál es el papel que desempeña el paisaje y su "personalidad". El paisaje sufre las alteraciones que la sociedad le imprime, o más exactamente que le imprimen los grupos sociales que tienen capacidad para ello. La intención del grupo se verá sometida a sus particularidades, que están dentro de un contexto sociocultural más amplio, pero que se pueden reducir a su capacidad para ejecutarla y los valores que la canalizan. La aparición de un nuevo elemento de gran importancia simbólica puede trastocar las relaciones de esa red jerárquica y convertir una situación residual en prioritaria, es capaz de hacer que ciertas localidades del territorio manifiesten su capacidad potencial.

Una vez constituidos los diferentes espacios simbólicos, puede darse una apropiación de los mismos por instancias superiores. Este fenómeno es especialmente destacable en aquellos casos en que, por ejemplo, se introduce un determinado elemento espacial de carácter monumental con un significado simbólico "a priori". Entonces puede aparecer una

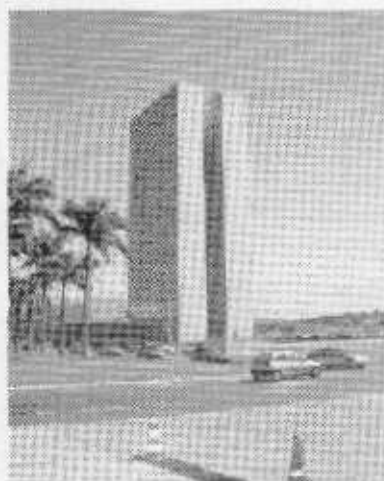
contradicción entre el significado asignado a ese espacio por parte de quien lo ha diseñado y la que tienen los usuarios. No obstante, un espacio simbólico "a priori" puede pasar a ser un espacio simbólico "a posteriori", cuando los grupos sociales le dan una nueva significación no aceptando la que se dio por parte del proyectista.

Este es el caso de la plaza de la Moncloa de Madrid que después de la guerra civil fue apropiada por el poder político para crear un espacio urbano que fuese reflejo del "Nuevo Estado". Se construyeron el Ministerio del Aire, el Monumento a los Caídos, al Arco del Triunfo y el monumento al primer vuelo entre España y Argentina, el Plus Ultra. Estos significados políticos que se le quisieron dar no fueron asumidos por los grupos sociales que al Ministerio del Aire llamaban el "Monasterio del Aire" por su parecido con el Monasterio de El Escorial. Al monumento conmemorativo del vuelo "Plus Ultra" los estudiantes que iban a la Universidad Complutense, en las cercanías, lo llamaban el "pajarraco".



Figura 8: Vista del conjunto de la Moncloa, Madrid. En primer plano el arco del triunfo que simboliza las armas y las letras en difícil maridaje. A la derecha el Ministerio del Aire (C. Herrero).

En otro sentido, el poder político ha dado significado en la ciudad de Brasilia al Estado democrático. La plaza de los "tres poderes" es un ejemplo claro del simbolismo democrático.



Frente a un espacio apropiado por el poder que significa la dictadura franquista, la Plaza de la Moncloa, encontramos otro espacio en un país con trayectoria democrática, Brasil, que significa la separación clásica de los tres poderes políticos clásicos.

Por tanto, igual que los espacios religiosos tienen unas significaciones para muchos grupos sociales, los espacios públicos tienen así mismo unos significados que muchas veces quedan ocultos por el desarrollo de la ciudad.

Figura 9: Detalle de la plaza de los tres poderes. El legislativo se concentra en dos edificios paralelos (C. Herrero).

Conclusión

La formación del profesorado en Geografía se ha basado tradicionalmente en aplicar unos enfoques propios de la pedagogía y didáctica que podrían denominarse tecno-científico: académico, tecnológico, constructivista, práctico y crítico o social-reconstruccionista. Estas tendencias intentan explicar el hecho educativo desde una perspectiva racional, pero existen otra forma de ver el proceso educativo, nos referimos a la que parte de la persona con todos sus condicionantes. Es la formación simbólica del profesorado de geografía en la que hay que distinguir dos aspectos: uno educativo-formativo, al que se ha hecho referencia en los tres primeros apartados, y otro didáctico expuesto en los tres últimos. La finalidad de esta formación radica en la necesidad de la comprensión del hombre en sus diversas facetas: conceptual y emotiva. En una palabra, hay que educar la inteligencia de los alumnos pero también hay que comprender sus aspectos menos claros como los sentimientos, pulsiones, vivencias. Son dos mundos diferentes pero complementarios, el conceptual, claro como el día, y el psicológico y emocional que presenta claros y oscuros como la noche.

Referencias

- BLOOMER K. C. y MOORE, C. H. W. *Cuerpo, memoria y arquitectura. Introducción al diseño arquitectónico*. Madrid: Hermann Blume Editores, 1983.
- BUERO, Carlos. "Cambio, tiempo y topofilia", en *Geografía y humanismo*. editor García Ballesteros. Aurora: Barcelona, Okos-Tau, 1992.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI, 1972.
- DILTHEY, Wilhelm. *Obras completas*. Madrid: Revista de Occidente, 1966.
- HERRERO FABREGAT, Clemente. "El medio ambiente urbano y la estructura simbólica de la ciudad", *Didáctica Geográfica*, nº 6, 2004.
- HUSSERL, E. *La crisis de las ciencias europeas y la fenomenología trascendental*. Barcelona: Crítica, 1991.
- JOYCE, B. y WEIL. *Modelos de enseñanza*. Madrid: Anaya, 1985.
- MÉLICH, Joan-Carles. *Antropología simbólica y acción educativa*. Barcelona: Paidós, 1998.
- METTON, Alain-BERTRAND, Michel-Jean. "Les espaces vecus dans une grande agglomération". *L'Espace Géographique*, París, nº 2, 1974.
- MURILLO ESTEPA, P. *El aprendizaje del profesorado y los procesos de cambio*. Sevilla: Mergablum, 1999.
- PALMER, María Jesús. *La voz de los símbolos*. Madrid: Editorial Eride, 1998.
- RAPOPORT, A. 'Simbolismo y diseño del entorno'. En RAPOPORT, A. *Aspectos de la calidad del entorno*. Barcelona: La Gaya Ciencia, 1974.
- SCHUTZ, A. *La construcción significativa del mundo social. Introducción a la sociología comprensiva*. Barcelona: Paidós, 1993.

WOODS, P. *La escuela por dentro. La etnografía en la investigación educativa*. Madrid: Paidós-M.E.C., 1987.

Recebido para publicação em janeiro de 2006
Aprovado para publicação em março de 2006

Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência

Arqueologia fenomenológica: en busca de la experiencia

Phenomenological archeology: in search of experience

Eduardo Marandola Jr.

Geógrafo, Doutorado em Geografia pela Universidade
Estadual de Campinas (IG/UNICAMP)

Endereço para correspondência:

Instituto de Geociências - Rua João Pandiá Calógeras, 51
Universidade Estadual de Campinas - Cidade Universitária
"Zeferino Vaz" - Distrito de Barão Geraldo
Caixa Postal 6152 - CEP: 13083-870 - Campinas, SP
eduardom@ige.unicamp.br

Resumo: A Fenomenologia tem recebido crescente atenção por parte dos geógrafos. Nos últimos anos temos visto um número cada vez maior de pesquisadores que têm recorrido a seus pressupostos epistemológicos e ontológicos para alimentar diferentes pesquisas e abordagens. No entanto, a utilização deste sistema filosófico na prática científica merece, assim como qualquer outro, uma reflexão detida sobre as suas possibilidades, virtudes e limitações para a ciência específica em que se deseja aplicá-lo. Para isso, é necessário, no nosso caso, compreender os fundamentos e o ponto de encontro entre a Fenomenologia e a Geografia. Em virtude da variedade e pluralidade de orientações e aplicações inspiradas na Fenomenologia, nos deteremos em um procedimento específico, tentando clareá-lo à medida que refletimos sobre suas possibilidades para o estudo de experiência humana sobre a Terra, tarefa reclamada tanto pela Geografia Humanista, quanto pela Geografia Cultural, mais contemporaneamente. Em vista disso, perseguimos a resposta à pergunta: o que é arqueologia fenomenológica?, partindo da Teoria do conhecimento e passando pela Fenomenologia para localizar os termos deste diálogo na prática da pesquisa geográfica.

Palavras-chave: Humanismo em Geografia, Fenomenologia, Metodologia, Epistemologia da Geografia.

Resumen: La Fenomenología ha recibido creciente atención por parte de los geógrafos. En los últimos años hemos visto un número cada vez mayor de investigadores que han recurrido a sus presuposiciones epistemológicas y ontológicas para alimentar diferentes búsquedas y abordajes. Sin embargo, la utilización de este sistema filosófico en la práctica científica merece, así como cualquier otro, una reflexión detenida sobre sus posibilidades, virtudes y limitaciones para la ciencia específica en que se desea aplicarlo. Para eso, es necesario, en nuestro caso, comprender los fundamentos y el punto de encuentro entre la Fenomenología y la Geografía. Haya vista la variedad y la pluralidad de orientaciones y aplicaciones inspiradas en la Fenomenología, nosotros nos detendremos en un procedimiento específico, intentando clarearlo a medida que reflejamos sobre sus posibilidades para el estudio de la experiencia humana sobre la Tierra, tarea reclamada tanto por la Geografía Humanista, cuanto por la Geografía Cultural, más contemporáneamente. En vista de eso, perseguimos la respuesta a la pregunta: ¿que es arqueología fenomenológica?, partiendo de la Teoría del conocimiento y pasando por la Fenomenología para localizar los términos de este diálogo en la práctica de la búsqueda geográfica.

Palabras-clave: Humanismo en Geografía, Fenomenología, Metodología, Epistemología de la Geografía.

Abstract: Phenomenology has received increasing attention from geographers in recent years, and a growing number of researchers use its epistemological and ontological assumptions in different research approaches. However, the use of this philosophical system in scientific practice deserves, as with any system, reflection about its possibilities, virtues and limitations for the specific science in which one wishes to apply it. For this, it is necessary, in our case, to understand its foundations and the connections between Phenomenology and Geography. Due to the variety and plurality of orientations and applications inspired by Phenomenology, we adopt a specific procedure, trying to clarify it while we reflect on its possibilities for the enterprise of the study of human experience on Earth, task assumed today by Humanist and Cultural Geography. In view of this, we seek to answer the question "what is phenomenological archaeology?" starting with the Theory of Knowledge and with reference to Phenomenology, in order to identify the terms of this dialogue in geographical research practice.

Keywords: Humanism in Geography, Phenomenology, Methodology, Geography Epistemology.

"A relação mais íntima, traiçoeira e definidora de um ser humano é a que ele trava consigo mesmo."

Eduardo Giannetti (1997)

I

Entre a pluralidade de bases teóricas e matrizes filosóficas utilizadas pelos geógrafos em seus estudos, a Fenomenologia tem despertado crescente interesse neste início de século. Se num primeiro momento (décadas de 1960 e 1970) ela não recebeu atenção ampliada por parte dos geógrafos, hoje seu uso transcende as tendências que a promoveram (Geografias Humanista e Cultural). No entanto, devido às próprias características deste sistema filosófico, não há consenso sobre os conceitos, significados e as implicações metodológicas da adoção desta matriz, compondo uma grande variedade de elementos que são aplicados na pesquisa geográfica.

Alinhamo-nos com aqueles que vêem nesta pluralidade uma riqueza e não um ponto de fragilização. No entanto, procuramos apontar para a necessidade de refletir sobre as implicações da utilização da Fenomenologia nos estudos geográficos, através da compreensão de seus fundamentos. Neste ensaio, faremos isso por meio da resposta à pergunta: *o que é arqueologia fenomenológica?*

A pergunta é pertinente no contexto do fazer geográfico pelas sendas da Geografia Humanista que, entre suas orientações filosóficas, procura "inspiração" no método e no sistema fenomenológico.¹ Porém, como esta orientação se manifesta de diferentes maneiras nos trabalhos dos geógrafos é necessário deter-se em pontos específicos para clarear as verdadeiras possibilidades que este abre para a Geografia.

Há uma dificuldade latente entre os geógrafos em operacionalizar pesquisas empíricas utilizando-se dos pressupostos e dos métodos da Fenomenologia. Uma das dificuldades é justamente a compreensão das implicações diretas que esta adoção traz para a prática de pesquisa. Incorporar ou inspirar-se num sistema filosófico para uma pesquisa científica produzirá, certamente, deformações (VON ZUBEN, 1989; MOREIRA, 2002). Em vista disso, há necessidade de pensar estas deformações e as implicações desta adoção no contexto dos pressupostos e categorias geográficas.

Esta preocupação trará questões como a relação sujeito-objeto, a natureza e a essência do conhecimento e a relação da Ciência com outras formas de saber. Adotar a Fenomenologia na prática geográfica trará entendimentos diferentes em relação a estas questões, bem como aos problemas do conhecimento, tratados pela Teoria do Conhecimento. Esta se ocupa essencialmente da adaptação do pensamento à realidade que sempre está implicada numa relação entre sujeito e objeto (PIAGET, 1973). Mais do que isso, os problemas do conhecimento estão intrínsecos a toda a prática do fazer científico (HESSEN, 2003). Portanto, mesmo que não tenhamos elaborado uma reflexão específica sobre o assunto, acabamos por adotar em nossas pesquisas determinado posicionamento diante dos problemas do conhecimento, pois estes

¹ Sobre as relações entre Fenomenologia e Geografia, ver Pickles (1985), Holzer (1992) e Amorim Filho (1999).

nascem da relação sujeito-objeto, ou consciência-objeto. É a consciência em busca do conhecimento do objeto. O conhecimento é, portanto, fruto da relação sujeito-objeto, constituindo-se um processo que envolve a realidade empírica e o ser cognoscente com sua estrutura própria de conhecimento (PIAGET, 1972).

Contudo, a questão envolve muitos outros aspectos. A constatação da relação entre o sujeito e objeto no processo de conhecimento nos conduz aos seus cinco problemas principais, conforme enuncia Johannes Hessen em seu livro clássico sobre a Teoria do Conhecimento, de 1926: (1) *Possibilidade do conhecimento humano*; (2) *Origem do conhecimento*; (3) *Essência do conhecimento humano*; (4) *Tipos de conhecimento humano*; (5) *Crítério de verdade* (HESSEN, 2003). A importância destes problemas é crucial. A partir deles delineamos nossos pressupostos, métodos e até resultados de pesquisa. Devido às limitações deste ensaio, não poderemos desenvolver uma discussão aprofundada sobre as diferentes posições e soluções desenvolvidas para tais por pensadores ao longo da história da filosofia. Antes, iremos pontuar onde nos colocamos neste universo. Este recurso metodológico objetiva contextualizar junto à teoria do conhecimento o procedimento "arqueologia fenomenológica", para que possamos vislumbrar até onde (ou por meio do que) este procedimento, enquanto um método de pesquisa no contexto de um estudo geográfico, pode nos levar na busca da experiência, tarefa reclamada tanto pela Geografia Humanista, quanto pela Geografia Cultural, mais contemporaneamente (RELPH, 1979; CLAVAL, 2001; MARANDOLA JR., 2005a). Evidentemente, estes temas continuam em discussão e devem ser entendidos sempre como abertos. As escolhas realizadas aqui são resultado de embates de pesquisa, onde o racional e o empírico estão sempre em tensão, num processo de questionamento e construção do nosso conhecimento da realidade e da nossa própria prática científica.

Em vista disso, procuraremos responder à pergunta *o que é arqueologia fenomenológica?* partindo do pensar os dois termos componentes da expressão para, a seguir, discutir o seu significado e, por fim, suas possibilidades e implicações para a prática e a produção do conhecimento geográfico, dentro de um quadro selecionado da teoria do conhecimento.

II

A pergunta posta contém implícito que perguntamos por um objeto ideal, e não real. O artigo "o" a classifica como tal, conforme afirmou Livia de Oliveira acerca da teoria do conhecimento: "[...] há objetos reais e ideais, e não se pode atingir a certeza do conhecimento de sua essência última." Assim, "[...] só se pode saber *que* as coisas são, mas não *o que* as coisas são em si" (OLIVEIRA, 1999, p. 89).

A arqueologia fenomenológica, como um procedimento que está no campo do pensamento, pode então ser definida. Ela não existe no campo real, mas apenas no ideal, e como tal, pode ser alcançada enquanto essência última.

No entanto, para tentar respondê-la, precisamos localizar o significado dos dois vocábulos colocados na expressão: arqueologia e fenomenologia. Começamos pelo segundo, resgatando um delineamento de um dos mais conhecidos filósofos fenomenologistas, Martin

Heidegger. Baseado na idéia de fenômeno (aquilo que mostra-se ou revela-se em si mesmo), a fenomenologia é, para o filósofo, o "deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo". Em vista disso, a fenomenologia não evoca nem o objeto nem o seu conteúdo. "A palavra se refere exclusivamente ao modo *como* se demonstra e se trata *o que* nesta ciência deve ser tratado". A ciência dos fenômenos (decomposição de *fenômeno* e *logia*) nada mais é do que "apreender os objetos *de tal maneira* que se deve tratar de tudo que está em discussão, numa demonstração e procedimentos diretos" (HEIDEGGER, 2002, p. 65). Mais do que estudar algo, portanto, a fenomenologia apresenta caminhos para se perscrutar os significados dos fenômenos em si mesmos, no sentido da revelação e da descoberta.

Em geral, a busca desta revelação se dá nos termos que Maurice Merleau-Ponty, outro importante filósofo fenomenologista, apresenta:

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua 'facticidade'. (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 5)

A busca das essências, sem dúvida, é o ponto fulcral que o "pai" da fenomenologia moderna, Edmund Husserl, lhe atribuiu. No esforço de transcender o psicologismo até então reinante na Filosofia, bem como combater o universalismo de Hegel, Husserl (1988) identifica a *intencionalidade* como fundamental ao processo cognoscente da mente humana. Assim, a consciência não é uma substância, mas uma atividade constituída por atos. Neste respeito, a relação sujeito-objeto é mais fluída, com o objeto sendo apreendido em sua relação com a consciência, superando a si mesmo. Sendo a intencionalidade o traço fundamental da consciência, o objeto pode ser considerado como escopo desta mesma intencionalidade e, portanto, transcende a si mesmo, transcendendo sua existência real enquanto existência empírica imediata.

Johannes Hessen, que utilizou o método fenomenológico em sua investigação acerca da teoria do conhecimento, expõe o seu significado ao diferenciá-lo do método psicológico.

O primeiro [método psicológico] investiga os processos mentais concretos em seu curso regular e em suas relações com outros processos, ao passo que o último [método fenomenológico] procura apreender a *essência geral* no fenômeno concreto. Em nosso caso, o método não descreve um processo de conhecimento determinado, não procura estabelecer o que é característico de um determinado conhecimento, mas aquilo que é essencial a todo conhecimento, aquilo que consiste sua estrutura geral. (HESSEN, 2003, p. 19)

Como buscar, então, as essências? Como alcançar este nível do conhecimento? O próprio Husserl propôs a *arqueologia fenomenológica* como este meio.²

² É importante lembrar, no entanto, que Merleau-Ponty (1971) enfatiza que as essências não são o fim último da filosofia de Husserl, mas um meio. O objeto da fenomenologia, segundo o autor, é a nossa existência no mundo, e é para este fim que Husserl passa pelas essências.

Na verdade ela se refere a uma operação de escavação nos elementos constitutivos daquilo que é construído através das operações sensoriais perceptivas que se nos oferecem já prontas e formam o mundo da experiência. (ALES BELLO, 1999, p. 18)

Trata-se, portanto, de uma indagação regressiva, de onde advém o sentido do primeiro vocábulo (arqueologia). Não era este o procedimento proposto por Heidegger, de sempre realizar as perguntas anteriores? (HEIDEGGER, 1999a, 1999b) Mas a arqueologia como Husserl propôs é algo um pouco diferente. Como o arqueólogo escava camadas de civilização, sempre procurando as origens, o que veio antes, assim também o fenomenologista busca o conhecimento intuitivo, ou imediato, que fica muitas vezes "soterrado" sob as profundas e sucessivas camadas de mediação da cultura e da sociedade. Arqueologia fenomenológica seria, portanto, "escavar" estas camadas e procurar o sentido original, a essência.

Angela Ales Bello, investigando o arquivo de manuscritos de Husserl (mais de 45.000 páginas) encontrou um documento com o título *Arqueologia fenomenológica*, que fornece elementos para entendermos este procedimento fundamental do método fenomenológico.

A autora registra que poderia se questionar a validade deste conhecimento original, pelo entendimento de que o conhecimento é um processo de acumulação. Segundo ela, Husserl quer pôr em dúvida justamente este pré-conceito:

Trata-se, na verdade, de colocar-se numa perspectiva radical que quer percorrer o processo de formação do nosso conhecimento, para descobrir o sentido das operações fundamentais realizadas por nós e para testar aquilo que foi construído através de tais operações do ponto de vista cultural. (ALES BELLO, 1999, p. 19)

É com este propósito que Husserl propõe a redução fenomenológica, conhecido procedimento de sua proposta, e um dos mais controvertidos também. Merleau-Ponty (1971) resgata e defende a proposta de Husserl apontando dois mal-entendidos: o de que a redução seria uma proposta de fundo idealista, e de que as essências são a finalidade da fenomenologia, e não um meio.

A redução, segundo Merleau-Ponty, busca apreender o real, como um tecido sólido, que não espera nossos juízos para anexar os fenômenos mais surpreendentes nem para rejeitar nossas imaginações mais verdadeiras. Assim, a redução é apresentada como "[...] o retorno a uma consciência transcendental diante da qual o mundo se mostra numa transparência absoluta, animado de parte a parte por uma série de apercepções que o filósofo se encarregaria de reconstituir partindo de seus significados." (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 9).

É nesse sentido que Ales Bello (1999, p. 19) fala da redução como "[...] 'redução' do mundo e da natureza à nossa experiência do mundo e da natureza". Esta experiência é considerada nas suas estruturas universais, garantindo a sua realidade e possibilidade como experiência de cada um em particular, mas simultaneamente como experiência que envolve todos os indivíduos. É a passagem para as experiências vividas, abrindo a possibilidade de apreender as essências. Estas não objetivam trazer o particular, o excepcional, mas buscam trazer simultaneamente os aspectos concretos e individuais e os significados essenciais, universais.

O que faz então o filósofo ao "escavar" para alcançar o conhecimento? Uma expressão muito usada por Husserl é "a busca das coisas mesmas", ou a busca da "coisa em si mesma". É o sentido dado à arqueologia, que procura os sentidos originais antes das pré-concepções científicas, primando pelo conhecimento intuitivo, no momento em que a consciência se encontra com o mundo.

O meio para fazer isso é a *descrição*. Husserl não desejava explicar, mas descrever, no sentido de buscar as coisas como exatamente são. Para isso, o filósofo via como tarefa primária descrever fenomenologicamente os fatos como são. O conhecimento é transcendente e ocorre no momento do contato consciência-mundo. Cabe ao fenomenologista descrevê-lo.

O próprio sentido de fenomenologia já traz em si a noção de uma "fenomenologia descritiva", conforme aponta Heidegger (2002, p. 65). Para o filósofo, esta descrição, no entanto, não se aproxima daquela que faz a morfologia botânica, por exemplo. O caráter da descrição é estabelecido apenas "[...] a partir da 'própria coisa' que deve ser descrita, ou seja, só poderá ser determinado cientificamente segundo o modo em que os fenômenos vêm ao encontro." A descrição é, portanto, a forma de "toda de-monstração de um ente tal como ele se mostra em si mesmo" (HEIDEGGER, 2002, p. 66), que é o sentido último da fenomenologia.

Neste sentido, qualquer coisa experimentada pode ser descrita, como lugar, silêncio, existência, contato interpessoal. Segundo Edward Relph, o fenomenologista precisa, tanto quanto possível, "[...] excluir as crenças nas explicações e considerações existentes e, igualmente, sobre os [seus] próprios preconceitos, e tentar colocar-[se] na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno." (RELPH, 1979, p. 4). O autor aponta ainda que não se trata de idealismo ou recusa de nossas próprias experiências; antes, trata-se de retroceder a elas e examiná-las com o que poderíamos chamar de semiconsciência não envolvida. Esta não pode estar fechada em si mesma, mas procura uma variedade de fontes e pontos de vista, procurando descrever sem tentar eliminar as ambigüidades e complexidades. Cada fenômeno é sempre complexo e produzir sua representação, na tentativa de simplificar para apreender, é uma redução de seu sentido e uma deformação.

Buscar a descoberta dos significados na experiência é uma tarefa que exige o cuidado de descrever sem deformar ou destruir a riqueza e a complexidade dos significados, dando o devido peso à intuição na constituição do mundo vivido, conforme aponta Ales Bello (1999, p. 35): "As experiências vividas são identificáveis de forma essencial, ou seja, o seu sentido pode ser captado intuitivamente. Nessas experiências vivenciais reside a capacidade de 'constituir', e não 'construir', um mundo por parte do sujeito."

A forma de alcançar a interpretação destas experiências é justamente a descrição, que em Husserl possui três pontos característicos importantes: (1) é um procedimento filosófico *sui generis* que não pode configurar-se num sentido indutivo, nem dedutivo, mas está fundado na capacidade intuitiva do ser humano e teoriza tal capacidade; (2) não é uma descrição no sentido banal e superficial de uma enumeração ou de uma catalogação, mas visa captar o significado das coisas; (3) não é uma interpretação. Portanto, ela "[...] é uma arqueologia que visa uma reconstrução." (ALES BELLO, 1999, p. 35). É aqui que a descrição se liga à redução:

O trabalho de escavação não se pode identificar com um desmonte senão na medida em que se deve superar o obstáculo da mera aceitação do fato como simples dado empírico; aparece aqui o primeiro momento fundamental: o da redução. É aqui que a descrição fenomenológica assume a sua valência específica, afastando-se de uma simples enumeração ou indicação de características e de uma interpretação, e portanto hermenêutica. (ALES BELLO, 1999, p. 35-36)

Através deste caminho, a descrição permite investigar tanto as experiências vivenciais quanto as cosmovisões estabelecidas na intersubjetividade. Em ambos os casos, através da intencionalidade e da redução, podemos investigar com maior profundidade o significado do ser-no-mundo, para além da relação sujeito-objeto, em direção a uma concepção holística da teoria do conhecimento. A arqueologia fenomenológica é, portanto, um procedimento que nos permite trilhar tais caminhos, em busca da experiência enquanto fenômeno, permitindo que ela re-vele-se tal como ela é em si mesma.

A seguir, procuramos apontar as consequências de sua utilização em relação aos problemas do conhecimento no contexto dos estudos geográficos e em que medida esta pode auxiliar aos geógrafos na busca da experiência.

III

Explicitamos até aqui elementos para compreendermos os significados e aplicações da arqueologia fenomenológica enquanto método para a investigação da experiência. Ao mesmo tempo, acabamos por delinear algumas das bases da relação entre a Fenomenologia e a Geografia (em especial a Humanista e a Cultural). Esta, preocupada com a experiência humana sobre a terra, tem naquela uma referência fundamental de orientação para sua empreitada. No entanto, nos cabe refletir agora acerca do significado de estudar Geografia na perspectiva da experiência.

Em primeiro lugar, esta descrição a que se propõe a arqueologia fenomenológica se assemelha àquela que os artistas exercitam em suas pinturas ou obras literárias. Estas, ao invés de simplesmente enumerar elementos ou características físicas, buscam re-velar o sentido dos objetos, paisagens, lugares ou personagens, utilizando a descrição como recurso para tal re-velação. Segundo Darby (1977), o ponto está no traço subjetivo do artista que, sem primar pela objetividade, alcança outra forma de dizer a realidade (outra linguagem), seja ela qual for. Longe de ser uma síntese, a descrição presente na arte se alia a uma geografia estética que dela emerge. Assim como os antigos geógrafos tinham o objetivo de descrever a geografia terrestre, ainda não conhecida nem sistematizada, hoje a tarefa é perseguir o conhecimento da experiência humana, igualmente desconhecida. Muito pouco se sabe ainda sobre a natureza da multiplicidade de experiências nos diferentes espaços terrestres. Temos grande quantidade de estudos acerca das estruturas econômicas e políticas, dos sistemas de produção, das dinâmicas geomorfológicas e climáticas. No entanto, como as pessoas vivem em tais espaços (nas diferentes escalas), do ponto de vista delas mesmas, ainda é uma grande *terra incognita* a ser explorada pelos geógrafos (WRIGHT, 1947). Descrever é um procedimento para atingir este conhecimento, entretanto, não é o objetivo último da arqueologia

fenomenológica. As primeiras descrições dos lugares feitas pelos antigos geógrafos não se tornaram os conhecimentos últimos sobre aqueles lugares; a estas se seguiram muitos estudos e pesquisas. De maneira similar, a descrição serve à arqueologia fenomenológica como forma de organizar "o material empírico" de pesquisa, como a maneira que temos de "escavar" a existência e retirar dela os elementos que, posteriormente, receberão nossa análise e reflexão, em busca dos significados.

É neste procedimento de "escavação" que veremos as implicações da utilização da arqueologia fenomenológica em relação aos problemas do conhecimento. A primeira implicação é a necessidade de admitir que o conhecimento só é possível considerando-se tanto o pensamento quanto a experiência. Esta está esteada numa forma de *criticismo*, enquanto ponto intermediário entre o dogmatismo e o ceticismo, através de uma "epistemologia crítica" (OLIVEIRA, 2004, p. 17), compartilhando com o dogmatismo uma confiança axiomática na razão humana e que ela pode acessar o conhecimento. No entanto, aproxima-se do ceticismo na medida em que desconfia de qualquer conhecimento determinado, colocando à prova toda afirmação da razão humana e nada aceitando inconscientemente. Para isso também temos de admitir que o conhecimento não se *origina* apenas de nossa atividade racional, mas também de nossa percepção intuitiva. Não podemos ter em mente que o conhecimento é meramente proveniente de nossas elucubrações teóricas ou de modelos abstratos de explicação geral. Aqui o *intelectualismo* nos ajuda a equilibrar as posições antagônicas entre racionalismo e empirismo, não afirmando que o conhecimento tem origem num ou noutro. Ele brota da relação entre os dados da experiência e da atividade lógica do pensamento. O intelectualismo sustenta, como o racionalismo, que existem juízos necessários ao pensamento e com validade universal, referentes tanto a objetos ideais quanto a objetos reais. Porém, o intelectualismo não considera estes juízos como patrimônio *a priori* da nossa razão, como o racionalismo, mas deriva esses elementos da experiência. Neste aspecto, aproxima-se do empirismo. Johannes Hessen ressalta o significado do nome *intelligiere*, que vem de "ler de dentro", ou seja, a consciência cognoscente lê na experiência, retira seus conceitos da experiência. Este processo é apoiado numa pressuposição empírica, "[...] de que, ligado de algum modo a cada coisa, há um núcleo essencial que, por ocasião do conhecimento, passa, por assim dizer, para o lado da consciência" (HESSEN, 2003, p. 67).

Neste sentido, o conhecimento é apreendido na experiência, e esta afirmação tem um sentido duplo e implicações importantes. O primeiro sentido é que como pesquisadores, precisamos tanto da experiência como da reflexão. Isto nos chama atenção para os trabalhos de campo, fundamentais na investigação de qualquer tema de pesquisa geográfica. O segundo sentido é menos prático, que diz respeito ao valioso conhecimento adquirido pelas pessoas que vivem (experienciam) as situações ou fenômenos que estudamos. Neste respeito, a possibilidade do conhecimento existe; ele deve ser buscado para além da nossa própria prática, mas deve ser entendido como adquirido na experiência daqueles que estão no mundo.

Estes trabalhos de campo anseiam descrever a experiência tal como é, ou em outras palavras, permitir que o objeto (fenômeno) se revele. Não podemos conhecer nem descrever os fenômenos da experiência à distância. É preciso estar em contato com eles, desenvolvendo nós mesmos uma experiência. Assim, a experiência de lugares ou a experiência de determina-

dos eventos catastróficos (como perigos e desastres ambientais) só estão acessíveis a quem os vive. É para ter acesso a tal experiência, é necessário o diálogo e a descrição destes mundos vívidos. A única maneira de fazer isso é de forma direta, em campo.

Adotar a arqueologia fenomenológica significa, também, ter em mente que o conhecimento é *essencialmente* fenomenal e volitivo, ocorrendo num nível *realista relativo*. Este livra-se da negação total dos elementos da consciência, admitindo que a realidade não pode ser provada, mas apenas experienciada e vivenciada. Nesta perspectiva, são as experiências do querer que nos dão certeza sobre o ser-af de objetos exteriores à consciência. O nosso querer possui uma relação análoga ao ser-assim das coisas, assim como o nosso intelecto nos conduz à sua *essentia*. "As coisas opõem resistência à nossa vontade ao nosso esforço e é nessa resistência que vivenciamos a realidade das coisas" (HESSEN, 2003, p. 80).

Portanto, ao "escavar" em busca das essências, para retornar a relação originária do homem com o mundo, não buscamos o conhecimento real nem o ideal: buscamos, isto sim, o conhecimento volitivo que transcende os objetos e que são apreendidos pela consciência cognoscente. Neste aspecto, a investigação da experiência dos lugares, por exemplo, não se centra no lugar, nem no homem. Não há lugar sem homem, não há homem sem lugar (CASEY, 1993, 2001).

Mas alcançar este estágio originário exige que não nos limitemos ao conhecimento racional. A fenomenologia busca enfatizar outro *tipo* de conhecimento, sobretudo a *intuição* e a *volição*. Estas também se manifestam em dois momentos: o teórico e o prático. Na verdade, todo o processo do conhecimento sempre terá estas duas faces que, quando compreendidas, eliminam muitas de nossas dúvidas acerca da possibilidade de sucesso da arqueologia fenomenológica.

A volição é importante não apenas por estar associada à intencionalidade, mas exatamente por sua ligação com a intuição. Esta ligação, coloca a questão se além do conhecimento mediado há também um imediato; se além do conhecimento discursivo, há também um intuitivo. Não parece haver contradição acerca da existência de tais, tanto no campo da experiência (sensível), quanto do espírito (não-sensível). A volição será tanto mais importante no campo da intuição material, que diz respeito "[...] não à simples apreensão de uma relação, mas ao conhecimento de um dado provido de conteúdo, de um objeto ou fato supra-sensível." (HESSEN, 2003, p. 98) Entre os tipos de intuição material, podemos mencionar as relacionadas à estrutura psíquica do homem: *racional, emocional e volitiva*. Estas estão ligadas respectivamente ao pensar, ao sentir e ao querer, e aos seus respectivos órgãos cognoscentes: entendimento, sentimento e vontade. Não podemos eliminar do processo cognitivo de aquisição do conhecimento estes três elementos, que compõem também, como vimos, a própria essência do conhecimento.

A intuição, portanto, é o conhecimento adquirido instantaneamente. Ela não está conectada imediatamente com a razão, mas tem cumplicidade com ela no processo de conhecimento. Tanto no fazer científico (prática) quanto na conceituação da relação sujeito-objeto (teoria) a intuição é fundamental. No primeiro caso, por nos permitir experienciar ou interagir com nosso objeto de pesquisa. Admite-se aqui a fluidez, que é inerente ao processo, e a influência recíproca e indissociável. Mas ao mesmo tempo, no nível conceitual, a intuição está agindo nos sujeitos que experienciam a situação-objeto, influenciando em seus comporta-

mentos, atitudes e valores. Neste caso, desconsiderar a intuição e seus componentes (a razão e a volição) seria eliminar a possibilidade de compreender como aquelas pessoas ou grupos sociais vivem o espaço e como elas organizam suas estruturas hierárquicas, tanto afetivas quanto políticas ou econômicas.

Volição e intuição estão intimamente implicadas na prática de campo do pesquisador. A volição nem sempre estará presente verbalmente, explícita, sendo fundamental a possibilidade do *vis-a-vis* no trabalho de campo para a apreensão da linguagem não verbal. Por outro lado, o papel da volição do pesquisador e sua intuição, movimentada pela experiência de *outsider* que busca os *insiders* coloca-se também neste campo como essência do próprio conhecimento produzido. O envolvimento do pesquisador também está na linha que delinea o resultado final da interpretação da descrição daquelas experiências. A volição do pesquisador torna-se, portanto, tão importante quanto a volição dos indivíduos que vivem o fenômeno para a busca do seu sentido original.

Por fim, a arqueologia fenomenológica nos permite acessar o conhecimento verdadeiro. O critério deste julgamento é a concretude da vivência, a experiência que a consciência tem do e no mundo. Lembramos da diferenciação fundamental de Hessen entre verdade e correto, falsidade e incorreto. Correto e incorreto são objetos da teoria do valor, enquanto verdade e falsidade pertencem ao campo da teoria do conhecimento. Para solucionar este problema do conhecimento, recorreremos à concepção *realista da verdade*, que implica a concordância do conteúdo do pensamento com o objeto. "Se o tempo e o espaço puderem existir formalmente e apenas em nossa consciência, deveremos supor que os objetos são portadores de certas determinações reais que nos levam a aplicar aquelas formas de intuição." (HESSEN, 2003, p. 121) Mas a questão sobre o critério persiste: como delimitá-lo?

Hessen afirma que o critério é diferente quando tratamos de objetos ideais e objetos reais. E aí está uma diferenciação crucial para nossa resposta à pergunta colocada. Para objetos ideais, onde a lógica e a matemática têm um peso preponderante, e onde o pensamento fica circunscrito em si mesmo, o critério pode ser a *ausência de contradição*. No entanto, quando tratamos de objetos reais, os dados da experiência, da intuição ou da volição têm de ser colocados em relevo, o que faz com que o critério de verdade seja outro. No caso dos dados da consciência, este pode ser a *mediata presença de um objeto*. Não há ação intelectual na apreensão imediata dos objetos?

Hessen (2003, p. 125) responde a esta importante indagação com uma diferenciação fundamental: "Objetividade e validade universal devem, portanto, ser muito bem distinguidas". Isto significa que, embora a presença imediata seja um fenômeno subjetivo, apreendido pela percepção (intuição), as condições de certas situações podem ser fundamentadas numa ótica objetiva, mesmo que não haja um reconhecimento lógico obrigatório. Além disso, as condições objetivas (materiais ou não) podem ser universais, mesmo que varie a forma de percepção e representação destes objetos.

Kant (1987) também atribuía ao empírico e ao que chamava de experiência possível as condições para validação do conhecimento. Criticando posições céticas, ele defendeu a relação entre o sujeito cognoscente e o objeto, experiencialmente dada, como portadora do critério de verdade do conhecimento (OLIVEIRA, 2004).

Neste sentido, se não buscamos a verdade, não temos tarefa a fazer. A ciência, tanto quanto a filosofia, ficarão vazias. No entanto, acertos e erros são inerentes e temos novamente aqui a distinção teórico-prático, pois é igualmente válido a existência da verdade e a sua justificação por este critério para o trabalho do pesquisador quanto para a aquisição dos conhecimentos vivenciados pelas pessoas no espaço. Sem admitir que há uma verdade inerente aos fenômenos (um sentido último), mesmo que dificilmente acessível, não teríamos razão de ser enquanto cientistas ou mesmo enquanto seres humanos, pois toda nossa atividade cognoscente seria vã e superficial.

Este critério de verdade não seria aplicável, no entanto, para julgamento de outros métodos de pesquisa. Cada corpo teórico-metodológico elege seu próprio critério de verdade que coaduna com seus objetivos e possibilidades. Afirmar que o critério de verdade da arqueologia fenomenológica é a experiência ou, em outras palavras, "a busca das coisas mesmas", é apenas reconhecer que este é o tipo de conhecimento que este procedimento se propõe a buscar. Nele residem suas possibilidades e também suas limitações.

O trabalho de campo geográfico é a principal forma de acessar tais experiências. Existem outras, que utilizam maior intensidade de mediações entre sujeito-objeto. No entanto, tem sido cada vez mais comuns práticas que promovem a passagem do pesquisador de *outsider* para *insider*, num processo de envolvimento gradual que culmina com uma descrição e interpretação bastante rica em conhecimento vivencial – a metodologia de observador participante é um exemplo disso (TURRA NETO, 2004). Alguns entendem que este tipo de envolvimento pode "turvar" o julgamento do pesquisador. No entanto, se a busca é pela experiência, ou pelos fenômenos enquanto re-velados na experiência, no próprio mundo vivido, por que não poderia o pesquisador utilizar de sua própria experiência, enquanto *insider*, para alimentar sua descrição? A existência é fundada na experiência; o espaço existencial é expressão de nossa história de vida, memória, imaginário, afetividade, relações pessoais, cultura e biografia. Não podemos nos furtar a tais elementos que, juntos, compõem nossa existência mediante a experiência (MARANDOLA JR., 2005b). Existência e experiência são indissociáveis e o envolvimento do *insider* (seja pesquisador ou não) é parte deste conhecimento.

IV

Tomar a experiência como objeto ou fonte do conhecimento geográfico tem produzido importantes contribuições para a Geografia, ampliando seu escopo analítico e o alcance e profundidade de muitos de seus temas de interesse tradicionais. No entanto, são muitos os caminhos que a Fenomenologia abre para a pesquisa geográfica. Neste ensaio, nos limitamos a pontuar algumas das consequências que a adoção deste trilhar traz para a pesquisa de um ponto de epistemológico e metodológico. Entretanto, é importante frisar que o quadro aqui desenhado é obviamente limitado, tendo como objetivo posicionar um procedimento específico (arqueologia fenomenológica) no contexto maior da teoria do conhecimento e da prática geográfica. Há necessidade de dedicação maior no sentido de discutir os procedimentos, conceitos e pressupostos não apenas da Fenomenologia, mas também de

outras filosofias e teorias oriundas de outras ciências e trazidas à pesquisa geográfica, para que sua incorporação não seja apenas transpositiva. Sempre há necessidade de adaptações e contextualizações à nossa própria história e desenvolvimento epistemológico e ontológico. Além disso, aprofundar-se no conhecimento dos fundamentos de tais teorias nos permitirá reconhecer as possibilidades e, acima de tudo, as limitações daquele procedimento em nos retornar determinado tipo de conhecimento.

Precisamos, portanto, assumir a fluidez sujeito-objeto, ter bem claro os problemas do conhecimento em dois prismas: o teórico e o prático e não esquecer que conhecer o outro é conhecer a nós mesmos e ao mundo. A arqueologia fenomenológica é um caminho que se abre neste sentido, em direção à experiência. Ela resgata a importância do trabalho de campo na pesquisa, como oportunidade singular de encontro da consciência com o mundo. Os geógrafos têm buscado a experiência humana sobre a Terra e este objetivo coaduna com o esforço dos fenomenologistas. Por isso, entendemos que as concordâncias entre ambos revelam um sentimento humanista maior de desejo de colocar o homem como medida e valor para um Humanismo autêntico, primando pela *humanidade do homem humano*, como o quis Heidegger (1991), e como o queremos hoje.

Referências

- ALES BELLO, Angela. *Cultura e religiões: uma leitura fenomenológica*. Trad. Antonio Angonese. Bauru: Edusc, 1998. 204p.
- AMORIM FILHO, Oswaldo B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, ano 11, nº 21 e 22, p. 67-87, jan./dez. 1999.
- CASEY, Edward S. *Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought)*. Indiana: Indiana University Press, 1993. 432p.
- _____. Between Geography and Philosophy: what does it mean to be in the place-world? *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, n. 4, 2001. p. 683-693.
- CLAVAL, Paul. *Épistémologie de la géographie: comprendre le monde tel que les hommes le vivent à travers les paysages, les patrimoines et la confrontation des cultures*. Paris: Nathan, 2001. 266p.
- DARBY, H. C. El problema de la descripción geográfica. In: RANDLE, P. H. (Ed.). *Teoría de la geografía* (segunda parte). Buenos Aires: GAEA, 1977. p. 231-251.
- GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 269p.
- HEIDEGGER, Martin. *Carta sobre o humanismo*. São Paulo: Moraes, 1991[1945]. 50p.
- _____. *Que é metafísica?* In: _____. *Heidegger*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1999 [1929]. p. 51-88. [Os Pensadores]
- _____. *Qu'est-ce que la philosophie?* In: _____. *Heidegger*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1999 [1956]. p. 27-40. [Os Pensadores]
- _____. *Ser e tempo – parte I*. Trad. Marcia Sá C. Schuback. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1927]. 325p.

- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Trad. João V. G. Cutter. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1926]. 177p.
- HOLZER, Werther. *A geografia humanista – sua trajetória de 1950 a 1990*. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas*. Trad. Zeljko Loparic e Andréa M. A. de C. Loparic. In: _____. *Husserl*. São Paulo: Nova Cultural, 1988[1900-01]. 184p. [Os Pensadores]
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udö B. Moosburger. In: _____. *Kant*. São Paulo: Nova Cultural, 1987[1781]. 172p. [Os Pensadores]
- MARANDOLA JR., Eduardo. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-419, set./dez. 2005a.
- _____. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 24, p. 49-67, 1º Sem. 2005b.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971[1945]. 465p.
- MOREIRA, Daniel A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 152p.
- OLIVEIRA, Livia de. Que é geografia. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, Ano 11, n. 21 e 22, p. 89-95, jan./dez. 1999.
- OLIVEIRA, Silvério da C. *Kant & Piaget: inter-relação entre duas teorias do conhecimento*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2004. 115p.
- PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972. 110p.
- _____. *Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento*. Trad. Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense, 1973. 158p.
- PICKLES, John. *Phenomenology, Science and Geography: spatiality and the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 202p.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.
- TURRA NETO, Nécio. *Enterrado Vivo! – identidade punk e território em Londrina - PR*. São Paulo: UNESP, 2004. 284p.
- VON ZUBEN, Newton A. A fenomenologia em questão: desafios de um projeto. In: CARVALHO, Maria C. M. de. (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p. 145-166.
- WRIGHT, John K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, p. 1-15, 1947.

Recebido para publicação em março de 2005

Aprovado para publicação em dezembro de 2005

Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo

Mato Grosso do Sul: impases y perspectivas en el campo

Mato Grosso do Sul: impasses and perspectives in the field

Márcia Yukari Mizusaki

Prof. Dr. do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Dourados
Rua João Rosa Góes, 1761, Centro – Dourados, MS
Caixa Postal: 322 – CEP: 79.825-070
m.yukari@terra.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as transformações recentes ocorridas no campo sul-mato-grossense decorrentes da expansão do modo industrial de produzir. O processo é analisado a partir da perspectiva de luta de classes e tem a renda da terra e o fundo público como fatores importantes a serem considerados. Nesse novo contexto, uma nova correlação de forças se estabelece no processo de produção e apropriação da riqueza produzida no campo, o que tem levado a classe dos proprietários de terra a buscar novos mecanismos de apropriação da renda da terra. O problema se acentua após a liberalização da economia, o que tornou a dinâmica territorial local ainda mais sensível às exigências internacionais. O artigo é finalizado através de uma reflexão sobre os impasses e as perspectivas para os indígenas e para o campesinato.

Palavras-chave: Renda da terra; Classes sociais; Fundo público; Estado; Território.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones recientes ocurridas en el campo "sul-mato-grossense" transcurrido de la expansión del modo industrial de producir. El proceso es analizado desde la perspectiva de la lucha de clases y tiene la renta de tierra y el fondo público como factores importantes que son considerados. En este nuevo contexto, una nueva correlación de fuerzas se establece en el proceso de producción y apropiación de riqueza producida en el campo, es lo que ha llevado a las clases de los propietarios de tierras a encontrar nuevos mecanismos de apropiación de la renta de la tierra. El problema se acentúa después de la liberación de la economía, lo que ha llevado a la dinámica territorial local todavía más sensible a las exigencias internacionales. El artículo es finalizado a través de una reflexión sobre los impases y las perspectivas para los indígenas e para el campesinado.

Palabras-clave: Renta de tierra; Clases sociales; Fondo público; Territorio; Estado.

Abstract: This article aims to analyze the recent transformations in the sul-mato-grossense rural areas caused by the expansion of the industrial way of producing. The process is analyzed from the perspective of class struggle and it has the income from land and the public fund as important factors to be considered. In this new context, a new correlation of forces is established in the production process and appropriation of the wealth produced in the field, what has been taking the land proprietors' class to look for new mechanisms of appropriation of the income from land. The problem is accentuated after the liberalization of the economy, what turned the local territorial dynamics even more sensitive to the international demands. The article is concluded with a reflection on the impasses and perspectives for the indigenous populations and for the campesinato.

Keywords: Land income; Public fund; Social classes; State; Territory.

Introdução

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área de 358.158,7 km² e um total de 77 municípios. A população recente de 2.078.001 habitantes, segundo dados do IBGE (censo de 2000), é predominantemente urbana (84,1%) para 15,9% da representação rural, o que não eliminou a questão agrária do Estado, ao contrário, aprofundou-a.

Neste artigo apresentamos os principais elementos que configuram a questão agrária em Mato Grosso do Sul na atualidade. Para tanto, partimos de duas pressuposições gerais.

Primeiramente ressaltamos que o campo em Mato Grosso do Sul, deve ser entendido enquanto fração do território capitalista, conforme avaliam Calabi e Indovina (1973). A territorialização das relações sociais de produção apresenta, dessa forma, estreita articulação com o movimento mais geral de desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, apresenta-se como sendo desigual e combinado.

Um segundo pressuposto é não confundir terra com capital, por ser o primeiro destituído de valor, conforme já destacaram Marx (1974) e estudiosos marxistas, como Martins (1995), Oliveira (1986, 1981).

O primeiro pressuposto nos permite analisarmos a questão agrária a partir da compreensão de que a realidade social é uma totalidade em movimento, apresentando ela várias faces, unificadas pelas relações sociais. Nesse sentido, tratar do tema ora exposto é analisar as contradições produzidas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, que tem na chamada *modernização da agricultura*, apenas uma das faces, mas que tem sido essa difundida como se fosse a única face da realidade social que se encontra presente no campo. Compreendemos, nesse sentido, que esse processo não pode ser analisado de forma compartimentada, descolando-se os signos do moderno, dos processos sociais decorrentes das relações que produzem a técnica, e que, na sociedade capitalista, são geridos pela racionalidade do capital.

Já o segundo pressuposto, nos permite evidenciar o caráter da propriedade privada da terra, bem como, as contradições decorrentes da expansão do capitalismo no campo, que, em função disso, produz nesse, classes sociais distintas e, conseqüentemente, interesses antagônicos, como a dos proprietários de terra, dos capitalistas, dos assalariados e dos camponeses. Nesse sentido, temos que a renda da terra, no Brasil, tem sido apropriada pelo proprietário de terra e pelo capital, seja ele comercial, industrial ou financeiro. Em relação àquele último, segundo Oliveira (1981), existem duas formas de apropriação da renda. Uma quando a produção subordina a circulação, ou seja, quando o preço do produto agrícola é ditado na produção. A outra, quando a circulação subordina a produção, ou seja, quando o preço dos produtos agrícolas é ditado na circulação.

Partindo então, do princípio de que no campo, os interesses são antagônicos, e que, portanto, as relações são relações de classe, passamos a abordar aqueles aspectos que mais nos chamam a atenção sobre as transformações recentes ocorridas em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul: transformações recentes no campo

As principais mudanças ocorridas no campo em Mato Grosso do Sul são decorrentes da expansão do que Costa (1990) denomina de *modo industrial de produzir no campo*. Ao incorporar um conjunto de insumos modernos, esse novo modo industrial de produzir alterou a base do processo produtivo, fruto da aliança entre Estado, capital e propriedade fundiária os quais, atualmente, encontram-se sob o comando do capital industrial e financeiro.

Esse processo ocorreu no estado a partir da década de 1970, através da introdução do binômio trigo/soja e da prática de uma pecuária melhorada que alteraram as relações de trabalho e produção no campo sul-mato-grossense, provocando um processo de reestruturação produtiva.

Nesse contexto, a estrutura produtiva regional, que já era extremamente concentrada, foi adquirindo novas feições, na medida em que aquelas culturas eram mecanizadas e voltadas para o mercado externo, o que tornava o campo sul-mato-grossense mais sensível à dinâmica desse mercado.

O avanço dessas atividades econômicas também veio seguido do capital industrial. Com o incentivo do Estado vieram, primeiramente, as unidades esmagadoras de soja (óleo e farelo), como a COPAZA (1985), a JUNIOR (1986), a CEVAL (1988), entre outros (OLIVEIRA, 1993) e, posteriormente, através do circuito grãos-ração-carne, a partir do final da década de 1980.

Com a expansão no estado do modo industrial de produzir, estabelecendo-se maior integração do setor produtivo local com o mercado nacional/internacional, a partir do contexto de liberalização econômica, a renda da terra, que até então estava sujeita ao capital comercial ou aos proprietários de terra, passa também, a ficar sujeita aos ditames dessa nova lógica.

No caso das *commodities*, os preços são orientados, cada vez mais, pela cotação na bolsa de mercado de futuros, onde é comercializada (no caso, a Bolsa de Chicago). Dessa forma, os preços passam a ser ditados pelo capital monopolista em nível mundial, que levam em conta, não somente os custos de produção, adversidades climáticas, especulações, mas também, a intervenção pública, através de subsídios, principalmente nos países desenvolvidos. Sendo o preço ditado externamente e em função desses fatores, a atuação do proprietário de terra no sentido de decidir ou não pela produção, manifesta-se de forma inelástica, podendo, conjuntamente, deixar de auferir renda. Nesse setor, o capital monopolista constitui-se naquele a auferir a maior parcela da renda produzida no campo, agora em nível mundial.

No caso da pecuária bovina, as exigências sanitárias nacionais/internacionais, cada vez mais, vêm interferindo no espaço local, contribuindo para o surgimento de novas formas de criação/produção articuladas a esse novo padrão concorrencial. O lançamento do Projeto Vitelo do Pantanal (em 04/08/2002, no município de Miranda), que pretende aumentar em 30% a renda final dos pecuaristas, tem como objetivo a busca por adequação aos novos padrões internacionais de concorrência da carne bovina. Para Michels (2000), na pecuária em Mato Grosso do Sul é o setor varejista, representado pelas grandes redes de supermercado, que tem exercido papel determinante na formação de preços, constituindo-se, nessa relação de forças, no setor que se apropria da maior fatia da renda produzida no campo.

No caso da cana-de-açúcar, a situação é diferente. Trata-se de uma atividade extremamente concentrada, pois, no estado, 70,5% da produção encontra-se nos estabelecimentos acima de 10 mil ha e pertencem a apenas 6 produtores ou, 0,9 % dos informantes (IBGE, 1995/96); é comum os capitalistas da indústria serem os mesmos que detêm a propriedade da terra, formando verdadeiras agroindústrias. Nesse caso, temos que a produção é quem comanda a circulação (OLIVEIRA, 1992).

Em outras atividades, como a avicultura, suinocultura e sericicultura, o capital industrial não se implanta no campo, por se tratarem de atividades não muito rentáveis para o capital e que envolve riscos; Prefere, nesses casos, se implantar na circulação, sujeitando a renda da terra, ou seja, a produção fica totalmente subordinada à circulação, pois o preço desses produtos é ditado pelo capital industrial, sendo a renda da terra transferida para esse setor. Além de sujeitar a renda da terra, o capital, nas palavras de Oliveira (1992) *monopoliza o território*.

Essas mudanças ocorridas no processo produtivo têm introduzido no campo, uma nova correlação de forças, inserindo outros segmentos econômicos na luta para a apropriação da renda da terra no campo. Nessa "queda-de-braço", onde verificamos o predomínio do capital monopolista, seja ele comercial, industrial ou financeiro, tem havido certa reorientação nas estratégias dos setores envolvidos, para ver quem e como se apropriará da renda da terra. Nesse processo, que é específico para cada atividade produtiva, observamos que os segmentos que vêm seu lucro/renda reduzidos têm-se voltado para apropriar-se, então, do fundo público¹, para fazer garantir a sua fração na participação da mais-valia social. Conforme já salientou Francisco de Oliveira, em evento ocorrido no primeiro semestre de 2003 na Universidade de São Paulo, o fundo público tem sido um dos principais focos da luta de classes.

O referido autor já destacou em seu trabalho (OLIVEIRA, 1998) a participação do fundo público na composição da taxa média de lucro. Avaliamos, todavia, que devemos considerar, também, *como* o Estado atua para compor e distribuir o fundo público, bem como, reconhecer a atuação dos setores econômicos que lutam para abocanhar essa fatia da mais-valia social.

A apropriação dessa renda tem ocorrido das mais variadas formas. Uma delas já foi observada por José de Souza Martins, ao destacar a importância dos incentivos fiscais na expansão do capital na Amazônia:

Lo contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. (MARTINS, 1994, p. 79-80. Grifo do autor)

Os incentivos fiscais têm sido um desses mecanismos regulados pelo Estado e apropriados pelo capital para promover o desenvolvimento do capitalismo no campo. O ICMS estadual, por exemplo, que refere-se às leis nº 1.238/91 e nº 1.798/97, dá uma redução de até 67% desse imposto para indústrias que se instalarem no Estado. Esse incentivo ainda vigora com a Lei Complementar nº 093, de 05/11/2001. Com essa Lei, o Estado também oferece

¹ Uma discussão a respeito a importância do fundo público tem sido feita por Oliveira, F. (1998).

às indústrias, isenção do diferencial de alíquota incidente sobre máquinas e equipamentos adquiridos em outros estados ou países.

Em 1996, tivemos também a Lei Kandir, isentando de ICMS para exportação de produtos primários e semi-elaborados. Essa lei, que visava estimular a exportação desses produtos para equilibrar a balança comercial, tem beneficiado os grandes proprietários e o setor agroindustrial. Quando, em 1999, o Ministério da Fazenda considerou a possibilidade de alterar a lei por pressão de governadores, houve outra mobilização por parte de representantes dos produtores rurais, agroindústrias e cooperativas do país – como a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócios), a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais); a CNA (Confederação Nacional da Agricultura); a SRB (Sociedade Rural Brasileira) entre outros – para não terem de pagar mais esse tributo ao Estado.

Um outro aspecto é o das facilidades creditícias. No Mato Grosso do Sul, o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), que tem como finalidade financiar o crescimento econômico do Centro-Oeste, via "modernização da agricultura", tem sido, a partir da Constituição de 1988, um desses órgãos financiadores.

Sabe-se que quem se apropria das facilidades creditícias no Brasil é o grande capital e a classe dos proprietários de terra. Na Tabela 1, por exemplo, temos informações referentes a cartas-consulta, aprovadas no Mato Grosso do Sul, para obtenção de crédito do FCO, no período de janeiro a junho de 2001. Observa-se que o setor mais beneficiado foi a pecuária (formação/recuperação de pastagens, novilho precoce, melhoramento genético do rebanho bovino, produção de leite, produção de carne bovina), com 167 cartas-consulta aprovadas e 21% do total de recursos. Outros setores que também obtiveram parcela considerável dos recursos para financiamento foram o de infra-estrutura, serviços, produtos minerais e grãos (no caso, grandes produtores de soja e milho).

Tabela 1: Estado de Mato Grosso do Sul. FCO - Cartas-consulta aprovadas (por finalidade - 2001)*

Finalidades	Cartas-consulta		
	Nº contratos	Valor (R\$)	%
Correção e conservação do solo	34	6103224,23	2,93
Formação/recup. Pastagens	58	21395195,48	10,28
Novilho precoce	25	10723045,77	5,15
Melhoram. Genético do Rebanho Bov.	51	11659043,54	5,6
Rede de energia	3	71665008,27	34,44
Armazém e silos	9	3677720,76	1,77
Hotelaria	5	2572064,3	0,12
Peças e serviços automotores	14	9911811,78	4,76
Empresa de serviços	11	7508365,95	3,61
Produção de algodão	2	410400	0,2
Produção de grãos	46	6787590,03	3,26
Produção de leite	3	319719,04	0,15
Suínos	9	1814496,01	0,87

Continua

Continua

Frango de corte	15	3849219,48	1,85
Produção carne bovina	33	7727848,63	3,71
Avestruz	1	264000	0,13
Bubalinos	1	163967,17	0,08
Culturas perenes/outras	1	1749873,95	0,84
Produção de alimentos	5	6711023,89	3,22
Produção de insumos	3	4006657,86	1,93
Construção de armazéns	3	2273679,73	1,09
Couro	1	4000000	1,92
Produtos cerâmicos	1	1691001	0,81
Máquinas e implementos	1	575000	0,28
Produtos minerais	2	9162871	4,4
Vídeos	1	1364000	0,66
Produção de Madeira	4	3671763,73	1,76
Produtos metálicos	1	3965375,19	1,91
Embalagens	6	2384096,76	1,15
Total	349	208108063,6	100

Fonte: Secretaria de Estado e da Produção/MS.

* Até junho.

Se considerarmos também a liberação de recursos do FCO, por categoria de produtor, veremos que os mini e pequenos produtores, conforme classificação do Banco do Brasil² tem sido os menos favorecidos (Tabela 2).

Tabela 2: Estado de Mato Grosso do Sul - FCO Rural: valores contratados (em % - 1998 a 2001).

Ano	Mini produtor		Pequeno produtor		Demais produtores		Total	
	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)
1998	167	7,3	281	19,4	550	73,3	998	100
1999	129	20,8	127	18,2	267	61,0	523	100
2000	100	4,2	141	15,0	400	80,8	641	100
2001	201	4,7	311	11,0	1.269	84,3	1.781	100

Fonte: Banco do Brasil.

Observamos, nesses dados, que os recursos destinados aos mini e pequenos produtores no período de 1998 e 2001, somados, não ultrapassaram os 39% do total de recursos previstos para um determinado ano. Isso porque essa avaliação refere-se apenas ao FCO, ou seja, não leva em conta os outros sistemas de crédito existentes no país.

² O Banco do Brasil classifica os produtores conforme sua renda, que varia dependendo do período analisado. Na Tabela 02, os mini produtores são aqueles que possuem renda anual de até R\$ 40 mil. Os pequenos são os que possuem renda entre R\$ 40 mil e R\$ 80 mil.

Por outro lado, em relação ao crédito agrícola, verifica-se que a atuação de determinados setores tem demonstrado que a classe dos proprietários de terra tem conseguido impor mecanismos de forma a manipular os laços de sujeição da renda da terra para com o capital financeiro. É o que podemos dizer a respeito da securitização da dívida agrícola, conseguida nos últimos anos pela bancada ruralista, demonstrando sua força. Essa pressão foi manifestada, recentemente, no bloqueio de rodovias, na grande mobilização de produtores em Brasília (cerca de 10.000), que acabou culminando em medidas para a resolução do endividamento agrícola. Segundo a própria CNA (Confederação Nacional da Agricultura, Departamento de Comunicação, 01/11/2001), a dívida securitizada correspondeu a R\$ 10,7 bilhões, para ser paga num prazo de 20 anos a juros de 3% ao ano. Embora a securitização faça referência a financiamentos de até R\$ 200 mil, as dívidas acima desse valor têm se enquadrado no PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos).

Reforçamos a idéia da força dessa classe, pois, ainda segundo a CNA, as dívidas dos pequenos produtores, nesse período, correspondiam a apenas 25% do total³. Verifica-se, então, que essa classe de proprietários de terra, que tem a sua renda sujeita ao capital industrial (através da dependência de insumos agrícolas e da venda às indústrias de processamento, como os produtores de soja) tem, por outro lado, se utilizado de outros mecanismos para burlar as forças que se apropriam da sua renda. Como exemplo, podemos citar os "calotes" em bancos, securitização da dívida, sonegação de ITR (Imposto Territorial Rural), *lobbies* no congresso nacional. Já têm sido divulgadas, em revistas de circulação nacional, informações sobre os maiores "caloteiros" do Brasil, entre os quais figuram grandes proprietários de terra (CAMINOTO, J. E.; PIVETTA, M. Os donos da terra. *Revista Veja*, 14 ago. 1996).

Na Tabela 3, também podemos verificar a proporção de recursos financiados no Banco do Brasil, no ano de 1999.

Tabela 3: Brasil - Saldo dos empréstimos rurais tomados no Banco do Brasil/1999.

Faixa do empréstimo	Valor emprestado (em R\$ milhões)	Valor médio do empréstimo (em R\$)	Nº de devedores	Participação dos devedores no total dos empréstimos (%)	Percentual de devedores
Até 10.000	1.413	2.751	513.658	5,89	73,21
De 10.001 a 50.000	3.849	28.556	134.774	16,03	19,21
De 50.001 a 200.000	4.992	129.849	38.446	20,79	5,48
De 200.001 a 500.000	3.487	331.172	10.530	14,52	1,50
De 500.001 a 1.000.000	1.376	664.097	2.072	5,73	0,30
Acima de 1.000.000	8.892	4.082.736	2.178	37,04	0,30
Total	24.009	34.218	701.858	100	100

Fonte: Folha de São Paulo, 22/08/99.

De acordo com esses dados, 73,21% dos devedores possuíram empréstimos de até 10 mil reais e representavam apenas 5,89% do total de devedores do Banco do Brasil. Acrescidos

³ Segundo a Revista Aves & Ovos (1996), 31% do montante do crédito rural está nas mãos de 2,1% dos produtores, enquanto que 58% dos contratos envolvem em torno de 2,63% de pequenos produtores.

à faixa de até 50 mil, 92,42% dos devedores participavam de apenas 21,92% do total das dívidas. Já os demais, ou seja, 7,58% dos devedores representavam um total de 78,08% das dívidas com o Banco. Esses dados são uma evidência do nível de monopolização dos recursos liberados pelo Banco do Brasil ao campo, e que estão concentrados nas mãos de alguns poucos proprietários de terra.

A alegação maior dos ruralistas para a securitização da dívida, tem sido o elevado endividamento do setor devido à queda na renda dos produtores após o Plano Real. De fato, o Valor Bruto da Produção agrícola brasileira caiu de R\$ 37,3 bilhões, em 1994, para R\$ 27,7 bilhões, em 1995, sendo que essa diferença de renda foi transferida para toda a sociedade (GUIA AVES & OVOS, 1996). Nesse processo, todavia, entendemos que apenas o valor produzido pelo trabalho dos trabalhadores rurais (assalariados, camponeses proprietários, rendeiros etc.) foi, na sua maior parte, transferido gratuitamente para toda a sociedade. Já a classe dos proprietários de terra e capitalistas, estes tem encontrado mecanismos para resolver a questão, conforme já mencionado, através da apropriação do fundo público.

Se considerarmos, como Francisco de Oliveira (1998), que o fundo público é uma antimercadoria por não visar lucro, temos, também, que repensar a relação proprietário de terra – renda da terra – e fundo público, pois, se parte da renda do proprietário de terra é subordinada ao capital industrial, ele apropria-se, por sua vez, de parte do fundo público, que, segundo esse autor, não constitui lucro e nem renda, mas que é paga por toda a sociedade.

Foi, então, nesse contexto, de securitização das dívidas agrícolas, que esse processo acabou por favorecer, igualmente, outras categorias de produtores beneficiários do FCO, contribuindo também, devido às facilidades de pagamento, para atuar como fator de diferenciação social no campo. Os dados têm revelado que os maiores beneficiários do FCO não têm sido a categoria de pequenos e de mini produtores, mas a dos médios e dos grandes.

A expansão do modo industrial de produzir no campo provocou também outras mudanças que, embora não estejam aparentemente interligadas, são faces de um mesmo processo.

Na medida em que a agricultura de mercado foi avançando e se desenvolvendo no Estado, os índios foram sendo introduzidos em aldeias, como se fossem animais. Como a sua concepção de terra (para o índio não é a terra que pertence ao homem, mas o homem à terra) entra em "choque" com a concepção capitalista (terra-mercadoria-lucro), o "confinamento" de índios acabou sendo a solução encontrada pelos "civilizados", comprometendo dessa forma, a reprodução da existência indígena.

Uma outra face decorrente desse processo é a expropriação de trabalhadores rurais, intensificando, no seu reverso, o conflito e a luta pela terra. É um campesinato que quer entrar na terra, a partir do questionamento na lógica econômica vigente. A formação de movimentos sociais organizados é uma evidência desse processo, embora eles aparentemente apareçam como fenômenos isolados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, surgiu no Estado em 1984, em decorrência das lutas de arrendatários das regiões leste e sudoeste, que resultaram na ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. A partir

de então, esse movimento começa a organizar os trabalhadores rurais, principalmente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulando-os na luta pela terra. O retorno de brasiguaios vindos do Paraguai, na busca pela implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária no governo de José Sarney, veio engrossar esse movimento, resultando em algumas conquistas, o que tem permitido verificar, já no Censo Agropecuário de 1985, o aumento do número de estabelecimentos de famílias camponesas. Na Tabela 4, podemos analisar as ocupações de terra, assentamentos e mortes no Estado:

Tabela 4: Estado de Mato Grosso do Sul. Ocupações de terra, assentamentos e mortes (1979 a 2001).

Ano	1979-1989	1990-1994	1995-1998	1999-2001	Total
Ocupações	*	37	135	176	348
Nº famílias nas ocupações	*	5.880	21.911	9.303	28.721
Assentamentos	24	05	47	27**	103
Nº famílias assentadas	4.505	657	6.654	3.281**	15.097
Mortes	15	04	*	*	19

Fonte: Fernandes (2000), CPT e INCRA.

* dados não disponíveis.

** até julho/2001.

Apesar de não dispormos dos dados sobre as ocupações de terra entre 1979-89, sabemos que o número de mortes relacionado a problemas agrários ocorridos nesse período representa mais que o dobro do número de mortes da década seguinte. Enquanto quinze trabalhadores morreram no primeiro período, 4 morreram entre 1990-99, o que nos indica o nível de violência com que tem sido tratada a questão agrária no período considerado. O número de ocupações cresceu significativamente a partir da segunda metade da década de 1990, num demonstrativo de resistência por parte dos trabalhadores, que recusaram a situação de não possuidores da terra e organizaram-se em movimentos sociais. Observa-se que o aumento do número de assentamentos também cresceu na mesma proporção, o que se explica, não devido à boa e livre iniciativa do Estado em fazer a reforma agrária, mas devido às pressões realizadas pelos trabalhadores no mesmo período. A dinâmica desse processo pode ser bem sistematizada nas palavras de Fernandes (2002, p. 3): *"E assim, os sem-terra constroem a 'geografia das beiras de estradas', que é o 'espaço perdido, ainda público' que resta entre os latifúndios e as estradas"*.

Considerações Finais

Consideramos que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao deparar-se com o obstáculo produzido pelo caráter privado da terra, produz e permite que sejam produzidas contradições, o que nos remete à compreensão de que esse desenvolvimento é desigual e combinado. Nessa perspectiva, o capital também pode criar e recriar relações, capitalistas e não capitalistas, de forma a manter a sua produção e reprodução ampliada.

Ao mesmo tempo em que o capital industrial monopoliza o território ou então se territorializa, conforme avalia Oliveira (1981), a realização da sua atividade envolve complexas articulações territoriais de produção, que, embora não diretamente relacionadas à atividade, territorializam-se igualmente no espaço das atividades que integram o conjunto de cada unidade produtiva.

As transformações recentes ocorridas no final da década de 1980 e início de 1990, decorrentes da crise do capitalismo mundial iniciada a partir dos anos de 1960, detonaram um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais que culminaram numa nova divisão internacional do trabalho. Essas mudanças impactaram países de economia subordinada, como o caso do Brasil, que, para se ajustar ao novo modo de regulação da economia, sofreu um intenso processo de liberalização, privatização e desregulamentação econômica, visando abrir seus mercados, de forma a permitir uma maior integração internacional ao novo padrão de acumulação que emergia, sob o comando da esfera financeira.

Nesse contexto, os grandes grupos industriais também mudaram suas estratégias de investimento, buscando expandir-se mundialmente através da implantação de multinacionais nos países, por meio de filiais, fusões, aquisições etc. A sua territorialização fez com que o território sul-mato-grossense tivesse que se articular estreitamente à lógica do mercado mundial.

Diante dessas transformações ocorridas nas principais atividades agropecuárias do Estado de Mato Grosso do Sul compreendemos que a análise não deve ser reduzida apenas à dimensão mais aparente e imediata, por muitos denominada de modernização da agricultura, já que não se constitui na única face gerada pela expansão do modo industrial de produzir. O rearranjo ocorrido na estrutura produtiva envolveu também outras dimensões que aparentemente não estão interligadas. Por se tratarem de atividades onde a mecanização é comumente empregada, o desenvolvimento, por exemplo, da soja e do trigo no Estado provocou – além da intensificação no uso de maquinários – o desencadeamento de outros processos. Podemos citar como exemplo, o desmatamento (prejudicando a reprodução da existência indígena), a expansão de relações capitalistas de produção, a expropriação de trabalhadores rurais do campo, bem como, as contradições decorrentes dessas determinações, como a luta pela terra dos camponeses sem terra e a luta pelo território indígena. Assim, embora o processo de modernização técnica seja uma face real e concreta a ser considerada, bem como, apresente a sua relevância no território sul-mato-grossense, não deve ser considerado como único, progressivo e linear nos estudos sobre a questão agrária.

Diante dessa nova conjuntura econômica, o que gostaríamos de destacar é falar/pensar sobre os impasses e as perspectivas que estão colocadas para os indígenas e para o campesinato, como classe social.

Em relação aos indígenas, estes desterritorializados e sem condições de realizarem o seu modo de ser (o tekoha), a única Geografia que a sociedade capitalista lhes conferiu foi a Geografia (des)humana, ou seja, uma situação ou condição que só lhes dá acesso aos subprodutos dessa sociedade: a procura de alimentos nos lixos das cidades; o pedido de comida nas casas, "o pão velho" (conforme já havia denunciado através da poesia, o poeta douradense Emmanuel Marinho); a peonagem nas destilarias de álcool; o alcoolismo; o suicídio. E para

completar, introduzem o turismo na aldeia. O turismo é compreendido como sinônimo de lazer. Com essa intenção, muitos "civilizados" vão à aldeia, observam os "seres diferentes", tiram fotos, compram ornamentos indígenas para enfeitarem suas casas e, às vezes, dão até gorjetas.

Esse processo tem alcançado a sua face mais perversa, que é a morte de crianças por desnutrição e fome, cujo fato, agora, tem ganhado repercussão nacional/internacional. Mesmo que uma política assistencialista viesse a resolver conjunturalmente os problemas mais visíveis enfrentados pelos índios (morte por fome e desnutrição), a manutenção dessa forma atual de produção, apropriação e acesso aos alimentos – ou seja, o alimento tratado enquanto mercadoria – continuará trazendo problemas dessa natureza, nessa e em outras frações do território capitalista.

Em relação ao campesinato, no Brasil, eles têm atuado em duas frentes, conforme já destacou Martins (2002). Uma, a que luta para *entrar* na terra. São aqueles camponeses que, expulsos da terra, a ela retornam, através da sua organização em movimentos sociais, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A outra, é a que luta para *ficar* na terra, que são aqueles camponeses que possuem a terra e lutam, para nela permanecer.

Sob essa perspectiva, dois impasses importantes estão colocados para esses camponeses garantirem a sua reprodução. Uma é a questão da conquista da terra, cuja luta vem se intensificando nos últimos anos. A outra é, como pensar/construir uma forma de organização para que a renda da terra por eles produzida, não fique sujeita ao capital industrial e financeiro, ou aos proprietários de terra, principalmente, no contexto atual, onde temos um governo considerado de esquerda, na esfera federal, estadual e, em alguns locais, até em nível municipal, como o caso de Dourados.

Nesse processo, o poder público e as universidades podem apresentar a sua contribuição para a reprodução dessa classe social. No entanto, para que possamos contribuir, é preciso, primeiramente, compreendê-la, sob pena de vermos fracassadas quaisquer iniciativas nesse sentido. Não adianta, dessa forma, o poder público simplesmente fazer o assentamento de famílias camponesas e relegá-las à sorte, pois, a renda da terra, continuando sujeita ao capital, poderá levar muitos deles a venderem a propriedade, pois, nem todos os camponeses aceitam esse tipo de sujeição.

Na universidade, uma grande contribuição que podemos dar nesse sentido, é, antes de mais nada, tentar compreender as características, o significado e o papel dessa classe social no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, consideramos importante a pesquisa de campo, ouvir mais esses sujeitos sociais, para sabermos o que eles têm para nos dizer. Esses trabalhadores, que estão na linha de frente, nesse processo de luta.

E, para finalizar, pensamos ser necessário, também, abandonarmos, antes de mais nada, os (pré)conceitos construídos unilateralmente a partir da visão urbana de sociedade. Se considerarmos, *a priori*, que o campo já está urbanizado, que o capital já domina todas as esferas das relações sociais no campo e que, dessa forma, considerarmos que esse último possui um papel secundário na sociedade, dificilmente, conseguiremos contribuir para com esses sujeitos sociais.

Referências

- BRAND, Antonio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá*. Porto Alegre: PUCRS, 1993. 255p. (Dissertação, mestrado em Ciências: História Ibero-Americana), IFCH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. *Sobre o uso capitalista do território*. Traduzido por Lilliana L. Fernandes e Moacyr Marques. In: *Convivio di studi urbani e regionali*. [su. t.]. Anno IV, n. 2, 1973. 17p. , mimeo.
- COSTA, Wanderley M. da. O modo industrial de produzir no campo: um aspecto atual da modernização capitalista. *Revista Orientação*, São Paulo, n. 8, p. 63-69, 1990.
- EGLER, Claudio A. G. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. *Questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 185-222.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p. Original francês.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <http://www.cimi.org.br>
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GRESSLER, Lori Alice, SWENSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Gressler, 1988.
- HEES, Dora Rodrigues et. al. Evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 1970. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Ano 49 n. 1, jan./mar., trimestral.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- _____. O Estado: o uso conservador da mediação do moderno. *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 11-92.
- MARX, Karl. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. v. 6. Tradução de: *Das Kapital - Kritik der Politischen Ökonomie*. 1894.
- MICHELS, Ido Luis. *A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2000. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. *A territorialização da avicultura em Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI. Presidente Prudente/SP*: UNESP, 1996. 192p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Regional).
- _____. Estado e estrutura produtiva no Mato Grosso do Sul meridional, Brasil: transformações recentes. In: MANERO, F.; PASTOR, L. J. (Orgs.). *El espacio latinoamericano: cambio económico y gestión urbana em la era de la globalización*. Valladolid-ES: Secretariado de publicaciones e Intercambio Editorial de la Universidad de Valladolid, 2002. p. 103-108.

_____. *Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2003. 432p. Tese (doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, 1981, n. 58.

_____. O que é? Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra. *Revista Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia/DG/USP, 1986. n. 7.

_____. *Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: mimeografado, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor – capital, força de trabalho e fundo público. *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes: 1998. p. 19-48.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. *Agroindústria e reprodução do espaço*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

SANTOS, Delmira Alves dos, et. al. Os guarani-kaiowá da aldeia Panambizinho do município de Dourados-MS e a reprodução da existência kaiowá. *Revista de Geografia, Campo Grande*, nº 8, p. 27-32, jul./dez., 1998.

SILVA, Mario Cesar Tompes da. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. São Paulo: USP, 1992. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana).

A geografia da alimentação em frente pioneira (Londrina - Paraná)

La geografía de la alimentación en frente pionero (Londrina - Paraná)

The geography of feeding in front pioneering (Londrina - Paraná)

Márcia S. de Carvalho*

Departamento de Geociências da
Universidade Estadual de Londrina
Av. Madre Leonia Meitso, 1325, Bl. C, Apto. 04
Londrina, PR - CEP: 86.050-270
marcar@uel.br

Resumo: O artigo trata dos primeiros resultados da pesquisa sobre regimes alimentares e agricultura nas décadas de 1930 a 1950 no Norte do Paraná. A cidade de Londrina foi um núcleo de onde irradiavam trabalhadores e colonos que participaram ativamente do processo de substituição da mata nativa por lavouras de café e de produtos de subsistência. Brasileiros - paulistas, mineiros e nordestinos - e estrangeiros formavam essa população, mantendo e adaptando seus regimes alimentares, instalando lavouras. A alimentação rotineira por vezes tinha a caça de animais da floresta como um recurso. A população urbana de então era a consumidora destes produtos, além daqueles comercializados por lojas de "secos e molhados". A alimentação se diferenciava de acordo com as festas, casamentos, calendários agrícolas e religioso.

Palavras-chave: Norte do Paraná; Alimentação; Frente pioneira; Londrina.

Resumen: El artículo trata de los primeros resultados de la investigación sobre regímenes alimentarios y agricultura en las décadas de 1930 a 1950 en el norte del Paraná. La ciudad de Londrina fue un núcleo de donde irradiaban trabajadores y colonos que participaban activamente del proceso de sustitución de la vegetación nativa por campos de cultivo de café y de productos de subsistencia. Brasileños - "paulistas", "mineiros", y "nordestinos" - y extranjeros formaban esa población, manteniendo y adaptando sus regímenes alimentarios, instalando campos de cultivo. La alimentación rutinaria a veces tenía la caza de animales de la floresta como un recurso. La población urbana de la época era la consumidora de estos productos, además de aquellos comercializados por tiendas de "secos e molhados". La alimentación se diferenciaba de acuerdo con las fiestas, bodas, calendario agrícolas y religiosos.

Palabras-clave: Norte del Paraná; Alimentación; Frente pionera; Londrina.

Abstract: The article deals with the first results of the research on regimes and agriculture in the decades of 1930 the 1950 in the North of Paraná. The city of Londrina was a spread nucleus where workers and colonists had spread and participated actively of the process of substitution of the native forest for coffee and of subsistence products farms. Brazilians - paulistas, mineiros e nordestinos - and foreigners formed this former population, kept and adapted its alimentary regimes, as well as installed farms. The routine feeding for times had the hunting of animals of the forest as a resource. The then urban population was the consumer of these products, beyond those commercialized by stores of "dry and wet". The feeding varies in accordance with the parties, marriages, calendars agricultural and religious.

Keywords: North of Paraná; Feeding; Pioneering front; Londrina.

* O artigo faz parte das pesquisas do projeto *A Produção Científica sobre o Norte do Paraná: artigos, mapas e documentos*, aprovado pela Fundação Araucária e CNPq.

Introdução

A alimentação não pode ser tratada apenas do ponto de vista biológico, pois o aspecto cultural faz a passagem de uma geração a outra através de técnicas agrícolas, os produtos e formas de beneficiamento e processamento para torná-los prontos e comestíveis. As etnias e grupos sociais não somente carregam seus hábitos alimentares, mas adaptam-se aos recursos existentes no processo migratório de uma região à outra. Recentemente, em 2004, a alimentação foi o tema do 15º Festival Internacional de Geografia: *Nourrir les hommes, nourrir le monde. Les géographes se mettent à table*, na cidade francesa de Saint-Dié-des-Vosges. Entre os trabalhos apresentados há o que trata da evolução alimentar no século XX na França, onde é destacada a polaridade entre a tradição e a inovação (BASTIÉ, 2004). O Laboratório Espace et Culture do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) tem entre suas linhas de pesquisas Filière Alimentaire (cadeia alimentar, agricultura integrada, indústria agroalimentar).

Comer é um ato social, enquanto nutrir-se é uma atividade biológica. Por isso, o consumo de alimentos não se prende apenas à necessidade, mas à sociabilidade, à cultura, às crenças e tabus, à tecnologia e hábitos construídos por um grupo social.

L'alimentation dépend aussi du lieu où se prend le repas: domicile, lieu de travail, restaurant, et surtout du fait que la mère de famille travaille ou reste au foyer. Autres facteurs: les efforts physiques d'où la profession, les modes de vie, par exemple repas pris devant la télévision ou sur un chantier en plein air. (BASTIÉ, 2004)

Além do mais, a alimentação está fortemente relacionada às condições da saúde humana, da longevidade e das doenças encontradas numa determinada população.

Londrina, nesse campo, é uma área de pesquisa privilegiada pois sua história recente registra a vinda de brasileiros de outros estados e de estrangeiros a partir da década de 1930. Deve-se registrar que a área do município de Londrina já foi muito maior do que a atual, antes dos desmembramentos. O artigo faz parte do projeto que trata das doenças, mortes e regime alimentar na Londrina pioneira. Este adjetivo significa uma região cujo avanço da colonização agrícola se dá à custa de áreas nunca cultivadas (DERRUAU, 1982, p. 435). Ou ainda:

A existência de uma zona ou faixa pioneira pressupõe uma intensificação no povoamento e na ocupação agrícola de uma zona, uma aceleração da área derrubada, um afluxo regular de população proveniente de outras zonas mais velhas, a abertura de estradas, o aparecimento de vilas e cidades. (BERNARDES, 1953, p. 336-337)

Waibel, adotando a diferenciação entre a fronteira econômica e a fronteira demográfica, aponta que somente o agricultor pode ser considerado apto a constituir uma zona pioneira, pois "somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena". (WAIBEL, 1955, p. 391)

A época pesquisada foi a da implantação das lavouras de café, e das lavouras alimentares plantadas nas ruas do cafezal recém implantado. Neste início o sustento alimentar e financeiro para os primeiros quatro anos, época da primeira colheita cafeeira, ficava por conta da

lavoura branca intercalar. Na fase anterior de implantação do cafezal, a venda das madeiras de lei dos lotes agrícolas fornecia os recursos para o estabelecimento da lavoura principal. Ambas se instalavam na área de vegetação original de mata latifoliada perene subtropical (ROMARIZ, 1953, p. 601). Por isso levantaram-se informações da fase das derrubadas, queimadas e destocamentos.

Buscamos referências escritas a este respeito, mas foi encontrado muito pouco, daí o recurso de longas entrevistas¹ com moradores de Londrina desde a década de 1930. As exceções, entretanto, foram fontes bastante ricas em detalhes. Sobre o tema mais geral, entre a bibliografia consultada, destacam-se Cascudo (2004) e Candido (2001). O primeiro traçou um retrato histórico alimentar do Brasil e as influências básicas de cada povo na formação da variada dieta dos brasileiros. O último, ao retratar uma fase de transição cultural dos parceiros do atual município paulista de Bofete, não somente retratou o regime alimentar e o aproveitamento dos recursos naturais como detalhou a dieta e o horário das refeições, datados da década de 1940.

O ponto de partida da pesquisa em relação à Londrina foi a informação de Monbeig (1984, p. 333) em relação à alimentação e doenças dos trabalhadores da franja pioneira cafeeira no estado de São Paulo:

Para o colono da fazenda, a dieta quotidiana é imutável: de manhã uma pequena xícara de café, às 8 e meia um almoço composto de arroz, feijão preto, com muita pouca gordura, pão feito ora de trigo, ora de milho, por vezes alguns brotos, sob a forma de salada. Ao meio dia, café com pão. O jantar repete o almoço. É raro o consumo de ovos ou de carne. A base da alimentação repousa sobre o arroz e o feijão, completados pela mandioca e o milho (sob a forma de farinha, ou fubá). Embora tendo um pomar com laranjeiras, bananeiras e mangueiras, o brasileiro não consome frutas a não ser raramente, pois a soa venda nos patrimônios dá bom lucro. É como o consumo de leite, que é excepcional nos sítios e fazendas de criação. Os imigrantes de origem mediterrânea adotaram o regime alimentar dos brasileiros, pois a diversidade de raças só tem um reflexo atenuado na alimentação. Os espanhóis, por exemplo, têm mais árvores frutíferas do que os outros pioneiros, mas eles não comem mais frutos do que os demais. [...] Os colonos vindos da Europa Central e os japoneses são mais fiéis a seus hábitos alimentares. [...] A carne de porco e a salsicha não faltam nas casas alemãs [...] Os japoneses levam mais longe a conservação das tradições: completam o cardápio brasileiro com peixes frescos, por saladas, nabos e rabanetes de seus jardins. Mas não é seguro que os japoneses resistam ao contágio e não venham a adotar os hábitos alimentares brasileiros. Na região de Presidente Prudente já há sintomas indiscutíveis.

A necessidade de suprimentos para os novos habitantes foi importante, daí o planejamento da organização espacial realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) prever a produção de alimentos para subsistência e para a venda do excedente. Os pequenos lotes (7,26ha) "tinham o objetivo de formar um cinturão de propriedades com hortas, pomares, criação de aves e produção de leite para o abastecimento das cidades" (ALMEIDA, 1997, p. 95) O espaço para a subsistência estava previsto com detalhes pela CTNP:

¹ Os meus agradecimentos às bolsistas de iniciação científica Érika Fernanda Rodrigues e Fernanda Candiani Martins, ao casal Afra e João de Oliveira, a Rosely Maria de Lima, Luzia Avancini Bezerra e Aurea Keiko Yaman.

Na parte baixa construiria a casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria seu pequeno pomar [...] porquanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras de café novos, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas. (CTNP, 1995, p. 78 apud ALMEIDA, 1997, p. 96-97)

Regionalização dos padrões alimentares no Brasil

Cada região brasileira tem suas peculiaridades alimentares. Em 1937, Castro fez uma divisão alimentar brasileira em cinco grandes regiões. A do extremo sul – do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul apresentava carência alimentar e as características alimentares eram a carne, o pão, o arroz e a batata. Outra classificação, feita em 1944, buscou dividir o Brasil em regiões naturais (alimentos autóctones), zonas de aclimação (áreas rústicas) e zonas agrícolas (organizadas com lavouras e criação). O Estado do Paraná aparece citada como região natural do pinhão e do mate, na zona agrícola de lavoura organizada do café. Em 1958, Mendonça a partir da economia alimentar dos brasileiros, estabeleceu cinco outras zonas, entre elas destacam-se:

Região do Centro-sul: tropical; cozinha variável, alimentação principalmente de produtos agrícolas; cozinha mineira como tipo; predominante na zona pastoril do norte de Minas e sul de Goiás. Na zona do café é de notável influência a cozinha italiana. Outras zonas são das dos cereais e das frutas.

Região do Extremo-Sul: temperada, com as características da cozinha gaúcha em que a carne e o mate são os alimentos predominantes; em Santa Catarina e Paraná, há a influência da cozinha européia, principalmente a alemã. (apud SILVA, 1964, p. 297-298).

Além de ter habitantes de vários lugares do Brasil e do exterior, Londrina ainda estava em formação como área agrícola e urbana e a informação sobre o regime alimentar não foi suprida pelas classificações encontradas, muito generalizadas. Além disso, há uma clara identificação cultural originada pelos movimentos populacionais partindo do Estado de São Paulo. Coutinho (apud SILVA, 1964, p. 318) ao fazer uma subdivisão da região do extremo sul em 1947 estabeleceu três sub-regiões, a saber: a “área paulista” composta pelo estado de São Paulo e regiões circunvizinhas que sofreram sua influência, como o sul do estado de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, o Norte do Paraná e a faixa do antigo estado de Mato Grosso que com ele se limitava (atual Mato Grosso do Sul). A segunda, a “área colonial”, incluía grande parte dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e a terceira, a “área da pecuária gaúcha”.

Diegues Júnior (apud SILVA, 1964, p. 319) destacou a influência das correntes imigracionistas que, através dos contatos culturais, procuraram manter os seus pratos regionais sem recusar os alimentos e a culinária brasileira. Mas o contrário foi mais comum. Os casamentos entre descendentes ou estrangeiros, principalmente quando estes eram do sexo feminino, auxiliou no processo dessa incorporação seletiva como verificamos nas entrevistas.

A agricultura e o regime alimentar antes da CTNP: safristas, portugueses e alemães

Almeida (1997, p. 107) refere-se aos safristas, caboclos criadores de porcos que já viviam na atual Warta (distrito de Londrina), plantadores e vendedores de feijão, arroz, mandioca e batata doce. Os recém-chegados imigrantes alemães do Heimtal, vizinhos à Warta, além do palmito, consumiam carne de caça (pássaros e veados) e mandioca. O trabalho feminino usava o forno para produzir o pão de mandioca e fubá quando faltava farinha de trigo, açúcar, sal e querosene (ALMEIDA, 1997, p. 109). Os alemães do Heimtal "criavam suínos, plantavam cereais, produziam leite, queijo, ovos, frutas, verduras para o consumo familiar e para abastecer os habitantes da cidade" (ALMEIDA, 1997, p. 112). Além disso havia o plantio intercalar do feijão, arroz, batata, mandioca e milho nas ruas dos cafezais, entre aqueles que se tornaram cafeicultores (ALMEIDA, 1997, p. 115 e 139). Fato a ser destacado é a produção e o consumo de cerveja na inauguração da escola em julho de 1931 (ALMEIDA, 1997, p. 123-124), embora não exista referência ao plantio de cevada, por exemplo. Ainda sobre esses recém-chegados e as lavouras, "nos lotes já abertos os pequenos proprietários faziam colheitas de arroz, milho e feijão. As chácaras cultivadas pelos japoneses começavam a produzir hortaliças, destacando-se as enormes cabeças de repolho", já existindo em Londrina "o armazém de secos e molhados do Alberto Kock e a Casa Mercúrio onde funcionava a precária padaria dos Schultheis" (VIEIRA, 1999, p. 47).

Na década de 1920, dezenas de famílias portuguesas (CARVALHO, 2002, p. 10-13)² e descendentes se estabeleceram nas cabeceiras do ribeirão do Cerne, próximo da cidade de Sertanópolis, em lotes de uma outra colonizadora – Companhia Colonizadora Norte do Paraná – e já encontraram cinco casas de madeira e oitenta ranchos de palmito (ALMEIDA, 1999, apud CARVALHO, 2002, p. 9). Podemos remontar até 1908, quando um sítiante se estabeleceu na cabeceira da Água do Vaivém, um afluente do ribeirão do Cerne, e "teve oportunidade de fazer contato com uma tribo indígena que ainda habitava a região" (CARVALHO, 2002, p. 9). Essa presença antecede a chegada de agricultores que se estabeleceriam nessa região a partir de 1923, em Primeiro de Maio (Corain e Cia.) e 1924 em Sertanópolis, além de uma terceira concessão de terras a Manuel Firmino de Almeida, braços da corrente de colonizadores vindos do Estado de São Paulo através do rio Paranapanema (MULLER, 2001, p. 103). Os portugueses adotaram o tipo de alimentação tendo como base o milho, que era ração para os animais e matéria-prima das pamonhas, bolos e sopas de milho verde (CARVALHO, 2002, p. 15). O feijão – bico de ouro, carioquinha, "jaulo" –, o arroz sequeiro, acompanhados da carne de porco, formaram o "tripé na alimentação", mas a mandioca, a batata doce, o cará, as laranjas e mangas do pomar ocupavam as áreas plantadas e onde o café só passou a ser a lavoura predominante após a Segunda Guerra Mundial (CARVALHO, 2002, p. 14-17). Eles compravam no comércio apenas o sal, a farinha de trigo e a de milho, esta produzida por poucos moradores.

² A maioria era de origem lusitana das regiões de alto e baixo Alentejo, do Ribatejo, de Setúbal, de Bragança, de Trás-os-Montes e Viseu, e como os descendentes trabalharam nas lavouras de café nos estados de Minas Gerais e São Paulo quando da crise cafeeira. Os lotes eram, na maioria, de 20 a 40 alqueires (2,42 hectares o alqueire) e as famílias sendo numerosas dedicaram-se ao consumo próprio naquele momento. O autor deixa bem claro que não houve ineditismo por parte da CTNP inglesa a venda de lotes pequenos para estrangeiros ao longo dos rios, sendo o sistema à vista ou a prazo.

A caça como recurso à dieta alimentar dos pioneiros

A diversidade de origens dos recém-chegados sugere uma adaptação entre a dieta alimentar original e aquela disponível entre os migrantes brasileiros já estabelecidos, em termos de plantio, consumo e venda de produtos. Não podemos deixar de fora o recurso da caça:

Como os jacus vinham dos mais distantes lugares do país cada um trouxe um pouco da sua cultura gastronômica. Em pouco tempo, nordestinos capixabas, fluminenses, baianos trouxeram suas comidas, tornando-se comum no norte do Paraná, "o angu com quiabo", "o feijão com arroz e abóbora madura", a "buchada de bode", o "sarapatel", o "jabá" etc. (VIEIRA, 1999, p. 7)

O destaque à "comida mineira" ficou por conta de um casal de "machadeiros" residentes no patrimônio Três Bocas (nome original de Londrina), e o fato de serem ambos bons caçadores de antas e catetos:

Desde o "tutu à mineira", - a couve cortada fininha e feita na manteiga, passando pelo "virado de serralha com torresmo e farinha de milho" e chegando ao "feijão novo temperado com banha de porco [...] ela fazia "paca assada no forno caipira", que era servida com pedaços de limão e arroz bem solto. Quando faltava uma comida mais pesada, ela improvisava um "quibebe com quiabo", que ganhava de qualquer filé mingnon. E tinha o "creme de inhame com molho de carne de catetu", o "arroz tropeiro", o "lombo de anta com farofa" e muitos outros pratos. [...] Um prato de Anita que enchia as bocas de água, eram as "almôndegas de capivara" ou então feitas com carne de jacaré". (VIEIRA, 1999, p. 29)

Juliani (2001) faz um retrato saboroso na descrição dele, ainda menino, do que era a periferia da cidade de Londrina em 1933, a área de entorno ao núcleo ocupado:

De início, a área desmatada... abrangia um pequeno quadrado no atual centro da cidade, que ia da rua Brasil à Professor João Cândido e da rua Espírito Santo à Benjamim Constant... Posteriormente, foi derrubada a mata entre as ruas Benjamim Constant e Acre, hoje ala direita da Av. Arcebispo D. Geraldo Fernandes ou Leste-Oeste. (JULIANI 2001, p. 20-21)

Pacas, cutias, capivaras, catetos, queixadas, antas, além é claro, de macucos, faziam parte da alimentação, da "mistura"³ nos tempos iniciais. Era farta e um recurso bastante barato para os imigrantes que buscavam se estabelecer derrubando a mata e implantando as roças. Havia o comércio de peles de animais em Londrina, de acordo com o anúncio de outubro de 1934, "Pelles Silvestres - Carlos Almeida: "é o maior comprador deste gênero no norte do Paraná" (PARANÁ NORTE).

³ Embora não haja registro deste sentido da palavra em dicionário, a "mistura" significa alguma carne ou ovos que complementam os "acompanhamentos" de uma refeição, como o arroz, o feijão, a farinha de mandioca ou a polenta. Comer sem "mistura" significa uma refeição pobre e incompleta.

A manutenção da dieta dos italianos na Londrina pioneira

Contrariamente aos lusitanos, houve a manutenção de hábitos alimentares entre os imigrantes italianos que se estabeleceram na área urbana de Londrina, a partir de informações de duas entrevistas realizadas. Uma das famílias, proveniente da região de Vêneto, ficou instalada inicialmente na cidade paulista de Birigui, aonde chegou após a Primeira Guerra Mundial. Na viagem de trem, de lá até Londrina em 1935, a família alimentou-se de frango, parte principal do farnel. Até então os trilhos terminavam em Jathay (atual Jataizinho) e a travessia de balsa era necessária para o embarque na "jardineira", condução final até o núcleo urbano de Londrina. Ao chegarem, esses italianos e descendentes tiveram à disposição o palmito para a construção das paredes do rancho, a cobertura das folhas futuramente substituída pelas tabuinhas, e para a alimentação. O uso alimentar do palmito data dos primeiros contatos dos portugueses no Brasil. Cascudo destaca a antiguidade de seu consumo e a influência alimentar nativa:

No tempo dos indígenas a colheita não atingia a exaustão, exceto quanto ao palmito, que implicava a morte da palmeira. Os cronistas dos séculos XVI-XVII, Jean de Lery no Rio de Janeiro, Gabriel Soares de Souza na Bahia, Píso e Marcgraves em Pernambuco, o *Diálogo das grandezas* para o Paraíba, Claude d'Abbeville no Maranhão, Gandavo, Hans Staden, Thevet, registram extensa cópia de recursos naturais, habitualmente úteis no passadio selvagem. (CASCUDO, 2004, p. 143)

Os de descendência italiana tinham uma dieta que consistia de polenta, massas feitas em casa e frango, este aos domingos. O porco produzia subprodutos a partir do beneficiamento tradicional como a lingüiça, o cudeguim⁴ e o sabão. Nas festas, o cabrito estava presente à mesa, após a compra nos sítios onde era criado, acompanhado do nhoque, o risoto e a sopa. Os frangos eram vendidos vivos de porta em porta pelas "frangueiras" ou "frangueiros", pendurados em varas.

O paladar brasileiro: mineiros, paulistas e nordestinos

Os brasileiros que já se encontravam em Londrina – nordestinos, mineiros e paulistas – se trabalhassem na derrubada da mata alimentavam-se basicamente de palmito e carne seca e moravam em ranchos durante a derrubada da mata. Quando o trabalho terminava, vinham à cidade e a "peãozada" hospedava-se em pensões e gastavam o dinheiro rapidamente. Se a família já estava instalada, as compras eram feitas no comércio de "secos e molhados" e somente o indispensável, como óleo, vinagre, feijão e arroz. Não havia muita variedade: só o necessário.

Os "brasileiros" se alimentavam do arroz com feijão e não raro de carne de vaca comprada no açougue "de um certo Evangelista". Ou do açougue Londrina, inaugurado em 1934, que oferecia o serviço de entrega no domicílio de carnes suína e bovina, de propriedade de José Martins (PARANÁ NORTE). Mas os legumes, raízes e verduras acompa-

⁴ Trata-se de uma espécie de lingüiça feita com o couro e sangue do porco.

nhavam as refeições e dependendo da época, eram: a mandioca, a batata doce, o quiabo, tangerina, por exemplo. Com a vinda dos japoneses, a oferta de legumes, hortaliças e frutas foi ampliada. Outros se encarregavam de trazer à cidade e vender de porta em porta cestos de laranjas, mamão, alface e chuchu. Os caboclos traziam às costas o palmito amarrado em feixes, quando poucas ruas formavam a então pequena área urbanizada cercada de matas. Eles eram retirados de lugares como as proximidades da atual estação rodoviária de Londrina ou na rua Amazonas⁵, onde o entrevistado retirava palmitos na década de 1930. Por vezes as crianças eram mandadas a buscar produtos nos sítios mais próximos como mandioca e o tomate cereja (nativo da região).

A comida que se encontrava na mesa dos "brasileiros" era o conjunto formado pelo arroz, feijão mulatinho e produtos da época, que variavam entre a vagem, couve, chuchu, e um pouco de carne ("mistura"). Essa mais freqüentemente era a carne de porco, mas uma a duas vezes por semana matava-se boi para a venda da carne. O preço de ambas variava pouco: "dois mil réis o quilo da carne de gado a mil e oitocentos réis o quilo da carne de porco e o jornal custava 200 réis".

A "comida dos caipiras" em Tamarana, área onde não houve colonização particular e hoje município ao sul de Londrina, de acordo com uma das entrevistas, era o pirão de feijão acompanhado da couve e produtos locais. E ocasionalmente, a carne de caça que não era escassa, pelo menos até na década de 1950. Faziam-se lingüiças, chouriços e torresmos, o que traz à tona o hábito mineiro. O torresmo era acompanhado da couve e do toucinho. Os "mineiros" ainda misturavam o leite à farinha de milho na refeição da manhã. Os hábitos alimentares se mantiveram, vejam-se os relatos de Saint Hilaire do século XIX sobre a província de Minas Gerais:

Galinha e porco são as carnes que se servem mais comumente em casa dos fazendeiros da Província de Minas Gerais. O feijão preto é indispensável na mesa do rico, e esse legume consiste quase na única iguaria do pobre. Se a esse prato grosseiro se acrescenta alguma coisa, é arroz, ou couve, ou outras ervas picadas, e a planta geralmente preferida é a nossa serralha [...] como não se conhece o fabrico da manteiga, é substituída pela gordura que escorre do toucinho que se frita. O pão é objeto de luxo; usa-se em seu lugar a farinha de milho [...] Um dos pratos favoritos do mineiro é a galinha cozida com os frutos do quiabo [...] mas os quiabos não se comem com prazer senão acompanhados de angu. (apud. MAGALHÃES, 2004, p. 86-87)

Saint Hilaire, no século XIX em Minas Gerais, e Pierre Monbeig, no século XX na franja pioneira paulista, e uma entrevista sobre Londrina na década de 1930 mostram a manutenção de um regime alimentar construído pela participação negra em produtos como o quiabo, a azedinha, o inhame, por exemplo. Mas a introdução do amendoim na África e do milho americano pelos portugueses aumentou a variedade diante das espécies africanas de arroz vermelho, amendoim africano e milheto ou sorgo (CASCUDO, 2004, p. 199-201; CARNEY e MARIN, 2004, p. 26-33). Cascudo (2004, p. 203), citando Saint Hilaire, em relação a Minas Gerais, e Martius para São Paulo, descreveu a refeição básica à base da farinha de milho:

⁵ Local atual do hipermercado Coudor e antigo sítio da Sertaria Mortaci, próximo da atual rodoviária de Londrina.

É fazendo cozer o fubá na água, sem acrescentar sal, que se faz essa espécie de polenta grosseira que se chama angu, e constitui o principal alimento dos escravos (OBS: Em Minas Gerais). [...] Em vez da farinha de mandioca, quase exclusivamente se come a farinha de milho (OBS: Em São Paulo) (CASCUDO, 2004, p. 203)

Pensões, hotéis, e festas

As refeições geralmente eram feitas em casa e, na ausência de restaurantes, os hotéis e pensões alimentavam os visitantes ou os convidados das festas de casamento dos mais abastados. O Hotel Luxemburgo ("com salão para banquetes e festas"), depois Franz Hotel (sítio na esquina das ruas Mato Grosso e Goiás) recentemente fechado, já funcionava em 1934. Neste hotel Pierre Delfontaines se hospedou por três dias em outubro de 1934.

Em 1934, Londrina ainda contabilizava a Pensão Central, hotel Germânia, o hotel Nipponico (do mesmo dono da fábrica de macarrão Londrina), pensão Esperança, pensão Londrina ("mesa farta"). Pouco tempo depois a Pensão Paulista abria suas portas.

A festa de casamento também poderia levar à contratação de uma cozinheira. Na cidade de Londrina eram comuns os casamentos civis ocorrerem na parte da manhã (11:00 ou 11:30 horas) e as cerimônias religiosas no final da tarde (17:00 e 17:30 horas). Nos finais de semana podiam acontecer até oito cerimônias religiosas. Este fato trouxe uma diferença nos dias de casamentos: "as moças dos sítios casavam-se aos sábados e domingos e as da cidade nas terças, quartas e quintas-feiras". O casamento era um acontecimento que envolvia certa pompa e despesas, pois o pai da noiva tendo posses, não raro alugava os carros de praça⁶ para levar os convidados até a igreja "por causa da lama e da poeira". Finalizada a cerimônia, os noivos iam até o fotógrafo. A partir daí, os mais "abastados" realizavam uma festa no "Quadrado", um salão localizado entre a rua Santa Catarina e rua Mato Grosso. Lá se dançava até à meia noite quando acabava a energia elétrica. Havia outras festas em que a comida não era parte tão importante, como o "assustado", reunião de poucos, ou festas mais populares que aconteciam no "Redondo".

As festas são ocasiões para a socialização e oferta de comidas, ligando por vezes o calendário religioso ao calendário agrícola. As festas juninas traziam o pinhão cozido ou assado na brasa, assim como as batatas doces, a pipoca e o milho assado, entre a cocada, o pé-de-moleque, o biscoito brevidade e o "avoador" (biscoito de araruta com erva doce). A festa do padroeiro em Tamarana incluía na quermesse os brindes em leilões sob a forma de comida pronta: frangos e leitões recheados, bolos e pudins. As rezas misturavam o sagrado e o profano reunindo a reza do terço à festa onde eram servidos mandioca (frita e cozida), a pamonha e o curau. A farinha de mandioca porém passava pelas comemorações de festas "de políticos", acompanhando o churrasco de fogo de chão, a cerveja e o refrigerante sem gelo. Outras ocasiões em que a comida estava presente eram os almoços e jantares para os "ilustres" – juizes, vereadores, por exemplo, quando era servida a macarronada, acompanhada de maionese, frangos e pernil de porco assados. Nada muito diferente, apenas com a mudança no tempero

⁶ Em anúncio do Jornal Paraná Norte de 1934, Guilherme Raush já oferecia "autos de aluguel".

e mesa posta "para receber". Mas se a refeição era o motivo para reunir as pessoas, quase nada se fala sobre ela, sobre o que se ofereceu. Pelo menos em duas ocasiões importantes isso pode ser comprovado. A primeira crônica do livro *Londrina - Jubileu de Prata* - de Puiggari Coutinho⁷ trata do momento em que foi feito o convite para a posse do primeiro prefeito de Londrina, que ocorreria no dia seguinte. Sendo o convite exclusivo aos paranaenses, e como nenhum dos presentes havia nascido no estado, dali ninguém compareceu:

Na manhã de 9 de dezembro de 1934, sob um calor intenso, a sala do único restaurante da vizinha cidade de Jataí, hoje Jataizinho, tinha todas as suas mesas tomadas. Servia-se o almoço. (COUTINHO, 1997, p. 6)

Cinco anos mais tarde, foi num banquete seguido de baile em 1939 que o interventor Manuel Ribas recebeu o pedido da construção da ponte sobre o rio Tibagi, necessária para o crescimento e expansão econômica da região. As festas e comemorações são frequentes e sempre lembradas em datas simbólicas como 50 ou 100 anos. As crônicas e reportagens falam dos discursos e até dos trajes, mas não há referência alguma sobre o que se comeu.

As festas de aniversários reuniam parentes e amigos em torno do bolo, bolachinhas casciras recheadas com glacê, doces brigadeiros, amendoim doce e cocadas. A reunião da família não se restringia aos aniversários, acontecendo também quando se matava um porco ("capado") e motivo para festa, principalmente em famílias de origem mineira. Morto e esquartejado, parte da carne ficava imersa na banha para conservação e parte pendurava-se no jirau, acima do fogão à lenha para o processo de defumação. Parte dela era distribuída entre parentes e conhecidos e habitou-se como forma de troca.

Os aniversários eram a ocasião para a feitura dos "beijinhos de coco", brigadeiros ("comprava-se chocolate Dama de ½ quilo e leite condensado") e bolos, pois as confeitarias eram caras, de acordo com a entrevistada. Eram poucas - "a primeira foi a do Canhoto, na rua Souza Naves, outra foi a padaria Olímpia e a Flor da Índia ficava na Avenida Paraná, na atual Celso Garcia Cid esquina com a rua Pará". A frequência à confeitaria possibilitou esta entrevistada conhecer o futuro marido, cuja origem cearense foi vista inicialmente com reservas pela família.

Determinadas atividades da cidade de Londrina possibilitavam ou davam a oportunidade de futuros namoros, como os bingos das igrejas e o *footing* na avenida Paraná. Nesse ficou registrada a separação entre negros e brancos: "brancos de um lado, negros de outro". Ainda às escuras, a cidade obrigava o uso de faroletes nas saídas à noite. Cada casa recém terminada dava lugar ao "Baile do Lampião", pois cada convidado levava o seu e pendurava-o para iluminar a festa de inauguração. Mais tarde, as festas "americanas" reuniam os jovens em determinada residência e cada um trazia um prato de salgados ou doces para serem consumidos pelos participantes.

As bebidas também separavam as mulheres dos homens, pelo menos em público. As mulheres, somente o guaraná. Aos homens, vinho e cerveja. Existia uma fábrica de refrigerantes e cerveja a partir da década de 1940: "a fábrica era dos Balan e ficava na rua São

⁷ Ainda nesse livro fica-se sabendo que o aumento do preço da carne de vacas foi fonte de reclamações, e que Eugênio Bruglin foi o dono da primeira pensão na década de 1930 a hospedar possíveis compradores de terras.

Jerônimo perto da antiga Cooperativa Cotia". No ano de 1934, de acordo com o Jornal, vários bares, padarias e confeitarias já estavam estabelecidos na cidade: o Moderno (bilhar e confeitaria), o Ideal (bilhar, bebidas, frios e doces), o Tico Tico, Jonas, Bar e Sorveteria Central, a padaria Alemã (secos e molhados – aceita-se encomendas de bebidas e doces), a confeitaria Estrella. (Paraná Norte).

O lanche nas escolas revelava também uma diferença, esta econômica. Quem tinha condições levava o lanche preparado em casa e os mais pobres se alimentavam da merenda oferecida pelas escolas – Hugo Simas e Osvaldo Aranha – geralmente um mingau de maisena, leite e chocolate. O antigo Ginásio Londrinense funcionava num edifício e oferecia o regime de internato. O número de alunos era considerável pela descrição do refeitório: "A grande cozinha, com seus enormes panelões, mais parecia uma cozinha de quartel". Na primeira formatura dos alunos do colégio Hugo Simas, a entrega do diploma no próprio colégio, foi seguida de distribuição de docinhos e refrigerantes, o que demonstra a importância da ocasião.

Os doces eram feitos em casa, geralmente bolachas e bolos, além da produção de pão para o consumo familiar. As diferenças ficavam por conta da origem cultural das famílias. Por exemplo, a origem polonesa da família da esposa traria o "cuque", bolo feito de massa de pão, ao consumo cotidiano. Os doces podiam ser compotas de frutas da época (mamão, laranja e pêssegos ralados), em pasta (abóbora, mamão), ou "de cortar", mais apurados. Com exceção das frutas, eram consumidos baba de moça, manjar e pudim de leite.

A natureza oferecia não apenas o palmito que "era comprado dos índios e comia-se direto e de todo jeito", mas também o pinhão, vendido em saquinhos na época junina dos doces "caipiras".

Casamentos: manutenção e mudança nas ementas alimentares

Um casal entrevistado deu uma amostra de como duas culturas diferenciam os alimentos. Ela, descendente de italianos. Ele, criado em Minas Gerais. A comida "mineira" era formada por um conjunto de arroz, feijão, ovo frito, torresmo, toucinho salgado que ficava pendurado acima do fogão para desidratar ("fumeiro"). A gordura de porco era usada para as frituras e no cozimento, além do preparo do sabão. A limpeza do fogão ficava por conta da pedra pome para arrear a chapa escurecida pela fumaça da lenha.

A segunda entrevista também mostra a junção de hábitos alimentares distintos entre os cônjuges através do depoimento de uma de suas filhas. Moradores em Tamarana, lugar em que não houve a organização da colonização particular da Companhia de Terras Norte do Paraná, não raro habitavam estrangeiros, no caso, equatorianos, ou mesmo gaúchos brasileiros em busca de lugares não muito povoados. Os hábitos alimentares descritos consistiam do arroz, feijão, carne de boi ("matava-se um boi uma vez por semana"). Mas a carne mais comum era a de porco ("todos criavam"). O frango fazia parte do almoço de domingo, ocasião especial em que a família se reunia, sendo raro e restrito aos que tinham essa criação. O chefe da família era maranhense, daí ora ser preparado "à cabidela", ora ensopado

("a minha mãe era da região do Tibagi"). Mas acompanhado da macarronada e maionese. Frutas e verduras eram abundantes pois estavam plantadas na horta e no quintal. No relato aparece pela primeira vez o peixe de água doce – ganho ou pescado – ensopado, preparado com castanhas do Pará. Cascudo (2004, p. 149-150) faz referência às castanhas, ou melhor, ao leite das castanhas do Pará no preparo de alimentos na área de influência da farinha de castanha nordestina. O contato com imigrantes equatorianos foi responsável pelo registro do consumo do abacate com sal, e com os gaúchos, o arroz carreteiro. Destaque-se que o casal era proprietário de uma loja de "secos e molhados". Nesse comércio eram vendidos o bacalhau salgado, que "chegavam em caixas e a carne era mais barata do que a carne fresca de boi", e a carne seca, essa mais cara do que o bacalhau. O aumento no preço dessa carne limitou o seu consumo: "comia-se bacalhau até quando o preço permitiu". Isso deve ter ocorrido até o final da Segunda Guerra Mundial quando o consumo europeu aumentou e levou ao aumento dos preços.

Após a mudança dessa família para a área urbana de Londrina houve o aumento no consumo de carne de boi pela existência de açougues e matadouro, em contraposição à redução do consumo de legumes e verduras que "a partir de então eram compradas". A redução desses não aconteceu apenas em função do desaparecimento da gratuidade, pois o chefe da família não era um consumidor habitual destes alimentos, o que é comum em certas regiões nordestinas. Para ele, "no máximo, alface, tomate e couve". Para a sua mulher, além do consumo habitual de verduras, cozinhava-se a polenta. Comiam-se também muito miúdos de bois e de porcos vendidos de porta em porta.

A terceira entrevista foi realizada com uma senhora nascida em Londrina no ano de 1937, cujos pais chegaram à cidade em 1935. A família veio do estado de São Paulo e o chefe apesar de carioca, foi criado no estado de Minas Gerais. A mãe descendia de italianos. Na época da chegada em Londrina há uma foto desta família já com cinco filhos, todas ainda crianças, na frente de sua primeira residência. Ao fundo, um rancho de palmito localizado "na rua São Jerônimo com a rua Uruguai". O casal não era agricultor, sendo o homem marceneiro e "poceiro" (cavador de poços) e a mulher costureira. Na infância da entrevistada estão as lembranças dos hábitos alimentares italianos: a galinha da refeição domingueira comprada dos vendedores ambulantes, o cabrito nas ocasiões festivas, a lingüiça e porco feita em casa. A polenta fazia parte da refeição diária. Comprava-se farinha de trigo aos sacos no comércio de secos e molhados para o pão e o macarrão feitos em casa. Os vendedores ambulantes também ofereciam ovos, abóbora, inhame, taioba e palmito. As frutas eram encontradas na mata: jaracatiá "que se comia assada e era bom remédio para anemia", a guabiroba e a pitanga. O "melão de São Caetano" era fruta do mato para as crianças, mas suas folhas eram utilizadas para provocar "suadouros" e diminuir a febre. O casamento da entrevistada, de origem familiar italiana, com um cearense, trouxe mudanças na sua alimentação. Ela teve de aprender a cozinhar, a partir de então, e a culinária atendeu em parte ao gosto do marido: arroz, feijão, carne, macarronada com molho de tomate cereja ("era do mato, natural da região"). Também ela encontrava o chuchu "no mato" mas o cará de cipó estava plantado no quintal. A sopa de legumes, bem italiana, também fazia parte do cardápio, e dividia a mesa com a farinha de mandioca "comprada a granel em qualquer venda".

Em torno da farinha de milho juntam-se os escravos e descendentes "mineiros", "caipiras" e os imigrantes italianos. Pela oferta dos vendedores há tanto a farinha de mandioca quanto a farinha de milho, e por ela podemos afirmar que a sua origem era a dieta mineira. O hábito italiano, e de seus descendentes, do macarrão e do pão somou-se à dieta mineira e paulista. Nas três entrevistas fica muito evidente essa convergência e multiplicidade alimentar para a Londrina pioneira após a fase inicial do palmito.

Os vendedores ambulantes eram comuns: a buzina do bucheiro alertava a dona de casa para os miúdos frescos, após as buzinas de alerta do leiteiro e do padeiro. Esses dois últimos faziam a entrega dos alimentos do desjejum urbano. Este consistia no café torrado em casa ("no torrador") depois de ter passado pelo pilão para perder a casca. O fogão de lenha cozinhava, defumava as carnes e aquecia a casa.

Momentos de crise

Os momentos de crise de alimentos para as famílias estão ligados a momentos distintos. O primeiro é o período de chegada e implantação, quando o palmito era praticamente o único recurso alimentar disponível. Existiam nessa época duas vendas (David Dequech e Alberto Kock), uma padaria (Schultheiss) e um açougue (José Gradl). A fase inicial de instalação de agricultores coincidiu com a Revolução Constitucionalista de 1932, cuja linha de combate passou entre o núcleo urbano de Londrina e a cidade de Ourinhos. Imediatamente, foi interrompido o funcionamento da estrada de ferro que terminava em Jataizinho.

"os pequenos estoques de mantimentos acabaram-se em poucas semanas. Não havia farinha, sal, nem açúcar (sic). Arroz somente em casca e feijão carunchado por falta de inseticidas. Faltavam também fumo, cigarro e fósforos. (...) As mulheres faziam milagres na preparação da comida. A matéria básica era o palmito, que era preparado de todas as formas: cosidos (sic), fervidos, assados, grelhados, ensopados, cru (sic), como salada e como compota. (COUTINHO, 1997, p. 26-27)

Outros momentos foram os do racionamento por ocasião da Segunda Guerra Mundial e a forte geada de 1942. As geadas são um fator a ser considerado no regime alimentar, pois além da perda das lavouras mais sensíveis para auto-subsistência, há o encarecimento dos alimentos e perda na safra dos produtos como o café. As frutas e hortaliças são os primeiros a faltar, e dependendo da intensidade, a dieta poderia chegar somente ao café com farinha de mandioca (IPAC/Lda-UFL, 1995, p. 92). Os seus efeitos podem ser avaliados:

As últimas geadas com impacto econômico na cafeicultura brasileira ocorreram nos anos de 1942, 1953, 1955, 1962, 1963, 1969, 1972, 1975, 1979, 1981, 1985 e 1994, sendo que dentre essas, as mais severas foram as dos anos de 1942 e 1969, no entanto, no Paraná as mais intensas foram em 1975, 1979, 1981 e 1994. (ALFONSI, 2000)

Conclusão

Saborando o presente, numa cidade onde a variedade de restaurantes é destacada – desde a cozinha “caipira” aos delicados pratos japoneses – se olharmos para a fase pioneira podemos imaginar a passagem obrigatória da dieta do palmito para as primeiras lavouras de alimentos e aos produtos do comércio dos “secos e molhados”. A incorporação originou a manutenção e adaptação, refletida na diversidade de pratos que dificultam o estabelecimento de um prato “típico” norte paranaense. Nunca um defeito, mas esta diversidade é que dá o caráter único à região. A chegada de novos habitantes era contínua quando analisados os dados dos Censos Demográficos de 1920 e 1940 para a Zona Norte do Paraná:

No município de Londrina, que em 1930 ainda era quase totalmente desabitado, vivia em 1940 uma população de 75.296 habitantes a ele correspondendo o maior crescimento absoluto verificado no Estado. (BERNARDES, 1951, p. 270)

Ao contrário dos dias atuais, a população rural excedia em muito a população urbana. Havia na cidade de Londrina 1.346 habitantes em 1934 (COUTINHO, 1997, p. 67). Os residentes na área urbana, entre 1935 e 1940, aumentaram de 4 mil para 10.531, enquanto os da zona rural somavam 11 mil e 64.765, respectivamente (MULLER, 2001, p. 111).

Poderíamos acertadamente adotar a análise de Coutinho (1964, p. 319-320) para definir a formação das dietas alimentares tipicamente dos “pés-vermelhos”⁸:

Os italianos trouxeram o gosto pelas massas, legumes e verduras que foram incorporadas à culinária das populações brasileiras, mormente à dessa região. A macarronada, a polenta, as pizzas, as lasanhas e os ravióli constituem exemplos típicos de pratos da variada cozinha italiana. Os japoneses, por sua vez, introduziram o hábito da ingestão do peixe cru, do arroz, do feijão fermentado e o famoso esquiski, além naturalmente do grande incremento das culturas hortícolas. Já com os sírios vem a preferência pelos alimentos com carne. Então, à dieta do elemento autóctone, foram introduzidos, ou melhor, adicionados, seus pratos característicos como o quibe, merle, a miraba, a merche, a esfirra, a migadla, o grão-de-bico, as verduras e os legumes. Não podemos esquecer, por outro lado, a contribuição dos alemães, que introduziram o hábito da utilização da cerveja, do salsichão e da salsicha.

Os casamentos entre descendentes de estrangeiros, em especial a de famílias italianas com brasileiros, possibilitaram a mistura de dietas distintas. Onde estes casamentos tiveram de esperar até outras gerações, como no caso dos japoneses, as bases alimentares parecem não terem se mesclado tão cedo, ocorrendo contudo, uma adaptação de produtos utilizados. Mas recentemente há um outro tipo de mudança de padrões alimentares, iniciada na década de 1970 nos grandes centros urbanos brasileiros. Ela poderia ser definida pela introdução e

⁸ Apelido dado aos habitantes ou nascidos na região do Norte do Paraná em função da terra vermelha nos pés ou sapatos. Se inicialmente tinha uma conotação pejorativa (interiorano, capiau, jacu) o termo perdeu esse caráter por ter sido adotado como forma de identificação pelos habitantes da região. Um exemplo é o movimento “Pés vermelhos: mãos limpas”, entidade organizada na ocasião da mobilização para a cassação do então prefeito Antonio Belinari, acusado de corrupção.

generalização das lojas de *fast food*, o afastamento dos locais de moradia e as despesas com o transporte até o local de trabalho, o horário exigido para o almoço, e o estímulo das propagandas para este cardápio, além da inserção da mulher no mercado de trabalho. A relação entre comida, nutrição e fatores culturais está se modificando na atualidade e seus resultados são a ampliação de franquias dessas redes, o consumo de alimentos bastante calóricos, doenças decorrentes dessa alimentação e estilo de vida sedentário. A identidade étnica parece sucumbir no aspecto alimentar, daí as tentativas de estabelecimento de pratos "típicos" em lugares de colonização recente e de múltiplas influências. Pesquisas mais recentes mostram que o feijão, a farinha de mandioca, o arroz e a farinha de milho, historicamente tradicionais na dieta brasileira, vêm perdendo espaço para produtos criados pela indústria alimentar. Se nas populações migrantes os jovens estão mais sujeitos às mudanças do padrão alimentar através da socialização nas escolas e reuniões sociais, o fato que possibilitou a convivência da polenta ao toucinho na época pioneira em Londrina pode também fazê-la desaparecer ou deixá-la reservada às ocasiões de visita aos "restaurantes típicos de comida caseira". Isso porque mais do que o ato físico de alimentar-se, a comida está ligada ao fator cultural, e dessa maneira ela é percebida como forma de obter status social (BLEIL, 1998, p. 10). Junte-se a isso a modernização agrícola que transformou o norte do Paraná em produtor de grãos e permitiu a ampliação da área de criação de gado no município de Londrina (CARVALHO, 1991). A padronização dos produtos aponta para a padronização alimentar e as referências alimentares pioneiras sempre ocultas nas reportagens sobre as comemorações estão sendo apresentadas numa contribuição que, espera-se, que vá além das discussões no âmbito da Geografia Cultural.

Referências

- ALFONSI, R. R. *Histórico climatológico da cafeicultura brasileira*. Informativo Garcafé, maio de 2000. Acesso em: 16 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.cafebr.com.br/ocafezal.asp?se=88&id=67>>.
- ALMEIDA, A. M. C. *A Morada do Vale: sociabilidades e representações*. Um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal. Londrina: UEL, 1997.
- BASTIÉ, J. *L'évolution de l'alimentation des parisiens au cours du xxe siècle (1900-2000)*. Disponível em: <http://fig-st-die.education.fr/actes/actes_2004/bastie/article.htm>.
- BLEIL, S. I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debates*, Volume 6. Ano 1998. Unicamp, p. 1-25. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/o_padrao_alimentar_ocidental.pdf>.
- BERNARDES, L. M. C. Crescimento da População do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Vol. XIII, n. 2, abril-junho de 1951, p. 97-106.
- O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 53, p. 335-384, 1953.
- CASCUDO, L. C. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- CARNEY, J. A. e MARIN, R. A. Saberes agrícolas dos escravos africanos no novo mundo. *Ciência Hoje*. Vol. 35. n. 205. junho de 2004.
- CARVALHO, M. F. *Os Pioneiros Anônimos*. Estudo do cotidiano de uma comunidade de sítiantes portugueses do município de Sertanópolis. Norte do Paraná: 1925 a 1945. Londrina: Stargraf, 2002.
- CARVALHO, M. S. *A pequena produção de café no Paraná*. 1991. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 192p.
- COUTINHO, H. P. *Londrina: Estado do Paraná. 25 anos de sua história*. 2. ed. Autor. Londrina, 1997.
- _____. *Londrina: Estado do Paraná: 25 anos de sua história*. Autor. São Paulo. 1959.
- DERRUAU, M. *Geografia Humana*. I Volume. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1982.
- IPAC/Lda-UEL. *Cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem / IPAC: Jorge Cernev (Org.), redatores: Ana Cleide Chiarotti Cesario... [et al.]*. - Londrina, UEL, MEC, 1995.
- JULIANI, L. *Memórias de um Caçador*. Londrina: Ed. do Autor, 2001.
- MAGALHÃES, S. M. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.
- _____. *As Estruturas Agrárias da Faixa Pioneira Paulista*. In: _____. *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. p. 105-125.
- MULLER, N.L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. *Geografia*. Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n. 22, p. 55-97, março, 1956.
- PARANÁ NORTE. *Jornal*. Ano de 1934. microfichas. CDPH/UEL. Londrina.
- ROMARIZ, D. A. Mapa da Vegetação Original do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Vol. XV. n. 4. Outubro-dezembro de 1953. p. 597-606.
- SILVA, G. J. R. Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Vol. XXVI. n. 3. jul./set., 1964. p. 291-458.
- VIEIRA, I. M. *Jacus e Picaretas (a História de uma Colonização)*. Maringá: Bertoni, 1999.
- WAIBEL, L. As Zonas Pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Vol. XV. n. 4. Outubro-dezembro de 1955. p. 389-398. Ano XVII, n. 4.

Josué de Castro – entre o ativismo e a ciência, a introdução da geografia da fome na história do pensamento geográfico no Brasil

Josué de Castro – between the activism and the science, the introduction to the geography of hunger in the history of geographic thinking in Brazil

Josué de Castro – entre el activismo y la ciencia, la introducción de la geografía del hambre en la historia del pensamiento geográfico en Brasil

Antônio Alfredo Teles de Carvalho

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e Professor da Fundação Universidade Estadual de Alagoas - FUNESA, onde coordena o Núcleo de Estudos Josué de Castro
Rua da Aurora, 1071/1410 - Boa Vista
Recife, PE - CEP: 50.040-090
acarvalho@usp.br

Resumo: O texto busca evidenciar como ao identificar a fome enquanto expressão biológica dos males sociológicos, derivados das distorções econômicas, Josué de Castro inovou e distinguiu-se como cientista comprometido com o homem, ser social que na sua concepção revela-se através de uma sociedade faminta e miserável. Na estirpe desse processo trilhou por princípios humanistas que conferem um caráter emblemático ao seu pensamento e, conseqüentemente, a sua obra, denotando ser um ativista em consonância com o geógrafo contestador e combativo dos métodos de exploração econômica e social. Malgrado as abordagens centradas no naturalismo exacerbado das análises regionais da geografia clássica, que tinha dificuldades de incorporar o social dentro do seu paradigma teórico. Destarte, introduziu a geografia da fome na história do pensamento geográfico no Brasil na primeira metade do século XX, discutindo e produzindo obras de referência, exemplo de *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana e Geografia da Fome*, abrindo caminhos para uma geografia crítica e comprometida com o fim das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Josué de Castro; Ciência; Ativismo; Geografia da Fome; Brasil; Pensamento geográfico.

Resumen: Este trabajo busca evidenciar cómo al identificar el hambre como expresión biológica de los males sociológicos, resultado de las distorsiones económicas, Josué de Castro innovó y se distinguió como investigador comprometido con el hombre, ser social que en la concepción se muestra a través de una sociedad hambrienta y miserable. En la línea de ese proceso siguió por principios humanistas que conferieron un carácter emblemático en su pensamiento y consecuentemente, su obra denotando un activista en consonancia con el geógrafo contestador y combativo de los métodos de explotación económica y social. Malgrado las abordajes centradas en el naturalismo exacerbado del análisis regional de la geografía clásica, que tenía dificultades de incorporar lo social dentro de su paradigma teórico. Destarte, introdujo la geografía del hambre en la historia del pensamiento geográfico en Brasil en la primera mitad del siglo XX, discutiendo y produciendo obras de referencia como ejemplo: *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana e Geografia da Fome*, abrindo caminos para una geografía crítica y comprometida con el fin de las desigualdades sociales.

Palabras-clave: Josué de Castro; Ciencia; Activismo; Geografía del hambre; Brasil; Pensamiento geográfico.

Abstract: The text tries to show how Josué de Castro innovated and distinguished himself as a scientist concerned with the man, social being that is revealed through a hungry and miserable society when he identified the hungry as a biological expression of sociological disasters, derived of economic distortions. In this process he based on humanistic principles which confer an emblematic character to his thinking and, consequently, to his play; as an activist and a geographer who fought against social and economic exploration methods. In spite of the approaches centered in the naturalism of the regional analysis of the classic geography that had difficulties to incorporate the social in his theoretical paradigm. So, he introduced the geography of hunger in the history of geographic thinking in Brazil in the early twentieth century, discussing and producing important plays, for example, *Brazilian Food in the Human Geography and The Geography of Hunger*, opening ways to a critical geography worried with the end of social injustices.

Keywords: Josué de Castro; Science; Activism; Geography of hunger; Brazil; Geographic thinking.

Os ingredientes da guerra são o ouro e as bombas atômicas. O ouro acumulado à custa de sofrimento e miséria de dois terços da humanidade. As bombas atômicas produzidas pela aplicação das ciências a serviço da destruição e da morte. Os ingredientes da paz são o pão e o amor.

Josué de Castro

Uma breve introdução

Ao refletir sobre Josué de Castro na perspectiva da trajetória do pensamento geográfico no Brasil, a partir do decênio de 1930, depara-se com um universo amplo e ainda pouco investigado em face a multiplicidade temática por ele evocada.

Chama a atenção no autor o pioneirismo demonstrado ao tratar de temas que décadas depois, tornar-se-iam tão significativas à Geografia, denotando uma clarividência que de acordo com Santos (1985) constituiu um dos traços mais marcantes da sua personalidade. Mormente, revelada através dos seus estudos acerca da fome e da nutrição, consumo, meio ambiente, ou da geografia social no Brasil, afora outros que o projetaram mundialmente.

Não olvidando as abordagens, que afora a crítica, une ciência e causa humanitária, revelando um ativista sintonizado com o mundo real. No presente texto busca-se resgatar esse aspecto do autor, ao tratar do seu ativismo em consonância com a inserção da Geografia da Fome na geografia brasileira.

Josué de Castro e a descoberta da fome

Polemista, inquieto e insatisfeito com a realidade, Josué de Castro adentrou pelas raízes históricas do país para identificar a origem dos problemas alimentares que acometiam o seu povo. Decerto, impressionado com as imagens guardadas dos mangues do Recife, rememoradas no seu romance *Homens e Caranguejos*, que trata da descoberta da fome na sua infância nos alagados “de uma cidade plural, de desadorado caos urbano e envolvida por expressiva paisagem natural” (HALLEY; CARVALHO, 2004, p. 2), onde relata que conviveu com os afogados de um mar de misérias. Sintomaticamente diz o autor:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento como o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo (...) Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. (CASTRO, 2001, p. 10)

Tocado por esse quadro e visando a sua superação, o autor se aprofundou nos estudos sobre a questão e mapeou a fome no país, e posteriormente identificou três tipologias distintas de fome – fome endêmica, epidemias de fome e subnutrição configuradas

nas cinco áreas por ele delimitadas: *Amazônia*, *Nordeste Açucareiro*, *Sertão Nordestino*, *Centro-Oeste* e *Extremo Sul*, cada uma delas apresentando uma dieta alimentar peculiar condicionada pelos fatores históricos e culturais. O quadro abaixo sintetiza estas conclusões.

Decerto, este foi o primeiro mapa da fome esboçado no Brasil. A partir dele Josué também identificou e espacializou as principais carências alimentares e "mostrou que em qualquer uma das cinco áreas que compõem o mosaico alimentar brasileiro, não se dispunha de todas as substâncias essenciais ao metabolismo basal" (CARVALHO, 2001, p. 78).

Área	Tipologia	Dieta Alimentar
Amazônia	Fome Endêmica	Feijão, farinha de mandioca, peixe e rapadura.
Nordeste Açucareiro	Fome Endêmica	Feijão, farinha de Mandioca, alpim e charque.
Sertão Nordestino	Epidemias de Fome	Feijão, milho, carne e rapadura.
Centro-Oeste	Subnutrição	Feijão, milho, carne e toucinho.
Extremo Sul	Subnutrição	Arroz, carne, batata e pão.

Assim, via com veemência a necessidade de implantar no Brasil políticas públicas e centros de estudos e pesquisas alimentares semelhantes aos existentes em países como França, Alemanha, Dinamarca, Itália, Argentina e, especialmente nos Estados Unidos nos primeiros anos do pós-guerra. Em *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*, ressalta que "contrariamente a esses países, no Brasil quase nada tinha sido feito de maneira sistemática visando estudar os problemas atinentes a nossa alimentação e nutrição" (CASTRO, 1937, p. 21).

Nesse sentido, vai utilizar-se das funções ocupadas junto ao poder público para despertar a premente necessidade de reparação desse equívoco. Compõe a Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde em 1936 e, a partir daí, tornara-se presença constante na articulação e elaboração de estudos e políticas alimentares no país. Chefiou o Serviço Técnico de Alimentação Nacional, organizou e dirigiu o Serviço Central de Alimentação, que originou o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS; foi vice-diretor da Comissão Nacional de Bem-Estar Social e integrou a Comissão Nacional de Reforma Agrária. Foi também representante do país em importantes fóruns de debates e planejamento de políticas alimentares, integrou e dirigiu entidades e associações, e lecionou como catedrático a cadeira de nutrição do curso de sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde.

Outrossim, dois acontecimentos marcaram excepcionalmente a trajetória de Josué de Castro nesse momento. O primeiro, foi a implantação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, do qual foi um dos idealizadores e se tornara diretor em 1946; o segundo, foi a sua atuação como Presidente do Conselho Executivo da FAO por dois mandatos consecutivos, de 1952 a 1956.

À frente da FAO persistiu na sua luta de combate a fome e a desnutrição. No entanto viu frustrados os planos de alargar e concretizar os seus ideais em função dos preceitos que norteavam as ações da entidade. Apesar das muitas tentativas não conseguiu sensibilizar os governantes dos países desenvolvidos a instituir uma reserva internacional contra a fome, ou

mesmo, uma campanha mundial de combate a este mal. Em *O Livro Negro da Fome*¹¹, Josué demonstra a sua frustração na presidência do órgão das Nações Unidas:

Durante 4 anos estivemos na presidência do Conselho Executivo da FAO, onde lutamos para fazer implantar nesse organismo alguns princípios de ação que nos pareciam essenciais para que ele viesse a desempenhar integralmente os seus objetivos (...) Pudemos comprovar como é difícil vencer as resistências impostas pelos interesses particularistas dos países e dos grupos econômicos. Problemas como o da reforma agrária e da constituição de uma reserva alimentar contra a fome e outros que exigem modificações das estruturas vigentes, não conseguem transpor a barreira dos preconceitos e dos medos acumulados (...) O caso da criação da Reserva Internacional contra a Fome (...) constitui um exemplo típico da ação tímida e vacilante da FAO.

A despeito das suas aspirações, a *Geopolítica da Fome*, estava tão atualizada quanto ao período em que fora publicada (1951). Encontra na história as origens dessa situação, partindo do pressuposto que o processo de colonização e o imperialismo dos países desenvolvidos ou ex-metrópoles, engendraram os desequilíbrios e a segregação característica dos países pobres, cuja consequência mais evidente era a fome. Assim, não mensurou esforços na elaboração de uma crítica à sociedade da opulência e do desperdício, alheia à miséria que assolava dois terços da humanidade. Por conseguinte, contestação e denúncia constituir-se-iam em particularidades marcantes do seu pensamento e da sua obra, destacando-o como médico, humanista, como geógrafo.

É, decerto, no campo da Geografia, que se identifica uma das maiores contribuições de Josué de Castro, cuja trajetória se confunde com os primeiros tempos da disciplina no Brasil – da institucionalização à afirmação²². Com efeito, já em “1933 conquista a Cátedra de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife” (CARVALHO, 2005, p. 3086), na qual lecionou por dois anos; transferindo-se posteriormente para o Rio de Janeiro, onde obteve a mesma titulação na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil²³.

Na esteira desse processo, a obra do autor assume relevância pelo rompimento com o silêncio e a denúncia em torno da fome e da miséria, e com os paradigmas que as explicavam como um fenômeno natural, bem como as abordagens centradas no naturalismo exacerbado das análises regionais do pensamento geográfico clássico. Portanto, um temário que não constava no elenco a ser analisado por um geógrafo e tido como não geográfico. Assim, segundo Carvalho (2001, p. 89),

¹¹ Este livro resulta de um documento elaborado para servir como base de discussão do projeto de criação da Associação Mundial de Luta contra a Fome – Ascofam. Compõe um anexo da *Geopolítica da Fome* e teve a sua primeira edição publicada em 1960. Aqui foi utilizado através da 8ª edição da *Geopolítica da Fome*, que encontra-se nas referências (no final do texto).

²² Esses primeiros tempos, denominados por Monteiro (2002, p. 9) de *Alvorecer da Geografia Científica*, compreende ao período que se estende de 1935 a 1956, e assinala a implantação dos primeiros cursos de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), e na Universidade do Distrito Federal (1935), até a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro (1956).

²³ Ao retornar para o Rio de Janeiro (onde concluiu o curso de Medicina em 1932), em princípio de 1936, Josué de Castro vai lecionar Antropologia Física na Universidade do Distrito Federal – UDF, aí permanecendo até a sua extinção em 1938. Em 1940 assume interinamente a Cátedra de Geografia Humana da nascente Universidade do Brasil, da qual iria se tornar titular através de concurso em 1948.

verifica-se em Josué, um perfil independente quanto aos *dogmas* impostos pela *geograficidade* ou as *falsidades geográficas*, trilhando por sua vez por uma geografia de cunho social e que não dissocia as relações sociais (homem X homem) das relações homem X meio, materializadas nas vitórias do homem sobre o meio.

Rumando nessa perspectiva, não obstante aos obstáculos, "Josué de Castro foi pioneiro da Geografia da Alimentação nos anos 30" (MAMIGONIAN, 2004, p. 1), a qual consolidaria na década subsequente como Geografia da Fome, a partir da publicação do livro de título homólogo em 1946.

O êxito logrado nesse processo irá lhe conferir as prerrogativas de principal autoridade da Geografia da Fome no país. Condição, mormente imperativa da análise adversa daquela que se eximia de ver a fome como um fenômeno social (conforme viu-se anteriormente); afora o tratamento à luz dos princípios da ciência geográfica. Pois, para ele

só a geografia que considera a terra como um todo e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema de alimentação, como fenômeno ligado, através de influências recíprocas à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e horizonte de trabalho". (CASTRO, 1937, p. 26)

Partindo dessa perspectiva percebe-se que a geografia desenvolvida pelo autor, centrar-se-á na interface homem X meio na perspectiva da paisagem em consonância com o social, e através da mesma apontará as causas da miséria no Brasil e no mundo⁴⁴. Com propriedade, assinala Dias (1989, p. 97) que "ele abraça corajosamente uma temática original para a época, optando, sobretudo por um assunto muito pertinente num país onde os problemas são particularmente graves".

Destarte a verve antecipatória da obra de Josué de Castro mostrar-se-á na abordagem diferenciada, que vai desde a politização e o caráter social conferido a disciplina⁴⁵, à inserção na geografia de diversos temas *a priori* e genericamente 'não geográficos'. As abordagens geográficas implementadas por Josué, constituem matrizes e contribuem à compreensão da visão de Santos (1995) a respeito do autor⁴⁶ "eu creio que um dos traços fundamentais na personalidade do Josué de Castro era a clarividência. A clarividência é uma virtude que se adquire pela intuição, mas, sobretudo pelo estudo. É tentar ver a parte do presente que se projeta no futuro".

A propósito, indagara Sorre (1968, p. 21) no prefácio da edição francesa da Geopolítica da Fome: "ter-se-á o direito de censurar Josué de Castro por falar tão acaloradamente sobre temas que são tão essenciais para a humanidade? Em seguida responde: "eu, por mim, julgo

⁴⁴ Com efeito, atesta Berdoulay (1981, p. 14) que "a identificação e o estudo em profundidade de maiores questões que interessam uma sociedade são necessários, mesmo se alguns deles não podem parecer, à primeira vista, ter influenciado a evolução geográfica das idéias".

⁴⁵ "Para Castro (1951, p. 546) "a geografia moderna, procurando penetrar o sentido dos fenômenos universais, em sua realidade singular e total não, pois, um papel relevante a desempenhar neste tenebroso momento da crise histórica contemporânea e no qual se preocupa angustiosamente substituir o sistema cultural que desmoronou e perdeu sua significação vital, por um novo sistema, por um novo mundo de convicções..."

⁴⁶ Depoimento. In: Josué de Castro. *Cidadão do Mundo*. Vídeo Documentário. Direção de Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: Bárbaras Produções/UERJ Vídeo, 1995.

que ele realizou um trabalho benéfico, insistindo, com uma força persuasiva, sobre a gravidade da situação”.

O questionamento e a resposta do mestre francês é certamente, a mesma compartilhada com pesquisadores e estudiosos que a despeito das circunstâncias revisitaram e encontram em Josué as fundamentações necessárias ao desenvolvimento de novos trabalhos acerca dos temas por ele evocados, afora outros destes emanados e que se constituem em fontes imprescindíveis de consultas para a leitura do mundo contemporâneo e, do Brasil em especial.

Um cientista, um ativista... Um homem sintonizado com o mundo

Mais que médico ou geógrafo, Josué de Castro foi um cientista em sentido *stricto*. Plural e sintonizado com o seu tempo e com o tempo futuro. Entrementes, é impossível não admitir que o percurso por ele trilhado foi fortemente influenciado pela Medicina⁷⁷ (base da sua formação acadêmica e científica) e pela Geografia. É a partir da atuação como médico que o autor empreende um conjunto de iniciativas que modificaram as políticas de alimentação no país. Rumando nessa direção, após a realização de vários inquéritos, especialmente nas áreas operárias e ribeirinhas da capital pernambucana⁸⁸, irá apontar a incidência das carências alimentares existentes e elucidar a sua real dimensão. Josué partirá de uma escala local à escala nacional (ou global) no estudo e na crítica aos fatores condicionantes da subnutrição e da fome, contribuindo assim, no despertar da consciência de uma medicina de cunho social no Brasil.

Assim, aportar-se-á na Geografia em suas pesquisas. A partir de então o 'método geográfico' tornar-se-á uma constante nos seus estudos sobre a fome. A propósito, no prefácio de *Geografia da Fome*, ele justifica a opção por tal método, assegurando ser este o

único método que (...) permite estudar o problema em sua realidade total, sem arreatar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de La Blache, Griffith Taylor e tantos outros. (CASTRO, 2001, p. 16)

Por conseguinte, elegeu a Geografia, associando-a a Medicina e a outras disciplinas para contemplar estes e outros temas, a exemplo de meio ambiente, subdesenvolvimento, reforma agrária, nutrição, educação, consumo, ou para tratar de movimentos pacifistas, evidenciando o seu humanismo e envolvimento com múltiplas temáticas e atividades.

Percebe-se, pois, que os princípios humanistas que conferem um caráter emblemático ao pensamento de Josué de Castro também denotam um ativista que transcendeu as esferas

⁷⁷ Mais especificamente pela Fisiologia, área da Medicina voltada ao estudo das funções normais do organismo, isto é, sem incidência de patologias.

⁸⁸ Refiro-me ao ensaio *As Condições de Vida das Classes Operárias do Recife*, publicado em 1935, onde o autor associa a baixa qualidade e quantidade de alimentação do operariado ao baixo salário. A partir desse inquérito ele faria outros similares, a pedido do Ministro Agamenon Magalhães a fim de subsidiar o governo na instituição de um salário mínimo no país.

acadêmica e científica à humana e desempenhara uma importante função nos movimentos pacifistas e em prol dos direitos humanos à luz da questão alimentar. Para o geógrafo, os homens de ciência, intelectuais e pensadores devem tomar a iniciativa de pôr a cultura, a ciência e a técnica a serviço da libertação da escravidão humana (...) É um dever do intelectual procurar superar a enorme distância que separa os progressos materiais da ciência do progresso moral da humanidade (...) É preciso que nos esforcemos pra pôr a ciência a serviço do homem, a serviço do bem estar social das grandes massas humanas (CASTRO, 1954, p. 3).

Este trecho, extraído do discurso proferido ao receber o Prêmio Internacional da Paz em solenidade realizada na capital finlandesa em 1954, sintetiza bem as preocupações do autor em face à realidade configurada, conseqüência óbvia da ordem mundial instituída nos meados do século XX. Outrossim, não se furta de mostrar que tanto a ciência quanto a técnica ocidentais, decerto, envaidecidas com suas brilhantes conquistas "(...) não se sentiam à vontade para confessar abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições das massas esfomeadas" (CASTRO, 1968, p. 50). Nesse sentido, em parte, vai atribuir à universidade o papel de reverter tal situação, partindo do princípio que as suas funções básicas essencialmente reduz-se a reumanização do homem e, que assim sendo,

mais do que uma oficina de sábios, o que a universidade dever ser é uma fábrica de homens capacitados a promover a fusão dos seus valores individuais mais significativos, com as aspirações mais profundas da sociedade de que participam. De homens aptos a resolver a crítica circunstância da convivência do homem com o próprio homem. (CASTRO, 1948, p. 11)

Essas e muitas outras preocupações do ativista apresentam-se sistematizadas especialmente em *Geopolítica da Fome*, "um extenso requisitório, apaixonante e apaixonado, contra essas doutrinas que humilham a humanidade" segundo Sorre (1958, p. 244), e onde Josué contesta e denuncia a dominação do homem pelo homem a propósito de um libelo contra os efeitos nefastos do colonialismo e do imperialismo, mesmo enaltecendo a capacidade do homem de fazer do planeta terra, uma terra de homens.

Assim, faz alusão desde as regiões famintas do Brasil, particularmente do Nordeste semi-árido, denunciando o que posteriormente ficaria conhecido por indústria da seca, aos bolsões de miséria da África, Ásia, América Latina e também, da Europa e da América Inglesa.

Ademais, ao evocar temas como paz e justiça social, ele ignora e contrapõe-se aos sofismas estabelecidos elucidando os processos de decadência humanos, ao mesmo tempo em que aponta alternativas condizentes com as particularidades regionais. Com propriedade, ressaltara o escritor francês Vercors (1954, p. 1) em seu discurso de saudação a Josué de Castro na cerimônia de entrega do Prêmio Internacional da Paz realizada em Helsinque

os grandes progressos da humanidade se realizaram sempre de idêntica maneira: pondo-se em dúvida o que parecia estabelecido de maneira definitiva. Isto constitui uma operação de inteligência, que exige uma força de caráter invulgar (...) Aqueles que ousam se contrapor aos conhecimentos preestabelecidos para tudo fazer de novo se chamam Pasteur, Einstein, Mitchourine ou Josué de Castro.

Congruente com estes princípios, ao mesmo tempo em que aponta a escravidão do homem pelo homem como desencadeadora das tensões e conflitos sociais, Josué idealiza e trilha pelos meandros da vislumbrada reumanização desse mesmo ser, assinalando uma única opção para atingir esta meta frente os dois caminhos que se abrem: "o caminho do pão e o caminho da bomba atômica". E, com propriedade destaca

Eu simbolizo pelo caminho do pão, o caminho da justiça social para dar pão a todos os que têm fome, convidando para o banquete da terra 2/3 que até hoje permaneceram fora da mesa, recebendo apenas nos intervalos algumas migalhas. É preciso que nosso mundo nos pertença verdadeiramente. Creio que já passou o tempo em que os povos miseráveis se conformavam segundo a frase das Escrituras Sagradas de que aos pobres pertence o reino dos céus. Devemos pensar que também aos pobres pertence o reino da terra, pois a terra é um bem comum para servir a todos os homens. Se não trabalhamos com energia para nos desviarmos do caminho da bomba, do caminho da perdição, seremos expulsos da terra. E aqueles que perderam o reino dos céus, perderão também o reino da terra. (CASTRO, 1954, p. 3)

Tão expressivo fora a sua contribuição humanitária que a partir dos anos de 1950 passara a constituir uma das cinco personalidades mais significativas da humanidade. Sempre que a ONU articulava algo de importante para o gênero humano, ele compunha com Lord Boyd Orr e Bertrand Russel um grupo de três dessas personalidades que eram consideradas indispensáveis, conforme destaca Ribeiro (1995).

O reconhecimento dessa contribuição também se reflete nos prêmios, a exemplo do Prêmio Internacional da Paz para o qual fora eleito unanimemente, condecorações e títulos. Foi designado *Cidadão do Mundo* pelo *Le Monde*, que ao eleger outros iguais eminentes cidadãos conferiu-lhe o Passaporte Número 18 da Cidadania Mundial, enquanto a revista *Planète* (igualmente francesa) o distinguiu como *Homem Força do Século XX*, afora outras distinções que evidenciam a difusão do seu pensamento, denotando um 'otimismo dramático' (MENEZES, 1983, p. 143/144) que busca na solidariedade e na justiça social as metamorfoses que no seu conceber resultariam no desenvolvimento integral do homem e, por conseguinte, da sociedade. Em 1963, a Associação do Parlamento Mundial propôs o seu nome para o Prêmio Nobel da Paz, o que já fizera Pearl Buck dez anos antes. Entretanto, pouco se comente a propósito desta iniciativa da escritora norte-americana detentora do Prêmio Nobel de Literatura.

Apenas uma nota à guisa de considerações finais

Ao associar e estabelecer estreita ligação do rebatimento da fome como fenômeno bio-social e os processos econômico, político e ideológico, analisando-a como expressão biológica dos males sociológicos, Josué de Castro sistematizou uma crítica a sociedade do seu tempo, e distinguiu-se como ativista das causas humanitárias, cientista social e como geógrafo que introduziu à sua disciplina este tema, até então, creditado como um objeto de análise dos sociólogos. Assim, instituiu um marco teórico na geografia brasileira em um dos seus períodos mais emblemáticos, e que por tamanho significado, carece ser revisitado e resgatado.

Referências

- BERDOULAY, V. The Contextual Approach. In: STODDART, D. R. *Geography, Ideology & Social Concern*. Oxford: Basil Blackwell, 1981. p. 8-16.
- CARVALHO, A. A. T. Josué de Castro nos Encalços da Geografia Francesa: Decifrando os Meandros de um Diálogo Geográfico. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005. CD-rom. p. 3085-3100. *Anais...*
- _____. Josué de Castro: Um Geógrafo de Múltiplas Contribuições Revisitado em suas Idéias. In: *Geosp – espaço e tempo*, n. 13. São Paulo: PPGG/FFLCH/USP, 2003. p. 59-69.
- _____. *Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934/1956: uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional*. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- CASTRO, J. *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Geopolítica da Fome – ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. *Aos Pobres Pertence o Reino da Terra*. Discurso proferido ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas no Conselho Mundial da Paz. Estocolmo, 1954a. 7 p.
- _____. *Coexistência Política e Paz*. Discurso pronunciado por Josué de Castro ao receber o Prêmio Internacional da Paz. Helsínque, 1954b. 5 p.
- _____. O Espírito Geográfico da Filosofia Moderna. In: *Boletim Geográfico*. IX (101) Rio de Janeiro: IBGE, 1951. p. 545-547.
- _____. A Função Social das Universidades. Discurso proferido por Josué de Castro, na sua posse na Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia em 14 de julho de 1948. Rio de Janeiro: Sauer, 1948.
- _____. *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- DIAS, Leila Christina. La Pensée Géographique Brésil: Hier et Aujourd’Hui. In: *L’Espace Géographie*. n. 3. Paris, 1989. p. 193-203.
- HALLEY, B. M., CARVALHO, A. A. T. O Recife de Josué de Castro: um lugar do mundo. In: VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Recife, 2003. CD-ROM. *Anais...*
- MAMIGONIAN, A. *Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico*. 2004. 263 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MENEZES, J. R. Otimismo Dramático de Josué de Castro. In: *Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro*. Recife: Universitária, 1983. p. 143-153.
- RIBEIRO, D. Depoimento. In: *Josué de Castro – cidadão do mundo*. Vídeo Documentário. Direção de Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Bárbaras Produções/UERJ Vídeo, 1995.
- SANTOS, M. Depoimento. In: *Josué de Castro – cidadão do mundo*. Vídeo Documentário. Direção de Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Bárbaras Produções/UERJ Vídeo, 1995.

SORRE, M. A Fome sem o Véu Discreto da Fantasia. In: *O Drama Universal da Fome*. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958. p. 243-247.

VENCORS. Discurso pronunciado na cerimônia de Entrega do Prêmio Internacional da Paz ao Prof. Josué de Castro. Helsique, 1953. 3 p.

Água, cobrança e commodity: a geografia dos recursos hídricos no Brasil

*Agua y cobros: la geografía del
agua en Brasil*

*Water, charges and commodity:
the geography of water in Brazil*

Antônio A. R. Ioris

Mestre e Doutor em Geografia,

Senior Policy Officer (SEPA)

Scottish Environment Protection Agency (SEPA)

Erskine Court, Castle Business Park,

Stirling FK9 4TR, Escócia, Reino Unido

antonio.ioris@sepa.org.uk

Resumo: Durante toda a história brasileira, mas principalmente no último século, a atividade econômica levou a progressivo estranhamento entre sociedade e meio ambiente, ao mesmo tempo que cristalizou uma situação de grave injustiça social. A industrialização da economia foi responsável por consolidar um modelo de produção que se beneficia da exploração dos recursos hídricos e da exclusão social como ferramentas de acumulação de capital. Crescentes níveis de escassez hídrica e desigualdade de acesso à água são sintomas desse antagonismo entre sociedade e meio ambiente. Mudanças institucionais recentes vêm promovendo uma nova epistemologia de gestão de águas e enfatizando o espaço hidrográfico como unidade de intervenção. O principal instrumento de gestão passa a ser a cobrança pelo uso da água, o que atende aos interesses de uma aliança estratégica entre forças de mercado e ambientalistas conservadores. A cobrança tem apenas reproduzido a mesma lógica anterior de mercantilização da água, responsável pelas distorções sócio-ambientais do processo de desenvolvimento econômico. Passado e presente demonstram que os problemas de recursos hídricos têm origem na contradição básica entre as relações de produção capitalista e as condições naturais de produção.

Palavras-chave: Cobrança pelo uso da água; Lei de recursos hídricos; Gestão de bacia hidrográfica; Justiça ambiental; Paraíba do Sul.

Resumen: A lo largo de la historia de Brasil, particularmente durante el siglo pasado, las actividades económicas produjeron una divergencia progresiva entre las necesidades sociales y ambientales. Al mismo tiempo que reforzó una situación de grave injusticia social. La industrialización del país fue responsable de la consolidación de un modelo de producción que originó repetidamente injusticias sociales y ambientales. Ejemplos de este antagonismo entre sociedad y naturaleza son el incremento de los niveles de escasez del agua y un acceso asimétrico al recurso. Los cambios institucionales y jurídicos recientes promovieron una nueva epistemología del manejo del agua, enfatizando el espacio hidrográfico como unidad de intervención. Uno de los instrumentos novedosos para regular el manejo del recurso, son los cobros por el uso del agua que han sido promovidos por alianzas estratégicas entre las fuerzas del mercado y los movimientos ambientalistas conservadores. Estos cobros reproducen en última instancia el razonamiento anterior del manejo de agua, que en el pasado ocasionó un sin número de distorsiones socio-ambientales. En este sentido, el pasado y el presente han demostrado que los problemas de agua en Brasil fueron originados por las contradicciones básicas entre las relaciones capitalistas de producción y las condiciones naturales de la misma.

Palabras-clave: Cobros por uso de agua; Legislación de recursos hídricos; Manejo de cuencas; Justicia ambiental; Cauce de Paraíba do Sul.

Abstract: Throughout the Brazilian history, but particularly in the last century, economic activity has led to a progressive divergence between social and environmental needs. The country industrialisation was responsible for consolidating a mode of production that repeatedly creates social and environmental injustices. Examples of that antagonism between society and nature are the escalating levels of water scarcity and uneven access to water resources. Recent legal and institutional changes have promoted a new epistemology of water management, while emphasises the hydrological space as the unit of intervention. One of the new management instruments is water use charges, what have been promoted by a strategic alliance between market forces and conservative environmentalist movements. Water charges ultimately reproduce the previous rationale of water management, which in the past crated most of the socio-environmental distortions. Past and present demonstrate that water resource problems in Brazil fundamentally originate from the basic contradiction between the capitalist relations of production and the natural conditions of production.

Keywords: Water use charges; Water resources legislation; Catchment management; environmental justice; Paraíba do Sul River basin.

Introdução

Esse texto tenta desvendar os problemas subjacentes da gestão de recursos hídricos no Brasil à luz de um enfoque histórico-geográfico. À primeira vista, pode parecer exagerada a afirmação de que um país como o Brasil, com vastos rios e aquíferos, necessite reavaliar suas práticas de uso e conservação da água. Não é demais lembrar que os rios brasileiros correspondem a 12,54% da vazão hidrológica do Planeta (WRI, 2003), o que poderia, em princípio, sugerir uma condição de irrestrita abundância. Contudo, as próximas páginas irão demonstrar como fatores político-econômicos têm sido responsáveis por crescentes níveis de escassez hídrica e desiguais oportunidades de acesso à água entre grupos sociais. Durante toda a história brasileira, mas principalmente no último século, a atividade econômica foi responsável por um gradual estranhamento entre sociedade e meio ambiente, ao mesmo tempo que provocou um distanciamento entre parcelas da sociedade com maior ou menor condição político-econômica. Ao longo do Século 20, consolidou-se um modelo de produção industrial que se beneficia da exploração dos recursos hídricos e da exclusão social como ferramentas de acumulação de capital. Isso faz com que os problemas de recursos hídricos se caracterizem profunda e indissociavelmente como questões sócio-ambientais, tendo origem na contradição básica entre as relações de produção capitalista e as condições naturais de produção.

O ponto de partida para se entender a problemática da água no Brasil é precisamente a análise da produção e reprodução econômica implantadas em uma situação de capitalismo industrial periférico e submetidas a aceleradas taxas de urbanização. O controle dos recursos hídricos foi e continua sendo um dos pilares da industrialização brasileira na medida em que responde a monumentais demandas por água e energia elétrica. A história registra o esforço épico empregado na construção de grandes barragens e redes de distribuição, o qual envolveu um exército de cientistas, engenheiros, burocratas e operários. Sob a ideologia do 'desenvolvimentismo' (i.e. vencer rapidamente séculos de atraso econômico sem modificar as bases de uma sociedade desigual), financiamentos externos tiveram um papel importante para tornar o setor de recursos hídricos em componente essencial da infra-estrutura e, assim, detentor de alto valor de mercado. Essa transformação da geografia da água ocorreu na escala local das bacias hidrográficas, mas refletiu influências nacionais e mundiais, como a transferência de tecnologias, equipamentos e racionalidades de gestão.

O vetor determinante desse vigoroso processo modificação do ambiente aquático foi o tratamento dos recursos sócio-naturais como mercadorias passíveis de apropriação privada. O controle da geografia da água, sob a liderança de governos autoritários, foi altamente funcional para a expansão econômica e, em última análise, para a acumulação de capital. Por outro lado, a apropriação dos recursos hídricos inexoravelmente levou a conflitos entre setores de usuários e unidades espaciais, ao mesmo tempo que negligenciou os impactos negativos decorrentes, tais como destruição de habitats, interrupção do fluxo de sedimentos, modificação do regime sazonal de vazões, expulsão de populações tradicionais, etc.

A última década foi cenário de significativa expansão legal e institucional em busca da atualização dos procedimentos de gestão de recursos hídricos no Brasil. Enquanto no passado a ênfase recaía sobre a expansão da infra-estrutura hídrica, os atuais métodos de gestão, mais

uma vez provenientes dos países capitalistas centrais, exigem a flexibilização da atuação do Estado, notadamente através de privatização de empresas governamentais, terceirização de serviços públicos e adoção de instrumentos econômicos de regulação ambiental.

Para facilitar a introdução das reformas, vem sendo extensamente promovida uma nova 'epistemologia dos recursos hídricos', através da reformulação da linguagem de gestão e da redefinição dos espaços de representação. Um dos princípios desta nova epistemologia é o reconhecimento do 'valor econômico' da água, apresentado como benéfico a toda a sociedade. Uma consequência fundamental da nova epistemologia é a mistificação do progressivo distanciamento entre o discurso formal do novo marco regulatório ('valorizar e conservar a água') e seus reais beneficiários ('permitir a acumulação privada do valor econômico da água').

Apesar de intensa mobilização dos atores envolvidos, o sistema oficial de gestão ambiental tem produzido respostas incapazes de atender à complexidade sócio-natural das questões da água em função de uma subordinação explícita a prioridades econômicas e exigências tecnocráticas. Isto sugere que a racionalidade subjacente do século passado vem sendo agora reproduzida na experiência presente, não obstante a tentativa de articular uma epistemologia supostamente inovadora. Há, assim, uma velada dissimulação daquilo que é aparentemente novo, mas genuinamente velho na gestão brasileira das águas, o que demonstra como os problemas sócio-ambientais estão enraizadas no sistema político e econômico dominante. Alternativas efetivas para a superação de tais problemas requerem mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo, as quais precisam estar alinhadas com uma profunda reconfiguração do sistema político representativo, do papel do Estado e da divisão internacional do trabalho.

A dialética sócio-ambiental das águas

Antes de analisar o caso brasileiro, é importante esclarecer as bases teóricas da abordagem aqui proposta. A geografia da água se baseia no reconhecimento de que há uma permanente e dialética interação entre a atividade humana e meio ambiente. A água é essencial a incontáveis processos naturais e, ao mesmo tempo, é parte integral das relações sociais. Não é possível dissociar a circulação das águas da interferência humana, nem ignorar as circunstâncias hidrológicas de comunidades e civilizações. Há, portanto, uma relação de interdependência entre sociedade e recursos hídricos, criando um ciclo que, ao invés de ser puramente hidrológico, é fundamentalmente 'hidrosocial'.

Conforme Swyngedouw (2004), natureza e sociedade se transformam em uma nova categoria sócio-natural que é o resultado de transformações em configurações preexistentes que são em si mesmas naturais e sociais. Desse modo, o mundo descreve um processo de metabolismo perpétuo no qual processos sociais e naturais se combinam na produção de sócio-natureza ['socio-nature'], o qual nunca termina, mas é altamente politizado, contestado e contestável. A própria paisagem da água ['water landscape' ou 'waterscape'] demonstra esse caráter dialético entre o social e o natural, uma vez que o espaço hidrográfico é produto da circulação e manipulação de água pela sócio-natureza. A gestão dos recursos hídricos é

um processo de intervenção e redirecionamento dessa dialética entre sociedade e natureza que envolve a transformação do ciclo 'hidrosocial' para a satisfação de demandas humanas e preservação ambiental.

Ainda que presente em outros modos de produção, esse estranhamento entre sociedade e natureza passou a ocorrer em escala global com a expansão do capitalismo industrial e imposição de novos padrões de produção e consumo, o que é reflexo dos preceitos iluministas de emancipação humana e auto-realização, que fundaram o argumento filosófico para o avanço do capitalismo (HARVEY, 1996). Problemas advindos da gestão, tais como poluição e escassez de água, demonstram natureza e sociedade como externas uma à outra, ou seja, como se a relação sócio-natural estivesse ocorrendo em dois campos separados. A atividade capitalista impõe que, ao invés de manter condições de sustentação social e biológica, as potencialidades sócio-naturais passem a servir de substrato para a acumulação de capital e alienação entre sociedade e natureza, fazendo com que as interações prévias (pré-capitalistas) entre sociedade e ambiente passem a ser consideradas como um obstáculo ao desenvolvimento, uma vez que 'não exploram devidamente' o potencial econômico, por exemplo, de rios, aquíferos e águas costeiras.

Evidentemente que os problemas ambientais são sempre determinados por situações materiais específicas e pelo contexto sócio-cultural local. Contudo, as questões ambientais do mundo moderno têm origem na contradição básica entre as relações de produção e as condições naturais de produção, dado que o sistema capitalista demanda recursos naturais além dos limites sustentáveis para produzir mercadorias dissociadas de valor de uso e comercializadas com o único propósito de gerar lucro (O'CONNOR, 1998). Nesse sentido, conforme descrito por Marx (1976), o mecanismo fundamental para o avanço da atividade capitalista é a comodificação ['commodification'] de recursos e processos, que passam a ser tratados como mercadoria ['commodity'] e são submetidos à lógica do mercado para alocação, uso e gestão.

No caso específico da apropriação da natureza, Castree (2003) identifica comodificação em diversos processos, tais como privatização (controle privado dos recursos naturais), alienação (separação entre a natureza sendo vendida e os antigos controladores), individualização (separação entre recurso e seu contexto), abstração (homogeneização dos recursos naturais) e 'valorização' (atribuir valor aos recursos naturais). A comodificação da natureza é determinada por circunstâncias locais e não ocorre automaticamente, mas através de lutas políticas e conflitos institucionais em diferentes escalas, significando uma "resposta (política) do capital à degradação ecológica quando esta se torna uma barreira à acumulação de capital" (BENTON, 1996, p. 192).

Nas últimas duas décadas, a comodificação da natureza tem sido influenciada pelos princípios neoclássicos (neoliberais) de eficiência de mercado e empreendedorismo. O neoliberalismo vem forçando uma gradativa transformação de um modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado, típico do período pós-guerra, para um novo modo de regulação que promove desnacionalização, inovação técnica, subordinação das políticas sociais a prioridades econômicas, assim como novas formas de participação e organização (JESSOP, 2002). As pressões do neoliberalismo têm induzido a uma reforma exógena do Estado e à adoção

de mecanismos sofisticados de regulação, os quais têm impactado na organização social e redefinido o espaço da democracia.

Sob inspiração neoliberal, tem sido propalada a idéia de que o investimento privado no setor de abastecimento e saneamento é indispensável para melhorar o acesso e o nível de serviços (AL-HMOUD e EDWARDS, 2005). Segundo Bakker (2002), no setor de águas, esse processo teve início não no mercado, mas foi proposto pelo Estado através de um processo de 're-regulação' ao invés de 'de-regulação', o qual não modifica as bases históricas de exploração de recursos e exclusão social, mas gera novas oportunidades econômicas embutidas na premissa de que o mercado é mais eficiente que os governos no provimento de serviços básicos relacionados à água. A autora ainda afirma que:

"A perspectiva de escassez de água, falta de recursos públicos e a tese da falência do Estado emergiram na última década do Século 20 como poderosas justificativas para a expansão da esfera dos mercados como uma instituição social para a alocação de recursos hídricos". (BAKKER, 2002, p. 772)

Em muitos casos, a tensão entre mercado e preservação ambiental tem resultado em um híbrido de abordagens e racionalidade que combinam preocupações de sustentabilidade ambiental com posturas neoliberais (RACO, 2005). Contudo, a contradição fundamental da economia de mercado não desaparece com a mera inclusão de sustentabilidade nos princípios de gestão. Pelo contrário, a abordagem neoliberal aplicada à gestão de recursos hídricos predominantemente induz a uma transformação do centro de poder sobre o valor, uso, acesso e controle da água, antes detidos pelas populações locais e agora transferidos para estruturas externas (JOHNSTON, 2003) e acabe reduzindo as possibilidades de reaproximação entre natureza e sociedade.

Em oposição a tais transformações, populações tradicionais e grupos de contestação têm crescentemente denunciado a injusta distribuição de resultados, mas persistentes e generalizados impactos da reforma neoliberal. Harvey (2005) também denuncia que a privatização de empresas públicas é comparável à 'acumulação capitalista primitiva' por despojo, fraude e roubo (i.e. privatização como um processo de 'acumulação por expropriação' do patrimônio coletivo). Críticos propõem mudanças estruturais em diferentes escalas (do local ao global), encontrando justificativa no conceito de justiça ambiental (i.e. remoção dos mecanismos que afetam assimetricamente as condições de vida e o acesso à natureza de diferentes grupos sociais (DUNION, 2003).

A oposição às políticas hegemônicas defende que o acesso à água seja equitativo e justo para todos os grupos sociais, bem como garanta uma continuação indefinida das propriedades ambientais (TROTIER, 2004). Ao invés de subordinar o acesso à água a transações de mercado, serviços públicos deveriam ser geridos por programas que valorizassem a participação ativa e consciente dos atores locais (SEN, 1999). Nesse sentido, é extremamente relevante a reação contra a mega-transposição de águas do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro, o qual é visto como um projeto que dissimula o problema agrário do semi-árido e que serve a interesses de construtores e políticos tradicionais. A busca de alternativas ao modelo dominante de gestão de águas advoga, assim, uma transformação no uso do ambiente que é parte de mudanças mais gerais nas relações de poder e na prática da democracia.

Desenvolvimento econômico e recursos hídricos no Brasil

Desde o começo de sua história no Século 16, até as primeiras décadas do século passado, a divisão internacional de trabalho atribuiu ao Brasil a função de fornecedor de matérias primas e, mas tarde, consumidor de mercadorias dos países capitalistas centrais. A exportação de açúcar, ouro e café, entre outras mercadorias, foi responsável por sucessivos ciclos de acumulação seguidos por períodos de estagnação e desorganização social. A base agrícola e extrativista da economia brasileira começa a se transformar substancialmente a partir de 1930, por meio de uma industrialização facilitada pelo Estado. O projeto 'desenvolvimentista' brasileiro teve o objetivo fundamental de promover um crescimento econômico o quanto possível autônomo, fundado na criação de um mercado interno de importância, capaz de mitigar e eventualmente superar a condição de completa dependência que caracteriza um país cuja economia estava fundada unicamente na exportação de bens primários. A principal estratégia para tanto foi a chamada 'substituição de importações', em que as áreas consideradas estratégicas eram estimuladas e protegidas da competição de produtos importados por meio de barreiras tarifárias. A liderança governamental serviu aos setores hegemônicos para superar a estrutura agrícola e ceder espaços cada vez mais favoráveis à circulação e acumulação privada de capital. Como observa Faoro (1977), o desenvolvimento econômico e o controle político no Brasil historicamente se basearam no 'patrimonialismo', definido por uma ordem burocrática que compreende dimensões públicas e privadas, combinando elementos de paternalismo, repressão, hierarquia e autoritarismo.

Ao longo do processo de expansão industrial no Brasil, a economia gradualmente incorporou elementos da geografia da água com o propósito de facilitar a criação e acumulação de capital. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento econômico significou uma crescente comodificação da água, seja através de capitais investidos em infra-estrutura hídrica, seja por meio da provisão de água e energia elétrica às atividades produtivas. Essa transformação da geografia da água para atender aos imperativos do crescimento econômico acabou por modificar não somente as características físicas, químicas e biológicas dos recursos hídricos, mas produziu uma hierarquia de oportunidades sociais que reflete a estratificação da sociedade brasileira entre proprietários e despossuídos.

Os benefícios da expansão hídrica foram apropriados pelas parcelas mais avantajadas da sociedade, mas as conseqüências negativas do desenvolvimento afetaram especialmente as populações mais pobres, como comunidades expulsas dos locais destinados à construção de reservatórios (muitas vezes reassentadas em periferias urbanas ironicamente sujeitas a enchentes). Desse modo, a industrialização capitalista gerou uma comodificação dos recursos hídricos responsável pela geração de conflitos sociais e ambientais crescentes. Isso demonstra como *os problemas sociais e ambientais do desenvolvimento e gestão de águas são, na verdade, problemas do próprio desenvolvimento brasileiro.*

As contradições do modelo de industrialização levaram a que, na década de 1980, o Estado tivesse exaurido sua capacidade de liderança e intervenção, sendo cada vez mais constrangido por um descontrole do déficit público, escalada inflacionária, desorganização da produção e crise de hegemonia política. Como em muitos outros países, a resposta a tais

questões foi uma redefinição do Estado traduzida por flexibilização fiscal e macroeconômica. Contudo, tais mudanças têm representado apenas magros resultados em termos de crescimento do produto nacional às expensas de instabilidade, deterioração das condições de trabalho e perpetuação de injustiças (CEPAL, 2000), uma vez que não alteram a lógica fundamental de exploração sócio-natural. Velhas e novas estratégias governamentais seguem apoiando a comodificação da natureza e levado, invariavelmente, à produção de resultados injustos e insustentáveis. Para os propósitos deste texto, o desenvolvimento hídrico no século 20 no Brasil é esquematicamente descrito em três fases principais:

1) Pré-industrialização (1900-1930): nas primeiras décadas do século, a economia brasileira contava com uma base fundamentalmente agrícola e dependente de café, borracha e cacau como principais produtos de exportação. A abolição da escravidão e, especialmente, a chegada de imigrantes italianos, japoneses e alemães, entre outros povos, passaram a contribuir para a emergência de um restrito mercado interno e progressiva urbanização. Nesse período, a população chegava a 17,5 milhões de pessoas, 80% ainda vivendo na zona rural. O serviço público de abastecimento de água era circunscrito às áreas mais aquinhoadas dos maiores centros urbanos. Grande parte do abastecimento era controlado por empresas particulares, muitas estrangeiras. Havia apenas algumas poucas empresas de geração e distribuição de energia, com destaque para Light no Rio de Janeiro e AMFORP em São Paulo (KELMAN et al., 1999). A irrigação agrícola se restringia à produção meridional de arroz, a primeira cultura a ser produzida de modo industrial. A região Nordeste era castigada por crônica insegurança hídrica em razão da inadequada organização sócio-econômica frente ao ambiente semi-árido. Barragens de acumulação começaram a ser construídas ainda no final do século anterior e, em 1919, é criada uma agência (DNOCS) com o propósito específico de minimizar os efeitos das secas recorrentes, embora tenha obtido resultados extremamente limitados.

2) Industrialização (1930-1980s): com a revolução populista de 1930, a oligarquia agrária passa a dar lugar uma emergente burguesia comercial e industrial, a qual, todavia, mantém um estilo de governo autoritário e centralizador. Entre períodos de democracia nominal e ditadura formal (civil e militar), houve um processo de rápida industrialização, responsável por uma taxa anual de crescimento da economia de 7% entre 1945-1980 (OECD, 2001). Parte integrante desse processo, a expansão da infra-estrutura hídrica incluiu pesados investimentos e uma reconfiguração da estrutura administrativa. Na década de 1950, quase toda a geração privada de energia foi nacionalizada e o setor expandiu de modo expressivo, com a potência instalada aumentando de 615 MW para 44,900 MW entre 1930 e 1990 (ANEEL, 1999). No setor de abastecimento de água, em 1934 é introduzido um sistema centralizado de planejamento e uma agência coordenadora (DNOS) foi criada em 1940 para subvencionar companhias públicas locais. Em 1971, foi lançado o plano nacional de saneamento (PLANASA), mas já no começo da década de 1980 o mesmo enfrentava sérios problemas para manter tarifas ajustadas à inflação, receber pagamento de investimentos contratados e manter a capacidade de expansão de serviços.

A área de irrigação cresceu a uma taxa de 30% por década, desde 1950, e se expandiu do Sul para outras regiões do país, especialmente para o Sudeste e Nordeste (Rodríguez, 2000). Irrigação foi um dos pilares da Revolução Verde, que fez do Brasil um dos principais exportadores do agronegócio mundial, ainda que tenha sido responsável por impactos ambientais e crescentes conflitos pelo uso de água. No semi-árido, apesar de diversos projetos e da criação da CODEVASF (1948) e SUDENE (1959), a escassez de água continuou a afetar largas parcelas da população regional. Segundo Hall (1978), o problema da seca se relaciona à estrutura agrária nordestina, onde a terra historicamente se concentra nas mãos de uma oligarquia política, deixando a maioria da população vulnerável mesmo às menores vicissitudes climáticas.

Esse quadro de desigualdade hídrica continua até os dias atuais, uma vez que os reservatórios de água ainda se concentram em terras de grandes proprietários, deixando ao redor de 92% das famílias de agricultores sem acesso à irrigação (IBGE, 1996, citado em LEMOS e OLIVEIRA, 2005). Não é por outra razão que em períodos de seca, as ações emergenciais sempre são controladas pela oligarquia agrária. Em razão de corrupção e descontrole, um relatório confidencial do Banco Mundial chegou a afirmar que apenas 4% da iniciativa de combate à seca chegam às mãos das pessoas atingidas (mencionado em CALVERT e READER, 1998). Apesar de notórios desmandos, políticos geralmente preferem lançar novos programas, ao invés de apurar responsabilidades (IORIS, 2001).

3) Flexibilização Econômica (a partir de 1990): em consequência de uma crescente desorganização da produção causada pela perda de hegemonia política, o governo passa a adotar medidas de impacto para fortalecer a moeda e controlar a pressão inflacionária. Fazendo eco a exigências de organismos internacionais, criaram-se condições mais favoráveis para atrair investidores estrangeiros, em particular para a privatização de bancos e empresas públicas. Diferentes estratégias de privatização são adotadas no setor hidroelétrico, como a venda de parcela minoritária de ações (e.g. empresas COPEL e CEMIG), venda de parcela majoritária de ações e transferência do controle da empresa (e.g. ESCELSA e COELBA), ou divisão em empresas menores e venda a investidores privados (e.g. CESP). O setor hidroelétrico sozinho foi responsável por negócios de 23,5 bilhões de dólares, o que representou um terço do programa federal de desestatização (valores de 1999), ainda que, para favorecer os investidores, o governo passasse a oferecer empréstimos de bancos oficiais (15 bilhões de dólares entre 1995-2001). Como benefício adicional, o governo passou a aceitar cláusulas contratuais que protegem as empresas privatizadas contra oscilações de câmbio, além de permitir o reajuste de tarifas de eletricidade acima da inflação e tolerar a eliminação de subsídio a famílias de baixíssima renda (BELLO, 2005).

Os serviços de água e esgoto constituem, até hoje, um dos setores públicos com maior demanda por investimentos, uma vez que, segundo a página eletrônica do Ministério das Cidades, quase a metade da população não é ainda atendida por sistemas de esgotos e um quarto ainda carece de serviços de distribuição de água potável; nas áreas rurais, mais de 80% das moradias não é servida por redes gerais de abastecimento de água e quase 60% dos esgotos de todo o país são lançados, sem tratamento, diretamente nos mananciais de água. Para reverter esse quadro, criado por anos de negligência e má administração, estima-se que

seriam necessários investimentos de 0,45% do PIB ou R\$ 6 bilhões por ano por duas décadas (IPEA, 2004). Com tais valores envolvidos, há um declarado interesse de investidores privados em participar da reestruturação do setor (algumas das principais multinacionais já se instalaram no país, como Lyonnaise des Eaux, Générale des Eaux e Thames Water), uma vez que existem 318 empresas estaduais e municipais de abastecimento e saneamento, mas apenas 3% foram privatizadas até o momento (segundo SERÔA DA MOTTA, 2004).

O setor é objeto de um exaltado debate político no congresso nacional, com idas e vindas de diversos projetos de lei, mas ainda sem acordo que permita a aprovação de um novo marco legal. Uma das questões mais controvertidas a respeito da privatização do saneamento é a nítida estratificação social da prestação de serviços consolidada ao longo da história. Isso significa que grupos de maior renda são mais bem servidos, em especial em termos de coleta e tratamento de efluentes (SERÔA DA MOTTA e REZENDE, 1999). A menos que a nova legislação crie rigorosos mecanismos sociais compensatórios, é de se esperar que a privatização do setor de abastecimento de água e saneamento agrave a desigualdade entre grupos da população, uma vez que os investidores naturalmente preferem adquirir empresas que servem às populações de maior renda, por duas razões básicas: esses grupos têm uma maior demanda por serviços e, mais importante, são as zonas onde, no passado, a maioria dos investimentos foi feita e já conta com uma infra-estrutura instalada.

As próximas páginas irão discutir como as conseqüências desse processo de desenvolvimento hídrico vêm sendo tratadas pelo Estado e pelo mercado brasileiros através de uma nova estrutura administrativa e supostos instrumentos inovadores de gestão.

A nova epistemologia da água

Conforme descrito acima, o controle e a manipulação dos recursos hídricos foram elementos fundamentais da industrialização e urbanização no Brasil. Um esforço nacional comandado pelo Estado foi responsável pela construção de grandes barragens, regularização de rios e controle do regime hidrológico. Gradualmente, em razão de impactos e desperdício, as contradições da expansão hídrica transformaram uma situação de relativa abundância em relativa escassez. Com recursos progressivamente mais escassos e o agravamento da degradação ambiental em todas as regiões brasileiras, os custos de produção passam a crescer proporcionalmente. Ao mesmo tempo, o poder público passou a ser pressionado pelas classes médias, as quais começaram a sentir diretamente o efeito dos impactos ambientais que historicamente apenas afetavam as parcelas mais pobres da população. Paralelamente, há uma busca por novas alternativas de acumulação de capital que possam se beneficiar de mudanças nos processos de apropriação e consumo dos recursos sócio-naturais.

Em conseqüência, a ênfase da gestão de recursos hídricos começa a se distanciar da simples expansão da oferta para estratégias baseadas no controle da demanda e na recuperação ambiental. Uma estrutura específica de regulação é introduzida na década de 1990, culminando com a aprovação da lei de recursos hídricos em 1997. A nova lei determina, entre outras inovações, que a água tem valor econômico e que a cobrança pela água serve para indicar

aos usuários o seu valor real. O processo de implementação do marco regulatório, fazendo uso extensivo da mídia e do valor simbólico da água, tem contribuído para estabelecer uma nova 'epistemologia dos recursos hídricos', através da reformulação da linguagem de gestão e da redefinição dos espaços de representação popular (privilegiando a bacia hidrográfica com unidade de intervenção). Para implementar a nova legislação, foi criado um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), incluindo o Conselho Nacional de Recursos, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, desde 2001, a Agência Nacional de Águas (ANA). Em cada estado da federação há uma estrutura equivalente para regular a gestão de rios sob domínio estadual (essa dupla dominialidade dos corpos hídricos, federal e estadual, é responsável por recorrentes conflitos nas bacias hidrográficas onde o rio principal está sob responsabilidade da União, mas os afluentes são rios estaduais).

Apesar de uma nova estrutura institucional envolvendo dezenas de agências e milhares de técnicos, tem sido possível verificar mudanças apenas marginais no tratamento das questões de recursos hídricos, haja vista que o mesmo continua a concentrar esforços no controle técnico-econômico do uso da água, ao invés de produzir respostas de longo prazo para os problemas sociais e ambientais, criados pelo próprio desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o antigo paradigma de desenvolvimento hídrico foi transferido para o presente de modo não dialético e sem avaliação crítica.

Mesmo existindo canais aparentemente democráticos de representação, a estrutura de gestão de recursos hídricos é dominada por uma 'aliança estratégica' entre interesses de mercado e grupos ambientalistas. Essa aliança tem conseguido preservar e ampliar os privilégios sócio-econômicos historicamente estabelecidos no setor hídrico pela negação sistemática da vinculação entre melhoria na gestão de águas e mudanças político-econômicas mais amplas. A tentativa de dissociar a agenda de recursos hídricos das relações estruturais de poder demonstra que a reforma em curso não busca responder a problemas ambientais e sociais, mas constitui um mecanismo de apoio a novas formas de minimização de conflitos e acumulação de capital.

O exemplo mais nítido da perpetuação da moda do passado na nova roupagem da gestão foi a adoção de instrumentos de mercado (ou simuladores de mercado) para o controle dos recursos hídricos, em especial o instrumento de *cobrança pelo uso da água*. Segundo a legislação aprovada em 1997, a captação de água e o lançamento de efluentes estão sujeitos à outorga prévia junto ao órgão regulador (federal ou estadual) e devem pagar uma taxa anual proporcional aos custos sociais criados pelas externalidades econômicas. Formalmente, a cobrança tenta remover ineficiências relacionadas ao 'antigo paradigma de gestão', o qual conduzia ao desperdício, uma vez que a água estava disponível gratuitamente aos usuários (KELMAN, 2000). Tal justificativa se baseia no princípio econômico neoclássico de que incentivos de mercado promovem uma eficiente alocação e uso de recursos (WINPENNY, 1994), de modo que, dependendo do preço pago pelos usuários, se estabelece um nível racional e sustentável de utilização (GARRIDO, 2005). Ao mesmo tempo, a cobrança é defendida como alternativa mais eficiente do que a tradicional arrecadação de impostos para financiar ações de regulação e recuperação ambiental.

Apesar da fundamentação legal e teórica, a implementação da cobrança foi inicialmente lenta no Brasil, principalmente em razão de complexas disputas técnicas e políticas dentro e fora do governo. A controvérsia existe desde o ano 2000, quando a mesma lei que criou a Agência Nacional de Águas estabeleceu que a geração hidroelétrica fosse o primeiro setor sujeito à cobrança, contribuindo com o 0,75% do valor da eletricidade gerada como pagamento pelo uso água (equivalente a 58,9 milhões de reais em 2002, segundo CTCOB, 2003). Entretanto, naquele momento diversas questões vieram a impedir a utilização dos recursos para as finalidades a que se destinavam. Um primeiro obstáculo era a exigência de constituição de comitê e agência de bacia para a operacionalização dos valores arrecadados. Um segundo obstáculo foi o a inesperada classificação tributária da cobrança como imposto ordinário, o que a deixa sujeita ao costumeiro decreto presidencial de contingenciamento ['contingency'] da execução do orçamento público (até novembro 2005, somente soluções temporárias foram obtidas para minimizar os cortes orçamentários e buscavam-se ainda alternativas para reduzir o impacto do contingenciamento). Uma terceira fonte de controvérsia era a persistente resistência de alguns setores de usuários em aceitar a expansão da cobrança para além da geração de energia hidroelétrica. Devido a esse contexto desfavorável, nos primeiros anos o instrumento da cobrança se encontrava em uma situação de impasse, colocando em risco a credibilidade de toda a nova estrutura governamental de gestão de águas (cf. entrevista do autor com superintendentes da ANA em 2003).

Depois de um longo processo de avanços e recuos, um novo patamar de consenso permitiu que, em março de 2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovasse duas históricas Resoluções (respectivamente, a Resolução No. 48 que estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, e a Resolução No. 49 que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos). Essa decisão do Conselho definiu os detalhes operacionais da cobrança, a qual passa a ser aplicada à captação da água e descarga de efluentes em todos os rios sob responsabilidade da União. Como pôde ser visto nos jornais do período, a imprensa nacional e internacional imediatamente congratulou o governo pela 'coragem' de introduzir a cobrança pelo uso da água em todo o território nacional.

A primeira unidade a adotar as novas determinações foi a bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, a qual conta com um processo avançado de mobilização para fazer frente a uma herança de degradação ambiental deixada pela produção de café, industrialização, geração hidroelétrica e abastecimento urbano. Nesta bacia, a metodologia de cobrança inclui três variáveis: volume captado, percentagem efetivamente consumida e volume requerido para diluição de efluentes, o que resulta em valores médios de R\$ 0,08/m³ para captação e mais R\$ 0,02 por m³ consumido (BRAGA et al., 2005).

É preciso se perguntar como foi possível avançar de uma situação de impasse em 2001 para a aprovação final da cobrança em 2005. Na realidade, a resistência política foi removida tão logo ficou claro, para a maioria dos agentes produtivos, que a cobrança pelo uso da água, além de não ameaçar a rentabilidade econômica, pode ser altamente instrumental, já que permite a recuperação do passivo ambiental e cria oportunidades inéditas de negócio (i.e. acumulação de capital). Foi percebido pelos interesses de mercado que a degradação

ambiental, herança do modelo de desenvolvimento nas décadas anteriores, é fator limitante para as atividades econômicas, uma vez que passa a comprometer a qualidade e disponibilidade de água.

Nesse sentido, a cobrança é um instrumento que divide a conta da recuperação com toda a população, já que os usuários de energia elétrica e serviços de abastecimento deverão arcar com a maior parcela a ser arrecadada. Por exemplo, no Paraíba do Sul, em 2004, o setor de saneamento gerou 4,1 milhões de reais, contra apenas 2,2 milhões das indústrias, segundo dados da ANA e estima-se que chegue a 7 milhões em 2005, segundo mencionado nas atas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Desse modo, ao invés de cobrar daqueles que diretamente foram responsáveis pela degradação do ambiente aquático (indústria e agricultura, em particular), o ônus é distribuído com toda a sociedade.

Para convencer a população de que a cobrança é um instrumento vantajoso para toda a sociedade, organizou-se uma sofisticada 'política de mistificação' que promove a idéia que todos são igualmente responsáveis pela degradação do meio ambiente, mas encobre o fato de que os benefícios do desenvolvimento hídrico foram desproporcionalmente apropriados por diferentes grupos sociais. Essa mistificação impede o questionamento sobre as causas dos problemas relacionados ao uso e conservação de água, omitindo que a sociedade apresenta desigualdades sócio-econômicas e, com uma cobrança universal pelo uso da água, cria-se um canal de perpetuação de injustiças. A suposta eficiência da gestão promovida pela cobrança ignora diferenças geográficas entre áreas (bacias) degradadas e localidades que se beneficiam com energia elétrica ou abastecimento de água. Com a subordinação das políticas ambientais às forças de mercado, somente bacias hidrográficas com maior expressão econômica terão condições de arrecadar recursos para recuperação ambiental, abandonando as bacias em regiões mais desprovidas. Além disso, a política de mistificação cria condições favoráveis para uma comodificação ainda mais explícita através da criação de mercados de água (como proposto no projeto de lei nº 6969/2002, o qual propõe a institucionalização de um 'mercado especial' de autorizações de uso da água para induzir 'racionalidade').

Uma outra faceta da comodificação promovida pela cobrança é o incentivo ao envolvimento de agentes privados nacionais e internacionais em transações econômicas relacionadas ao uso da água em função de que, uma vez deixando explícito o valor econômico dos recursos hídricos, outros mecanismos de mercado podem operar mais facilmente. Tal incentivo é evidente no setor de abastecimento e saneamento público, o qual, como mencionado acima, apresenta uma imensa necessidade de investimento, haja vista a deterioração do nível de serviço pelo envelhecimento da rede de distribuição e crescente expansão urbana. Como os investimentos nesse setor são normalmente pouco atraentes para a acumulação capitalista, em razão da necessidade de imobilização de vastas somas de capitais na construção e operação da infra-estrutura, o governo vem acenando com o aporte das receitas da cobrança pelo uso da água na expansão da infra-estrutura, no estímulo à formação de parcerias público-privadas (FRONDIZI, 2004).

Mais precisamente: a cobrança pelo uso da água pode ser revertida em investimento nas empresas de água e esgoto, tornando-as mais atraentes aos investidores privados, já que, desse modo, precisam mobilizar menos capital na recuperação das empresas. Esse sinergismo

é ainda mais evidente no projeto de lei nº 5.296/2005, o qual propõe que os "recursos de outorga onerosa do direito de (...) cobrança pelo uso de recursos hídricos" poderão constituir fundo especial com a finalidade de custear os serviços públicos de saneamento básico ou poderão ser utilizados como fonte ou garantia em operações de crédito para financiamento de investimentos.

Um exemplo concreto da conexão entre a cobrança pelo uso da água e novas oportunidades de negócio é dado pelo Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Esse programa foi lançado em 2001 pela ANA e cria um fundo de investimentos para a bacia, o qual é materializado em contrato assinado entre ANA e o provedor de serviços de saneamento (público ou privado). O contrato garante o pagamento pelo tratamento de esgoto, criando condições para que o provedor realize investimentos na expansão da infraestrutura. As normas da ANA requerem que, para se tornar elegível aos recursos do PRODES, em primeiro lugar a bacia deve implementar um sistema de cobrança. No Paraíba do Sul, o contrato estabelece que a cobrança pelo uso da água contribui com 25% e o PRODES contribui com 75% dos investimentos em tratamento de esgoto (PEREIRA, 2003). Isso abre novas oportunidades para o envolvimento do setor privado, com possibilidades mais vantajosas para a privatização de empresas públicas. É sintomático que uma consultoria paga pela ANA para apoiar a implementação da cobrança no Paraíba do Sul faz referência direta ao benefício da cobrança para a privatização dos serviços municipais de saneamento:

[Como] "os municípios – e também os estados – encontram-se com baixa capacidade de endividamento e pouca ou nenhuma condição de atender às contrapartidas exigidas pelos organismos financiadores tradicionais, o aporte de capital privado, principalmente no setor de saneamento básico, será, com certeza, importante alternativa a ser considerada. (...) Para que a participação do setor privado seja viável é, contudo, necessária a prática de tarifas realistas, associada a garantias legais que reduzam os riscos políticos dos investimentos". (FUNDAÇÃO COPPETEC, 2002, p. IV-2)

Fazendo uso da cobrança, o poder público tem mais um instrumento de arrecadação, além dos impostos ordinários, para dividir a conta da reestruturação dos serviços públicos e recuperação ambiental com toda a população, mesmo aqueles que no passado nunca tiveram acesso a serviços públicos de água e esgoto. Com o apoio explícito do governo, através de programas como PRODES, a operação dos serviços públicos se torna mais atraente e menos arriscada a investidores privados. A interação entre sociedade e natureza relacionada à água passa, assim, a ser mais uma vez dominada por modelos importados dos países do capitalismo pós-industrial, trazidos ao Brasil de forma mecânica e com o propósito de abrir novos canais de comodificação e acumulação de capital. Contudo, a questão crucial para aqueles que dependem dos serviços públicos de saneamento é que nem os atuais investimentos, nem as iniciativas do passado são conduzidas de modo a atender a maioria da população (BUDDS e McGRANAHAN, 2003), uma vez que se mantém inalterada a mesma lógica de exclusão social que favorece os interesses daqueles que controlam as relações de produção.

Por todas essas razões, a cobrança pelo uso da água é uma solução mistificadora que responde a um falso problema, ou seja, a geração de recursos para manter um modelo auto-

ritário e excludente de desenvolvimento hídrico. A cobrança pela captação de água e lançamento de efluentes termina reforçando a comodificação da natureza e aprofunda a inserção do ambiente aquático na circulação de capital, o que é diretamente associado a poderosos mecanismos de controle político que historicamente dominaram o desenvolvimento sócio-econômico no Brasil.

Conclusão

Os problemas relacionados ao uso e conservação da água no Brasil são consequência direta de um modelo econômico excludente de produção industrial implantado por um Estado autoritário. A incorporação da geografia da água ao processo de produção capitalista, largamente financiada por organismos internacionais, foi responsável por uma progressiva comodificação do meio ambiente aquático, o que resultou em complexas contradições sociais e ambientais, particularmente em uma crescente assimetria entre benefícios econômicos e impactos decorrentes da degradação do meio ambiente.

Com uma expansão urbano-industrial irrefreada, os níveis de degradação ambiental passaram a restringir a própria expansão econômica e forçaram respostas institucionais diversas, culminando com a promulgação da legislação de águas em 1997 e institucionalização de um sistema nacional de gestão (SINGERH). A nova lei define a água com valor econômico e determina que seu uso deve ser cobrado. Apesar do discurso oficial de sustentabilidade ambiental, a prática da cobrança pela captação de água e lançamento de efluentes termina por reproduzir as mesmas contradições do período anterior e nada mais faz do que criar novas oportunidades de comodificação da natureza, haja vista que a racionalidade econômica continua garantindo o avanço de forças de mercado sobre os recursos sócio-naturais.

A nascente 'democracia da água' que vem sendo promovida nos últimos anos como vetor de mobilização popular no contexto das bacias hidrográficas tem alterado a percepção social das questões hídricas e vem consolidando uma diferenciada epistemologia de gestão. A implementação desse novo tratamento dos recursos hídricos é dominada por uma aliança estratégica entre agentes econômicos e grupos ambientalistas conservadores, a qual tem produzido uma sofisticada mistificação da funcionalidade dos novos instrumentos de gestão para os interesses de mercado. Encoberta pelo véu da mistificação, a reforma do setor de recursos hídricos, em particular a introdução da cobrança, não apenas cria condições para a exploração dos recursos sócio-naturais, como também divide a conta da recuperação ambiental com a sociedade como um todo, ao invés de responsabilizar diretamente os causadores da degradação. Desse modo, a cobrança pelo uso da água representa uma solução restrita e temporária para a questão ambiental, deixando sem resposta as contradições entre interesses econômicos e justiça ambiental que sempre caracterizaram o sistema produtivo no país. Parafraseando a conhecida expressão da novela de Tomasi di Lampedusa (1958, p. 21), na gestão de recursos hídricos no Brasil "tudo tem que mudar para que nada realmente mude".

A conclusão fundamental é que os problemas hídricos no Brasil são resultantes de processos discriminatórios na relação entre sociedade e natureza, decorrentes da contradição entre

relações e condições de produção. A abordagem proposta na nova lei de águas apenas reforça um processo de comodificação da natureza que beneficiou e continua a beneficiar uma pequena minoria da população. Injustiça ambiental e práticas autoritárias de gestão continuam a ser a característica marcante da ação do poder público e dos principais agentes econômicos.

Segundo uma perspectiva histórico-geográfica, respostas efetivas aos problemas da água dependem do reconhecimento das responsabilidades pelos impactos sócio-naturais que se projetaram do passado para o presente. As questões da água se configuram, assim, como elementos importantes da democratização do Estado e da revisão de padrões de produção e consumo. Somente com uma gestão ambiental independente das forças de mercado será possível começar a estabelecer novas bases para a construção de uma relação mais justa e menos contraditória entre sociedade e o resto da natureza.

Agradecimentos

O autor agradece o suporte bibliográfico da Biblioteca Central da Universidade de Glasgow e do centro de documentação da Agência Nacional de Águas em Brasília.

Referências

- AL-HMOUD, Rashid B. e EDWARDS, Jeffrey. Water Poverty and Private Investment in the Water and Sanitation Sector. *Water International*, n. 30, 3, p. 350-355, 2005.
- ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). *O Estado das Águas no Brasil: Perspectivas de Gestão e Informação de Recursos Hídricos*. Brasília: ANEEL, SRH/MMA e MME, 1999.
- BAKKER, Karen. From State to Market? Water Mercantilization in Spain. *Environment and Planning A*, n.34, p. 767-790, 2002.
- BELLO, Carlos A. *O Racionamento de Energia e o Apagão da Cidadania: Expressões de um Novo Neopatrimonialismo Estatal*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/most/globalisation/rapfinal-nedic.htm>>. Acesso em: 02 de Ago. 2005.
- BENTON, Ted (Org.). *The Greening of Marxism*. London e New York: Guilford, 1996.
- BRAGA, Benedito P. F., STRAUSS, Clarice e PAIVA, Fátima. Water Charges: Paying for the Commons in Brazil. *Water Resources Development*, n. 21, 1, p. 119-132, 2005.
- BUDDS, Jessica e McGRANAHAN, Gordon. Are the Debates on Water Privatization Missing the Point? Experiences from Africa, Asia and Latin America. *Environment and Urbanization*, n.15, 2, 2003.
- CALVERT, Peter e READER, Melvyn. Water Resource Management in Brazil. In: VAJPEYI, D. K. (Org.). *Water Resource Management: A Comparative Perspective*. Westport e London: Praeger, 1998. p. 71-92.
- CASTREE, Noel. Commodifying what Nature? *Progress in Human Geography*, n. 27, 3, p. 273-297, 2003.
- CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). *Equidad, Desarrollo y Ciudadanía: Documento LC/G.2071 SES.28/3*. Santiago: CEPAL, 2000.

CTCOB (Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, Conselho Nacional de Recursos Hídricos). *A Evolução do Processo de Implantação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil em 2002 e 2003*. Brasília: CTCOB, 2003.

DUNION, Kevin. *Troublemakers: The Struggle for Environmental Justice in Scotland*. Edinburgh: University Press, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1977.

FRONDIZI, Isaura. A Administração dos Recursos da Cobrança – a Visão da Secretaria do Tesouro Nacional e dos Agentes Financeiros. *Anais do Simpósio "A Cobrança pelo Uso da Água – Fluxos de Arrecadação e Aplicação dos Recursos"*. Brasília, 9 a 10 Março 2004.

FUNDAÇÃO COPPETEC. *Plano de Recursos Hídricos para a Fase Inicial da Cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Metas de Racionalização de Uso, Aumento da Quantidade e Melhoria da Qualidade dos Recursos Hídricos*. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Águas e Fundação Coppetec, 2002.

GARRIDO, Raymundo. Price Setting for Water Use Charges in Brazil, *Water Resources Development*, n. 21, 1, p. 99-117, 2005.

HALL, Anthony. *Drought and Irrigation in North-East Brazil*. Cambridge: University Press, 1978.

HARVEY, David. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell, 1996.
_____. *The New Imperialism*. Oxford: University Press, 2005.

IORIS, Antônio A. R. Water Resources Development in the São Francisco River Basin (Brazil): Conflicts and Management Perspectives. *Water International*, n. 26, 1, p. 24-39, 2001.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Visão Geral da Prestação dos Serviços de Água e Esgotos – 2003*. Brasília: Ministério das Cidades e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.

JESSOP, Bob. Liberalism, Neoliberalism and Urban Governance: A State-theoretic Perspective. In: BRENNER, N. e THEODORE, N. (orgs.). *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 105-125.

JOHNSTON, Barbara. The Political Ecology of Water: An Introduction. *Capitalism Nature Socialism*, n. 14, 3, p. 73-90, 2003.

KELMAN, Jerson. Evolution of Brazil's Water Resources Management System. In: CANALI, G. V., CORREIA, F. N., LOBATO, F. e MACHADO, E. S. (orgs.). *Water Resources Management: Brazilian and European Trends and Approaches*. Porto Alegre: ABRH, 2000. p. 19-36.

KELMAN, Jerson, PEREIRA, Mário, NETO, Tristão e SALES, Paulo. Hidreletricidade. In: REBOUÇAS, A. BRAGA, B. P. F. e TUNDISI, J. (Orgs.) *Águas Doces do Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação*. São Paulo: Escrituras, 1999. p. 371-418.

LAMPEDUSA, Giuseppe. T. *Il Gattopardo*. Milano: Feltrinelli, 1958.

LEMONS, Maria C. e OLIVEIRA, João L. F. Water Reform across the State/Society Divide: The Case of Ceará, Brazil. *Water Resources Development*, n. 21, 1, p. 133-147, 2005.

MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume 1. Traduzido por B. Fowkes. Original publicado em 1867. New York: Penguin, 1976.

O'CONNOR, James. *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. New York e London: Guilford, 1998.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). *Economic Surveys 2000-2001: Brazil*. Paris: OECD, 2001.

PEREIRA, Dilma. *Governabilidade dos Recursos Hídricos na Brasil: A Implementação dos Instrumentos de Gestão na Bacia do Rio Paraíba do Sul*. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2003.

RACO, Mike. Sustainable Development, Rolled-out Neoliberalism and Sustainable Communities. *Antipode*, n. 37, 2, p. 324-347, 2005

RODRIGUEZ, Fernando A. The Role of Dams in the Brazilian Agriculture. In: *Proceedings of the Seminar Dams, Development and Environment*. São Paulo, 14 a 16 Fevereiro 2000, Inter-American Development Bank, 2000. p. 103-116.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Anchor Books, 1999.

SERÔA DA MOTTA, Ronaldo. *Questões Regulatórias do Setor de Saneamento no Brasil. Notas Técnicas n. 5*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.

SERÔA DA MOTTA, Ronaldo e REZENDE, Leonardo. The Impact of Sanitation on Waterborne Disease in Brazil. In: MAY, P. H. (Org.). *Natural Resource Valuation and Policy in Brazil: Methods and Cases*. New York: Columbia University Press, 1999. p. 174-187.

SWYNGEDOUW, Erik. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power*. Oxford Geographical and Environmental Studies. Oxford: University Press, 2004.

TROTTIER, Julie. Introduction. In: TROTTIER, J.; SLACK, P. (Orgs.). *Managing Water Resources: Past and Present*. Oxford: University Press, 2004. p. 1-11.

WINPENNY, James. *Managing Water as an Economic Resource*. London: Routledge, 1994.

WRI (World Resources Institute). *World Resources 2002-2004: Decisions for the Earth: Balance, Voice, and Power*. Washington, D.C.: UNDP, UNEP, World Bank e World Resources Institute, 2003.

**Contribuição ao debate sobre a
transposição do rio São Francisco
e as prováveis consequências em
relação a desertificação nos Cariris
Velhos (PB)**

*Contribución al debate sobre la
transposición del río São Francisco
y las probables consecuencias en
relación a desertificación en los
Cariris Viejos (PB)*

*Contribution of the debate about the
São Francisco river's transposition
water's and the probable
consequences of the desertification
process on the Olds Cariris (PB)*

Bartolomeu Israel de Souza

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul
End. resid.: Rua Cente. Edilson Paiva de Araújo,
650, Jd. Cid. Universitária - CEP: 58052-750,
João Pessoa, PB
barisrael@yahoo.com.br

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Professora Doutora do Departamento de Geografia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
End. prof.: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de Geografia, Campus do Vale;
Av. Bento Gonçalves, 9500, Bairro Agronomia
CEP: 91540-000 - Porto Alegre, RS
suerte.es@terra.com.br

Resumo: Este artigo discute a questão da transposição das águas do rio São Francisco para parte do semi-árido brasileiro e as prováveis consequências que isso poderá acarretar em termos de aumento do processo de desertificação, utilizando como exemplo o Cariri paraibano. Para se fazer essa análise crítica foi consultado o Relatório de Impacto Ambiental dessa obra e a produção científica existente sobre o assunto, chegando-se à conclusão de que o referido projeto apresenta forte possibilidade de expandir as áreas desertificadas no Cariri.

Palavras-chave: Transposição do rio São Francisco; Relatório de Impacto Ambiental; Desertificação; Cariri paraibano; Salinização.

Resumen: Este artículo discute la cuestión de la transposición de las aguas del río São Francisco para parte del semiárido brasileño y las probables consecuencias que eso podrá acarrear en términos del aumento del proceso de la desertificación, utilizando como ejemplo el Cariri paraibano. Para hacerse este análisis crítico fue consultado el Relatório de Impacto Ambiental de esa obra y la producción científica existente sobre el asunto, llegándose a la conclusión de que el referido proyecto presenta fuerte posibilidad de expandir las áreas desertificadas en el Cariri.

Palabras-clave: Transposición del río São Francisco; Relatório de Impacto Ambiental; Desertificación; Cariri paraibano; Salinización.

Abstract: This article discusses the question of São Francisco river's transposition waters to the semiarid brazilian and the probable consequences that it will be able to cause in terms of increasing the desertifications process, using as sample the Cariri paraibano. In order to construct this critical analysis it has consulted the environmental impact report of this workmanship and the scientific production on the subject arriving itself on the conclusion of that the related project presents fort possibility to expand the desertification areas on Cariri.

Keywords: São Francisco river's transposition; Environmental impact report; Desertification; Cariri paraibano; Salinization.

Introdução

A questão da seca no semi-árido brasileiro é uma discussão histórica. Além dos problemas relacionados ao uso doméstico da água, são inúmeros e elevados os prejuízos econômicos acentuados pelas longas estiagens. Entretanto, pode-se afirmar que a resolução dessa questão é, até hoje, um desafio não tanto relacionado aos aspectos tecnológicos e financeiros, mas principalmente aos de ordem política.

Mais recentemente, propondo-se a resolver esse problema, o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional, criou o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (BRASIL, 2004b), tratado nesse texto como projeto de transposição do São Francisco que, ao estar completamente em operação (previsão de 15 a 20 anos, após o começo das obras), se espera que beneficie cerca de 12 milhões de habitantes com água para usos múltiplos em parte do semi-árido dos Estados de Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE).

Um projeto de tal natureza, pelo aporte de capital (estimativa de R\$ 4,5 bilhões), população e consequências diretas e indiretas que lhe dizem respeito, é merecedor de um amplo debate a nível nacional, do qual a Geografia não pode deixar de contribuir.

Nesse caso, o objetivo geral desse texto é fazer uma análise crítica dessa obra, confrontando o exposto no seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) com o conhecimento existente sobre o semi-árido, baseando-se este último no levantamento de diversos trabalhos científicos disponíveis. Considera-se, para fins dessa análise, os seguintes itens: captação de água, revitalização do rio e salinização, como parâmetros associados a dinâmica da natureza; atividades agropastoris, cobrança de água e estrutura fundiária como parâmetros associados a dinâmica da sociedade.

Em termos específicos, a construção desse artigo nasceu da necessidade de se discutir a questão da desertificação no Estado da Paraíba para quem, um projeto desse porte, poderá desencadear uma série de consequências que nos propomos a analisar, trazendo, numa escala local, o exemplo dos Cariris Velhos, uma das áreas a serem contempladas nessa obra.

Sabemos que a capacidade de se fazer previsões a respeito das consequências do desenvolvimento desse projeto é limitada, pelo simples fato do mesmo ainda não ter sido iniciado. Reconhecemos também que os estudos sobre o processo de desertificação no Brasil ainda são carentes de informações de todos os níveis, até por ser uma área nova de pesquisa e de tratamento interdisciplinar e, por isso, se constituir num campo do saber onde muito ainda há para se avançar. Entretanto, acreditamos que o que já foi acumulado de conhecimento sobre o semi-árido e a desertificação coloca-se como elemento suficiente para se fazer o tipo de análise desenvolvida nesse trabalho.

Síntese do projeto de transposição: algumas reflexões

O rio São Francisco apresenta 3.163km de extensão da nascente (Serra da Canastra, em Minas Gerais) até a sua foz (Praia do Peba, em Alagoas). A sua bacia abrange 640 mil

km², envolvendo terras dos Estados de Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Sergipe (SE), Alagoas (AL) e Pernambuco (PE). O seu estuário foi descoberto em 04/10/1501 por Américo Vespúcio e André Gonçalves que o batizaram assim em homenagem a São Francisco de Assis (CAVALCANTE, 1997).

A questão de transpor as águas desse rio para resolver a questão da seca no semi-árido é antiga, ocorrendo a idéia desde o século XIX em vários governos, embora com algumas diferenças em relação a atual proposta.

Do ponto de vista técnico, nesse projeto está prevista a construção de dois sistemas de canais independentes, cada um com 25m de largura e 5m de profundidade, chamados de Eixo Norte e Eixo Leste (figura 1), captando água entre as barragens de Sobradinho (BA) e Itaparica (PE).

As águas do São Francisco chegarão através de canais, estações de bombeamento, reservatórios e usinas hidrelétricas para os açudes mais importantes localizados no trajeto de Pernambuco (Entremontes e Chapéu), Paraíba (Boqueirão), Rio Grande do Norte (Armando Ribeiro Gonçalves, Pau-dos-Ferros e Santa Cruz) e Ceará (Castanhão), perfazendo um total de 720km.

Através dos eixos Norte e Leste serão perenizados os rios Moxotó (PE), Brígida (PE), Terra Nova (PE), Paraíba (PB), Piranhas-Açu (PB-RN), Apodi (RN), Salgado (CE) e Jaguaribe (CE).

Afim de não comprometer ainda mais o rio São Francisco, o RIMA dessa obra prevê a sua revitalização, particularmente no que diz respeito ao tratamento do esgoto doméstico de cerca de 250 cidades, vilas e comunidades ribeirinhas que estão em sua bacia; o reflorestamento das suas margens, já que a retirada da mata ciliar provoca intensa erosão em suas bordas e o conseqüente assoreamento do seu leito, dificultando a navegação e a pesca, além de ações relativas a educação ambiental.

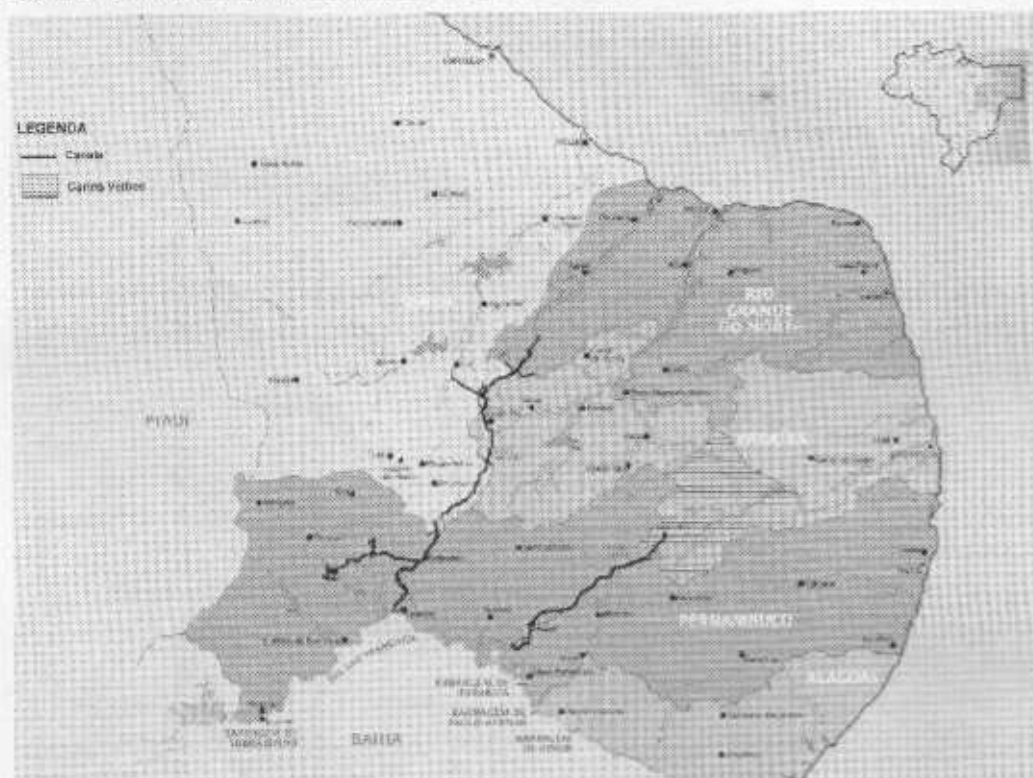
Uma análise preliminar desse projeto, através do seu RIMA, mostra alguns aspectos que devem ser melhor discutidos. Dentre eles destacamos, inicialmente, o problema da quantidade de água a ser captada para a transposição e a questão da revitalização do rio.

No primeiro caso, para não comprometer a geração de energia das barragens, o projeto se propõe a captar água à jusante de Sobradinho (BA), represa que garante a regularidade da vazão do rio São Francisco (figura 1), mesmo nos anos secos.

Ainda assim está prevista uma redução na geração de energia da ordem de 2,4%, o que será compensado, segundo o RIMA, pela chegada de energia de usinas de outras bacias, já que o sistema de energia elétrica do País é interligado, além do uso de usinas a gás natural a serem implantadas na Região Nordeste.

Para demonstrar que a efetivação desse projeto não ameaçaria a regularidade hídrica do São Francisco, o RIMA destaca alguns dados retirados de estudos realizados pela Agência Nacional das Águas (ANA). Nesse caso, a vazão disponível para o consumo de água do rio é estimada em 380m³/s, dos quais são utilizados atualmente 91m³/s. Como a transposição comprometerá somente 26m³/s a mais dessa água, a obra estaria totalmente compatível com as possibilidades desse tipo de uso para o rio, existindo mesmo um excedente que poderá ser utilizado no futuro. Entretanto, sobre esse assunto, existem controvérsias.

Figura 1: Localização do projeto e trajeto dos canais de transposição do rio São Francisco (cor mais escura).



Fonte: BRASII. (2005).

No último Fórum Social Mundial (01/2005), em Porto Alegre (RS), o engenheiro elétrico Augusto César de Barros, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Norte (SENGE-RN), destacou alguns dados, posteriormente publicados na Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do Rio Grande do Sul (04/2005), que divergem dos oficiais.

Segundo o referido engenheiro, a água disponível no São Francisco tem uma vazão de $360\text{m}^3/\text{s}$, sendo $335\text{m}^3/\text{s}$ já utilizados. Como o projeto prevê a utilização de mais $26\text{m}^3/\text{s}$, chega-se então a um total de $361\text{m}^3/\text{s}$, o que ultrapassaria em $1\text{m}^3/\text{s}$ a vazão total do rio. Nesse caso, o São Francisco ficaria com as suas águas totalmente comprometidas com geração de energia e projetos de irrigação agrícola, numa área de elevada deficiência e instabilidade pluviométrica.

Pela contradição dos números anteriormente expostos, fica a dúvida sobre a segurança da sustentabilidade do São Francisco mediante essa nova intervenção e também sobre a quantidade de água armazenada nas represas que poderá ser liberada, principalmente nas estagens mais fortes, para os canais do projeto, uma vez que é nesse período que haverá maior necessidade desse recurso.

Um dos problemas mais antigos gerados em virtude da construção das barragens à montante do São Francisco e a consequente diminuição do volume de água que é lançada

ao mar, é a acentuação da erosão costeira no seu delta e em algumas praias próximas, o que tem afetado várias comunidades de pescadores locais.

Além disso, as lagoas que existiam no médio e principalmente baixo curso do São Francisco, anteriormente renovadas constantemente pelas suas enchentes, foram quase que totalmente extintas após a construção das barragens. As poucas lagoas ainda existentes são cada vez mais ameaçadas devido ao avanço da agricultura. Tais ambientes, além dos manguezais, sempre foram locais muito ricos em peixes, crustáceos e aves, necessários ao equilíbrio do rio e geradores de uma importante economia extrativista.

Sendo assim, ao contrário do que se sugere no RIMA, as águas que chegavam e ainda chegam a essas áreas apresentam uma elevada importância, não apenas ecológica, mas também econômica e social.

Em relação ao segundo caso, prevê-se a revitalização da bacia do rio, o que por si só já é uma tarefa gigantesca, uma vez que pressupõe a resolução de problemas que afetam uma área de dimensões consideráveis (640 mil km², como já referido anteriormente) e toda a população que aí se encontra.

Inserida nessa área, por exemplo, temos a região metropolitana de Belo Horizonte, uma das maiores concentrações urbanas do Brasil, com cerca de quatro milhões de habitantes (Censo Demográfico, 2000), cujos esgotos domésticos e industriais, grande parte sem tratamento, são despejados no rio das Velhas, um dos principais afluentes do rio São Francisco.

Sobre esse assunto, os números oficiais são reveladores da extrema carência dominante no semi-árido. Conforme dados do último censo demográfico, constantes no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (BRASIL, 2004a), apenas 21,13% das residências localizadas na zona seca estão ligadas às redes coletoras (percentagem inferior a média nacional que é de 47,24%), sendo a situação do meio rural a mais preocupante. Ou seja, a questão da água nessa região é um problema não apenas quantitativo, como na maioria das vezes é tratado, mas também qualitativo.

A instalação de um sistema de monitoramento das águas em toda a área da bacia do São Francisco e da transposição seria um instrumento interessante e necessário para se detectar a qualidade desse recurso natural para o seu uso, sendo essa mais uma das promessas constantes no RIMA, o que, pelos números expostos, é mais um dos desafios que estão postos para esse projeto.

Também existe um comprometimento, conforme já mencionamos, de promover o reflorestamento das margens dos rios da bacia do São Francisco, evitando-se assim o seu assoreamento, o que será estendido para as bacias hidrográficas atingidas pela transposição e os respectivos canais. Entretanto, o que se observa é que, mesmo já existindo investimentos desse tipo na bacia do São Francisco e em algumas outras bacias da região do projeto, através de diversos programas de governos, os resultados obtidos até agora estão muito distantes do prometido e do ideal.

Outro problema existente no semi-árido ao qual não se deu a importância devida nesse projeto diz respeito a salinização dos solos que poderá ocorrer em decorrência da efetivação da transposição.

Esse processo causador de desertificação ocorre quando existe deficiência de drenagem nos solos, sendo potencializado quando estes apresentam pequena espessura e se localizam em áreas de clima seco, devido ao elevado déficit hídrico. Com a evaporação, os sais se concentram na zona superficial do solo, aumentando o potencial de compactação, redução da infiltração e incremento do escoamento superficial, afetando a germinação, a densidade, o desenvolvimento e a produtividade das lavouras, podendo inviabilizar o cultivo nas terras afetadas.

A situação se torna mais preocupante ainda quando sabemos que, de toda área irrigada no Nordeste, somente 27,9% possui sistemas de controle de drenagem (BRASIL, 2004a). Além disso, para diminuir ou acabar com esse processo, depois do mesmo estar presente e dependendo do tamanho da área atingida, as ações necessárias e possíveis tecnologicamente de serem executadas podem se tornar inviáveis do ponto de vista econômico devido ao custo muito elevado.

Em relação a esse problema, muitas áreas que fazem parte do trajeto da transposição caracterizam-se pela existência da salinização. Na realidade, independente dessa obra, já existem aí diversos perímetros irrigados que se encontram parcialmente comprometidos por esse processo, como se verifica, entre outros, em Sumé/PB, São Gonçalo/PB, Souza/PB, Morada Nova/CE e Sobral/CE (MOLLE, 1994; GHEYI, 2000).

Aliás, em relação aos tipos de solos dominantes na região da transposição, suas características e fatores limitantes, o RIMA não fez nenhum tipo de análise, o que julgamos preocupante em virtude dos aspectos que acabamos de comentar.

Inclusive, mesmo com o que foi relatado acima, dos impactos ambientais negativos esperados e considerados mais importantes pelo RIMA da transposição, a salinização dos solos não é sequer citada, embora, contraditoriamente, este seja lembrado como um elemento a ser minimizado através da criação de um Programa de Prevenção à Desertificação na área alvo.

Pelo que foi exposto, dada a dimensão do projeto atual e a não solução dos problemas anteriormente destacados, a implementação da transposição é, no mínimo, preocupante, particularmente para as áreas que apresentam fragilidade ambiental elevada, onde os efeitos negativos de intervenções equivocadas teriam como resultado a maximização da degradação ambiental.

Petrolina (PE) - Juazeiro (BA): questões além da produção econômica

Um aspecto dos mais importantes relacionado a transposição do São Francisco diz respeito a fruticultura que se pretende expandir a partir desse projeto. O RIMA afirma que identificou cerca de 500 mil hectares de terras com grande potencial para implantação da agricultura irrigada, indicando os casos do melão, abacaxi, uva, acerola, melancia e goiaba como culturas apropriadas para essas áreas.

A ênfase dada a esse tipo de intervenção, na realidade, é observada desde a época da atuação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), embora tenha sido intensificada mais recentemente, através da criação do Projeto Áridas (BRASIL, 1994),

onde fica claro o redirecionamento da política de desenvolvimento para a Região Nordeste, em especial para o semi-árido, antes centralizada na industrialização e agora baseada, entre outras atividades, na expansão dos grandes e médios projetos empresariais de irrigação (VIEIRA, 2004).

Observa-se assim uma tentativa de reproduzir, em outra escala, o modelo dos projetos de irrigação que se originaram no eixo Petrolina (PE) - Juazeiro (BA), sob a orientação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), inicialmente, e que depois foram ampliados para algumas áreas próximas, através da iniciativa privada.

Em relação a estes projetos, é preciso destacar que, apesar do sucesso de produção existente nesse eixo, são registrados ali uma série de problemas (em geral pouco divulgados pela imprensa), também a espera de uma solução, relacionados ao uso de adubos químicos, matéria orgânica e agrotóxicos aplicados em grande quantidade; a salinização de alguns trechos de solos e a questão da falta de tratamento dos esgotos domésticos lançados livremente no rio, conforme atestam, entre outros, Laroche (1991), Cavalcante (1997), Silva et al. (2000) e o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (BRASIL, 2004a).

Quanto ao fornecimento de água para irrigação, uma questão relevante que deve ser discutida diz respeito a cobrança pelo seu uso, já que, através dessa obra, ocorrerá aumento da demanda para a agricultura. No caso do eixo Petrolina (PE)-Juazeiro (BA), esse recurso é subsidiado (GOMES, 2001). Entretanto, por quanto tempo permanecerá essa situação? Esse questionamento está baseado no fato de, no Brasil, a Lei Federal 9.433/97 incorporar o Princípio do Usuário Pagador (PUP), o que pressupõe cobrança pela retirada de água, aspecto jurídico que já vem sendo adotado por alguns Estados no país (CANEPA; GRASSI, 2000).

Além do que foi exposto no parágrafo anterior, nos últimos anos, o próprio governo federal, no intuito de expandir as exportações de produtos agrícolas para os países desenvolvidos vem defendendo, em nível internacional, o fim dos subsídios oferecidos à agricultura nessas regiões, pressupondo também, em contrapartida, que ocorra o mesmo no Brasil. Nesse caso, o fim ou a diminuição desse tipo de subsídio, em relação a água utilizada para irrigação, seria um elemento de comprometimento das áreas já existentes com esse tipo de empreendimento e das que se pretende criar, afetando com mais intensidade aquelas onde a água é naturalmente mais escassa.

Uma questão de grande importância que merece ser mais aprofundada nesse projeto, diz respeito ao acesso à terra e à tecnologia de irrigação para os pequenos e médios produtores das áreas a serem afetadas pela transposição. Embora estes aspectos sejam mencionados no RIMA, havendo mesmo um comprometimento em disponibilizar estes elementos aos referidos produtores, a prática dominante em vários perímetros irrigados no passado demonstra que, entre o que foi prometido e o que foi feito, existe uma grande distância.

Nesse caso, nos orientamos pelas ações da CODEVASF onde os perímetros irrigados já funcionam, tendo Curaçá (BA) como exemplo. Nessa área, devido a implantação das obras necessárias aos projetos de irrigação, terras que pertenciam principalmente a pequenos proprietários foram desapropriadas, passando a ser consideradas devolutas e, no ato da sua redistribuição, conforme Silva (apud VIEIRA, 2004, p. 154):

*...dos 4.454 hectares irrigáveis, 1.964 foram distribuídos a colonos, num total de 267 parcelas, tendo em média 6 a 8 ha. cada, enquanto que 2.280 has. foram distribuídos entre 14 médias e grandes empresas, entre as quais registram-se como seus proprietários o então senador (1988) e atual Vice-Presidente da República, Marco Maciel (Curaçá Agrícola), dono de 146,30 ha., e o ex-governador baiano e ex-senador Antônio Carlos Magalhães (Frutinor), dono sozinho de dois lotes que compõem juntos 397,85 ha. Ao lado desses ilustres "proprietários" figura, por exemplo, um grupo japonês (a Cooperativa Agrícola Coticia), dono de 837,79 hectares, ou seja, 1/3 das terras irrigadas destinadas à irrigação...E lembremos que o Perímetro Irrigado do Curaçá é apenas um dos mais de 30 projetos de irrigação do Vale do São Francisco".

Além de todos os problemas ambientais possíveis de ocorrerem e/ou serem intensificados, percebe-se, pelo exemplo acima citado, que o que se implantou nessas áreas irrigadas não é um modelo que se poderia considerar socialmente justo para ser reproduzido, sendo, nesse aspecto, mais um típico caso de modernização conservadora.

Os Cariris Velhos e a desertificação

Situada no centro-sul da Paraíba, na fronteira com Pernambuco, a região dos Cariris Velhos está dividida oficialmente em Cariri Oriental (ou Cabaceiras) e Ocidental (ou Monteiro), entretanto é conhecida popularmente pelo nome de Cariri (figura 1). A origem desse nome está relacionada aos antigos povos indígenas que habitavam essas terras.

Essa região encontra-se localizada numa depressão intermontana no Planalto da Borborema, sendo drenada pela Bacia do rio Paraíba. Apresenta como elementos comuns em sua paisagem a caatinga hiperxerófila (subtipo mais seco dessa vegetação, decorrente da severidade climática dominante), fortes limitações edáficas (inclusive com as maiores manchas de solos salinos do Estado), domínio da agropecuária (destaque para o rebanho caprino), cidades pequenas e baixo nível socioeconômico.

Em relação ao processo de colonização dessa região, este ocorreu a partir do século XVII, através de desbravadores que, saídos da Bahia e Pernambuco, expandiram a pecuária bovina para o interior nordestino, utilizando-se dos caminhos naturais proporcionados pelos vales dos rios, inclusive de afluentes do São Francisco que tem as suas nascentes no Planalto da Borborema (fronteira PE/PB). Observa-se assim uma ligação histórica entre a região do Cariri e o rio São Francisco.

Mesmo sendo intermitentes, estes rios forneciam abundância de pastagem em seus leitos e margens devido ao lençol freático estar muito próximo da superfície, o que também favorecia o cultivo de gêneros alimentícios para a subsistência criando, durante um bom período, quanto a essas mercadorias, uma economia automantenedora.

Devido ao longo período seco, os donos das terras sempre procuraram ter o máximo de área ao longo de algum rio ou riacho mais expressivo da região. Isso explica o fato de ainda hoje as propriedades geralmente apresentarem, em sua extensão, formas mais compridas que largas, à medida que o leito do rio se aproxima.

Esse tipo de organização das propriedades, associado as dificuldades econômicas, a escassez hídrica e a pouca disponibilidade de terra do pequeno produtor, sempre foram características que tornaram difícil a sua sobrevivência nessa região.

A introdução de culturas industriais como o algodão e o sisal e, posteriormente, suas substituições pela palma-forrageira, diversos tipos de capim e algaroba para alimentar a tradicional pecuária de corte, acarretaram algumas mudanças marcantes nessa paisagem, particularmente em sua dinâmica natural, fato acentuado pela intensificação do desmatamento, não apenas para dar espaço às culturas mencionadas, mas também para fornecer madeira, num processo contínuo, para as cercas das propriedades, a construção civil e a produção de lenha e carvão.

Dentre as culturas anteriormente mencionadas, o algodão merece destaque especial, não apenas para o Cariri, mas para todo o semi-árido, devido a importância econômica que exerceu na região até a década de 50, quando se constituiu no grande responsável pelas modificações ocorridas na caatinga.

O registro histórico mais antigo que existe sobre o avanço da cotonicultura no Cariri, com o consequente desmatamento, foi efetuado, no início do século XX, por Joffily (1910):

“Infelizmente porem os pequenos pedaços de matras que ainda existião nas margens dos rios vão desaparecendo nas derrubadas constantes; e em pouco tempo a linha de verdura que de longe se conhecia ser signal certo do leito de um rio ou riacho, onde a vista do viajante descansava da monotonia dos campos assolados pela secca, desaparecerá completamente.

É deplorável semelhante uso em uma região, onde tanto se precisa de madeira.”
(p. 229-230)

Em relação a extração de lenha e a produção de carvão vegetal, estas também tem sido, tradicionalmente, grandes causadoras do desmatamento no Cariri. Essas práticas foram intensificadas a partir da decadência do cultivo do algodão, sendo uma atividade comum, notadamente entre os pequenos proprietários de terra, por se constituir numa fonte de renda disponível onde a escassez em capital e trabalho remunerado e permanente ficava ainda mais marcante, ocorrendo principalmente no período seco (pelo menos 8 meses do ano), quando se torna mais difícil a prática da agricultura.

No Cariri, o estágio dominante da caatinga é do tipo arbustivo arbóreo fechado. Levando-se em conta que, após desmatamento, esse tipo de vegetação leva cerca de 20 a 25 anos para alcançar novamente essa característica fitossociológica (ARAÚJO FILHO; CARVALHO, 1997), a contínua exploração predatória das terras que já sofreram algum tipo de exploração dessa natureza, numa área de forte limitação hídrica e edáfica, é bastante preocupante.

Desta forma, as intervenções antrópicas acima mencionadas, somadas ao sobrepastoreio, alguns ensaios pontuais de agricultura irrigada (geradores de uma acentuação da salinização de certos solos) e a mineração são os responsáveis pela forte degradação ambiental existente em várias áreas do Cariri.

A desertificação, por sua vez, é um processo que deve ser entendido, segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (BRASIL, 1998), como "...a *degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas*". (p. 13). Dentre as atividades humanas desencadeadoras da desertificação nesses ambientes temos: o desmatamento, a sobrepastagem, a mineração a céu aberto e a irrigação (quando provocar salinização).

Pela definição acima destacada, o fato de uma região apresentar clima seco a predisposição ao fenômeno. Entretanto, são principalmente as ações humanas que desencadeiam a desertificação

Pelo que foi exposto em relação a algumas das características naturais e sobre as formas de ocupação das terras do Cariri, todas as ações degradadoras tidas como geradoras da desertificação estão presentes nesse território, mesmo que ocorram com intensidades diferentes. Nesse caso, segundo o que se verifica em campo, a presença desse processo se encontra concentrada em determinadas áreas e vinculada a uma escala local (SOUZA, 1999). Mesmo assim, caso haja uma intensificação do uso do solo nessa região, ocorrendo essa em bases pouco sustentáveis, dadas as características naturais dominantes, não está descartada a possibilidade de ampliação desse tipo de degradação.

Quanto a transposição do rio São Francisco, observando-se as figuras 1 e 2, o canal denominado Eixo Leste terá o seu final exatamente no Cariri, o que possibilitará, de acordo com essa obra, a perenização do rio Paraíba (conforme já destacado anteriormente), um dos principais recursos hídricos do Estado, acabando com o espectro da falta d'água para a região, entre outros benefícios prometidos.

Quantidade/qualidade da água, irrigação e desertificação no Cariri

A questão da água no Cariri sempre foi um desafio à sobrevivência da população local (173.323 hab., conforme Censo Demográfico, 2000). A dinâmica das massas de ar não beneficia essa região com grande pluviosidade, sendo esta conhecida com a mais seca do Brasil, ficando a média pluviométrica abaixo de 500mm/ano. Em alguns municípios, como Cabaceiras, essa média cai ainda mais, girando em torno de 300mm/ano, sendo também típica a má distribuição no espaço.

A pequena pluviosidade se torna agravada pelo fato da região apresentar temperaturas elevadas (média de 28°C), o que provoca forte déficit hídrico a maior parte do ano. Além disso, como a área está situada no escudo cristalino, os solos apresentam pequena profundidade (cerca de 0,60m), com baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial e reduzida drenagem natural.

Se essas dificuldades já não fossem suficientes, no que diz respeito a qualidade da água, observações realizadas por Suassuna (1994) em parcelas de solos do tipo Bruno Não-CálcicoVértico (bastante significativos nessa região), demonstram que, nas condições naturais aí dominantes, a água da chuva, após escoamento superficial, apresenta uma concentração de sais aumentada em até quatro vezes.

A consequência acima levantada está relacionada a presença de associações daqueles tipo de solos com vários outros enriquecidos com sais que, por suas características naturais e conforme o uso, passam a funcionar como vetores de salinização para os rios e açudes da região, o que explica a elevada presença de águas salobras nestes.

No Cariri existe também forte participação de Planossolos que, devido a grande quantidade de argilas do tipo montmorilonita, caracterizam-se pelo extremo ressecamento e endurecimento na época da seca, apresentando acentuado fendilhamento entre os elementos de estrutura no horizonte Bt e, por vezes, no horizonte C (PARAÍBA, 1997), tornando difícil a sua recolonização pela vegetação em caso de desmatamento, o que acaba por favorecer a existência de áreas desertificadas nesses solos quando sofrem este tipo de intervenção.

Mesmo com os problemas levantados em relação as características químicas de vários solos da região, o RIMA da transposição afirma que a qualidade das águas acumuladas nos açudes, em relação a salinização, deverá melhorar, uma vez que ocorrerá a perenização dos rios, evitando uma maior concentração de minerais dessa natureza.

Ainda que a questão acima discutida venha a ser resolvida ou minimizada, existem outras também muito sérias, como o fato do Cariri, historicamente, apresentar baixa assistência técnica que, associada a carência da população em relação ao nível de educação formal dominante, torna o uso da irrigação e dos agrotóxicos (para os poucos que podem obter esse insumo), sem as devidas precauções, muito elevado.

Outra consequência possível é que, com o aumento da oferta hídrica devido a transposição, os riscos de salinização e de contaminação com agrotóxicos aumentem também para as áreas mais distantes dos canais pelo fato de que, à medida que a ocupação das terras mais próximas aos corpos d'água se intensificar, para elevar a produção, deverão ser expandidos os cultivos para essas áreas onde os solos podem apresentar-se naturalmente mais problemáticos, como ocorre em algumas localidades de Petrolina (PE) - Juazeiro (BA).

Esse problema, inclusive, já é observado em terras do Cariri, como por exemplo no perímetro irrigado do Projeto Vereda Grande (município de Boqueirão) onde, num período de dois anos, conforme Macêdo & Menino (1998), houve um aumento substancial dos níveis de sódio e cloreto presentes em amostras coletadas para análise.

Vale ressaltar que, quando comparados aos do Cariri, os solos encontrados em Petrolina (PE)-Juazeiro (BA), por apresentarem maior profundidade média e melhor drenagem natural, são menos predispostos à salinização, portanto, nesse aspecto, apresentam menor possibilidade de serem desertificados.

Nesse caso, as preocupações em relação ao que se pretende efetuar no Cariri ficam ainda maiores quando temos acesso a alguns estudos da EMBRAPA SEMI-ÁRIDO (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), órgão governamental cujo trabalho é pesquisar alternativas para o desenvolvimento agropecuário da área seca do Brasil.

Dentre os estudos desenvolvidos por este órgão, o Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil (ZANE, 2000) considera essa região, de maneira geral, inapta à uma exploração agrícola comercial sustentável, com altos riscos de perda de safra e de degradação ambiental muito elevada. No caso de uso de irrigação, este trabalho classifica os solos do Cariri como pertencentes aos níveis 4 e 6.

Os solos de nível 4 caracterizam-se pela pequena profundidade efetiva, textura grosseira, excessiva pedregosidade superficial, salinidade e/ou sodicidade e drenagem inadequada, estando localizados em áreas de topografia ondulada. Esses fatores fazem com que esses solos sejam considerados aráveis de uso especial, podendo apresentar deficiência específica ou deficiências susceptíveis de correção de alto custo, ou ainda apresentar deficiências incorrigíveis que limitam sua utilidade somente para determinadas culturas adaptadas ou podem exigir métodos específicos de irrigação. Diga-se de passagem que esses métodos específicos, como o gotejamento, são mais caros e portanto restritos a poucos produtores.

Os solos de nível 6 são piores ainda, sendo considerados não aráveis, não adequadas para uso com irrigação, geralmente compreendendo solos rasos, influenciados por sais e de recuperação muito difícil, com textura extremamente grosseira, baixa capacidade de retenção de água, bastante dissecados e severamente erodidos.

Outro problema que também afeta a qualidade da água nessa região é a quase total inexistência de tratamento dos esgotos domésticos.

Barros et al. (1999), por exemplo, analisando amostras de água utilizadas para a irrigação de hortaliças numa área próxima ao Cariri (estando essa inserida na Bacia do rio Paraíba), coletadas no período de fevereiro de 1996 a janeiro de 1997, avaliaram que as mesmas possuíam alta carga fecal, com 88% das amostras apresentando níveis acima dos padrões recomendados pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente – Resolução 357/2005), fato também observado nos entrepostos de comercialização e feiras livres locais, onde eram vendidos esses produtos, o que implica num sério risco à saúde dos consumidores dessas mercadorias.

O problema dos esgotos poderia ser minimizado, caso houvesse, além de um controle rígido dos efluentes domésticos, um monitoramento adequado da água nos açudes e rios que se encontram inseridos no Cariri, embora a realidade seja bem diferente. O mesmo pode-se dizer em relação ao acompanhamento do nível de sais, entre outros elementos químicos, encontrados nessas águas.

Em relação ao monitoramento da água na Paraíba, essa função é exercida por dois órgãos estaduais, a AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba) e a SUDEMA (Superintendência do Meio Ambiente). A AESA monitora 132 açudes em todo o Estado, sendo 30 deles no Cariri, em relação ao volume de água acumulado (PARAÍBA, 2005a), enquanto a SUDEMA tem a função de monitorar a qualidade dessa água para o consumo humano, ocorrendo isso somente em 7 açudes do Cariri (PARAÍBA, 2005b).

Observa-se assim a grande preocupação quanto ao volume estocado de água nos açudes da Paraíba, embora não se perceba o mesmo cuidado quanto a qualidade desse recurso natural que chega à população, não apenas para o consumo direto mas também para a irrigação.

A prioridade acima referida seria explicada pelo fato de a maior parte do Estado se localizar numa zona onde as estiagens são fortes e frequentes, característica ainda mais marcante no Cariri. Mesmo assim, se faz mais que necessária uma maior atenção a qualidade da água utilizada pela população em virtude de uma série de consequências daí advindas.

Considerações finais

As análises do RIMA da transposição do São Francisco e dos trabalhos científicos mencionados, associados ao nosso conhecimento sobre o Cariri, nos levam a concluir que a efetivação dessa obra pode se constituir num fator de risco muito elevado para a região, comprometendo-a seriamente e ainda mais com a desertificação.

É notório também o fato do RIMA não ter dado a importância merecida à dinâmica recente que vem ocorrendo, de forma cada vez mais intensa, na natureza de um modo geral e as suas consequências em escala regional. Também por esse motivo não avalia adequadamente a acentuação da fragilidade a que expõe o rio São Francisco, mediante a sua transposição, e muitas das áreas a serem atingidas por suas águas, a exemplo do Cariri.

Em relação a dinâmica natural e as influências antrópicas, analisando a questão das chuvas para o semi-árido brasileiro, alguns trabalhos científicos já apontam para um cenário de menor pluviosidade, inclusive em áreas do Cariri paraibano (CONTI, 1995; SOUZA, 1999), sendo estes dados reforçados por pesquisas feitas no INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), através de Oyama (2003).

Esses resultados, mesmo com o caráter preliminar que lhes caracteriza, devem ser analisados com mais atenção pelos órgãos que fomentam o planejamento no Brasil afim de orientarem intervenções nessa região, evitando-se assim uma série de erros e danos de todas as ordens, constatados em outras ocasiões e projetos para o semi-árido.

Sendo assim, não seria seguro incentivar, na proporção existente nesse projeto, a acentuação do uso da água para o desenvolvimento de atividades agrícolas em grande parte dessa região, mas sim propor alternativas poupadoras desse recurso, tal como fez, entre outras instituições, a extinta SUDENE, no início da sua criação.

Outro aspecto relevante a ser comentado é o fato desse projeto não dar a importância merecida ao que tem sido feito em termos de infraestrutura hídrica por vários governos dos Estados-alvo da transposição, como a interligação de açudes, tendo como exemplo, no caso da Paraíba, entre outras ações desse tipo, as obras em andamento relacionadas às barragens Coremas/Taperoá (localizadas, respectivamente, no Sertão e no Cariri), o que ajudará no abastecimento de água das cidades existentes nessas áreas.

É importante salientar inclusive que, quando comparada ao que se tem feito no Ceará e Rio Grande do Norte, a Paraíba ainda está muito atrasada em relação ao tipo de intervenção acima destacada. Mesmo assim, o exemplo citado demonstra uma certa melhoria no gerenciamento dos corpos hídricos disponíveis na região (questão das mais problemáticas no semi-árido), com menor custo financeiro e menor impacto ambiental, quando comparado a esse megaprojeto.

Uma das mais fortes justificativas alegadas pelo RIMA em defesa do projeto de transposição, especificamente para a região do Cariri, é a necessidade de tornar mais constante a quantidade de água que é armazenada no açude de Boqueirão (2º maior da Paraíba, com capacidade para mais de 400 milhões de m³), sendo esta utilizada no abastecimento doméstico, industrial e na irrigação. Em princípio essa questão faria sentido, uma vez que, estando localizado no Cariri, esse açude fica exposto a forte deficiência hídrica na maior parte do ano.

O problema se torna mais grave pelo fato dessa barragem ser a responsável pelo abastecimento de Campina Grande (cidade que apresenta elevado parque industrial e cerca de 400 mil habitantes, conforme o último censo demográfico) e de outras cidades menores, sendo comum, nas estiagens mais fortes, o rebaixamento, muitas vezes crítico, do seu nível de água, comprometendo a segurança da população e da economia de uma vasta área.

Entretanto, curiosamente, com a alegação principal de contribuir com o abastecimento de água de Campina Grande e do seu entorno, foi inaugurado em 2003 o açude de Acauã (capacidade para mais de 250 milhões de m³) que, em conjunto com a barragem de Boquirão, resolveria esse tipo de problema na região. Logo, pressupõe-se que, mesmo sem as águas do rio São Francisco, essa questão seria solucionada.

Além do que foi acima exposto, vem se disseminando no Cariri e em outras regiões uma série de ações relacionadas a uma melhor convivência com a seca, direcionadas principalmente aos pequenos e médios produtores, geralmente orientadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs), no que diz respeito ao uso mais racional das suas terras.

Outros exemplos importantes, nessa linha de ações, estão ligados às parcerias que vem sendo feitas entre produtores, governo estadual, governo federal e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo rural e ecológico, do artesanato e principalmente da caprinocultura. Essa última atividade apresenta elevado potencial no Cariri, uma vez que, além de ser tradicionalmente praticada na região, destaca-se o fato dos animais serem totalmente adaptados às limitações naturais do semi-árido e os seus produtos apresentarem boa aceitação no mercado consumidor.

Os exemplos acima citados tem provocado sensíveis melhorias socioeconômicas para várias comunidades locais. Caso houvesse mais incentivo, envolvendo particularmente os governos estadual e federal, quanto ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção para o semi-árido e a viabilização das que já foram criadas, baseadas na convivência com a seca, através de instituições como a SUDENE, a EMBRAPA e as universidades da região, os resultados obtidos certamente seriam mais abrangentes que os já existentes.

A simples presença de água na zona semi-árida brasileira, nunca é demais lembrar, jamais garantiu, por si só, a melhoria da qualidade de vida das populações do entorno, caso contrário os municípios que fazem parte dos vales dos rios Jequitinhonha (MG/BA) e Parnaíba (CE/PI/MA), ambos perenes, não apareceriam, frequentemente, nas estatísticas oficiais como algumas das áreas mais pobres do país. A problemática é muito mais abrangente e complexa, envolvendo também fatores relacionados ao acesso ao crédito e a tecnologia, a educação, a assistência técnica e a questão da estrutura fundiária.

Nota-se também no RIMA da transposição, de maneira contraditória com tudo o que vem sendo debatido sobre a problemática da seca no semi-árido, a defesa de um discurso que elege a escassez de água como a causa principal do impedimento do desenvolvimento econômico dessa região.

Aliás, o que se observa em várias partes do RIMA deste projeto (elaborado pelas empresas Ecology Brasil, Agrar Consultoria e Estudos Técnicos e JP Meio Ambiente) é a omissão e/ou minimização excessiva de determinadas informações importantes, como algu-

mas comentadas nesse texto, ao mesmo tempo em que, por diversas vezes, tenta justificar a transposição utilizando-se de argumentos de caráter extremamente apelativo, como o uso da água para matar a sede de milhões de pessoas, afirmando inclusive que nenhuma outra alternativa obteve melhores resultados que esta, além de apresentar um cenário de catástrofe para a região, caso essa obra não seja realizada.

Por conta desses motivos, julgamos que a leitura de um documento como esse, por parte de pessoas leigas, não atende ao objetivo de ser de um RIMA, ou seja, apresentar o resumo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de uma obra com informações suficientes para que a população possa entender o que se pretende fazer e as suas consequências, podendo assim exercer a sua cidadania.

Finalmente, as preocupações que foram levantadas nesse artigo têm o propósito de alertar as partes envolvidas no processo de ocupação e gestão do semi-árido, onde destacamos o Cariri paraibano, quanto ao seu uso e fragilidade natural, tendo o passado recente, e mesmo o presente, como prova dos vários equívocos já cometidos, onde poucos, efetivamente, se beneficiaram das intervenções até agora realizadas. Tais questões são de fundamental importância para qualquer atividade que venha a se desenvolver numa área de baixo nível socioeconômico e considerada de alto risco à expansão da desertificação.

Quanto ao São Francisco, vamos torcer para que, através dessa obra, não se cumpra o que foi predito pelo profeta. Não o Antônio, cuja alcunha era Conselheiro, que dizia que o Sertão iria virar mar, mas Carlos Drummond de Andrade (também professor de Geografia) que, através da sua poesia, além de emocionar, muitas vezes também parecia antever fatos:

*"Está secando o Velho Chico.
Está mirrando, está morrendo...
Já te estranham, meu Chico. Desta vez
Encolheste demais. O cemitério
de barcos encalhados se desdobra
na lama que deixaste. O fio d'água
(ou lágrimas?) escorre
entre carcaças novas: é brinquedo
de curumins, os únicos navios
que aceitas transportar com desenfado.
Mulheres quebram pedra
no pátio ressequido
que foi teu leito e esboça teu fantasma..."*
(Águas e mágoas do Rio São Francisco)

Referências

ARAÚJO FILHO, J. A.; CARVALHO, F. C. *Desenvolvimento Sustentado da Caatinga*. Sobral. Embrapa, 1997.

BARROS, A. J.; CEBALLOS, B. S. O.; KONIG, A.; GHEYI, H. R. Avaliação sanitária e físico-química das águas para irrigação de hortaliças no Agreste e Brejo paraibanos. *Agriambi (Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental)*, Campina Grande: UFPB, v. 3, n. 3, p. 355-360. 1999.

BRASIL. *Projeto Áridas. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Planejamento, 1994.

_____. *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998.

_____. *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-BRASIL)*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a.

_____. *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, julho/2004b. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/>>. Acesso em: 09.06.05.

CANEPA, E. M.; GRASSI, L. A. T. A Lei das Águas no Rio Grande do Sul: no caminho do Desenvolvimento Sustentável? *Revista Ciência & Ambiente*, Santa Maria: UFSM, n. 21, p. 135-152, jul./dez., 2000.

CAVALCANTE, E. G. *Geoeconomia do semi-árido irrigado*. Recife: UFPE, 1997.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CONTI, J. B. *Desertificação nos Trópicos: Proposta de Metodologia de Estudo Aplicada ao Nordeste Brasileiro*. São Paulo: USP, 1995. 260p. (Tese de Livre-Docência, Geografia Física).

GHEYI, H. R. *Problemas de salinidade na agricultura irrigada*. In: OLIVEIRA, T. S.; ASSIS Jr., R. N.; ROMERO, R. E. & SILVA, J. R. C. (Orgs.). *Agricultura, Sustentabilidade e o Semi-Árido*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 328-346. 2000.

GOMES, G. M. *Velhas Secas em Novos Sertões: Continuidade e Mudanças na Economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.

JOFFILY, I. Notas de viagem da Villa de São João do Cariri a do Monteiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico parahybano*, Parahyba: Imprensa Oficial, ano II, volume 2, p. 220-240. 1910.

LAROCHE, R. C. Ecossistemas e impactos ambientais da modernização agrícola do vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n. 2, p. 63-77. 1991.

MACÊDO, L. S. & MENINO, I. B. Monitoramento de sais na água nos solos irrigados do Projeto Vereda Grande, Pb. *Agriambi (Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental)*, Campina Grande: UFPB, v. 2, p. 47-51. 1998.

MOLLE, F. *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*. Recife: SUDENE/ORSTOM/TAPI, 1994.

OYAMA, M. D. *Consequências climáticas da mudança de vegetação do Nordeste brasileiro: um estudo de modelagem*. São José dos Campos: INPE, 2003. 256p. (Tese de Doutorado, Meteorologia).

PARAÍBA. *Síntese do Estudo de Reconhecimento de Solos em Meio Digital do Estado da Paraíba. Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba (PDRH-PB)*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/SEPLAN/SEMARH, 1997.

_____. *Atlas Digital do Estado da Paraíba*. João Pessoa: Sudema/Governo do Estado da Paraíba, 2004. Disponível em: <<http://www.sudema.pb.gov.br/>>. Acesso em: 09.06.05.

_____. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA). João Pessoa: Secretaria do Estado da Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), 2005a. Disponível em: <<http://www.acsa.pb.gov.br/>>. Acesso em: 15.07.05.

_____. Superintendência do Meio Ambiente (SUDEMA). João Pessoa, 2005b. Disponível em: <<http://www.sudema.pb.gov.br/>>. Acesso em: 09.06.05.

SILVA, A. S.; ALVAREZ, M. C. D.; SÁ, A. & CRUZ, A. M. R. *Impacto ambiental em áreas irrigadas: distrito de riego "Senador Nilo Coelho", Petrolina (PE), Brazil*. In: OLIVEIRA, T. S.; ASSIS Jr., R. N.; ROMERO, R. E. & SILVA, J. R. C. (Orgs.). *Agricultura, Sustentabilidade e o Semi-Árido*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, p. 356-386. 2000.

SOUZA, B. I. *Contribuição ao Estudo da Desertificação na Bacia do Taperoá*. João Pessoa: UFPB, 1999. 156p. (Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente).

SUASSUNA, J. *A pequena irrigação no Nordeste: algumas preocupações*. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 104, p. 38-43, outubro. 1994.

VIEIRA, F. L. R. *Sudene e Desenvolvimento Sustentável. Planejamento Regional na década neoliberal*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

ZANE. *Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil. Diagnóstico e Prognóstico*. Recife/Petrolina: Embrapa Solos/Embrapa Semi-Árido, 2000. Documentos n. 14 (CD-ROM).

Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural

ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural*. Goiânia: Vieira, 2005. 348p.

João Alves de Castro

Professor Emérito da Universidade Católica de Goiás

Caminhar pelos Cerrados com suas diferenças fisionômicas, de extrema monotonia para uns, e diversidades para outros, com uma variedade de espécies pouco estudadas e conhecidas. Suas paisagens carregadas de símbolos, de causos contados pelas comunidades tradicionais e que são suas visões de mundo, criadas em consequência da interação com o ecossistema. Cerrados que estão em vias de extinção, resultante do aumento de grandes projetos nacionais e multinacionais, tendo por fim a ocupação com atividades intensivas de agricultura, pecuária e reflorestamento. São esses os temas abordados por diferentes pesquisadores organizados, em uma coletânea, pela professora Maria Geralda de Almeida.

A beleza dos Cerrados, suas riquezas são decantadas pelos viajantes naturalistas do século XIX e os da contemporaneidade. Os primeiros têm uma visão impregnada de referências culturais, racismo e determinismo, condenando os seus habitantes a viverem estagnados fruto da vida miserável que levam e sem perspectiva para o futuro. Os segundos têm um olhar condicionado pelos meios de comunicação. Antigos e novos olhares viajantes pelas paisagens dos Cerrados são os objetivos da pesquisa de Clarinda Aparecida da Silva.

Mas esse povo miserável é rico em símbolos e cultura. Símbolos entendidos como a representação das coisas do mundo real. Símbolos que através das palavras, das visões de mundo são um meio de comunicação que serve para o exercício do poder, uma forma de controle dos filhos e da população de um modo geral. Símbolos como forma de mergulhar no tempo do interiorano que veio da curruetela, da zona rural para a cidade grande, e que em um momento de nostalgia, relembra dos contos que eram narrados no crepúsculo da tarde pelos genitores e que através dessas narrativas educavam pelo medo: forma de controle do pai sobre os filhos. Tudo fruto da imaginação: lobisomens, mula-sem-cabeça, bruxas, saci-pererê e capetas. Símbolos que estabeleciam um comportamento educativo, por exemplo: o João-de-Barro significa alegria, o ato positivo do casamento são as contribuições de Eguimar Felício Chaveiro.

Comunidades tradicionais que transmitem os seus conhecimentos de como as diferentes espécies desse ecossistema podem ser utilizadas medicinalmente e para a alimentação. Para proverem sua subsistência agem segundo as estações do ano, os dias e as noites. Utilizam suas festas tradicionais para que os diferentes membros das populações convivam. São manifestações culturais em interação com o ciclo da natureza do Cerrado. É o objetivo de Valnei Dias Rigonato: "(...) analisar a dimensão sociocultural contida nas paisagens do Cerrado".

A natureza no Morro do Santo Antônio (área de cerrado) e o boi-à-serra que habitava as redondezas do morro na região de Cuiabá, são representados culturalmente nas letras das músicas, das danças de siriri e cururu (Sônia Regina Romancini e Eledir da Cruz Martins).

No norte de Minas Gerais, uma leitura antropológica do Cerrado é feita considerando como os nativos classificam os diversos ambientes desse ecossistema e deles se apropriam, de uma forma singular, criando uma identidade (João Batista de Almeida Costa).

Dando continuidade à discussão sobre a identidade cultural das populações tradicionais, adquiridas de suas relações com a natureza, Maria Geralda de Almeida aborda a precarização da Região do Norte do Estado de Goiás, onde parte do cerrado ainda esta preservada. Mas as políticas do Estado, o seu descaso histórico com a região e as imposições dos detentores do Capital fazem com que as comunidades regionais sejam excluídas do processo de modernização e estejam assistindo à degradação acelerada de seu *lôcus* de vivência, que é o seu sustento. No entanto, essas populações, através de seu patrimônio histórico e cultural, se preservados, podem manter a rica biodiversidade da região e manter as bases de seus recursos. Da exclusão volta-se à inclusão.

Ao lado de toda essa riqueza cultural produzida pelo sertanejo, o impacto da modernização tem produzido conseqüências negativas: o Cerrado precisa ser preservado. O uso intensivo do homem através da agricultura e pecuária tem provocado a perda da biodiversidade, a presença de espécies exóticas invasoras, a erosão dos solos, a poluição da água e uma provável modificação do clima local. Em conseqüência de tudo isso, a preservação do Cerrado é de suma importância através do projeto de Áreas Prioritárias para Conservação de Diversidade no Cerrado em Goiás, e os métodos atuais para estabelecer áreas prioritárias para conservação. Essa é a abordagem de Miriam Plaza Pinto e José Alexandre Felizola Diniz-Filho.

Para socorrer o cerrado, foram criadas Unidades de Conservação (UC). No Norte de Minas Gerais, para amenizar os impactos ambientais negativos que estavam acontecendo na região, o governo criou as Unidades de Conservação em número insuficiente e extremamente vulneráveis. Essas UCs foram criadas em decorrência do projeto desastroso do Estado que, na década de cinquenta, transformou os latifúndios existentes, ao lado das terras comunais, em empresas rurais, principalmente para plantar eucalipto e implementar grandes projetos de infra-estrutura. Assim, as terras comunais tornaram-se particulares não só através do Estado, como também pela apropriação através de títulos ilegais das terras. Esse é o assunto tratado por Maria Ivete Soares de Almeida e Anete Marília Pereira.

Através de Decreto Federal, em 1990, foram criadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) que de domínio particular instituídas por solicitação do proprietário que se propõe a preservá-la, tanto a flora, como a fauna, mediante reconhecimento do Poder Público. Isis Maria Cunha Lustosa, com o seu artigo, propõe fazer uma leitura crítica dos discursos e da legislação que tratam das Unidades de Conservação. Com um agravante: estas são desconhecidas por uma parcela significativa da população.

A criação de unidades de conservação para resguardar as terras do Cerrado, segundo Ivanilton José de Oliveira, deve estar atrelada à análise do relevo e de suas relações com a vegetação. Relevo com maior declividade preserva a vegetação e dificulta a ocupação econômica. O de menor declividade (os chapadões) favorece o cultivo da lavoura e uma degradação

mais acentuada do ecossistema. A declividade do relevo atua na profundidade do solo (solos rasos e profundos) e na sua fertilidade. Solos com maior grau de fertilidade favorecem o desenvolvimento de uma vegetação mais densa e a atividade agropecuária. Outros elementos devem ser levados em conta na interpretação desses padrões de uso e ocupação das terras, como a atuação de políticas públicas e a ação de iniciativa privada.

A construção de barragens é um outro fator que está destruindo os Cerrados, os rios e causando prejuízos às comunidades. Essa é a afirmação de Marcelo Rodrigues Mendonça. No final dos anos 1970, surgiu no Brasil o MAB (Movimento dos atingidos pelas barragens), mobilizando camponeses e trabalhadores da terra, que são desterritorializados com a construção de hidrelétricas de uma forma direta. Indiretamente questiona o modelo energético implementado no país. Posteriormente, o MAB se territorializa no Sudeste Goiano, quando surgiram projetos para a construção de novas hidroelétricas. Houve uma mobilização dos atingidos, com a participação de estudantes e professores universitários. Há na área do Cerrado uma luta intensa pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra por parte dos novos movimentos sociais.

As modificações desse ecossistema estão cada vez mais aceleradas. Soares et al fazem uma análise das transformações que o cerrado do Triângulo mineiro sofreu com a introdução da agropecuária "moderna", com o deslocamento das agroindústrias pós década de 1970 para a região, o que ocasionou um impacto político, econômico social e cultural. Mas este se deu de forma desigual, pois os diferentes municípios não se inseriram da mesma forma nesse sistema de produção. Todo esse "desenvolvimento" criou um discurso ufanista: O Triângulo Mineiro é o Eldorado de Minas Gerais. No entanto, as desigualdades existentes não sustentam esse mito.

Será que a construção de uma cidade pode preservar ou degradar um ecossistema? Lucio Flavo Marini Adorno e Daniela da Rocha Figuera analisam a trajetória política ambiental de Palmas (capital do Tocantins) os discursos e as contradições. Concebeu-se um Plano Urbanístico para tornar essa Capital uma Cidade Ecológica. Os autores do plano tinham uma preocupação fundamental com o meio-ambiente, visando amenizar os impactos ambientais com a construção da cidade. A vegetação nativa do cerrado deveria ser preservada com a construção de uma Reserva Ecológica e proteger as matas ciliares ao longo dos córregos, convertendo-as em parque lineares. Construir áreas verdes dentro da área urbana. Mas esse sonho permaneceu mais na teoria do que na prática e o cerrado foi parcialmente destruído.

Quais são as opções, possíveis, para proteger os Cerrados? O turismo pode se firmar como estratégia de desenvolvimento socioeconômico? É uma alternativa para sustentar esse patrimônio natural e cultural do cerrado na região do Nordeste Goiano? São os questionamentos feitos por Gisélia Lima Carvalho. O Nordeste Goiano é uma região problemática do ponto de vista socioeconômico; no entanto, possui as maiores riquezas naturais do Estado e que exploradas adequadamente através do ecoturismo podem se firmar como estratégia de desenvolvimento da região. Para que isso aconteça, é necessário que o turismo não deprede o patrimônio natural e cultural do cerrado. Para não depredar, algumas medidas devem ser tomadas, como assegurar a compatibilidade do desenvolvimento com os processos ecológicos, definir metas e estratégias e envolver a comunidade, pois se esse patrimônio foi preservado

até hoje, deve-se ao tipo de relação que se estabeleceu entre o homem e natureza de forma amistosa e sem agressão.

Essa coletânea de artigos é de inestimável valor, pois ela nos leva a passear pelos Cerrados, passear significa estar efetivamente em sintonia com esse ecossistema que se encontra em vias de desaparecimento, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, fruto da ocupação desenfreada, sem preocupação em preservar a rica flora e fauna, não valorizando o grande potencial das plantas da medicina popular, e das comunidades tradicionais que delas necessitam para sua sobrevivência. Os Cerrados precisam ser conservados, mas é necessário ter muita cautela com as soluções propostas: para quem servem e a quem servem.

Colapso: como sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso

DIAMOND, Jared. *Colapso: como sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. São Paulo: Record, 2005. 686p.

Jacquelyn Chase

California State University (Chico-EUA)

Colapso: Como sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso, de Jared Diamond, delinea o colapso de algumas sociedades do passado e olha a algumas outras contemporâneas que podem ter o mesmo destino se as pessoas não se mobilizarem para impedir que isso aconteça. O colapso é a deterioração do meio ambiente, a perda repentina da população e o surgimento de comportamentos de tabu como o canibalismo e o genocídio. Seus capítulos sobre o genocídio na Ruanda e sobre o Haiti oferecem um olhar para dentro das sociedades contemporâneas que poderiam sofrer um colapso. As pessoas que sobrevivem um colapso talvez queriam desejar que não tivessem sobrevivido, como ilustram as descrições pós-colapso de Jared Diamond da Ilha da Páscoa e da sociedade maia.

Este livro é uma continuação do premiado *Armas, Germes e Aço* de Diamond. Nele, Diamond argumenta que variáveis geográficas como a constelação de planetas na mesma linha e o clima continental, a distribuição de espécies selvagens apropriadas para a domesticação e o isolamento ou a proximidade física de povos conspiraram para produzir uma Europa que conseguiu conquistar o mundo. *Armas, Germes e Aço* assim respondeu àquela visão maligna persistente que o "sucesso" do oeste se deve à cultura (ou mais ainda, raça) européia, considerada superior àquela dos povos que derrotou. Segundo Diamond, o mundo físico efetivamente predeterminou (através da "causação última") quem sairia vitorioso em confrontos como aquele entre os incas e os espanhóis em 1532. Essa ênfase na base física dos fenômenos sociais leva muitos geógrafos a acusar Diamond de um "determinismo ambiental".

Formado em fisiologia e por muitos anos um membro de faculdade da Escola de Medicina da UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles), Diamond agora é catedrático em geografia na mesma universidade. Para a decepção dos geógrafos, quando ele foi apresentado numa recente série de televisão da National Geographic Society baseada no seu *Armas, Germes e Aço*, sua afiliação atual a um departamento de geografia não foi mencionado. Por outro lado, Diamond faz americanos comuns falarem sobre geografia, uma disciplina que tem lutado nas últimas duas décadas para manter o número de matrículas e o financiamento.

Em *Colapso*, Diamond propõe um modelo de como algumas sociedades sobreviveram, enquanto outras usaram os seus recursos de uma maneira insustentável e sofreram uma rápida crise na sua estrutura social e na sua população. Na sua resposta à acusação de defender um determinismo ambiental que o perseguiu depois da publicação de *Armas, Germes e Aço*, Diamond insiste na sua posição de que o colapso não é atribuível a apenas um fator, mas a

pelo menos cinco: 1. a "elasticidade" relativa do meio ambiente; 2. mudanças climáticas, 3. a presença de vizinhos amistosos com os quais se podiam trocar coisas e idéias, 4. hostilidades com vizinhos que antes eram amistosos, e 5. a reação de uma sociedade aos seus próprios problemas. Sociedades isoladas e hostis com estruturas sociais e culturas rígidas, vivendo em ambientes frágeis, tendem a ser mais suscetíveis a entrar em colapso do que aquelas que possuem interações amistosas e freqüentes com os seus vizinhos e as instituições culturais e sociais flexíveis e um ambiente mais "elástico". Uma mudança climática pode causar estresse repentino nos recursos. O desmatamento completo e o colapso da sociedade da Ilha da Páscoa veio por volta do século XVII em virtude da combinação desses fatores que incluía um ambiente improdutivo e seco e uma estrutura social com base no regime de chefes locais que disputavam o poder embarcando num frenesi de construção de imensas cabeças feitas de rocha pelas quais a ilha ganhou a sua fama. O seu isolamento em relação a outras ilhas do Pacífico não lhe deu um acesso a recursos ou tecnologias adicionais. Chefes locais continuavam a competir agressivamente entre eles, erguendo mais e mais estátuas, mesmo quando o desmatamento e a erosão tinham reduzido a produção de alimentos e a capacidade de construir estátuas sem pressionar irracionalmente a população e o meio ambiente.

O livro é organizado em duas partes principais. Depois de um prólogo demorado, dirige-se a diversos estudos de casos. Esses, por sua vez, são divididos em sociedades do passado e do presente e em experiências de colapso e de sustentabilidade. A colônia norueguesa na Groenlândia, a civilização maia, a Ilha de Páscoa, a cultura Anasazi (no que agora se encontra no sudoeste americano) e algumas poucas ilhas do Pacífico fornecem casos de colapsos ambientais antigos. Essas sociedades perderam quase toda a sua cobertura florestal e seus solos e finalmente andaram em forma de espirais para a fome, para guerra, canibalismo, perda de população e abandono. Diamond reconstrói esses casos através de pesquisas de arqueólogos, historiadores, antropólogos, lingüistas e muitos outros.

As discussões metodológicas dos casos históricos são fascinantes. Por exemplo, Diamond narra a história de um grupo de garimpeiros perdidos que, por acaso, encontraram um povoado dos Anasazi abandonado em 1849. Eles "repararam algumas bolas reluzentes de uma substância semelhante a um caramelo no topo de um penhasco, lamberam ou comeram as bolas e as acharam de sabor doce, mas depois eles ficaram com náusea". A substância se revelava como urina de rato petrificada, misturada com os alimentos que os ratos armazenavam milhares de anos atrás. Esses resíduos dos ratos se tornaram úteis para possibilitar o registro da vida de plantas – e assim das secas e da cobertura vegetal – na região, como sementes e outros elementos que foram estocados nos depósitos de alimentos dos ratos e preservados pelo clima seco. O livro está repleto de exemplos similares que fazem a ciência acessível e memorável para o público leigo.

Japão e a Nova Guiné fornecem casos de sustentabilidade histórica, especialmente a respeito da sobrevivência de florestas. Dois casos contemporâneos são exemplos de colapsos ambientais (Ruanda e Haiti), enquanto a República Dominicana, ao contrário do Haiti, traz algumas esperanças na luta contra o desmatamento e a erosão. Os capítulos sobre a Austrália e a China mostram sociedades que correm o risco de um colapso ambiental, enquanto o extenso capítulo antecedente sobre o Estado de Montana ilustra valores ambientais competidores de mineradoras, "expatriados das cidades" e residentes de longo tempo nos Estados Unidos contemporâneos.

A segunda e mais curta parte de *Colapso* contempla como e por que algumas sociedades fracassaram ao deixar de responder ao colapso esperado (o quinto ponto no modelo de Diamond, mencionado acima), o papel que empresas privadas possuem para responder a essa pressão e a mudança de atitudes a respeito do meio ambiente.

Colapso é autobiográfico em muitos sentidos. Sua análise está emoldurada em uma narrativa de amizades duradouras, memórias de infância, viagens, vida familiar e o seu amor por determinados lugares. O título de um dos sub-capítulos é "Minha Montana", em referência ao seu apego ao Bitterroot Valley onde tem passado as temporadas de verão durante uma boa parte de sua vida, pescando e contemplando o "grande céu" pelo qual o estado é famoso. Seu humanismo e sua capacidade de tornar a ciência acessível fazem o livro convidativo para os estudantes e o público em geral. Tenho certeza que na universidade onde ensino, verei muitos estudantes com uma cópia de *Colapso* em baixo dos seus braços, bem semelhante à situação quando os vi com *Armas, Germes e Aço*. O tamanho do livro convida a atalhos, mas o estilo de escrever e a atenção à didática de Diamond tornam possível ler o livro seletivamente e não na sua seqüência e ordem, se o leitor quiser.

Apesar dos mais do que 400 páginas de histórias ambientais detalhadas e mais 150 páginas em que ele tenta empurrar as histórias para um modelo que prevê por que sociedades "escolhem" o fracasso, há pouca conversa com seus colegas da geografia, do planejamento e dos estudos ambientais. Ele não quer entediar seu público com teoria social e política, ou será que o próprio Diamond acha debates sobre a avaliação do meio ambiente, a sustentabilidade, ecologia política, neoliberalismo e racismo ambiental enfadonhas? Será que ele está preocupado com que essas discussões possam tirar o mérito de um "ambientalismo com resultados" que é fortemente promovido por organizações e empresas internacionais preocupadas com a melhora da sua imagem?

Levando-se em conta como ele cita a globalização como uma ameaça para o bem-estar ambiental, é irônico que a solução de Diamond se apóie predominantemente no consumismo esclarecido. Segundo ele, as pessoas que estão conscientes do valor do ambiente embutido em produtos como o petróleo, madeira e peixe exigirão práticas sustentáveis dos produtores. Essa postura tem levado a um esquema de certificações que permite aos consumidores do Primeiro Mundo comprar madeira certificada e outros produtos sustentáveis. Sustentabilidade é mais como qualquer outro produto que os consumidores podem requerer das empresas. Mas se eles não a exigem? Quanto tempo levará para um pequeno grupo de consumidores que solicitam café *songbird*¹ ou madeira certificada para se tornar uma parcela significativa na demanda mundial? Como podem produtos amigáveis ao meio ambiente fazer um alinhamento contra o consumismo massivo e implacável que é promovido agressivamente pelas mesmas empresas que Diamond iria encarregar com a proteção do meio ambiente? A luta pelo rótulo do orgânico nos Estados Unidos mostra que, quando a chance é dada, as corporações tomarão o ambientalismo como refém porque poucas pessoas têm o tempo ou o conhecimento especializado para investigar as suas alegações.

¹ *Songbird Coffee* é um empreendimento conjunto entre a Associação Americana de Ornitologia (ABA) e a *Thanksgiving Coffee Company* para produzir café sem agredir o ambiente e proteger o habitat da fauna avícola (N.T.).

Diamond oferece o caso da *Chevron Oil* na Nova Guiné como um exemplo de um capitalismo ambientalmente sustentável. Ele descreve governos do Terceiro Mundo como a Indonésia como corruptos e ineficientes ao lado do setor dinâmico das corporações. No seu entusiasmo de fazer ver resultados positivos no mundo corporativo, ele idealiza a consciência do mercado e do consumidor nos Estados Unidos. Embora Diamond argumente que é o consumidor esclarecido – em parceria com as corporações – que orientará o caminho para a sustentabilidade, é o estado que surge como chave para o sucesso ou fracasso ambiental quando ele fala da China. A lei que permite ter apenas um filho só pode existir em um regime em que os direitos individuais cedem às necessidades coletivas, mas é também o governo chinês que consegue aprovar mega-projetos como o da Barragem das Três Gargantas sem qualquer exame ambiental confiável ou participação social. A análise que Diamond faz sobre o Japão do século XIX e a República Dominicana do século XX repete esse ponto de vista de que um estado ou líder forte (ou até um ditador) seja vital para implementar medidas para evitar um colapso ambiental. É apenas em países em desenvolvimento que o governo deve agir com mão firme? Por que Diamond não sugere uma similar postura dura do governo dos Estados Unidos para a defesa do meio ambiente global? O estudo de caso do Estado de Montana, um contexto que ele conhece ao íntimo, fornece um relato muito mais detalhado do complexo processo político que todas as sociedades enfrentam na sua busca pelo desenvolvimento sustentável. O livro entretém e é informativo, mas sofre um colapso sob o peso de explicações universais para a vasta variedade geográfica e histórica que Diamond procura compreender de uma maneira demasiadamente ambiciosa.

(Tradução: Jörn Seemann)

Compêndio dos números anteriores

- 01) MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. Ano 1, n. 1, p. 6-19, 1986.
- 02) THOMAZ JÚNIOR, Antonio. As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. Ano 1, n. 1, p. 20-25, 1986.
- 03) OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Ano 1, n. 1, p. 26-38, 1986.
- 04) VALVERDE, Orlando. A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Ano 1, n. 1, p. 39-42, 1986.
- 05) SALES, W. C. de C., CAPIBARIBE, P. J. A., RAMOS, P., COSTA, M. C. L. da. Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais. Ano 1, n. 1, p. 43-45, 1986.
- 06) CARVALHO, Marcos Bernardino de. A natureza na Geografia do ensino médio. Ano 1, n. 1, p. 46-52, 1986.
- 07) SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista. Ano 1, n. 1, p. 53-61, 1986.
- 08) CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. Ano 1, n. 1, p. 62-66, 1986.
- 09) PONTES, Beatriz Maria Soares. Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano. Ano 1, n. 1, p. 67-72, 1986.
- 10) PLANO DIRETOR DA AGB NACIONAL GESTÃO 85/86. Ano 1, n. 1, p. 73-75, 1986.
- 11) A AGB e o documento final do projeto diagnóstico e avaliação do ensino de Geografia no Brasil. Ano 1, n. 1, p. 76-77, 1986.
- 12) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. n. 2, p. 9-42, jul. 1987.
- 13) VLACH, Vânia Rúbia Farias. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. n. 2, p. 43-58, jul. 1987.
- 14) VESENTINI, José William. O método e a práxis (notas polêmicas sobre Geografia tradicional e Geografia crítica). n. 2, p. 5 9-90, jul. 1987.
- 15) REGO, Nelson. A unidade (divisão) da Geografia e o sentido da prática. n. 2, p. 91-114, jul. 1987.
- 16) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Análise dos planos de ensino da Geografia. n. 2, p. 115-127, jul. 1987.
- 17) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Para a construção do espaço geográfico na criança. n. 2, p. 129-148, jul. 1987.
- 18) VIANA, P. C. G., FOWLER, R. B., ZAPPÍA, R. S., MEDEIROS, M. L. M. B. de. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxico. n. 2, p. 149-154, jul. 1987.

- 19) AB'SABER, Aziz Nacib. Espaço territorial e proteção ambiental. n. 3, p. 9-31, mar. 1988.
- 20) GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. n. 3, p. 33-54, mar. 1988.
- 21) BERRÍOS, ROLANDO. Planejamento ambiental no Brasil. n. 3, p. 55-63, mar. 1988.
- 22) BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. n. 3, p. 65-74, mar. 1988.
- 23) LIMA, Samuel do Carmo. Energia nuclear – uma opção perigosa. n. 3, p. 75-88, mar. 1988.
- 24) SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes e SCHÄFFER, Neiva Otero. Análise ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. n. 3, p. 89-103, mar. 1988.
- 25) ESTRADA, Maria Lúcia. Algumas considerações sobre a Geografia e o seu ensino - o caso da industrialização brasileira. n. 3, p. 105-120, mar. 1988.
- 26) MESQUITA, Zilá. Os “espaços” do espaço brasileiro em fins do século XX n. 4, p. 9-38, jul. 1988.
- 27) RIBEIRO, Wagner Costa. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. n. 4, p. 39-53, jul. 1988.
- 28) SILVA, José Borzacchiello da. Gestão democrática do espaço e participação dos Geógrafos. n. 4, p. 55-76, jul. 1988.
- 29) REGO, Nelson. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem Terra. n. 4, p. 65-76, jul. 1988.
- 30) VALLEJO, Luiz Renato. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. n. 4, p. 77-87, jul. 1988.
- 31) VLACH, Vânia Rubia Farias. Rediscutindo a questão acerca do livro didático de Geografia para o ensino de 1º e 2º graus. n. 4, p. 89-95, jul. 1988.
- 32) SCHÄFFER, Neiva Otero. Os estudos sociais ocupam novamente o espaço... da discussão. n. 4, p. 97-108, jul. 1988.
- 33) SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. n. 5, p. 9-20, 1988.
- 34) SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamientos pseudo-críticos do espaço social). n. 5, p. 21-45, 1988.
- 35) GOMES, Paulo César da Costa e COSTA, Rogério Haesbaert da. O espaço na modernidade). n. 5, p. 47-67, 1988.
- 36) SILVA, Mário Cezar Tompes da. O papel do político na construção do espaço dos homens). n. 5, p. 69-82, 1988.
- 37) SOUZA Marcos José Nogueira de. Subsídios para uma política conservacionista dos recursos naturais renováveis do Ceará). n. 5, p. 83-101, 1988.

Título	Geografia em Movimento
Preparação de originais e revisão de textos	Comite Editorial
Normalização	Gráfica e Editora Vieira
Produção de arte gráfica e capa	André Barcellos
Arte final de capa	Franco Jr.
Editoração eletrônica	Franco Jr.
Formato fechado	18 x 26 cm
Mancha gráfica	13,5 x 21 cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén Soft 80 g/m2 (miolo) Cartão Supremo 240 g/m2 (capa)
Números de páginas	192
Tiragem	1000 unidades
Impressão	DocuTech 135

- 236) PINHEIRO, Antonio C. Tendências teórico-metodológicas e suas influências nas pesquisas acadêmicas sobre o ensino de Geografia no Brasil. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 177-191.
- 237) CUSTODIO, Vanderli. Inundações no espaço urbano: as dimensões natural e social do problema. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 193-210.
- 238) LORENTE, Silvia Díez. Propuesta metodológica y conceptual para el estudio de los Riesgos Naturales: la situación en España. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 211-230.
- 239) SEEMANN, Jörn. Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares (Resenha). Ano 21, v. 1, n. 24, p. 233-236.
- 240) PINHEIRO, Antonio C. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais (Resenha). Ano 21, v. 1, n. 24, p. 237-241.
- 38) KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. n. 6, p. 9-18, ago. 1989.
- 39) MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. n. 6, p. 19-63, ago. 1989.
- 40) SADER, Regina. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. n. 6, p. 65-76, ago. 1989.
- 41) FAULHABER, Priscila. A terceira margem: índios e ribeirinhos do Solimões. n. 6, p. 77-92, ago. 1989.
- 42) TARELHO, Luiz Carlos. Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. n. 6, p. 93-104, ago. 1989.
- 43) OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma agrária para quem? Discutindo o campo no estado de São Paulo. n. 6, p. 105-114, ago. 1989.
- 44) BARBOSA, Ycarim Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. n. 6, p. 115-122, ago. 1989.
- 45) MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. n. 7, p. 9-21, 1990.
- 46) BARROS, Raimundo. O seringueiro. n. 7, p. 23-42, 1990.
- 47) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. n. 7, p. 43-52, 1990.
- 48) COLTRINARI, Lylian. A Geografia e as mudanças ambientais. n. 7, p. 53-57, 1990.
- 49) SILVA, Armando Corrêa da. Ponto de vista: o pós-marxismo e o espaço cotidiano. n. 7, p. 59-62, 1990.
- 50) COSTA, Rogério Haesbaert da. Filosofia, Geografia e crise da modernidade. n. 7, p. 63-92, 1990.
- 51) RIBEIRO, Wagner Costa. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. n. 7, p. 3-107, 1990.
- 52) CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos e GOULART, Lúgia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do ensino de geografia: a noção de espacialidade e o estatuto da natureza. n. 7, p. 109-118, 1990.
- 53) CORDEIRO, Helena K. Estudo sobre o centro metropolitano de São Paulo. n. 8, p. 7-33, abr. 1991.
- 54) MAURO, C. A., VITTE, A. C., RAIZARO, D. D., LOZANI, M. C. B., CECCATO, V. A. Para salvar a bacia do Piracicaba. n. 8, p. 35-66, abr. 1991.
- 55) PAVIANI, Aldo. Impactos ambientais e grandes projetos: desafios para a universidade. n. 8, p. 67-76, abr. 1991.
- 56) FURIAN Sônia. "A nave espacial terra: para onde vai?" n. 8, p. 77-82, abr. 1991.
- 57) ALMEIDA, Rosângela D. de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. n. 8, p. 83-90, abr. 1991.

- 58) FILHO, Fadel D. Antonio e ALMEIDA, Rosângela D. de. A questão metodológica no ensino da Geografia: uma experiência. n. 8, p. 91-100, abr. 1991.
- 59) ESCOLAR, M., ESCOLAR, C., PALACIOS, S. Q. Ideologia, didática e corporativismo: uma alternativa teórico-metodológica para o estudo histórico da Geografia no ensino primário e secundário. n. 8, p. 101-110, abr. 1991.
- 60) ARAÚJO, Regina e MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular de Geografia da CENP-SP. n. 8, p. 111-119, abr. 1991.
- 61) PEREIRA, D., SANTOS, D., CARVALHO, M. de. A Geografia no 1º grau: algumas reflexões. n. 8, p. 121-131, abr. 1991.
- 62) SOARES, Maria Lúcia de Amorim. A cidade de São Paulo no imaginário infantil piedadense. n. 8, p. 133-155, abr. 1991.
- 63) MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. n.8, p. 157-162, abr. 1991.
- 64) SANTOS, Milton. A evolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1991.
- 65) LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. n. 9, p. 19-40, jul./dez. 1991.
- 66) GUIMARÃES, Raul Borges. A tecnificação da prática médica no Brasil: em busca de sua geografização. n. 9, p. 41-55, jul./dez. 1991.
- 67) PIRES, Hindemburgo Francisco. As metamorfoses tecnológicas do capitalismo no período atual. n. 9, p. 57-89, jul./dez. 1991.
- 68) OLIVEIRA, Márcio de. A questão da industrialização no Rio de Janeiro: algumas reflexões. n. 9, p. 91-101, jul./dez. 1991.
- 69) HAESBAERT, Rogério. A (des)or-dem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. n. 9, p. 103-127, jul./dez. 1991.
- 70) SILVA, Armando Corrêa da. Ontologia analítica: teoria e método. n. 9, p. 129-133, jul.-dez. 1991.
- 71) SILVA, Eunice Isaías da. O espaço: une/separa/une. n. 9, p. 135-141, jul./dez. 1991.
- 72) ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. n. 9, p. 143-152, jul./dez.1991.
- 73) MORAES, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. n. 10, p. 11-22, jan./jul. 1992.
- 74) AZEVEDO de Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.
- 75) PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. n. 10, p. 79-92, jan./jul. 1992.
- 76) CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. n.10, p. 93-116, jan./jul. 1992.
- 220) SILVEIRA, María Laura. Escala geográfica: da ação ao império?. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 87-96.
- 221) LIMA, Luiz C., MONIÉ, Frédéric, BATISTA, Francisca G. A nova geografia econômica mundial e a emergência de um novo sistema portuário no Estado do Ceará: o Porto do Pecém. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 97-109.
- 222) KAWAKUBO, Fernando S., MORATO, Rúbia G., CORREIA JUNIOR, Paulo A., LUCHIARI, Ailton. Utilização de imagens híbridas geradas a partir da transformação de IHS e aplicação de segmentação no mapeamento detalhado do uso da terra. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 111-122.
- 223) SCOLESE, Eduardo. De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 123-138.
- 224) OLIVEIRA, Ivanilton José de. Sustentabilidade de sistemas produtivos agrários em paisagens do cerrado: uma análise no município de Jataí-GO. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 139-159.
- 225) GADE, Daniel W. Geografia: leituras culturais (Resenha). Ano 20, v. 2, n. 23, p. 163-164.
- 226) CLAVAL, Paul. Geografia: leituras culturais (Resenha). Ano 20, v. 2, n. 23, p. 1165-167.
- 227) CLAVAL, Paul. The nature and scope of Political Geography. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 13-28.
- 228) VLACH, Vânia R. F. Entre a idéia de território e a lógica da rede: desafios para o ensino de Geografia. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 29-41.
- 229) AUED, Idaleto M.; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de O método de desconstituição do capital e a Geografia. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 43-60.
- 230) HASSLER, Márcio L. Áreas de proteção ambiental e unidades territoriais de planejamento na porção leste da região metropolitana de Curitiba. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 61-75.
- 231) MORETTI, Edvaldo C. ; LOMBA, Gilson K. Precarização do trabalho e territorialidade da atividade turística em Bonito-MS. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 77-99.
- 232) SOUSA, Givaldo V. de; DUTRA JUNIOR, Wagnervalter. O imaginário social e território no distrito de José Gonçalves – BA. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 101-117.
- 233) GIL FILHO, Sylvio F. Geografia da religião: o sagrado como representação. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 119-133.
- 234) SUERTEGARAY, Dirce M. A. ; VERDUM, Roberto ; BELLANCA, Eri T. ; UAGODA, Rogério S. Sobre a gênese da arenização no Sudoeste do Rio Grande do Sul. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 135-150.
- 235) HENRIQUE, Wendel. Proposta de periodização das relações sociedade-natureza: uma abordagem geográfica de idéias, conceitos e representações. Ano 21, v. 1, n. 24, p. 151-175.

- 202) CROCETTI, Zeno Soares. AGB: Desejos de transformação. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 125-132.
- 203) CHAVES, Manoel R., MESQUITA, Helena A. da, MENDONÇA, Marcelo R. Inserção, crítica e intervenção na realidade: a AGB e a Geografia em Catalão – GO. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 133-143.
- 204) ALENTEJANO, Paulo Roberto R. AGB-Rio: 68 anos de história. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 145-152.
- 205) FONSECA, Valter Machado da. A história da AGB – Uberaba (MG) e a perspectiva de construção de um pólo do pensamento geográfico no Triângulo Mineiro. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 153-160.
- 206) ROMANCINI, Sônia R., SILVESTRI Magno. Trajetória histórica e perspectivas da AGB – Seção Local Cuiabá. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 161-168.
- 207) GOMES, Horieste. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Goiânia. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 169-176.
- 208) ANTUNES, Charles da França. AGB-Niterói: notas de um começo de história. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 177-189.
- 209) Diretora Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Bauru. O trabalho técnico-político-pedagógico da Associação dos Geógrafos Brasileiros na Seção Local Bauru – AGB/Bauru. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 189-195.
- 210) RODRIGUES, Arlete Moysés. Contribuição da AGB na construção da Geografia Brasileira: uma outra Geografia sempre é possível. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 199-209.
- 211) ANDRADE, Manuel C. De. A AGB – 1961/62 – Um depoimento. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 211-212.
- 212) ALEGRE, Marcos. Os setenta anos da AGB 1934 – 2004. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 213-230.
- 213) ALVES, William Rosa. A permanente busca do horizonte: a história da AGB-BH. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 231-255.
- 214) RODRIGUES, Renata M. de A. Estudos de Impacto Ambiental e o perfil do geógrafo. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 237-248.
- 215) ELIAS, Denise, RODRIGUES, Renata M. de A. Os presidentes da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 251-260.
- 216) BENKO, Georges. Murano et les verries: un district industriel pas comme les autres. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 15-34.
- 217) HAESBAERT, Rogério. Precarização, Reclusão e “exclusão” territorial. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 35-51.
- 218) GOETTERT, Jones Dari. “Lúcia Gramado Kaigang”: como me redescobri na Serra Gaúcha. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 53-74.
- 219) REFFATTI, Lucimara Vizzotto, REGO, Nelson. Representações de mundo, geografias adversas e manejo simbólico – aproximações entre clínica psicopedagógica e ensino de Geografia. Ano 20, v. 2, n. 23, p. 75-85.
- 77) VALVERDE, Orlando. Pré-história da AGB carioca. n. 10, p. 117-122, jan./jul. 1992.
- 78) SOUZA, Marcelo José Lopes de. Planejamento Integrado de Desenvolvimento: natureza, validade e limites. n. 10, p. 123-139, jan./jul. 1992.
- 79) ANDRADE, Manuel Correia de. América Latina: presente, passado e futuro. n. 10, p. 140-148, jan./jul. 1992.
- 80) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia política e desenvolvimento sustentável. n. 11-12, p. 9-76, ago. 92 - ago. 93.
- 81) RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: reeleituras do território. n. 11-12, p. 77-90, ago. 92 - ago. 93.
- 82) EVASO, A. S., VITIELLO, M. A., JUNIOR, C. B., NOGUEIRA, S. M., RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? n. 11-12, p. 91-101, ago. 92 - ago. 93.
- 83) DAVIDOVICH, Fany. Política urbana no Brasil, ensaio de um balanço e de perspectiva. n. 11-12, p. 103-117, ago. 92 - ago. 93.
- 84) MARTINS, Sérgio. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. n. 11-12, p. 119-133, ago. 92 - ago. 93.
- 85) IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. n. 11-12, p. 135-151, ago. 92 - ago. 93.
- 86) FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e modernização no campo. n. 11-12, p. 153-175, ago. 92 - ago. 93.
- 87) ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Ensino de Geografia e a formação do geógrafo-educador. n. 11-12, p. 177-188, ago. 92 - ago. 93.
- 88) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Licenciandos de Geografia e as representações sobre o “ser professor”. n. 11-12, p. 189-207, ago. 92 - ago. 93.
- 89) VESENTINI, José William. O novo papel da escola e do ensino da Geografia na época da terceira revolução industrial. n. 11-12, p. 209-224, ago. 92 - ago. 93.
- 90) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Iniciação às ciências sociais: os grupos, os espaços, os tempos. n. 11-12, p. 225-236, ago. 92 - ago. 93.
- 91) RIBEIRO, Wagner Costa. Do lugar ao mundo ou o mundo no lugar? n. 11-12, p. 237-242, ago. 92 - ago. 93.
- 92) PINHEIRO, Antonio Carlos e MASCARIN, Silvia Regina. Problemas sociais da escola e a contribuição do ensino de Geografia. n. 11-12, p. 243-264, ago. 92 - ago. 93.
- 93) SILVA, Armando Corrêa da. A contrérsia modernidade x pós-modernidade. n. 11-12, p. 265-268, ago. 92 - ago. 93.
- 94) ROSA, Paulo Roberto de Oliveira. Contextos e circunstâncias: princípio ativo das categorias. n. 11-12, p. 269-270, ago. 92 - ago. 93.
- 95) CALLAI, Helena Copetti. O meio ambiente no ensino fundamental. n. 13, p. 9-19, 1997.

- 96) CAMARGO, L. F. de F., FORTU-NATO, M. R. Marcas de uma política de exclusão social para a América Latina. n. 13, p. 20-29, 1997.
- 97) KAERCHER, Nestor André. PCN's: futebolistas e padres se encontram num Brasil que não conhecemos. n. 13, p. 30-41, 1997.
- 98) CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? n. 13, p. 42-60, 1997.
- 99) PONTES, Beatriz Maria Soares. Economia e território sob a ótica do estado autoritário (1964-1970). n. 13, p. 61-90, 1997.
- 100) SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. A ágora e o agora. n. 14, p. 11-21, jan./jul. 1999.
- 101) FILHO, Manuel Martins de Santana. Sobre uma leitura alegórica da escola. n. 14, p. 22-29, jan./jul. 1999.
- 102) COUTO, Marcos Antônio Campos e ANTUNES, Charlls da França. A formação do professor e a relação escola básica-universidade: um projeto de educação. n. 14, p. 30-40, jan./jul. 1999.
- 103) PEREIRA, Diamantino. A dimensão pedagógica na formação do geógrafo. n. 14, p. 41-47, jan./jul. 1999.
- 104) CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de Geografia. n. 14, p. 48-55, jan./jul. 1999.
- 105) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia no ensino médio. n. 14, p. 56-89, jan./jul. 1999.
- 106) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. n. 14, p. 90-110, jan./jul. 1999.
- 107) CAVALCANTI, Lana de Souza. Propostas curriculares de Geografia no ensino: algumas referências de análise. n. 14, p. 111-128, jan./jul. 1999.
- 108) SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a construção do Brasil. n. 15, p. 9-20, 2000.
- 109) DAMIANI, Amélia Luísa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. n. 15, p. 21-37, 2000.
- 110) SOUZA, Marcelo Lopes de. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. n. 15, p. 39-58, 2000.
- 111) FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. n. 15, p. 59-85, 2000.
- 112) ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? n. 15, p. 87-112, 2000.
- 113) BRAGA, Rosalina. Formação inicial de professores: uma trajetória com permanências eivadas por dissensos e impasses. n. 15, p. 113-128, 2000.
- 114) ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia do Brasil. n. 15, p. 129-144, 2000.
- 184) ALMEIDA, Rose Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 73-88.
- 185) FERNANDES, Bernardo M., SILVA, Anderson A., GIRARDI, Eduardo P. DATA-LUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 89-112.
- 186) OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156.
- 187) BERNARDES, Júlia Adão. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 157-167.
- 188) ABREU, Silvana de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço matogrossense. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 169-181.
- 189) OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. A busca do desenvolvimento sustentável na gestão dos recursos hídricos brasileiros. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 183-192.
- 190) PASSOS, Messias Modesto dos. A construção da paisagem no Pontal do Paranapanema – uma apreensão geo-foto-gráfica. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 193-211.
- 191) MARTINS, César Augusto Ávila. Empresas na pesca e aqüicultura: anotações do uso do território. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 213-223.
- 192) ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Desterritorialização da violência no capitalismo globalitário: o caso do Brasil e do Espírito Santo. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 225-240.
- 193) MORATO, Rúbia G., KAWAKUBO, Fernando S., LUCHIARI, Ailton. Mapeamento da qualidade de vida em áreas urbanas: conceitos e metodologias. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 241-248.
- 194) HENRIQUE, Wendel. A natureza nos interstícios do social – uma leitura das idéias de natureza nas obras de Milton Santos. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 249-262.
- 195) PANCHER, Andréia M. FREITAS, Maria Isabel C. de. Mapeamento do crescimento urbano em áreas de várzea na passagem do Rio Corumbataí por Rio Claro/SP. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 263-279.
- 196) SPOSITO, Eliseu Savério. Dinâmica regional e diversificação industrial (Resenha). Ano 19, v. 2, n. 21, p. 281-284.
- 197) SEABRA, Manoel. Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 13-68.
- 198) VIEIRA, Alexandre B., PEDON, Nelson R. O papel das comunidades científicas: a AGB Nacional e a Seção Local de Presidente Prudente/SP. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 71-83.
- 199) Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Dourados. AGB – Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 85-97.
- 200) SANTANA, Mário Rubem C., AMORIM, Itamar G. De, GOMES, Denize S. AGB – Salvador, quase 50 anos de Geografia. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 99-112.
- 201) FONTOURA, Luiz Fernando M., DUTRA, Viviane S. Os 30 anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. Ano 20, v. 1, n. 22, p. 113-123.

- 166) BESSAT, Frédéric. A mudança climática entre ciência, desafios e decisões: olhar geográfico. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 11-26.
- 167) SARTORI, Maria da Graça Barros. A dinâmica do clima do Rio Grande do sul: indução empírica e conhecimento científico. Ano 19, v. 1, n. 19, p. 27-49.
- 168) SANT'ANNA Neto, João Lima. Da complexidade física do universo ao cotidiano da sociedade: mudança, variabilidade e ritmo climático. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 51-63.
- 169) ZAVATINI, João Afonso. A produção brasileira em climatologia: o tempo e o espaço nos estudos do ritmo climático. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 65-100.
- 170) NUNES, Lucí Hidalgo. Repercussões globais, regionais e locais do aquecimento global. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 101-110.
- 171) SILVA, Maria Elisa Siqueira, GUETTER, Alexandre K. Mudanças climáticas regionais observadas no Estado do Paraná. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 111-126.
- 172) PACIORNIK, Newton. Mudança global do clima: repercussões globais, regionais e locais. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 127-135.
- 173) VERÍSSIMO, Maria Elisa Zanella. Algumas considerações sobre o aquecimento global e suas repercussões. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 137-143.
- 174) ASSIS, Eleonora Sad de. Métodos preditivos da climatologia como subsídios ao planejamento urbano: aplicação em conforto térmico. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 145-158.
- 175) FRAGA, Nilson César. Clima, gestão do território e enchentes no Vale do Itajaí-SC. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 159-170.
- 176) BEJARÁN, R., GARÍN, A. De, SCHWEIGMANN, N. Aplicación de la predicción meteorológica para el pronóstico de la abundancia potencial del *Aedes aegypti* en Buenos Aires. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 171-178.
- 177) FERREIRA, Maria Eugenia M. Costa. "Doenças tropicais": o clima e a saúde coletiva. Alterações climáticas e a ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu, PR. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 179-191.
- 178) CONFALONIERI, Ulisses E. C. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 193-204.
- 179) MENDONÇA, Francisco. Aquecimento global e saúde: uma perspectiva geográfica – notas introdutórias. Ano 19, v. 1, n. 20, p. 205-221.
- 180) CLAVAL, Paul. The logic of multilingual cities and their political problems. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 11-23.
- 181) ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39.
- 182) BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 41-53.
- 183) GRABOIS, José, CEZAR, Lucia Helena da S., SANTOS, Cátia P. dos, GREGÓRIO Filho, Gregório. O habitat e a questão social no Noroeste Fluminense. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 55-71.
- 115) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. n. 15, p. 145-154, 2000.
- 116) OLIVEIRA, Márcio Piñon. Geografia, Globalização e cidadania. n. 15, p. 155-164, 2000.
- 117) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Navegar é preciso, viver não é preciso": estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes: Araguaia e Tocantins. n. 15, p. 167-213, 2000.
- 118) VITTE, Antonio Carlos. Considerações sobre a teoria da *etchplanación* e sua aplicação nos estudos das formas de relevo nas regiões tropicais quentes e úmidas. n. 16, p. 11-24, 2001.
- 119) RAMIRES, Blanca. Krugman y el regreso a los modelos espaciales: ¿La nueva geografía? n. 16, p. 25 - 38, 2001.
- 120) FERREIRA, Darlene Ap. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: periodização e conceituação. n. 16, p. 39-70, 2001.
- 121) MAIA, Doralice Sátyro. A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. n. 16, p. 71-98, 2001.
- 122) SPOSITO, Eliseu. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. n. 16, p. 99-112, 2001.
- 123) MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. n. 16, p. 113-132, 2001.
- 124) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o Ensino? n. 16, p. 133-152, 2001.
- 125) PIRES, Hindenburgo Francisco. "Ethos" e mitos do pensamento único globaltotalitário. n. 16, p. 153-168, 2001.
- 126) REGO, Nelson. SUERTEGARAY, Dirce Maria. HEIDRICH, Álvaro. O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. n. 16, p. 169-194, 2001.
- 126) SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. n. 17, p. 11-24, 2001.
- 127) OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. n. 17, p. 25-48, 2001.
- 128) NETO, João Lima Sant'anna. Por uma Geografia do Clima – antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. n. 17, p. 49-62, 2001.
- 129) SEGRELLES, José Antonio. Hacia una enseñanza comprometida y social de la Geografía en la universidad. n. 17, p. 63-78, 2001.
- 130) RIBEIRO, Júlio César; GONÇALVES, Marcelino Andrade. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. n. 17, p. 79-98, 2001.
- 131) CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. n. 17, p. 99-118, 2001.

- 132) NETO, Manuel Fernandes de Sousa. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma Jangada de Pedras. n. 17, p. 119-138, 2001.
- 133) ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O espaço geográfico dos remancentes de antigos quilombos no Brasil. n. 17, p. 139-154, 2001.
- 134) GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. n. 17, p. 155-170.
- 135) CAPEL, Horácio. A Geografia depois dos atentados de 11 de setembro. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 11-36.
- 136) HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 37-46.
- 137) ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Globalização, Estado e culturas crimonosas. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 47-62.
- 138) SEGRELLES, José Antonio. Integração regional e globalização. Uma reflexão sobre casos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Área de Livre Comércio das Américas desde uma perspectiva europeia. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 63-74.
- 139) RIBEIRO, Wagner Costa. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 75-84.
- 140) MANGANO, Stefania. Evolução do conceito da planificação territorial na Itália. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 85-94.
- 141) STRAFORINI, Rafael. A totalidade do mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 95-114.
- 142) KEINERT, Tânia M. M., KARRUZ, Ana Paula, KARRUZ, Silvia Maria. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades locais. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 115-132.
- 143) GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Dilemas nas (re)estruturações das metrópoles. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 133-142.
- 144) DINIZ Filho, Luis Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na Geografia Econômica: um breve balanço. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160.
- 145) CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178.
- 146) NUNES, Luci Hidalgo. Discussão acerca de mudanças climáticas (notas). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 179-184.
- 147) MELAZZO, Everaldo Santos. Renda de cidadania: a saída é pela porta (resenha). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 185-186.
- 148) RAMIREZ, Blanca. Terra Incognitae: el surgimiento de nuevas regiones y territorios em el marco de la globalización (resenha). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 187-190.
- 149) MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. Ano 18, v. 2, n.19, p. 11-35.
- 150) CALLE, Angel. Análisis comparado de movimientos sociales: MST, Guatemala y España. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 37-58.
- 151) CALDERÓN ARAGÓN, Georgina. Un lugar en la bandera (la marcha zapatista). Ano 18, v. 2, n. 19, p. 59-74.
- 152) FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 75-94.
- 153) MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 95-112.
- 154) FERNANDES, Bernardo M., DA PONTE, Karina F. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 113-126.
- 155) SMITH, Neil. Geografia, diferencia y las políticas de escala. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 127-146.
- 156) ARANA, Alva Regina Azevedo. Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso Coperguaçu Descalvado – SP. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 147-162.
- 157) GÓES, Eda, MAKINO, Rosa Lúcia. As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 163-176.
- 158) LEAL, Antonio Cezar, THOMAZ Jr., Antonio, ALVES, Neri, GONÇALVES, Marcelino A., DIVIESO, Eduardo P., CANTÓIA, Silvia, GOMES, Adriana M., GONÇALVES, Sara Maria M. P. S., ROTTA, Valdir E. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 177-190.
- 159) SANTOS, Clézio. Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 191-198.
- 160) REGO, Nelson. Geração de ambiências: três conceitos articuladores. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 199-212.
- 161) SILVA, Silvio Simione. A liberdade no “fazer ciência” em Geografia. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 213-228.
- 162) SILVA, Tânia Paula da. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 229-242.
- 163) TFOUNI, Leda Verdiani, ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 243-256.
- 164) FRANCO GARCÍA, Maria, THOMAZ Jr., Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 257-272.
- 165) STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. Ética, humanidade e ações por cidadania: do *impeachment* de Collor ao Fome Zero do governo Lula. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 273-284.